

**Expediente:**

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

**DIRETORIA-EXECUTIVA****PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO****1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS****2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA****3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO****4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO****1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA****2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO****3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS****1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA****2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****RONALDO R. DE QUEIROZ – GURJÃO****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS****CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA****MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA****SUPLENTES****AGUIFAILDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO****ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS****JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR****DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

## ESTADO DA PARAÍBA

### MUNICÍPIO DE CAAPORÃ

**LICITAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA Nº DP00033/2023**

**OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, 25 – CENTRO – CAAPORÃ/PB, PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DP00033/2023. **DOTAÇÃO:** 02.0000 – EXECUTIVO 02.051 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS 02051.10.302.1014.3047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSI 3.3.90.36.00.00.600 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA 02051.10.122.2005.2947 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE 3.3.90.36.00.00.500 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA. ESSAS DOTAÇÕES PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES. **VIGÊNCIA:** até 26/09/2024. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e a Pessoa Física: JOSEMAR CARDOSO PEREIRA - CPF nº 447.049.414-34 - CT Nº 00135/2023 – DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26.09.2023 – VALOR TOTAL: R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS). Caaporã - PB, 27 de Setembro de 2023.

**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**

Zioreth Ribeiro Placido Castro

**Código Identificador:**925CAEDA**LICITAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00034/2023****DECRETO Nº DV 00034/2023-01**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: ADJUDICAR o objeto da Dispensa de licitação nº DV00034/2023, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PROJETOS DE ESPORTE E LAZER, CONFORME PROPOSTA COMERCIAL, A SOLICITAÇÃO FOI FEITA PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ; com base nos elementos constantes do processo correspondente fundamentados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, a: EMPRESA: M. N. LEITE - CNPJ: 32.296.780/0001-55 - VALOR: R\$ 17.520,00. Publique-se e cumpra-se. Caaporã - PB, 28 de Setembro de 2023.

**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**

Zioreth Ribeiro Placido Castro

**Código Identificador:**042382A4**LICITAÇÃO****TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00034/2023****DECRETO Nº DV 00034/2023**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: RATIFICAR a Dispensa de Licitação nº DV00034/2023, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PROJETOS DE ESPORTE E LAZER, CONFORME PROPOSTA COMERCIAL, A SOLICITAÇÃO FOI FEITA PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ; com base nos elementos constantes da exposição de motivos correspondente fundamentados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, a qual sugere a contratação de: EMPRESA: M. N. LEITE - CNPJ: 32.296.780/0001-55 - VALOR: R\$ 17.520,00. Publique-se e cumpra-se. Caaporã - PB, 28 de Setembro de 2023.

**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**

Zioreth Ribeiro Placido Castro

**Código Identificador:**E459AE05**LICITAÇÃO****GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DV00034/2023****DECRETO Nº DV 00034/2023-02**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: DESIGNAR os servidores Linduarte Silva Correia, Secretário, como **Gestor** e Randolpho Fagner Monteiro Vasconcelos Pereira, Coordenador de Educação de Jovens e Adultos, para **Fiscal** do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00034/2023, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PROJETOS DE ESPORTE E LAZER, CONFORME PROPOSTA COMERCIAL, A SOLICITAÇÃO FOI

FEITA PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ; com as atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar (Gestor) e para fiscalizar (Fiscal) a execução do referido contrato.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 28 de Setembro de 2023.

**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Zioreth Ribeiro Placido Castro  
**Código Identificador:**6CA14587

**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL  
ATO Nº 03/2023 DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES - CMDCA DE CONCEIÇÃO**

**“Incube servidor responsável em retirar as Urnas Eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral para serem utilizadas no dia 01 de outubro de 2023, nas eleições Unificadas para Conselheiros Tutelares do município.”**

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA de Conceição/PB, o senhor José Rondinelle Soares Ribeiro, CPF de nº 038.635.674-20, uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 561/2016 do município, **nomeia e incumbe o Presidente da Comissão Especial Eleitoral RONERO PRADO RAMALHO, CPF: 485.785.801-72, como responsável pela retirada das Urnas Eletrônicas junto a Justiça Eleitoral na cidade de Cajazeiras ou local devidamente indicado pela justiça, e transporte para o município de Conceição para serem utilizadas na eleição de 2023 do Conselho Tutelar do município.**

Conceição/PB, 28 de setembro de 2023.

**JOSÉ RONDINELE SOARES RIBEIRO**

Presidente do CMDCA

**Publicado por:**  
Ilo Istênio Tavares Ramalho  
**Código Identificador:**F633795C

**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CONDADO**

**GABINETE DO PREFEITO  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE  
PREÇOS Nº 00002/2023**

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00002/2023, que objetiva: Contratação de empresa para execução de obra de adequação de estradas vicinais, no município de Condado; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: A.R.J. MONTEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - R\$ 993.419,98.

Condado - PB, 28 de Setembro de 2022.

**MARCELO BEZERRA DANTAS DE SÁ**

Prefeito

**Publicado por:**  
Francisca Lidiane Alves da Silva  
**Código Identificador:**CCAC75E5

**GABINETE DO PREFEITO  
EXTRATO DE CONTRATO - TOMADA DE PREÇOS Nº  
00002/2023**

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de adequação de estradas vicinais, no município de Condado.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00002/2023.

DOTAÇÃO: Programa de Trabalho: 22040.26.782.1060.1009 - RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS; Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALACOES; Fonte de Recursos: 500 (Próprios) e 700 (Convênio nº 893542/2019).

VIGÊNCIA: até 28/07/2024.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Condado e: Contrato nº 00231/2023 - 28.09.23 - A.R.J. MONTEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - R\$ 993.419,98.

**Publicado por:**  
Francisca Lidiane Alves da Silva  
**Código Identificador:**3E35BC32

**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA**

**SETOR LICITAÇÃO  
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2023**

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA**

**Gabinete do Prefeito**

**Concurso Público Nº 001/2019-PMJT/PB**

**Editais de Retificação de Convocação Nº 001/2023**

**Ementa:** Revoga convocação de candidata em razão de lapso no Edital de Convocação nº 003/2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA, Estado da Paraíba, em cumprimento o que versa no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, no uso de suas competências legais e atribuições, amparadas pela Lei Municipal Nº 348/2019 de 15 de abril de 2019:

**CONSIDERANDO** o Resultado Final do Concurso Público Nº 001/2019-PMJT/PB, apresentado pela Comissão Especial do Concurso Público;

**CONSIDERANDO** a homologação do concurso público, através do Decreto de Homologação Nº 017/2019, publicado no Jornal Oficial do Município em 18 de setembro de 2019;

**CONSIDERANDO** lapso no Edital de Convocação nº 003 de 14 de setembro de 2023, convocando a candidata Silvania Martins da Silva (Inscrição nº 1465785) para preenchimento do cargo de Farmacêutica.

**CONSIDERANDO** a situação final da candidata Silvania Martins da Silva (Inscrição nº 1465785) como “Não Aprovada” no Resultado Final do Concurso Público Nº 001/2019-PMJT/PB, não atingindo pontuação mínima para classificação.

**Determina:**

**Art. 1º** Fica revogada a convocação da candidata Silvania Martins da Silva (Inscrição nº 1465785) para preenchimento do cargo de Farmacêutica.

**Art. 2º** Permancem incólumes as demais convocações do Edital nº 003/2023.

Juarez Távora-PB 25 de setembro de 2023.

**WILSON EVANGELISTA FEITOSA**

Prefeito

**Publicado por:**  
Marcus Aurélio Duarte Silva  
**Código Identificador:**404BA056

**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE TERMO DE INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO SERIDÓ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E**  
**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**SETOR DE TRIBUTOS**

**EXTRATO DO TERMO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA**  
**TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 01/2023**  
**LIVRO 01**

NOME	DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ	03.092.799/0005-05
ENDEREÇO	Rua Pedro Amâncio Ferreira de Lima, 212 – Antônio Bento de Moraes – Santa Luzia-PB.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Junco do Seridó PB, a quantia de **R\$: 177.937,23** regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo.

Publique – se no diário oficial/FAMUP.

Junco do Seridó, 28 de setembro de 2023.

**JUCIEL JOSÉ DE AZEVEDO**

Fiscal De Tributos

Matrícula 1010522/2013

**Publicado por:**

João Carlos da Silva

**Código Identificador:**B6C3F05A

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**MUNICÍPIO DE PATOS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CRENCIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA 015/2023**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**RELATÓRIO DA CHAMADA PÚBLICA 015/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 306/2023**

**DO OBJETO: CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS**

**DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO:**

Foi entregue a documentação para credenciamento até essa data os seguintes interessados:

- **MARIA REGINA DE LIMA MELO** Inscrita no CNPJ de nº 50.072.512/0001-31
- **VICTOR CESAR URQUIZA CANDEIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 50.901.783/0001-52
- **WESLEY SILVA GUIMARÃES** Inscrita no CNPJ de nº 51.819.973/0001-98
- **CAMILA M C CAMPOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 44.211.333/0001-35
- **PROSERVICE - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 18.152.431/0001-39

A qual foi analisada a documentação e feito o julgamento.

**DA CONCLUSÃO**

A CPL reuniu-se para ser realizada a análise da documentação e após concluída a análise conforme Edital, relato a seguir o resultado

**CRENCIADOS:**

- **MARIA REGINA DE LIMA MELO** Inscrita no CNPJ de nº 50.072.512/0001-31

- **VICTOR CESAR URQUIZA CANDEIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 50.901.783/0001-52
- **WESLEY SILVA GUIMARÃES** Inscrita no CNPJ de nº 51.819.973/0001-98
- **CAMILA M C CAMPOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 44.211.333/0001-35
- **PROSERVICE - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 18.152.431/0001-39

Dar-se o presente processo de credenciamento, sem concorrência de valores, mas para seleção. Não existindo competição entre os credenciados, existindo a inviabilidade de competição nos termos do caput do art. 25, da Lei 8.666/93. Cumpre salientar que o presente credenciamento continua aberto para o preenchimento de cadastro de reserva.

Diante do exposto, **ENCAMINHO** para Secretaria Demandante para posterior contratação dos profissionais, nos termos da Lei.

Patos, 26 de setembro de 2023.

**LEANDRO DE JESUS MENDES BENTO**

Presidente da CPL/PMP

**RENATO MONTEIRO CAMPOS**

Membro da CPL/PMP

**ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE**

Membro da CPL/PMP

**Publicado por:**

Mayra Mikaelle Dias Fernandes

**Código Identificador:**F6229288

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**RATIFICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 015/2023**

**CHAMADA PÚBLICA 015/2023**  
**DESPACHO DE RATIFICAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 306/2023**

**OBJETO: CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) A SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES FREI DAMIÃO, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS**

**CRENCIADOS:**

- **MARIA REGINA DE LIMA MELO** Inscrita no CNPJ de nº 50.072.512/0001-31
- **VICTOR CESAR URQUIZA CANDEIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 50.901.783/0001-52
- **WESLEY SILVA GUIMARÃES** Inscrita no CNPJ de nº 51.819.973/0001-98
- **CAMILA M C CAMPOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 44.211.333/0001-35
- **PROSERVICE - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA** Inscrita no CNPJ de nº 18.152.431/0001-39

**VIGÊNCIA:** Até o término do exercício financeiro vigente.

**RATIFICO** o processo nos termos da Lei em consequência, ficam convocados os proponentes para a assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64, caput, do citado diploma, sob as penalidades da Lei.

Patos, 26 de setembro de 2023.

**LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS**

Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
Mayra Mikaelle Dias Fernandes  
**Código Identificador:**72E20F21

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** termo de aditivo nº: 03 ao contrato nº 967/2020;  
**Partes:** Prefeitura Municipal de Patos-PB e BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA **Objeto Contratual:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME; Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020;  
**Objeto do Aditivo:** O presente Instrumento de **TERMO ADITIVO** tem o objeto de ALTERAR O PRAZO DE VIGÊNCIA para 27/01/2024, conforme o que preconiza a lei de licitações e suas respectivas alterações. **Fundamentação:** constante no Artigo 57 e Incisos, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com as cláusulas do contrato inicial.; **Signatários:** Secretário de Administração **FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS** e **BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

Patos/PB, 27 de setembro de 2023.

**FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS**  
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
Rachel da Costa Medeiros  
**Código Identificador:**A46E7E9D

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** termo de aditivo nº: 03 ao contrato nº 968/2020;  
**Partes:** Prefeitura Municipal de Patos-PB e BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA **Objeto Contratual:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME; Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020;  
**Objeto do Aditivo:** O presente Instrumento de **TERMO ADITIVO** tem o objeto de ALTERAR O PRAZO DE VIGÊNCIA para 27/01/2024, conforme o que preconiza a lei de licitações e suas respectivas alterações. **Fundamentação:** constante no Artigo 57 e Incisos, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com as cláusulas do contrato inicial.; **Signatários:** Secretário de Saúde **LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS** e **BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

Patos/PB, 27 de setembro de 2023.

**LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS**  
Secretário Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
Rachel da Costa Medeiros  
**Código Identificador:**C45A7FCD

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** termo de aditivo nº: 03 ao contrato nº 969/2020;  
**Partes:** Prefeitura Municipal de Patos-PB e BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA **Objeto Contratual:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME; Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020;  
**Objeto do Aditivo:** O presente Instrumento de **TERMO ADITIVO** tem o objeto de ALTERAR O PRAZO DE VIGÊNCIA para 27/01/2024, conforme o que preconiza a lei de licitações e suas

respectivas alterações. **Fundamentação:** constante no Artigo 57 e Incisos, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com as cláusulas do contrato inicial.; **Signatários:** Secretária de Desenvolvimento Social **HELENA WANDERLEY DA NÓBREGA LIMA DE FARIAS** e **BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

Patos/PB, 27 de setembro de 2023.

**HELENA WANDERLEY DA NÓBREGA LIMA DE FARIAS**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

**Publicado por:**  
Rachel da Costa Medeiros  
**Código Identificador:**D39867E4

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRONICO Nº 053/2023 - PMP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 299/2023**

**OBJETIVO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCRETAGEM E SISTEMA DE DRENAGEM NO PISO DO PÁTIO DE MANOBRAS DO TRANSBORDO, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO DE PATOS/PB.

**Data para cadastro de propostas:** 29/11/2023 às 09:00 horas;  
**Data para abertura de propostas:** 11/10/2023 às 09:00 horas;  
**Início da sessão pública de lances:** 11/10/2023 às 09:01 horas (horário de Brasília).

O edital está disponível nos sites:  
<https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>;  
[http://patos.pb.gov.br/governo\\_e\\_municipio/avisos\\_de\\_licitacao](http://patos.pb.gov.br/governo_e_municipio/avisos_de_licitacao);  
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/>.  
**Informações complementares:** E- mail: [pregao@patos.pb.gov.br](mailto:pregao@patos.pb.gov.br) - Telefone: (83) 993849765  
Centro Administrativo Municipal Aderbal Martins de Medeiros, Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos/PB.

PATOS - PB, 28 de setembro de 2023.

**ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Robeivaldo de Andrade Leite  
**Código Identificador:**2A19B550

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1441/2023

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.  
**CONTRATADO:** DEUZIMAR FERREIRA DA SILVA, inscrito no CNPJ Nº 18.021.830/0001-60. **OBJETO CONTRATUAL:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS DE ALIMENTAÇÃO TIPO PANIFICAÇÃO (PÃES, BOLOS, ETC) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PATOS/PB. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** acrescentar ao valor contratual o total R\$ 33.300,00 (Trinta e Três Mil e Trezentos Reais), sendo que o valor atual de R\$ 133.200,00 (Cento e Trinta e Três Mil e Duzentos Reais), passando o seu valor global pós formalização do termo de aditivo o valor de R\$ 166.500,00 (Cento e Sessenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), que representa um aumento de 25% (vinte e cinco por cento), conforme preconiza as cláusulas contratuais e obedecendo a lei de licitações e suas alterações. **DA FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 65 e incisos, lei 8.666/93 e alterações posteriores. **SIGNATARIOS:**

Prefeitura Municipal de Patos, o Senhor FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS e do outro lado a empresa DEUZIMAR FERREIRA DA SILVA.

Patos, 27 de setembro de 2023.

**FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS**  
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
Leandro de Jesus Mendes Bento  
**Código Identificador:**6882039F

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO**  
**CONTRATO Nº 599/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2023**  
**CONTRATO Nº 599/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.  
CONTRATADO: NIVALDO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, inscrito no CNPJ Nº 37.551.250/0001-20. OBJETO CONTRATUAL: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB.** OBJETO DO TERMO ADITIVO: acrescentar ao valor contratual o total R\$ 37.781,15 (Trinta e Sete Mil e Setecentos e Oitenta e Um Reais e Quinze Centavos), sendo que o valor atual de R\$ 154.917,50 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil e Novecentos e Dezessete Reais e Cinquenta Centavos), passando o seu valor global pós formalização do termo de aditivo o valor de R\$ 192.698,65 (Cento e Noventa e Dois Mil e Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Sessenta e Cinco Centavos), que representa um aumento de 24,39 (vinte e quatro vírgula trinta e nove por cento), conforme preconiza as cláusulas contratuais e obedecendo a lei de licitações e suas alterações. DA FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65 e incisos, lei 8.666/93 e alterações posteriores. SIGNATARIOS: Prefeitura Municipal de Patos, o Senhor FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS e do outro lado a empresa NIVALDO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR.

Patos, 28 de setembro de 2023.

**FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS**  
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
Leandro de Jesus Mendes Bento  
**Código Identificador:**B0E6FB0F

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**MUNICÍPIO DE SALGADINHO**

**ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**  
**TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 06/2023**  
**LIVRO 01**

NOME	PARQUE EÓLICO SERRA SERIDÓ X
CNPJ	44.103.517/0001-81
INSC. MUNICIPAL	18/2023
ENDEREÇO	Estrada Vicinal que conecta a BR230, SN Lote Faz Cajazeiras – Zona Rural – Junco do Seridó PB. CEP: 58640-000.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Salgadinho PB, a quantia de R\$: 25.424,08 regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo.

Publique-se no diário oficial /FAMUP.  
Salgadinho, 28 de setembro de 2023.

**VALÉRIA DE ARAÚJO SILVA**  
Fiscal de Tributos  
CPF: XXX.066.364-23  
Matricula 5700231

**Publicado por:**  
José Leandro Moraes  
**Código Identificador:**9E8FD306

**ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**  
**TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 07/2023**  
**LIVRO 01**

NOME	PARQUE EÓLICO SERRA SERIDÓ XI
CNPJ	35.779.048/0001-24.
INSC. MUNICIPAL	22/2023
ENDEREÇO	Estrada Vicinal que conecta a BR230, SN Lote Sítio Exú – Zona Rural – Junco do Seridó PB. CEP: 58640-000.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Salgadinho PB, a quantia de R\$: **35.081,96** regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo.

Publique-se no diário oficial /FAMUP.  
Salgadinho, 28 de setembro de 2023.

**VALÉRIA DE ARAÚJO SILVA**  
FISCAL DE TRIBUTOS  
CPF: XXX.066.364-23  
Matricula 5700231

**Publicado por:**  
José Leandro Moraes  
**Código Identificador:**875BB297

**ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**  
**TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 08/2023**  
**LIVRO 01**

NOME	PARQUE EÓLICO SERRA SERIDÓ XII
CNPJ	35.849.407/0001-72.
INSC. MUNICIPAL	23/2023
ENDEREÇO	Estrada Vicinal que conecta a BR230, SN Lote Sítio Massaranduba Zona Rural – Junco do Seridó PB. CEP: 58640-000.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Salgadinho PB, a quantia de R\$: **30.562,34** regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo.

Publique-se no diário oficial /FAMUP.  
Salgadinho, 28 de setembro de 2023.

**VALÉRIA DE ARAÚJO SILVA**  
Fiscal de Tributos  
CPF: XXX.066.364-23  
Matricula 5700231

**Publicado por:**  
José Leandro Moraes  
**Código Identificador:**094726A0

**ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

**EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**  
**TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 09/2023**  
**LIVRO 01**

NOME	PARQUE EÓLICO SERRA SERIDÓ XIV
CNPJ	43.979.572/0001-77.
INSC. MUNICIPAL	24/2023
ENDEREÇO	Estrada Vicinal que conecta a BR230, SN Lote Faz Quixabeira - Zona Rural - Junco do Seridó PB. CEP: 58640-000.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Salgadinho PB, a quantia de R\$: **25.810,03** regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo. Publique-se no diário oficial /FAMUP.

Salgadinho, 28 de setembro de 2023.

**VALÉRIA DE ARAÚJO SILVA**

Fiscal de Tributos  
CPF: XXX.066.364-23  
Matricula 5700231

**Publicado por:**  
José Leandro Morais  
**Código Identificador:**0AF24933

### ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

#### EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 10/2023 LIVRO 01

NOME	PARQUE EÓLICO SERRA SERIDÓ XVI
CNPJ	44.019.401/0001-69.
INSC. MUNICIPAL	13/2023
ENDEREÇO	Estrada Vicinal que conecta a BR230, SN - Zona Rural - Junco do Seridó PB. CEP: 58640-000.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Salgadinho PB, a quantia de R\$: **33.996,17** regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo. Publique-se no diário oficial /FAMUP.

Salgadinho, 28 de setembro de 2023.

**VALÉRIA DE ARAÚJO SILVA**

Fiscal de Tributos  
CPF: XXX.066.364-23  
Matricula 5700231

**Publicado por:**  
José Leandro Morais  
**Código Identificador:**8F2890B0

### ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

#### EXTRATO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 11/2023 LIVRO 01

NOME	PARQUE EÓLICO SERRA SERIDÓ XVII
CNPJ	44.014.992/0001-81.
INSC. MUNICIPAL	25/2023
ENDEREÇO	Estrada Vicinal que conecta a BR230, SN - Zona Rural - Junco do Seridó PB. CEP: 58640-000.

Certificamos que o contribuinte acima identificado deve a Fazenda Municipal do município de Salgadinho PB, a quantia de R\$: **26.012,12** regularmente inscrito em dívida ativa.

Esta dívida está sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo. Publique-se no diário oficial /FAMUP.

Salgadinho, 28 de setembro de 2023.

**VALÉRIA DE ARAÚJO SILVA**

Fiscal de Tributos  
CPF: XXX.066.364-23  
Matricula 5700231

**Publicado por:**  
José Leandro Morais  
**Código Identificador:**75AB0BD7

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

#### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

#### DISPENSA Nº DV00036/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00036/2023, que objetiva: Locação de veículo pesado, do tipo caminhão compactador/capacidade não inferior A 15M³, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos na coleta de lixo do município de Salgadinho - PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: RUMOS LOCACAO E SERVICOS LTDA - R\$ 24.000,00.

Salgadinho - PB, 31 de Agosto de 2023.

**MARCOS ANTÔNIO ALVES**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
José Leandro Morais  
**Código Identificador:**4A1879B5

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO EXTRATO DE CONTRATO

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2023

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2023

**OBJETO:** Locação de veículo pesado, do tipo caminhão compactador/capacidade não inferior A 15M³, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos na coleta de lixo do município de Salgadinho - PB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00036/2023.

**DOTAÇÃO:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.00 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS; 15.452.2001.2048 MANUT. DAS ATIV. DE SERVICOS URBANOS; 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

**VIGÊNCIA:** até 01/11/2023.

**PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Salgadinho e: CT Nº 00116/2023 - 01.09.23 - RUMOS LOCACAO E SERVICOS LTDA - R\$ 24.000,00.

Salgadinho - PB, em 01 de setembro de 2023.

**MARCOS ANTÔNIO ALVES**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
José Leandro Morais  
**Código Identificador:**1B93E4EF

### ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RESOLUÇÃO Nº. 005, DE 08 DE SETEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA/PB, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 – ECA, pelas Resoluções nº. 152/2012 e 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e na forma das Leis Municipais nº. 412/2002 e 668/2023,

# RESOLVE:

**Art. 1º.** A eleição para o Conselho de Conselho Tutelar no Município de Serra Redonda/PB, que ocorrerá em 1º de outubro de 2023, conforme estabelece o Edital nº. 001/2023 – CMDCA, se dará por meio de votação em urnas eletrônicas, que serão distribuídas em 05 (cinco) locais de votação, da seguinte forma:

I – Escola Municipal Eduardo Medeiros – Seções Eleitorais 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 349, 350, 351, 352, 353 e 357.

II – Escola Municipal Rui Carneiro – Seções Eleitorais 363, 364, 365, 366, 369 e 370.

III – Escola Municipal Severino Bernardo Marinho (Sítio Queimadas) – Seções Eleitorais 358 e 359.

IV – Escola Municipal Padre João Batista (Sítio Torres) – Seções Eleitorais 361 e 362.

V – Escola Municipal Joaquim. C. de Albuquerque (Sítio Jucá) – Seção Eleitoral 367.

**Art. 2º.** A eleição terá início às 08:00 horas, com fechamento dos portões às 17:00 horas, sendo permitida a votação após esse horário apenas àqueles eleitores que eventualmente estiverem na fila de votação.

**Art. 3º.** Os técnicos designados pela Prefeitura Municipal, que participaram de treinamento junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba – TER/PB ficam autorizados a prestar serviços técnicos no caso de troca e/ou manutenção das urnas eletrônicas, detendo total autonomia para isso.

**Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Serra Redonda/PB, em 08 de setembro de 2023.

**WENDSON BARBOSA DOS SANTOS**

Presidente do CMDCA

**Publicado por:**

Jose Wilson da Silva Rocha

**Código Identificador:**1235AD9B

## ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE VISTA SERRANA

### SETOR DE LICITAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO TP 08/2022

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO

**CONTRATONº.01.290/2022**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal De Vista Serrana-PB

**CONTRATADO:** Construtora J Galdino Eireli EPP, CNPJ Nº 20.227.311/0001-03.

**OBJETO:**O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da Clausula Segunda, prorrogando por 12 (doze) meses, para 05 de outubro de 2024, a partir do último

prazo legal, iniciando – se dia 05 de outubro de 2022, e terminando dia 05 de

outubro de 2023, com fulcro no Artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93, de

conformidade com o que determina a Lei 8.666/93.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 57, inciso II e art. 65, da Lei n.º. 8.666/93 atualizada eTomada de preço N. 08/2022.

**DATA ASSINATURA:**27 de setembro de 2023.

**SERGIO GARCIA DA NOBREGA**

Prefeito Constitucional de Vista Serrana - PB

**Publicado por:**

Eduilson Araujo Silva

**Código Identificador:**FED905AB

### SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTAS TP 02/2023

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTAS  
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2023.149/2023**

O Município de Vista Serrana-PB, torna público, para ciência dos interessados, que tendo em vista o término do prazo de interposição de recursos quanto aos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes e considerando que não foi apresentado recurso, dará prosseguimento ao Processo Licitatório – tomada de preço nº. 002/2023, cujo objeto é a Contratação de serviços de obras especializadas para reforma do cemitério localizado no município de Vista Serrana/PB, conforme termo de referência anexo I do edital. Lei 8666/93,realizando sessão pública de abertura do envelope de proposta da empresa habilitada no referido processo no dia 02 de outubro de 2023, às 08:30 horas, na sala de reuniões instalada na Sala de reuniões da comissão permanente de Licitação da prefeitura Municipal de Vista Serrana/PB, localizada a Rua Joao Francisco Filho, nº,236 – Centro, Vista Serrana - Estado Da Paraíba. VISTA SERRANA-PB, 28 de setembro de 2023

**DENIS GARCIA XAVIER**

Presidente da Comissão/CPL

**Publicado por:**

Eduilson Araujo Silva

**Código Identificador:**28E574F5

### SETOR DE LICITAÇÃO RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP 04/2023

**RELATÓRIO DE ANÁLISE e JULGAMENTO da  
documentação de habilitação**

**TOMADA DE PREÇO Nº.04/2023**

**Processo Administrativo nº 2023.194/2023**

**objeto:** Contratação dos Serviços de obras Especializadas para Construção de passagem molhada (SÍTIO ACARÍ, ZONA RURAL) no Município de Vista Serrana/PB, contrato de repasse nº 1080670-30/2021, convênio 921804, conforme termo de referência Anexo I do edital. lei 8666/93.

#### preambulo

O presente Relatório é para proceder a análise e o julgamento da documentação de HABILITAÇÃO da licitação acima epigrafada, apresentada pelas empresas;

**SOMOS CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ: 35.042.630/0001-03**

**META CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.151.598/0001-94**

**PILAR EMPREENDIMENTOS EIRELI CNPJ: 13.721.826/0001-91**

**CONSTRUTORA AMORIM E LOCAÇÃO LTDA CNPJ: 44.169.551/0001-59**

**COVALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 11.170.603/0001-58**

**PRIIME CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS EM ENGENHARIA LTDA CNPJ: 20.949.329/0001-00**

**SÃO FRANCISCO LOCAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 43.169.096/0001-29**

**JMSV CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ: 30.999.688/0001-26**

**RTS ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS CNPJ: 04.672.369/0001-00**

**ELP CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EIRELI CNPJ: 33.310.406/0001-20**

**NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 35.858.155/0001-48**



Em relação a análise da documentação apresentada a CPL emite o seguinte julgamento:

**1- SOMOS CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ: 35.042.630/0001-03 HABILITADA**

**2- META CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.151.598/0001-94 HABILITADA**

**3- PILAR EMPREENDIMENTOS EIRELI CNPJ: 13.721.826/0001-91 HABILITADA**

**4- CONSTRUTORA AMORIM E LOCAÇÃO LTDA CNPJ: 44.169.551/0001-59 INABILITADA**

Item 5.2.1 não apresentou

Item 5.4.2 não apresentou

Item 5.5.4 não apresentou

**5- COVALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 11.170.603/0001-58 HABILITADA**

**PRIIME CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS EM ENGENHARIA LTDA CNPJ: 20.949.329/0001-00 HABILITADA**

**7-SÃO FRANCISCO LOCAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 43.169.096/0001-29 INABILITADA**

Item 5.5.4 não apresentou

**8-JMSV CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ: 30.999.688/0001-26 INABILITADA**

Item 5.4.2 não apresentou

**9-RTS ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS CNPJ: 04.672.369/0001-00 INABILITADA**

Item 5.4.2 não apresentou

Item 5.4.5 não apresentou

Item 5.4.6 não apresentou

Item 5.4.7 não apresentou

Item 5.4.8 não apresentou

**10-ELP CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EIRELI CNPJ: 33.310.406/0001-20 INABILITADA**

Item 5.4.4 não apresentou

Item 5.4.5 não apresentou

Item 5.4.6 não apresentou

Item 5.4.7 não apresentou

Item 5.4.8 não apresentou

Item 5.5.2.2 não apresentou

**11-NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 35.858.155/0001-48**

Item 5.4.2 não apresentou

Item 5.4.6 não apresentou

Item 5.4.7 não apresentou

Item 5.5.4 não apresentou

#### **EMPRESAS HABILITADAS:**

**SOMOS CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ: 35.042.630/0001-03 META CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.151.598/0001-94-25**

**PILAR EMPREENDIMENTOS EIRELI CNPJ: 13.721.826/0001-91**

**COVALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 11.170.603/0001-58**

**PRIIME CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS EM ENGENHARIA LTDA CNPJ: 20.949.329/0001-00**

#### **EMPRESA INABILITADAS:**

**CONSTRUTORA AMORIM E LOCAÇÃO LTDA CNPJ: 44.169.551/0001-59**

**SÃO FRANCISCO LOCAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 43.169.096/0001-29**

**JMSV CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ: 30.999.688/0001-26**

**RTS ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS CNPJ: 04.672.369/0001-00**

**ELP CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EIRELI CNPJ: 33.310.406/0001-20**

**NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 35.858.155/0001-48**

Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, encontrando-se os autos disponíveis, na sala da CPL, no prédio da Prefeitura Municipal de Vista Serrana na Rua Joao Francisco, nº236, centro, Vista serrana-PB. **Informações no E-mail, vistaserranacpl@gmail.com, ou pelo site do município.** Os autos do processo encontram-se a disposição dos interessados em todos os dias úteis das 08:00 às 12:00 horas no prédio da prefeitura.

Vista Serrana – PB 24 de agosto de 2023

**DENIS GARCIA XAVIER**

Presidente CPL/PMVS

**ÉRICA DE FARIAS DANTAS**

Membro da CPL

**JANICLEIDE DE FARIAS FREITAS**

Membro da CPL

**MARIA IRISMAR PEREIRA SOARES**

Assessoria técnica

**Publicado por:**

Eduilson Araujo Silva

**Código Identificador:**8F6EE910

### **SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PE 019/2023**

ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA/PB  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PREGÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2023.237/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO 019/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, às 09hs:00min do dia 16/10/2023, licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, para: Aquisição de um Veículo de Passeio. ANO MODELO- 2023/2023 para unidade Básica de Saúde (UBS Marlucia Gomes de Araújo), proposta nº.11428.853000/1220-01, da Prefeitura Municipal de Vista Serrana-PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. fundamento legal: termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. lei complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e demais legislação.

Informações: no horário das 08hs:00min às 12hs:00min dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: vistaserranacpl@gmail.com. Edital, www.portaldecompraspublicas.com.br, www.tce.pb.gov.br. Vista Serrana/PB, 28 de setembro de 2023

**DENIS GARCIA XAVIER**

Pregoeiro Oficial/PM



**Publicado por:**  
Eduilson Araujo Silva  
**Código Identificador:**FC06CF52

**SETOR DE LICITAÇÃO**  
**RELATÓRIO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE**  
**HABILITAÇÃO TP 05/2023**

**RELATÓRIO DE ANÁLISE e JULGAMENTO da**  
**documentação de habilitação**

**TOMADA DE PREÇO Nº.05/2023**  
**Processo Administrativo nº 2023.212/2023**

**objeto:** Contratação dos Serviços de obras Especializadas para Pavimentação Asfáltica no Centro do Município de Vista Serrana - PB (Ruas Jeremias José do Nascimento e Rua Fidelino Gomes de Farias, e Travessa Ana Araújo), conforme termo de referência Anexo I do edital. lei 8666/93 e Contrato de Repasse nº 1081370-78/2021 (923790)

**preambulo**

O presente Relatório é para proceder a análise e o julgamento da documentação de HABILITAÇÃO da licitação acima epigrafada, apresentada pelas empresas;

1-RTS ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS CNPJ 04.672.369/0001-00

2 EMPROTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ 10.465.480/0001-10

Em relação a análise da documentação apresentada a CPL emite o seguinte julgamento:

1-RTS ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS CNPJ 04.672.369/0001-00

**Inabilitada**

Não atendeu ao subitem 5.4.1.2 do edital

2 EMPROTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ 10.465.480/0001-10

**Habilitada**

Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, encontrando-se os autos disponíveis, na sala da CPL, no prédio da Prefeitura Municipal de Vista Serrana na Rua Joao Francisco, nº236, centro, Vista serrana-PB. **Informações no E-mail, [vistaserranacpl@gmail.com](mailto:vistaserranacpl@gmail.com), ou pelo site do município.** Os autos do processo encontram-se a disposição dos interessados em todos os dias úteis das 08:00 às 12:00 horas no prédio da prefeitura.

Vista Serrana – PB 28 de setembro de 2023

**DENIS GARCIA XAVIER**  
Presidente CPL/PMVS

**ÉRICA DE FARIAS DANTAS**  
Membro da CPL

**JANICLEIDE DE FARIAS FREITAS**  
Membro da CPL

**MARIA IRISMAR PEREIRA SOARES**  
Assessoria Técnica

**Publicado por:**  
Eduilson Araujo Silva  
**Código Identificador:**338F2851

**SETOR DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO TP 07-2023**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.218/2023**

**TOMADA DE PREÇO1/0007/2023**

**CONTRATO Nº. 01.263/2023**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de VISTA SERRANA-PB  
**CONTRATADO:** - Meta Construções Locações e Serviços LTDA

**OBJETO:** Contratação dos Serviços de obras Especializadas para Reforma e ampliação da Escola José Gil Xavier Farias do Município de Vista Serrana/PB.

**VALOR GLOBAL:** com o valor de R\$ 436.093,44 (Quatrocentos e Trinta e Seis Mil, Noventa e Três Reais e Quarenta e Quatro Centavos), vencendo no item: 1;

**DOTAÇÕES:**

Unidade Orçamentaria:

08.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Classificação Funcional:

12 361 0009 1001 Construção, Ampliação e Restauração de Unidades Escolares e Centros Integrados

Objetivo: Construir, Ampliar e Restaurar Unidades Escolares e Centros Integrados

12 361 0009 1042 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Obras de Infra Estrutura em Educação - FUNDAMENTAL

Objetivo: Construir, Ampliar e/ou Reformar Obras de Infra Estrutura em Educação

12 365 0009 1048 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Obras de Infra Estrutura em Educação - INFANTIL

Objetivo: Construir, Ampliar e/ou Reformar Obras de Infra Estrutura em Educação - INFANTIL

FR.: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos - LIVRE

FR.: 1.500.1001 Recursos Vinculados de Impostos - MDE

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 26 de setembro de 2024.

**DATA DA ASSINATURA:** 26 de setembro de 2023.

**SERGIO GARCIA DA NOBREGA**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Eduilson Araujo Silva  
**Código Identificador:**35E6B0E9

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE ADITIVO**

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

**OBJETO:** Aquisição de gás GLP e água mineral/ e ou adicionada de sais para atender a demanda da Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00046/2022. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe e: CT Nº 00024/2023 - Distribuidora de Petroleo Galdino Ltda - Apostila 02 - acréscimo de 2,94% - equivalente a R\$ 3,00. O valor consolidado passa para R\$ 130.796,00. **ASSINATURA:** 19.09.23

**Publicado por:**  
Thamyse Martins Soares  
**Código Identificador:**E6AD877D

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DE PRINCESA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº**  
**058/2022**

**EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2022**

**REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022.**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO POVOADO CACHOEIRA DE MINAS ZONA RURAL, RUA JOSÉ DE SIQUEIRA LOPES E RUA JOSÉ FERREIRA DA LUZ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PRINCESA/PB, CONFORME

PROJETO DE ENGENHARIA E NOS TERMOS DO CR N.º 1054539-46/2018, SICONV N.º 868798.

**Contratante:** Município de São José de Princesa – PB - CNPJ nº 01.612.684/0001-45.

**Empresa Contratada:** Construtora Apodi Eireli - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.620.703/0001-15

**Objeto do Aditivo:** Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, passando o prazo da conclusão da obra para 24 (vinte e quatro) meses. O prazo de vigência que se encerraria em 13/09/2023, fica prorrogado até o dia 13/09/2024.

**Fundamento Legal:** Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**Solicitante:** Secretário Municipal de Infraestrutura. São José de Princesa – PB, 31 de agosto de 2023.

**JULIANO DINIZ DE MORAIS –**  
Prefeito.

**Publicado por:**  
Natalicio Ferreira Neto do Nascimento  
**Código Identificador:**BBC187A2

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE ADITIVO**

**EXTRATO DE ADITIVO**

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DE A A Z DA LINHA FARMA ATRAVÉS DA OFERTA DE MAIOR PORCENTAGEM DE DESCONTO SOBRE A TABELA ABC FARMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00005/2023. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação à demanda. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00013/2023 - Redepharm Ltda - CNPJ: 01.486.101/0002-68 - 1º Aditivo - redução de R\$ 0,00. ASSINATURA: 26.09.23

**Publicado por:**  
Tatiara Gomes de Almeida  
**Código Identificador:**6B699B89

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**00009/2023**

**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**00009/2023**

OBJETO: AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOSEFA DELFINO DA CONCEIÇÃO – DISTRITO DE SÃO TOMÉ, CONFORME PROPOSTA 11838.0960001/22-009. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: AJCL CONSTRUÇOES EIRELI - CNPJ: 42.509.997/0001-50 – R\$ 103.794,45. Resultado: AJCL CONSTRUÇOES EIRELI - CNPJ: 42.509.997/0001-50 – R\$ 103.794,45 – 1º Lugar; WJX CONSTRUÇOES E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 13.408.085/0001-93 – R\$ 106.062,75 – 2º Lugar. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. E-mail: pmanlicita@gmail.com.

Alagoa Nova - PB, 28 de Setembro de 2023

**TATIARA GOMES DE ALMEIDA**  
Presidente da Comissão

**Publicado por:**  
Tatiara Gomes de Almeida  
**Código Identificador:**69DAF442

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**00010/2023**

**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**00010/2023**

OBJETO: **INSTALAÇÕES E ILUMINAÇÃO DO CAMPO ANÍBAL.** LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: WJX CONSTRUÇOES E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 13.408.085/0001-93 – R\$ 125.728,72. Resultado: WJX CONSTRUÇOES E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 13.408.085/0001-93 – R\$ 125.728,72 – 1º Lugar. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. E-mail: pmanlicita@gmail.com.  
Alagoa Nova - PB, 28 de Setembro de 2023

**TATIARA GOMES DE ALMEIDA**  
Presidente da Comissão

**Publicado por:**  
Tatiara Gomes de Almeida  
**Código Identificador:**98F68EC4

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA N.º 0173/2023 ALHANDRA EM 26 DE SETEMBRO**  
**DE 2023**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 93, inciso II, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 448/2010 e demais disposições legais;

**RESOLVE:**

**Art.1º.** Alterar a Portaria n.º 0107/2023, datada de 06 de junho de 2023, substituindo membros do Conselho Municipal do Idoso deste município, a qual passará a ter a seguinte composição:

**GOVERNAMENTAL:**

**1 – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA:**

Titular: Dalila Rodrigues de Pontes – CPF: 364.758.314-68  
Suplente: Benedita Fernandes Beserra – CPF: 343.145.984-68

**2 – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:**

Titular: Ana Patrícia Tavares Correia Lins – CPF: 036.046.514-99  
Suplente: Edgar Fabio Costa da Rocha – CPF: 226.931.358-50

**3 – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**

Titular: Genoveva Pereira Moura Barbosa – CPF: 395.838.564-87  
Suplente: Severina Lins de Souza – CPF: 219.390.394-87

**NÃO GOVERNAMENTAL**

**1 – REPRESENTANTES DO SINDICATO E/OU ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS:**

Titular: José Manoel dos Santos – CPF: 054.463.094-72  
Suplente: Darcilene Silva Santos de Lira – CPF: 677.749.034-53

**2 – REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÃO DE GRUPO OU MOVIMENTO DO IDOSO, DEVIDAMENTE LEGALIZADO E EM ATIVIDADE:**

Titular: Luciana Christina Acioly de Melo – CPF: 024.604.634-13 - Presidente  
Suplente: Ivanda Feliciano da Silva – CPF: 218.759.604-49 – 2ª Secretária

### 3 – REPRESENTANTES DE CREDO RELIGIOSO COM POLITICAS EXPLÍCITAS E REGULARES DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DO IDOSO:

Titular: Mariana Francisca Santos de Souza– CPF: 202.871.784-04  
Suplente: Luciene de Fátima de Moura Gonçalves – 049769.784-00 – 1ª Secretária

**Art.2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Alhandra-PB, em 26 de setembro 2023.

**MARCELO RODRIGUES DA COSTA**

Prefeito

**Publicado por:**

Jean Carlos Correia de Luna

**Código Identificador:**B78F1DD1

#### GABINETE DO PREFEITO

#### PORTARIA N.º 174/2023 ALHANDRA EM 26 DE SETEMBRO 2023

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 93, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais;

#### RESOLVE:

**Art.1º.** Designar a servidora **ARYALLANE RAMOS DE CARVALHO**, Controladora Geral Adjunta do Município, Mat. N.º 302963, para representar o Município junto a Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE-PB, ficando a mesma incumbida de receber ofícios expedidos pelo TCE-PB, relacionados a multas e outros débitos, como também da alimentação do Portal do Gestor com os dados relacionados ao tema.

**Art.2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Alhandra-PB, em 26 de setembro 2023.

**MARCELO RODRIGUES DA COSTA**

Prefeito

**Publicado por:**

Jean Carlos Correia de Luna

**Código Identificador:**0EFD1492

#### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

#### RESOLUÇÃO N.º 010/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 - CMDCA

Dispõe sobre o local de apuração de votos dos candidatos no Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Alhandra para o quadriênio 2024/2027.

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** de Alhandra, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal n. 155 de 06 de junho de 1994;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Definir o prédio da Câmara Municipal de Alhandra como local de apuração de votos dos candidatos no Processo de Escolha dos

Membros do Conselho Tutelar de Alhandra, solicitado por intermédio do Ofício CMDCA nº 54/2023, conforme anexo I.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alhandra, 28 de setembro de 2023.

**CHARLENE INÁCIO DA SILVA**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### ANEXO I

**Ofício nº: 54/2023**

Alhandra, 21 de setembro de 2023.

Ao Sr.

José Roberto Lourenço dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Alhandra-PB

**Assunto: Solicitação da Câmara Municipal para apuração dos votos e armazenamento das urnas eletrônicas**

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho pelo presente para solicitar o espaço da Câmara Municipal para apuração dos votos dos candidatos ao processo unificado de escolha para o conselho tutelar do município de Alhandra-PB do quadriênio 2024/2027, a realizar-se no dia 01/10/202 na mesma oportunidade solicitamos o mesmo espaço para armazenamento das urnas eletrônicas até o dia posterior 02/10/2023. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais, e aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CHARLENE INÁCIO DA SILVA**

Matrícula 303039

**Publicado por:**

Rildo Alves Pereira Filho

**Código Identificador:**70CF6E1E

#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA

#### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA N.º DV00021/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00021/2023, que objetiva: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás oxigênio medicinal, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste Município de Arara PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA LTDA - R\$ 17.200,00.

Arara - PB, 21 de Setembro de 2023

**JOSÉ AILTON PEREIRA DA SILVA -**

Prefeito

**Publicado por:**

Maciel Chianca de Medeiros

**Código Identificador:**ADA51B6A

#### GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00021/2023. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás oxigênio medicinal, para atender as necessidades da secretaria

municipal de saúde deste Município de Arara PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO: Fundo Municipal de Saúde. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 21/09/2023.

**Publicado por:**  
Maciel Chianca de Medeiros  
**Código Identificador:**142FF96A

### GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás oxigênio medicinal, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde deste Município de Arara PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00021/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Arara: 06.00 FUNDO MUN DE SAÚDE – S.M.S. 10.301.2005.2025 MANTER PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – PAB FIXO 214.000001 Transferência de Recursos do SUS para Atenção Básica 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.301.2020.2021 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS – RECURSOS FUNDO A FUNDO FN 214.000001 Transferência de Recursos do SUS para Atenção Básica 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.301.2020.2029 MANTER AS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 211.000001 Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto – Saúde 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.302.2020.2028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIAS – SAMU 211.000001 Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto – Saúde 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 213.000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 214.000003 Transferência de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 10.302.2020.2047 MANTER ATIVIDADES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL 211.000001 Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto – Saúde 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 213.000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 214.000003 Transferência de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Compl 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO.. VIGÊNCIA: até 22/09/2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Arara e: CT Nº 00206/2023 - 22.09.23 - ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA LTDA - R\$ 17.200,00.

**Publicado por:**  
Maciel Chianca de Medeiros  
**Código Identificador:**ED9FB0CE

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE ADIAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2023

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento do Pregão Presencial nº 00021/2023, para o dia 03 de Outubro de 2023 às 09:00 horas, no mesmo local inicialmente divulgado: Rua São José, 472 - Centro - Areial - PB. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no referido endereço.Telefone: (83) 33681020. E-mail: cplareial2020@gmail.com.

Areial - PB, 28 de Setembro de 2023

**RAGDE DE ALMEIDA BATISTA -**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Ragde de Almeida Batista  
**Código Identificador:**4241F977

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADITIVO AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO

Pelo presente instrumento, como **PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.701.062/0001-32, situada à Rua São José, 683, Centro, Cep 59119-000, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Prefeito **ADELSON GONÇALVES BENJAMIM**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua São José, s/n, Centro, portador do CPF nº 345.106.054-04 E RG 892.778 SSP/PB, e como **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESPERANÇA – PB**, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, CNPJ nº 01.180.414/0001-02, estabelecida a Rua Solón de Lucena, 199, Centro, Esperança-PB, aqui representada pela Senhora **ADELMA BRANDÃO FREIRE BATISTA**, presidente da APAE, ajustam o seguinte:

1. As partes retro qualificadas firmaram, em 09 de JANEIRO de 2023, TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO, o qual ajustara, nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA, preço e forma de pagamento, nos seguintes termos: “Pela execução do presente termo de acordo e cooperação, a Prefeitura Municipal de Areial, irá repassar a quantia de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), a serem divididos em 12 parcelas iguais de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) a partir do mês de Dezembro de 2017”.

2. Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a cláusula retro, passando, a partir desta data, a prevalecer o seguinte:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. Pela execução do presente termo de acordo e cooperação, a Prefeitura Municipal de Areial, irá repassar a quantia R\$ 1.375,00 (mil, trezentos e setenta e cinco reais), a partir desta data até enquanto perdurar a vigência do presente termo.

3. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento ora alterado.

E por estarem juntas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 vias iguais e forma para que produza os seus devidos efeitos legais.

Areial, 28 de Setembro de 2023.

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIM**  
Prefeito

**ADELMA BRANDÃO F. BATISTA**  
Presidente da APAE

**Publicado por:**  
Rodrigo Gonçalves Guimaraes Fonseca  
**Código Identificador:**E1CE9197

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL Nº 003/2023 VALDOMIRO DANIEL DOS SANTOS - “DOMIRO” DE MÚSICA (BANDA/GRUPO MUSICAL)

A Prefeitura Municipal de Areial - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital, o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, para proponentes físicos e jurídicos referentes a categoria de MÚSICA (BANDA/GRUPO MUSICAL).

#### DA JUSTIFICATIVA

O Edital Nº 003/2023 DE MÚSICA (BANDA/GRUPO MUSICAL), VALDOMIRO DANIEL DOS SANTOS - “DOMIRO”, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais de música por meio de bandas ou grupos musicais que sejam desenvolvidos com os artistas e fazedores de cultura e resultem em benefício coletivo que gerem impactos locais, sociais, econômicos e culturais.

#### DO OBJETO

2.1 Este instrumento é denominado EDITAL VALDOMIRO DANIEL DOS SANTOS - “DOMIRO”, numa homenagem em memória desta figura Areialense popularmente conhecido por “Domiro”, que foi um exímio e atuante sanfoneiro, defensor e ativista cultural e fundador do trio Forró do Gonzagão.

Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de projetos no ramo da música, sob apresentação de bandas e/ou grupos de artistas, culturais enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de Areial.

Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades culturais por meio da música (banda/grupo musical) relativas ao setor musical artístico, incentivando a promoção e divulgação da arte e da cultura existentes no município de Areial.

#### DAS CATEGORIAS

Este Edital contemplará 08 projetos para a categoria de música (banda/grupo musical); para que se realize a exposição pública de apresentações musicais (shows).

Para este edital, correspondente às categorias de: música (banda/grupo musical); são propostas estratégias de políticas públicas culturais que visam levar a experiência da descontração e confraternização coletiva em ambientes públicos do município de Areial. Por meio de uma estrutura e locais adequados para a realização de tais eventos, assim concretizando atividades que levem a comunidade presente, momentos de convivência mútua através da arte musical.

#### DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

Os projetos para a categoria música (banda/grupo musical); deverão apresentar a realização gratuita de apresentações por meio de shows musicais, para todos os presentes no recinto, a serem definidos pela administração municipal.

É vedado o aporte na apresentação do conteúdo com proselitismo religioso ou político-partidário, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, informerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

#### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-013876– Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023.

Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

R\$ 23.186,48 (vinte e três mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) para todas as propostas da categoria de demais manifestações artísticas (Editais de 002/2023 a 006/2023).

Sendo R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para propostas de música – (banda/grupo musical) para pessoa jurídica e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para propostas de música – (banda/grupo musical) para pessoa física. Totalizando o valor de R\$ 8.000,000 (oito mil reais) para as propostas especificadas, a serem divididos os valores individuais conforme tabela apresentada no item 9.2.1 deste certame.

#### DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservados concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar o documento da autodeclaração e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

#### DO CRONOGRAMA

As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site <http://areial.pb.gov.br/>.

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Lançamento de Edital	29 de setembro	01 dia
Período de Inscrições	02 a 11 de outubro	10 dias
Análise dos Projetos	16 e 17 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	19 de outubro	01 dia
Período de Interposição de Recurso	20 e 23 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado Final	25 de outubro	01 dia
Período de Habilitação de Projetos selecionados e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 e 31 de outubro	02 dias
Período de Pagamento de Projetos Selecionados	De 06 a 10 de novembro	05 dias

#### DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de Areial-PB de no mínimo dois anos, com comprovação, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

Estão impedidas de se inscrever ou participar dos projetos, pessoas físicas e jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB.

#### DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 003/2023 – EDITAL VALDOMIRO DANIEL DOS SANTOS - “DOMIRO”, DE MÚSICA (BANDA/GRUPO MUSICAL), contemplará 8 projetos na área das demais manifestações artísticas – música (banda/grupo musical), em que o agente econômico que, no seu instrumento de constituição, apresente como atividade econômica, principal ou secundária, a realização de apresentações musicais artísticas através de shows.

O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

Propostas da categoria de Música – (banda/grupo musical).

CATEGORIA	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
-----------	-------	--------------------	-----------------

MÚSICA/ MUSICAL – PJ	BANDA	GRUPO	04	1.000,00	4.000,00
MÚSICA/ MUSICAL – PF	BANDA	GRUPO	04	1.000,00	4.000,00

O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa física e/ou jurídica).

No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

#### DAS INSCRIÇÕES

A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 02 a 11 de setembro, presencialmente na sede da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Areial, Rua São José Nº 683, Centro, Areial-PB, das 08h00 às 12h00.

No ato da inscrição, deverão ser anexados os seguintes documentos:

Formulário de Inscrição preenchido;

Plano de Trabalho para os projetos nas categorias de demais manifestações artísticas voltadas ao ramo da música, propostas neste edital contendo descrição do objeto, cronograma de execução e estimativa de custos, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal;

Currículo e portfólio do proponente;

Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente em cada um dos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Areial, caso seja verificado duplicidade da inscrição de algum proponente em um mesmo edital este será automaticamente desclassificado.

#### DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

ITEM	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU PARCIALMENTE	APRESENTOU INTEGRALMENTE
01	Relevância Artística do Projeto	0,0	1,0	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	1,0	2,0
03	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	1,0	2,0
04	Currículo e Portfólio	0,0	1,0	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	1,0	2,0

Cada proposta será avaliada pelos integrantes do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://areial.pb.gov.br/>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://areial.pb.gov.br/>.

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pelo Comitê.

Após analisados os pedidos de reconsideração, comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://areial.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

#### DO COMITÊ DE TRABALHO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

Os trabalhos do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Prefeitura Municipal de Areial para a devida tomada de decisões.

**DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**

Após a homologação do resultado final, a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura e/ou a Procuradoria Municipal convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital ensejará na desclassificação do proponente.

No caso de entrega da documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Em caso de não entrega e de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária corrente, não sendo aceita conta poupança.

**DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

**DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

Caso comprovada a falsidade de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

Proponente Pessoa Jurídica – a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu; d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do comprovante de residência do representante legal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT; g) Certidão Negativa do FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; i) Certidão Negativa de Débito Estadual; j) Certidão Negativa de Débito Municipal l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente. Para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

Proponente Pessoa Física – a) Cópia de CPF; b) Cópia do RG; c) Comprovante de residência atualizado; d) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Física.

**DA CONTRAPARTIDA**

Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições.

Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução e exibições futuras para a realização de suas produções artísticas, dentro do prazo não superior a 30 de dezembro de 2023.

**REMANEJAMENTO DOS RECURSOS**

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:

Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital das demais manifestações artísticas.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areal, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo comitê de trabalho da Lei Paulo Gustavo no município.



Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação: “Este produto foi realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo, no edital VALDOMIRO DANIEL DOS SANTOS - “DOMIRO”, DE MÚSICA (BANDA/ GRUPO MUSICAL). Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria da juventude Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areal, de.”

O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areal o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo. Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pelo comitê de trabalho, durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura.

Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://www.areial.pb.gov.br/>.

Areal - PB, 29 de setembro de 2023

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIN**

Prefeito Constitucional de Areal-PB

**Publicado por:**

Rodrigo Gonçalves Guimaraes Fonseca

**Código Identificador:**2E2E04D4

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

### CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA VISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2023

#### CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2023

O Vereador Presidente da Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa, comunica que **HOMOLOGOU** e **ADJUDICOU** nesta data o objeto desta licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA – PB, em favor de AJ SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 38.039.654/0001-00 no valor de R\$ 402.920,30. Em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei nº. 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta lei.

Barra de Santa Rosa/PB, 28 de setembro de 2023.

**EDSON GUEDES MONTEIRO**

Presidente

**Publicado por:**

Josenilson Lima Barbosa

**Código Identificador:**8D15BF72

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL RATIFICAÇÃO

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00007/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00007/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA EDUCACIONAL PARA PROMOÇÃO DE TREINAMENTO POR PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) DE PROFESSORES DESTA MUNICÍPIO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: F PATRICIO DE SOUZA - R\$ 16.984,80.

Barra de Santa Rosa - PB, 20 de Abril de 2023

**JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO**

Prefeito

**Publicado por:**

José Daniel Martins Silva

**Código Identificador:**14E2E89A

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE CONTRATO

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

### EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA EDUCACIONAL PARA PROMOÇÃO DE TREINAMENTO POR PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) DE PROFESSORES DESTA MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00007/2023. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS 06.00 SEC. DE EDUCAÇÃO 12.361.2001.2026 MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MD 12.365.2001.2032 MANTER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – MDE 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 00103/2023 - 24.04.23 - F PATRICIO DE SOUZA - R\$ 16.984,80.

**Publicado por:**

José Daniel Martins Silva

**Código Identificador:**F849A373

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00029/2023

#### ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00029/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00029/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO; ADJUDICO o seu objeto a: ACM MERCANTIL LTDA - R\$ 45.585,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 01 de Setembro de 2023

**JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA -**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

José Daniel Martins Silva

**Código Identificador:**161B20E6

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00029/2023

#### HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00029/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00029/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA

DE CARNES DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ACM MERCANTIL LTDA - R\$ 45.585,00.  
Barra de Santa Rosa - PB, 14 de Setembro de 2023

**JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**3FC02F49

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE CONTRATO

#### EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00029/2023. DOTAÇÃO: RECURSOS ORDINÁRIOS / TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE / RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO / TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB (OUTRAS) 02.00 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.1001.2004 MANTER AS ATIVIDADES DA SEC ADMINISTRAÇÃO 06.00 SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO 12.306.2001.2021 MANTER AS ATIVIDADES DO PROG. MERENDA ESCOLAR– PNAE 12.361.2001.2025 MANTER AS ATIVIDADES DO PROG. DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE 12.361.2001.2026 MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE 12.365.2001.2032 MANTER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – MDE 12.365.2001.2035 MANTER AS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS FNDE – CRECHES 12.366.2001.2036 MANTER AS ATIVIDADES DO PROG. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/BRASIL ALFABETIZADO 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 00150/2023 - 14.09.23 - ACM MERCANTIL LTDA - R\$ 45.585,00.

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**4C091573

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2023

#### ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00026/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA ATENDER OS EVENTOS OFICIAIS E FESTIVIDADES DESTE MUNICÍPIO; ADJUDICO o seu objeto a: JOSE EDSON CORREIA - R\$ 389.690,00; STUDIO NIGHT PALCO E SONORIZAÇÃO EIRELI - R\$ 21.360,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 11 de Agosto de 2023

**JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA -**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**772B65A4

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2023

#### HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00026/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA ATENDER OS EVENTOS OFICIAIS E FESTIVIDADES DESTE MUNICÍPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: JOSE EDSON CORREIA - R\$ 389.690,00; STUDIO NIGHT PALCO E SONORIZAÇÃO EIRELI - R\$ 21.360,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 01 de Setembro de 2023

**JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**8442C4BB

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE CONTRATOS

#### EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA ATENDER OS EVENTOS OFICIAIS E FESTIVIDADES DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00026/2023. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS 04.00 SEC. DE TURISMO, DESPORTO E CULTURA 13.392.2004.2011 REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 00147/2023 - 04.09.23 até 04.09.24 - JOSE EDSON CORREIA - R\$ 371.690,00; CT Nº 00149/2023 - 05.09.23 até 05.09.24 - STUDIO NIGHT PALCO E SONORIZAÇÃO EIRELI - R\$ 21.360,00.

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**353B4FC0

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2023

#### HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00021/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório: **Licitação Fracassada.**

Barra de Santa Rosa - PB, 28 de Setembro de 2023

**JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**B6DEED2E

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

#### EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 00021/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ABERTURA: 29/05/2023 as 09:30 horas. JUSTIFICATIVA: Licitação Fracassada. DATA: 28/09/2023.

**Publicado por:**  
José Daniel Martins Silva  
**Código Identificador:**7145348F

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA

### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 00012/2023

RATIFICO por este termo, a Dispensa de Licitação nº 00012/2023, nos termos do Art. 75, II, da Lei 14.133/2021, que objetiva:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO; e ADJUDICO o seu objeto a: IGETEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO, EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA - R\$ 15.000,00.

Bernardino Batista - PB, 28 de Setembro de 2023

**ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA**

Prefeito

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:83331CB2

#### GABINETE DO PREFEITO

#### EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº 00012/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 00012/2023.

DOTAÇÃO: Programa de Trabalho: 02130.04.122.3000.1024 - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA; Fonte de Recursos: 500.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bernardino Batista e:

Contrato nº 00345/2023 - 28.09.23 - IGETEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO, EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA - R\$ 15.000,00.

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:65BCB7E9

#### ESTADO DA PARAÍBA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2023 AO CONTRATO Nº 06/2023 DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2022.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ: n.º 08.924.037/0001-18 e do outro lado a empresa ECCO DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.003.125/0001-03.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento tem por objetivo alterar a **Cláusula Terceira** do Contrato nº 06/2023, tendo em vista que a quantidade licitada dos itens vencidos pela contratada não terem sido suficientes até o termino da vigência do contrato:

**Parágrafo Primeiro** – O presente termo aditivo está respaldado juridicamente no que determina a cláusula décima quarta e décima sexta do contrato originário e com o disposto no Art. 65, II, alínea “d” e parágrafo 1, da Lei n.º 8.666/93 e na Cláusula Décima Quarta e Sexta do Contrato.

**Parágrafo Segundo** – O presente Termo Aditivo será de **R\$ 132.448,94 (Cento e Trinta e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos).**

#### DA RATIFICAÇÃO

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 06/2023, não alteradas ou retificadas pelo presente Termo, são expressamente

ratificadas, para todos os fins de direito. E, por estarem, assim, justas e acertadas, as partes ou seus representantes legais, assinam o presente Termo, que passa a integrar o Contrato originário, para todos os fins de direito.

**DATA E ASSINATURA:** Bonito de Santa Fé – PB, 27 de setembro de 2023, **ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e Contratada.** EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2023 AO CONTRATO Nº 06/2023 DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2022.

**PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ: n.º 08.924.037/0001-18 e do outro lado a empresa ECCO DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.003.125/0001-03.**

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento tem por objetivo alterar a **Cláusula Terceira** do Contrato nº 06/2023, tendo em vista que a quantidade licitada dos itens vencidos pela contratada não terem sido suficientes até o termino da vigência do contrato:

**Parágrafo Primeiro** – O presente termo aditivo está respaldado juridicamente no que determina a cláusula décima quarta e décima sexta do contrato originário e com o disposto no Art. 65, II, alínea “d” e parágrafo 1, da Lei n.º 8.666/93 e na Cláusula Décima Quarta e Sexta do Contrato.

**Parágrafo Segundo** – O presente Termo Aditivo será de **R\$ 132.448,94 (Cento e Trinta e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos).**

#### DA RATIFICAÇÃO

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 06/2023, não alteradas ou retificadas pelo presente Termo, são expressamente ratificadas, para todos os fins de direito. E, por estarem, assim, justas e acertadas, as partes ou seus representantes legais, assinam o presente Termo, que passa a integrar o Contrato originário, para todos os fins de direito.

**DATA E ASSINATURA:** Bonito de Santa Fé – PB, 27 de setembro de 2023, **ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e Contratada.**

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:BF895541

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 099/2023 - REPUBLICAÇÃO - ALANA CEZARIO DE SOUZA

#### PORTARIA Nº 099/2023 - REPUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal etc. e Processo Administrativo nº 053/2023.

**Considerando** que a Sra. ALANA CEZARIO DE SOUZA, foi admitida neste município para cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM por Excepcional Interesse Público no dia 02/01/2023, e, a mesma requereu licença à gestante pelo período de 120 dias conforme e Parecer Jurídico da Advocacia Geral do Município documentos Proc. Administrativo.

#### RESOLVE:

**Art. 1º. CONCEDER,** Licença à Gestante pelo período de 120 dias nos termos da CF/88 art. 7º inciso XVIII, combinado com a Lei

11.770/2008 e Lei 8212/1991, decreto federal 3.048/99 a servidora **ALANA CEZARIO DE SOUZA**, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM por Excepcional Interesse Público matrícula nº 22278, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para o período compreendido de 19/06/2023 a 18/10/23.

**Art. 2º.** Esta Portaria retroage seus efeitos ao dia 19/06/2023, e entra em na data de sua publicação.

Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 29 de setembro de 2023.

**ANTONIO LUCENA FILHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Antonio Furtado de Figueiredo Neto

**Código Identificador:**FD3C36FC

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**ADJUDICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS  
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00023/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00023/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE E MATERIAIS PERMANENTES, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BREJO DOS SANTOS PB; ADJUDICO o seu objeto a: COMERCIAL MARTINS LTDA - R\$ 37.602,70; DEUSIENE PEREIRA DA SILVA-ME - R\$ 106.045,00; FABIO JOSE DE SENA 01035021498 - R\$ 2.454,00; GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS Ltda. - EPP - R\$ 3.990,00; SUPERAR EIRELI - R\$ 36.257,56; THOMAS JOSE BELTRAO DE ARAUJO ALBUQUERQUE - R\$ 12.898,30; UBIRANY GOMES DE LIMA - R\$ 29.477,00.

Brejo dos Santos - PB, 21 de setembro de 2023

**VINICIUS MARQUES VERAS -**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

Alfredo de Oliveira Neto

**Código Identificador:**A0661389

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS  
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00023/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00023/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE E MATERIAIS PERMANENTES, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BREJO DOS SANTOS PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: COMERCIAL MARTINS LTDA - R\$ 37.602,70; DEUSIENE PEREIRA DA SILVA-ME - R\$ 106.045,00; FABIO JOSE DE SENA 01035021498 - R\$ 2.454,00; GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS Ltda. - EPP - R\$ 3.990,00; SUPERAR EIRELI - R\$ 36.257,56; THOMAS JOSE BELTRAO DE ARAUJO ALBUQUERQUE - R\$ 12.898,30; UBIRANY GOMES DE LIMA - R\$ 29.477,00.

Brejo dos Santos - PB, 28 de setembro de 2023

**MARIA LUCIENE DE OLIVEIRA ALMEIDA -**

Prefeita

**Publicado por:**  
Alfredo de Oliveira Neto  
**Código Identificador:**7236C533

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO**  
**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**00002/2023**

OBJETO: Contratação de empresa do ramo da construção civil, destinada a execução dos serviços de RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS RUAS: ANTONIO FAUSTO DE MACEDO (TRECHO 1); ANTONIO FAUSTO DE MACEDO (TRECHO 2); BENJAMIN GOMES MARANHÃO; ANTONIO EURIQUES VASCONCELOS; SIMPLICIANO HIPÓLITO RIBEIRO; OZEIAS ALMEIDA, MATIAS EURIQUES VASCONCELOS E LUIS QUIRINO DA SILVA, localizadas na Zona Urbana do Município de Cacimba de Dentro – PB. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: **CONSTRUTORA FORTE BRASIL EIRELI - Valor: R\$ 1.018.284,91**. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Capitão Pedro Moreira, 15 - Centro - Cacimba de Dentro - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (83) 33791045. E-mail: cplcacimbadedentro@gmail.com.

Cacimba de Dentro - PB, 15 de Setembro de 2023.

**GLÁUCIA KALINE ALVES DA FONSECA -**

Presidente da Comissão

**Publicado por:**

Edjailda Vieira Leal e Victor

**Código Identificador:**0E466126

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACIMBAS, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **ADJUDICAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 04 VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACIMBAS – PB, em favor de **CITY CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, CNPJ: 15.455.658/0001-65, com sede na Rua R Juscelino Kubitschek, 364 sala 02, Bairro Brasília, na cidade de Patos – PB, CEP: 58.700-420, pelo valor de **R\$ 11.400,00 (Onze Mil e Quatrocentos Reais)** mensais, perfazendo assim o valor global de **R\$ 34.200,00 (Trinta e Quatro Mil e Duzentos Reais)**, durante o período da contratação de 03 meses.

Cacimbas - PB, 07 de setembro de 2023.

**PAULA RAISSA LEITE FERREIRA**

Secretária de Saúde

**Publicado por:**

Chardes Deyvith de Almeida Lopes

**Código Identificador:**CCC2EBD6

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2023  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACIMBAS, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 04 VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACIMBAS – PB, em favor de **CITY CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, CNPJ: 15.455.658/0001-65, com sede na Rua R Juscelino Kubitschek, 364 sala 02, Bairro Brasília, na cidade de Patos – PB, CEP: 58.700-420, pelo valor de **R\$ 11.400,00 (Onze Mil e Quatrocentos Reais)** mensais, perfazendo assim o valor global de **R\$ 34.200,00 (Trinta e Quatro Mil e Duzentos Reais)**, durante o período da contratação de 03 meses.

Cacimbas - PB, 07 de setembro de 2023.

**PAULA RAISSA LEITE FERREIRA**  
Secretária de Saúde

**Publicado por:**  
Chardes Deyvith de Almeida Lopes  
**Código Identificador:**C1DF339A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO N.º 67/2023****DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2023**

**PARTES:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACIMBAS, CNPJ: 10.541.009/0001-63 e **CITY CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, CNPJ: 15.455.658/0001-65

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 04 VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACIMBAS – PB.

**Fundamento LEGAL:** Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

**FONTE DE RECURSO:** O pagamento das despesas referente a execução da prestação de serviços para atender o empenhamento será pago com recursos do Fundo Municipal de Saúde de Cacimbas, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA; 09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - 10 301 1014 2029 **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE - ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.39**, Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

**VALOR MENSAL:** R\$ 11.400,00 (Onze Mil e Quatrocentos Reais)  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 34.200,00 (Trinta e Quatro Mil e Duzentos Reais)

**VIGÊNCIA:** 08/09/2023 À 31/12/2023

**DATA E ASSINATURA:** Cacimbas – PB, 08 de setembro de 2023, **PAULA RAISSA LEITE FERREIRA**, Secretária e Empresa Contratada

**Publicado por:**  
Chardes Deyvith de Almeida Lopes  
**Código Identificador:**397C074B

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA**

**GABINETE DO PREFEITO  
PUBLIC EXTR CONTR PP 013 2022****ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA****EXTRATO DE CONTRATOS**

**OBJETO:** Aquisição de combustíveis e derivados. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00013/2022. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Caiçara: FPM, ICMS, FUNDEB, PNAT, SALÁRIO EDUCAÇÃO, TRANSPORTE ESCOLAR/PB, FMS, FMAS e OUTROS.. **VIGÊNCIA:** até 30/12/2023. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caiçara e: CT Nº 00055/2023 - 01.09.23 - LG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS PLANALTO LTDA - R\$ 1.188.000,00.

**Publicado por:**  
Severino Vieira de Lima Junior  
**Código Identificador:**6E4531FD

**GABINETE DO PREFEITO  
PUBLIC EXT TA ARP 08 2023****EXTRATO DE ADITIVO**

**OBJETO:** Contratação de uma empresa do ramo, para contratação de horas de tratores para corte de terra de pequenos produtores rurais do Município de Caiçara. **FUNDAMENTO LEGAL:** Adesão a Registro de Preço nº AD00008/2023. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caiçara e: CT Nº 00037/2023 - João Paulo Araújo dos Santos -me Mega 10 Distribuidora - 1º Aditivo - prorroga o prazo por mais 6 meses. **ASSINATURA:** 08.08.23

**Publicado por:**  
Severino Vieira de Lima Junior  
**Código Identificador:**1AB7B03A

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU****GABINETE DO PREFEITO  
HOMOLOGAÇÃO PE 00018/2023 - MATERIAL MÉDICO  
HOSPITALAR****HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2023**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00018/2023, que objetiva: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material médico hospitalar a fim de suprir a demanda da secretaria municipal de saúde; **HOMOLOGO** o correspondente procedimento licitatório em favor de: **ENDOMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA** - R\$ 58.662,25; **EUROMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** - R\$ 178.839,90; **EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** - R\$ 2.643,00; **LIVMED MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** - R\$ 695,80; **MD MATERIAL HOSPITALAR EIRELI** - R\$ 165,00; **MEDIC MANUTEN????O E REPARA????O DE EQUIPAMENTOS EIRELI** - R\$ 24.936,40; **ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA** - R\$ 7.693,00.  
Camalaú - PB, 28 de Setembro de 2023

**UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO**  
- Prefeito Interino

**Publicado por:**  
Jeferson Douglas da Silva  
**Código Identificador:**0184CFCB

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0191/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB, torna público que não houve licitante habilitado/classificado na sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 037/2023, realizada no dia 28/09/2023, às 09:00 h, horário de Brasília, cujo objeto: **Aquisição de um caminhão tipo basculante para a secretaria de infraestrutura do Município de Cattingueira/ PB, em atendimento ao convênio 55414/2021 – PLATAFORMA MAIS BRASIL -925487/2021.** A licitação foi declarada FRACASSADA. Informações Complementares: na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cattingueira- PB, situado à Rua Inácio Felix de Oliveira s/n, Bairro Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 08h00min às 14h00min, ou através do e-maillicitacao@cattingueira.br.gov.pb.

Catingueira-PB, 28 de setembro de 2023.

**DIEGO DOMINGOS DOS SANTOS**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

Rosineide Nartim s De Freitas  
Código Identificador:9B33370C

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**  
**EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**  
**– CONCORRÊNCIA Nº 70001/2023**

A Prefeitura Municipal de Coremas-PB, vem através de seu Gestor Sr. Irani Alexandrino da Silva, tornar público para conhecimento dos interessados, a decisão desta autoridade sobre o julgamento do recurso administrativo protocolado pela recorrente A L LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ: 33.681.071/0001-56, no dia 01/09/2023 contra o julgamento da propostas de preço feito pela Comissão de Licitação (CPL) referente a Concorrência Nº 70001/2023, tendo como objeto a contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviços diariamente na coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais da sede da cidade de Coremas/PB, e ainda os resíduos coletados deverá ser transportado para um local com uma distância de até 60 (sessenta) quilômetros sendo de ida e volta da sede do município de Coremas/PB. Decisão desta autoridade: Ainda, tomando como base as peças acima citadas e com base no parecer jurídico, esta autoridade pede todas as venhas para a recorrente e julga indeferido o PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela empresa A L LIMPEZA URBANA LTDA., não se enquadram nas hipóteses de isenção para o INSS PATRONAL. A) manter a decisão que desclassificou a propostas da empresa pelos motivos já expostos; b) indeferir o pedido da recorrente para desclassificar a propostas da empresa OBRAPLAN EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA, na Concorrência Nº 70001/2023. Coremas-PB, 27 de setembro de 2023.

**IRANI ALEXANDRINO DA SILVA**

Prefeito

**Publicado por:**

Rivanildo Santos de Lira  
Código Identificador:248AFD26

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº**  
**70001/2023.**

O Prefeito do Município de Coremas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, Resolve: **ADJUDICAR** o resultado da licitação, modalidade **Concorrência nº 70001/2023**. Objeto: Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviços diariamente na coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais da sede da cidade de Coremas/PB, e ainda

os resíduos coletados deverá ser transportado para um local com uma distância de até 60 (sessenta) quilômetros sendo de ida e volta da sede do município de Coremas/PB, conforme planilha orçamentária de custo. Vejamos a seguir: **Em 1º Lugar: A L LIMPEZA URBANA**, CNPJ: 33.681.071/0001-56, com o valor total R\$ 1.689.841,56 (Um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), “sendo desclassificada por conter erros no grupo A encargos zerados, **não se enquadram nas hipóteses de isenção para o INSS PATRONAL**, conforme análise técnico da engenharia”; **Em 2º Lugar: OBRAPLAN EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA LTDA-EPP**, CNPJ: 26.764.981/0001-37, com o valor de R\$ R\$ 2.069.211,29 (Dois milhões, sessenta e nove mil, duzentos e onze reais e vinte e nove centavos); **Em 3º Lugar: TFA EMPREENDIMENTOS**, CNPJ: 23.281.776/0001-22, com o valor total de R\$ R\$ 2.101.253,19 (Dois milhões, cento e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos); **Em 4º Lugar: CONSTRUTORA FERREIRA EIRELI-EPP**, CNPJ: 05.113.157/0001-47, com o valor total de R\$ 2.405.061,60 (Dois milhões, quatrocentos e cinco mil, sessenta e um reais e sessenta centavos). Desta forma fica adjudicado a empresa classificada **OBRAPLAN EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA LTDA-EPP**, CNPJ: 26.764.981/0001-37, com o valor de R\$ R\$ 2.069.211,29 (Dois milhões, sessenta e nove mil, duzentos e onze reais e vinte e nove centavos); Coremas-PB, 28 de setembro de 2023.

**IRANI ALEXANDRINO DA SILVA**

Prefeito.

**Publicado por:**

Rivanildo Santos de Lira  
Código Identificador:81C463C2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº**  
**70001/2023**

O Prefeito do Município de Coremas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, Resolve: **Homologar** o resultado da licitação, modalidade **Concorrência nº 70001/2023**. Objeto: Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviços diariamente na coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais da sede da cidade de Coremas/PB, e ainda os resíduos coletados deverá ser transportado para um local com uma distância de até 60 (sessenta) quilômetros sendo de ida e volta da sede do município de Coremas/PB, conforme planilha orçamentária de custo. Vejamos a seguir: **Em 1º Lugar: A L LIMPEZA URBANA**, CNPJ: 33.681.071/0001-56, com o valor total R\$ 1.689.841,56 (Um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), “sendo desclassificada por conter erros no grupo A encargos zerados, **não se enquadram nas hipóteses de isenção para o INSS PATRONAL**, conforme análise técnico da engenharia”; **Em 2º Lugar: OBRAPLAN EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA LTDA-EPP**, CNPJ: 26.764.981/0001-37, com o valor de R\$ R\$ 2.069.211,29 (Dois milhões, sessenta e nove mil, duzentos e onze reais e vinte e nove centavos); **Em 3º Lugar: TFA EMPREENDIMENTOS**, CNPJ: 23.281.776/0001-22, com o valor total de R\$ R\$ 2.101.253,19 (Dois milhões, cento e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos); **Em 4º Lugar: CONSTRUTORA FERREIRA EIRELI-EPP**, CNPJ: 05.113.157/0001-47, com o valor total de R\$ 2.405.061,60 (Dois milhões, quatrocentos e cinco mil, sessenta e um reais e sessenta centavos). Desta forma fica homologada a empresa classificada **OBRAPLAN EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA LTDA-EPP**, CNPJ: 26.764.981/0001-37, com o valor de R\$ R\$ 2.069.211,29 (Dois milhões, sessenta e nove mil, duzentos e onze reais e vinte e nove centavos); Coremas-PB, 28 de setembro de 2023.

**IRANI ALEXANDRINO DA SILVA**

Prefeito.

**Publicado por:**  
Rivanildo Santos de Lira  
**Código Identificador:**E6EA91F5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**031/2023**

Constatada a regularidade dos atos procedimentais, de acordo com os termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao **Pregão Eletrônico nº 031/2023**, cujo objeto é a aquisição de uma Unidade Móvel de Saúde para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Coremas/PB, proveniente da Emenda Parlamentar/Proposta nº 11161.210000/1230-01, conforme Termo de Referência e Plano de Trabalho, o Prefeito do Município de Coremas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 13, VI do Decreto 10.024/2019, resolve **HOMOLOGAR** o correspondente procedimento licitatório em favor de **RENOVO MOTORS LTDA**, CNPJ 42.111.920/0001-27, cujo valor adjudicado é R\$ 279.900,00 (duzentos e setenta e nove mil e novecentos reais), referente ao item 01. Fica convocado, o licitante, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação, assinar o termo de contrato, sob pena das sanções previstas no Art. 7 da Lei 10.520/02.

Publique-se e cumpra-se.

Coremas-PB, 28 de setembro de 2023.

**IRANI ALEXANDRINO DA SILVA**  
Prefeito.

**Publicado por:**  
Francieudo Soares da Silva  
**Código Identificador:**C1137DED

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº**  
**019/2023 - PREFEITURA**

Prefeitura do Município de Curral Velho/PB, Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, às 09:00 horas do dia 17 de outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Aquisição parcelada de utensílios e descartáveis destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias do Município de Curral Velho - PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: [cplcurralvelho@gmail.com](mailto:cplcurralvelho@gmail.com). Edital: <http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br).

Curral Velho - PB, 25 de setembro de 2023

**MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Damião Allisson Cavalcante Diniz  
**Código Identificador:**463E64A0

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº**  
**023/2023 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O Fundo Municipal de Saúde de Curral Velho/PB, Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, 11:30 horas do dia 17 de outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Aquisição parcelada de utensílios e descartáveis destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Curral Velho - PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: [cplcurralvelho@gmail.com](mailto:cplcurralvelho@gmail.com). Edital: <http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br).

Curral Velho - PB, 25 de setembro de 2023

**MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Damião Allisson Cavalcante Diniz  
**Código Identificador:**44AB1ACD

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº**  
**024/2023 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O Fundo Municipal de Saúde de Curral Velho/PB, Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, 14:30 horas do dia 17 de outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Contratação de empresa para prestação de serviços em exames laboratoriais diversos para população do Município de Curral Velho - PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: [cplcurralvelho@gmail.com](mailto:cplcurralvelho@gmail.com). Edital: <http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br).

Curral Velho - PB, 25 de setembro de 2023

**MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Damião Allisson Cavalcante Diniz  
**Código Identificador:**091CF7FF

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**PLANEJAMENTO**  
**EXTRATO DE 4º ADITIVO DE CONTRATO PREFEITURA**  
**MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB PROCESSO DE PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº 029/2022**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de execução e controle de prestações de contas dos convênios federais e estaduais, junto a Plataforma Novo Mais Brasil, SUASWEB, SIGPC/FNDE, SGIPACTO/ESTADO e demais prestações de contas físicas Funasa, Integração, Dnocs, entre outras deste município de Diamante/PB, que obedecerá às disposições da lei



federal nº 10.520, de 17/01/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações posteriores.

**RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.020 Secretaria de Administração e Planejamento; 04 122 2003 2009 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento 02.030 Secretaria de Finanças; 04 123 2004 2010 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Finanças; 3.3.90.35 99 Serviços de Consultoria; 3.3.90.39 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

**CONTRATADO: PRESTCONTAS ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL E PÚBLICA LTDA, CNPJ nº 39.933.307/0001-80, situada na PC João Neiva, nº 89, Jaguaribe, João Pessoa- PB.**

**VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), dando um valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).**

**DATA DA VIGENCIA: 26/09/2023 a 31/12/2023.**

**Publicado por:**  
Francisco Jeanio Pereira Franco  
**Código Identificador:**5CE469FA

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS

### AMANDA NUNES ALBINO EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 00008/2022.

INSTRUMENTO: segundo Termo de Aditivo ao Contrato nº 00043/2022, Tomada de Preços nº 00008/2022.

PARTES: Prefeitura Municipal de Emas e a empresa ITYHY CONSULTORIA LTDA;

CNPJ: 01.502.402/0001-57

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada para provimento de Sistema de Gestão de Saúde Pública, atualização tecnológica e suporte técnico, relacionados a cada módulo de programas, com atendimento remoto e/ou local, para Secretária Municipal de Saúde de EMAS-PB

OBJETO DO ADITIVO: renovação de vigência contratual.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

Emas-PB, 28 de setembro de 2023

**ANA ALVES DE ARAUJO LOUREIRO**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Amanda Nunes Albino  
**Código Identificador:**7FC2A617

### AMANDA NUNES ALBINO AVISO DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2023

A Prefeitura Municipal de Emas, vem tornar público, através da comissão de licitação, julgamento da fase de Habilitação, nos termos do art. 109, I, “a” da Lei 8.666/93. As empresas: CONSTRUSOL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 41284.989/00001-90, apresentou a certidão de falência e concordata com validade expirada para o dia do certame, a mesma estava válida até a data de 08/09/2023, bem como realizamos diligência de autenticidade no portal eletrônico do TJRN para consultar a vigência e constatamos que realmente estava vencida, conforme consta em anexo, por tanto não atendeu ao item 6.2.6 “a” do edital; a empresa CONSTRUTORA AMORIN E LOCAÇÕES LTDA – CNPJ 44.169.551/0001-59, não consta a demonstração de mutação de patrimônio líquido, junto ao balanço patrimonial, não atendendo a exigência do item 6.2.4, “b” do edital, não apresentou seguro garantia (caução), não atendendo ao item 6.2.4 “c” do edital; a empresa CONSTRUTORA ALVES E COSERVA LTDA – CNPJ 24.606.073/0001-90 apresentou todas as declarações sem assinaturas, não atendendo o item 6.2.3, “h” enumeração de 1 a 6, do edital, não apresentou as demonstrações: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, não atendendo o

item 6.2.4, “b” do edital, não apresentou seguro garantia (caução), não atendendo ao item 6.2.4 “c” do edital; não apresentou o Certificado de Registro Cadastral - CRC, fornecido pela Prefeitura Municipal de Emas, não atendendo o item 6.2.3 “f” do edital; a empresa LFC CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ 48.954.354/0001-94 não apresentou a cópia da carteira do responsável técnico junto ao CREA, não atendendo o item 6.2.3 “c” do edital, não apresentou as demonstrações: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, não atendendo o item 6.2.4, “b” do edital. Diante da análise, concluímos que as empresa acima estão consideradas **inabilitadas**. Já as empresas PARAIBA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA – CNPJ 40.988.463/0001-28; J ANDRADE LTDA – CNPJ 07.367.680/0001-25; AMETISTA CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA – CNPJ 29.828.673/0001-16; FJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 20.284.072/0001-15; MENDES E FERREIRA CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ 26.781.189/0001-90; GOLDEN CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ 46.523.739/0001-89; SÃO FRANCISCO LOCACAO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 43.169.096/0001-29, COPEVA – CONSTRUTORA PEREIRA VIEIRA LTDA -CNPJ 26.743.338/0001-27, apresentaram documentação regular e estão declaradas **habilitadas**. Concede-se prazo de 5 dias úteis para recursos. Não havendo recursos, fica desde a reunião para abertura dos envelopes de propostas de preços, marcada para o dia 11/10/2023, as 09:00 horas.

Emas -PB, 28 de setembro de 2023.

**AMANDA NUNES ALBINO**  
Presidente da CPL

**Publicado por:**  
Amanda Nunes Albino  
**Código Identificador:**83E7612A

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY PB - CPL

#### AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇO Nº 0009/2023

A Prefeitura Municipal de Igaracy, através da comissão permanente de licitação, torna-se público para conhecimento dos interessados, a interposição recurso administrativo da decisão de habilitação da TOMADA DE PREÇO 0009/2023, **pela empresa; CONSTRUTORA DAKI LTDA - ME**, cadastra no CNPJ nº 20.002.412/0001-78, para o conhecimento dos interessados para querendo apresentar contra razão da interposição de recurso administrativo no prazo no legal. Demais informações encontram-se a disposição dos interessados na sala de Licitação, E-mail – cpl@igaracy.pb.gov.br

Igaracy-PB 28 de setembro de 2023

**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES**  
Presidente da CPL

**Publicado por:**  
George Carlos Vieira Lopes  
**Código Identificador:**0548F6E1

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY PB

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00036/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, às 08:00 horas do dia 13 de Outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA

UNIDADE MISTA, SAMU E PSF'S DO MUNICIPIO DE IGARACY PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Federal nº 147/14; Lei Federal nº 155/16; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (..) ... E-mail: cpl@igaracy.pb.gov.br. Edital: http://www.igaracy.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Igaracy - PB, 28 de Setembro de 2023

**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

George Carlos Vieira Lopes  
Código Identificador:0F1471B4

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY PB

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 00037/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, às 10:00 horas do dia 13 de Outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICIPIO DE IGARACY PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Federal nº 147/14; Lei Federal nº 155/16; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (..) ... E-mail: cpl@igaracy.pb.gov.br. Edital: http://www.igaracy.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Igaracy - PB, 28 de Setembro de 2023

**GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

George Carlos Vieira Lopes  
Código Identificador:87792AB0

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

#### SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL EDITAL Nº 03/2023 MANUAL PRÁTICO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – ANO 2023

#### ORIENTAÇÕES DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

##### Mesa Receptora de Votos-Aglutinação das Seções Eleitorais

As Mesas Receptoras de Votos serão formadas pela aglutinação das seções eleitorais das eleições oficiais, sendo o local onde serão recepcionados os eleitores que exercerão o direito de voto. Sendo composta cada uma de dois mesários e um presidente designados pela Comissão Especial Eleitoral-CEE.

Na seção eleitoral ficará instalada a mesa receptora de votos e a urna eletrônica.

##### Processo de Votação: Orientações preliminares

Cumprindo os procedimentos de instalação, o presidente da mesa observará a prioridade dos candidatos e a seguinte preferência para votar:

Conselheiros CMDCA

Membros da Junta e da Comissão Eleitoral,

Funcionários a serviço do CMDCA,

Policiais Militares em Serviço

Fiscais e Candidatos

Idosos, enfermos, pessoas com deficiência ou mobilidades reduzida, grávidas e lactantes.

**Os mesários deverão votar no decorrer da votação, após o voto dos eleitores que estiverem presentes no momento da abertura dos trabalhos.**

#### Identificação do Eleitor

O eleitor será identificado com a apresentação do título eleitoral e de documento público de identificação (Carteira de identidade, identidade funcional, carteira profissional OAB, CRM, etc., carteira de trabalho. Certificado de alistamento militar, certificado de reservista, carteira nacional de habilitação ou outro documento que que comprove sua identidade).

Mesmo sem a apresentação do título eleitoral, o eleitor poderá votar, desde que apresente documento que comprove sua identidade e seu nome conste no caderno de folhas de votação.

**Não poderá votar o eleitor cujo o nome não conste do caderno de folhas de votação. Nesse caso, o título apresentado, se for daquele zona e seção, o eleitor deverá retirar a Certidão no sítio eletrônico do TRE constando zona e seção para que o eleitor possa votar, caso não seja emitida a referida o eleitor fica impedido de votar e deve ser orientado a procurar o cartório eleitoral, para regularizar sua situação. Constará da Ata de votação, a lista dos eleitores impedidos de votar e aqueles que voltaram mediante apresentação de certidão.**

Em caso de dúvida quanto à identidade do eleitor, a presidente da mesa deverá solicitar a apresentação deverá solicitar a apresentação de outro documento público de identificação. Na falta deste, irá interrogar-lo sobre os dados constantes do título ou da folha de votação e confrontar a assinatura do documento com aquela feita pelo eleitor na presença do presidente.

#### Impugnação à identidade do eleitor

A impugnação à identidade do eleitor será aceita quando persistir dúvida quanto à sua identificação. Essa impugnação poderá ser apresentada por mesários, fiscais, candidatos ou qualquer eleitor, verbalmente ou por escrito, antes de o eleitor ser habilitado a votar. Então, o eleitor será convidado aguardar até que o membro da junta eleitoral compareça à seção para decidir sobre o problema. Enquanto isso a votação prosseguirá normalmente.

**Registrar em ata o número de impugnações, os motivos alegados e as decisões tomada.**

#### Fiscalização

##### Poderão fiscalizar a votação

Fiscais um de cada Candidato por mesa receptora, os quais deverão se identificar pela credencial fornecida pelo CMDCA, atuando um de cada vez. Os fiscais poderão atuar em mais de uma seção do mesmo local de votação se assim forem inscritos.

#### Propaganda Eleitoral no recinto da seção

Aos mesários é proibido o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de candidato.

Aos fiscais só é permitido, trazer o nome do candidato a que sirvam na credencial de sua identificação.

Aos eleitores somente é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência por candidato.

#### Polícia dos Trabalhos eleitorais.

Cabe ao presidente da mesa e a junta eleitoral a polícia dos trabalhos eleitorais, não podendo nenhuma autoridade estranha à mesa intervir, sob pretexto alguém, no seu funcionamento.

O presidente da mesa, durante os trabalhos, é autoridade superior, podendo retirar do recinto ou do edifício quem não aguardar a ordem e a compostura devidas ou estiver praticando qualquer ato atentatório à liberdade eleitoral.

Somente podem permanecer na seção os componentes da mesa, um fiscal por candidato e o eleitor durante o tempo necessário à votação.

A força pública ficará fora do local onde funcionará a seção eleitoral, não podendo se aproximar do lugar de votação ou nele ingressar sem ordem do presidente da mesa ou membro da junta eleitoral.

### **O eleitor não poderá ingressar na seção com telefone celular ou equipamento de radiocomunicação ligado.**

### **O eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida.**

Ao votar, poderá ser auxiliado por pessoa de sua confiança ainda que não o tenha requerido antecipadamente à Comissão Eleitoral.

O Presidente da mesa receptora de votos, verificando ser imprescindível que o eleitor com deficiência seja auxiliado por pessoa de sua confiança para votar autorizará o ingresso dessa segunda pessoa, com o eleitor, na cabina, podendo esta inclusive marcar o número do candidato.

A pessoa que auxiliará o eleitor com deficiência não poderá ser o candidato seu fiscal ou ter participado da campanha do candidato.

A assistência de outra pessoa ao eleitor com deficiência deverá ser consignada em ata.

### **Eleitor deficiente Visual**

Ao eleitor deficiente visual deve ser informado que:

Ele poderá usar qualquer instrumento mecânico que trouxer consigo, o qual lhe possibilite assinar a folha de votação e exercer o direito de voto;

### **Eleitor Analfabeto**

Será permitido o uso de “cola”, “santinho”, que auxiliem o eleitor analfabeto na hora da votação, não sendo de obrigação do CMDCA a fornecê-los.

No caderno de votação no local indicado para assinatura do Eleitor, o mesário colocará a palavra **VIDE VERSO**, e no verso da folha de votação escreverá o nome do Eleitor em letra de forma e coletará a impressão digital de seu polegar direito.

### **Votação**

#### **Preparação da seção eleitoral**

Organizar a seção eleitoral observando a colocação de urna eletrônica, conforme relação abaixo.

- 1-Presidente da seção
- 2-Mesário
- 3-Urna eletrônica
- 4-Cabina de votação

O presidente da mesa receberá os seguintes materiais, os quais deverão ser conferidos e organizados na seção:

Urna eletrônica cedida pela junta Eleitoral através dos técnicos que vão instalar as urnas eletrônicas;

Cabina para votação

Formulário de Ata

Caderno de votação

Materiais tais como: canetas, ligas, clipes, grampeador, cola, fita, adesiva, almofada de carimbo, envelopes, papel A4 e tesoura.

Listas de fiscais, candidatos e identificação da mesa receptora de votos com a aglutinação das Seções Eleitorais.

#### **Fluxo de Votação (passo a passo)**

1-Receber título do eleitor e o documento de identificação e localiza seu nome no caderno de folhas de votação.

2-Anotar o quantitativo de eleitores que estão votando;

3-Colher assinatura ou impressão digital do eleitor no caderno;

4-Instruir o eleitor para que se dirija a cabina para confirmar o voto;

5-Devolver ao eleitor o título e o documento de identificação. Não há comprovante de votação.

**Em nenhuma hipótese será admitido voto de eleitor que não seja da seção. Caso o eleitor apresente título daquela seção e seu nome não conste do caderno este só poderá votar se apresentar a Certidão de Regularidade do TRE. Será da obrigação do eleitor providenciar a referida certidão e votar à seção para que o mesário faça o registro dos seus dados na última folha do caderno de votação para que o eleitor assine e esteja apto a votar.**

### **Encerramento da Votação**

A votação encerra-se, pontualmente, às **17h**.

Ao final da votação os mesários deverão recolher todo material que deverão acompanhar a ata a ser entregue à Junta Eleitoral.

**No local da assinatura dos eleitores faltosos no caderno de votação deverá inserir as letras “NC” substituindo o carimbo de Não Compareceu.**

Contabilizarão os eleitores votantes e os faltosos em cada folha do Caderno de Votação, facilitando assim posterior verificação por parte da Junta Eleitoral.

### **Procedimento para encerramento da urna e retirada da zerézima:**

O presidente da mesa juntamente com o técnico de manutenção das urnas efetuarão essa retirada e encerramento da urna.

### **Ata da Eleição**

Na ata, deverá ser informado o quantitativo de eleitores que voltaram, bem como o quantitativo dos que não compareceram.

Todas as ocorrências durante a votação como eleitores que não constam no caderno de votação mediante apresentação da certidão, eleitores impedidos de votar, assistência de outra pessoa ao eleitor com deficiência.

**Observa-se que toda a ocorrência, seja de urna com problemas ou atraso no início da votação, campanha no recinto da votação ou impugnação de eleitor, constará da ata e deverá ser imediatamente comunicada à COMISSÃO ESPECIAL e ao Ministério Público.**

### **Devolução do Material**

Todo o material utilizado na seção, deverá ser devolvido à Junta eleitoral, mediante recibo.

Ao final da votação, as urnas deverão ser ENCERRADAS pelos técnicos treinados para tal fim junto com os presidentes das seções e levadas para o local designado pelo TRE, cabendo ao Presidente da mesa receptora tomar as seguintes providências:

-retirar a zerézima;

- A Comissão Especial receberá as urnas, além das atas contendo total de votos e outros registros, cadernos de votação /listas de eleitores para eventual conferência.

### **Componentes da mesa receptora de votos e suas atribuições**

Os componentes da mesa receptora de votos serão convocados pela Comissão Especial:

As mesas receptoras de votos serão compostas de:

- Presidente
- Primeiro Mesário
- Segundo Mesário

### **Presidente**

As atribuições do presidente são:

Designar as atividades dos membros da mesa, adotando se possível a rotatividade das funções.

Manter a ordem no recinto, para o que disporá da força pública necessária

Comunicar imediatamente a Junta Eleitoral as ocorrências sobre as quais este deve decidir

Adotar os procedimentos para a votação antes do início dos trabalhos

Zelar pela preservação do material entregue que serão devolvidos à justiça Eleitoral ao fim ds Trabalhos.

Resolver imediatamente as dificuldades ou esclarecer as dúvidas que ocorrerem.

### **Demais componentes**

As atribuições dos demais membros da mesa, conforme designação do presidente, são:

Substituir o presidente quando este se ausentar

Orientar os eleitores a que formem fila única,

Recepcionar o eleitores a que formem fila única;

Devolver ao eleitor o título eleitoral e o documento de identificação

Verificar se o eleitor, ao se retirar, recebeu o título eleitoral ou o documento de identificação e o comprovante de justificativa eleitoral; Anotar as eventuais ocorrências que sobreviverem durante os trabalhos da mesa receptora na ata  
Distribuir, às 15h, as senhas aos eleitores presentes na fila, do último para o primeiro.  
Preencher a ata;

Realizar outras atribuições determinadas pelo presidente da mesa.

**O presidente da mesa deverá adotar sistema de revezamento entre os mesários, de modo a possibilitar –lhes o exercício do direito de voto em suas respectivas seções eleitorais.**

#### Instalação da mesa receptora

Os componentes da mesa receptora deverão estar presentes à seção às 7h. Se a mesa não estiver completa até às **7h30min**, o presidente comunicará o fato imediatamente a junta eleitoral.  
Caso o presidente não esteja presente até às **7h30min**, assume a função deste o primeiro mesário, fato que deverá ser registrado na ata. Na ausência de qualquer outro membro da mesa a substituição será feita segundo a ordem de nomeação.

#### Recebimento do material

O presidente da mesa receberá e conferirá os seguintes materiais;  
Envelopes para remessa à junta eleitoral, dos documentos relativos à mesa  
Senhas para distribuição aos eleitores;  
Canetas esferográficas de cor preta ou azul  
Formulário de ata  
Almofada de carimbo para colher a impressão digital de eleitores  
Cola branca  
Qualquer outro material que a junta eleitoral julgue conveniente para o regular funcionamento da mesa.

Para o dia da Votação, sem prejuízo do que foi dito acima, sugere-se que os membros da mesa receptora adotem as seguintes diligências:

Os mesários deverão ter cautela de assinar as cédulas de votação, se possível, na presença dos fiscais dos candidatos, e entrega-las ao eleitor;  
Verificar se o eleitor realmente tem legitimidade para votar, aferindo se o seu título de eleitor está devidamente inscrito no município;  
Convocar os fiscais para a abertura das urnas e verificar se os lacres encontram-se em perfeito estado;  
Registrar em ata as intercorrências  
Registrar em ata o horário em que o promotor visitou a seção de votação.  
Fazer com que cada eleitor assine a lista de votantes, para que o número de votos corresponda ao número de eleitores que assinarem a lista de votantes. Se algum eleitor deixar de assinar, registrar o motivo em ata.

#### Orientações do Processo de Apuração

##### APURAÇÃO: atos preparatórios

A Comissão Eleitoral receberá 01(urna)urna eletrônica, por seção.

O sistema de apuração se fará após o encerramento da votação, na mesa receptora de votos.  
Deverá ser mantida estrutura de recursos humanos, de equipamentos e materiais para os trabalhos de apuração, devidamente dimensionada as reais necessidades.

As atribuições da Comissão são:  
Coordenar os trabalhos de apuração  
Decidir, por maioria de votos de seus membros, as dúvidas que forem levantadas;  
Resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos.

#### Componentes da junta eleitoral

A junta eleitoral será composta de 04 titulares - CEE, conforme dispõe a Resolução do CMDCA.

##### Atribuições

##### Presidente da Comissão Especial e eleitoral

Coordenar os trabalhos da apuração, de modo a garantir a segurança e rapidez no processo;  
Esclarecer as dúvidas referentes ao processo de apuração.

##### Secretário geral da Comissão Especial e eleitoral

Conferir e distribuir o material para as turmas apuradoras;  
Controlar o comparecimento dos escrutinadores;  
Contabilizar os Boletins Parciais por candidato de cada urna apurada;  
Contabilizar os Mapas de apuração da urna de controle do voto contado; emitir o boletim de urna.  
Colher as assinaturas dos componentes da turma apuradora e dos fiscais, no BU bem como o visto do presidente da junta e do representante do Ministério Público.  
Distribuir o boletim a ser fixado em local apropriado para divulgação  
Protocolizar os recursos ou quando apresentados oralmente reduzi-los a termo,

#### INSTALAÇÃO DA TURMA APURADORA

A contagem dos votos serão procedidos pelo o sistema de apuração eletrônica.

##### Organização

A Comissão apuradora deverá ser organizada de modo a facilitar o processo de apuração e a ampla fiscalização.

##### Conferência de material

O secretário da turma apuradora conferirá o material necessário ao processo de apuração  
Mapas de apuração por urna  
Canetas esferográficas exclusivamente na cor vermelha  
Carimbos NULO e BRANCO ou inserir o termo NC (não compareceu) ou em branco.  
Folhas para anotação  
Almofada para carimbo  
Demais materiais

##### Procedimentos Com a urna Eletrônica

Ao receber a urna, verificar inicialmente se:

Nela se há indícios de violação

#### FORMA DE APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS

A contagem dos votos inseridos na zerézima será somada pelos presidentes das seções com os técnicos de instalação de urnas e com os fiscais indicados pelos candidatos.  
Da decisão da junta eleitoral sobre a impugnação, cabe recurso imediato, podendo ser apresentado por escrito ou verbalmente à Comissão Eleitoral-CEE, devendo ser fundamentado para que tenha seguimento.

##### Recursos

Eventuais recursos contra a totalização dos votos deverão ser interpostos perante a Comissão Especial Eleitoral-CEE, que decidirá de plano em reunião realizada no próprio local no final da apuração, com imediata comunicação dos interesses. E, será seguido todas as previsões no Edital e Regulamento da Eleição.  
Não deve ser admitido recurso contra apuração se não tiver havido impugnação, perante a junta eleitoral, no ato da apuração, contra as nulidades arguidas. Sempre q houver recurso em contagem errônea de votos. O recurso deve ser rubricado pelo o presidente da junta eleitoral, pelo o recorrente e pelos os fiscais presentes que desejarem.

Apresentadas as razões serão entregues na secretaria da junta para encaminhamento a CEE.

É facultativo à Comissão Especial-CEE, antes da decisão, colher parecer oral junto ao Procurador do Município ou servidor designado para prestar-lhe assessoria jurídica (deve permanecer à sua disposição durante todo desenrolar do pleito, até o encerramento dos trabalhos de apuração de votos).

As decisões da Comissão Especial-CEE, serão publicadas, ainda que de forma resumida(extrato), no próprio local de apuração (sem prejuízo de sua posterior publicação pelos os meios oficiais e arquivamento, junto os demais atos do CMDCA) com a imediata intimação do Ministério Público.

A análise e julgamento das situações que, por sua natureza e/ou complexidade, não puderem ser decididas pela Comissão Especial Eleitoral-CEE, no dia da Votação ou contra as quais caiba recurso à Plenária do CMDCA.

A pendência do julgamento de recursos não impede a divulgação do resultado da votação que devera no entanto, conter a ressalva quanto à possibilidade de alteração.

#### Fiscalização

Os Fiscais deverão ficar posicionados a uma distância não superior a um metro da turma apuradora, de modo que possam observar diretamente:

A soma dos votos pela Comissão Especial serão acompanhadas pela CEE, CMDCA e Presidentes das seções.

#### Fiscais

É permitida a fiscalização dos trabalhos de apuração pelos os fiscais credenciados pelos candidatos registrados.

Cada candidato poderá credenciar um fiscal.

**As credenciais dos fiscais serão distribuídas pela Comissão Especial.**

#### DEVERÁ CONSTAR NA ATA GERAL DOS TRABALHOS:

A ata de apuração mencionará obrigatoriamente:

Dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos

Local em que funcionaram as mesas receptoras

Número total de eleitores que voltaram.

Resultado de cada Urna apurada

Impugnação de urnas e o motivo, caso haja com o respectivo julgamento pela Comissão Eleitoral

Proclamação dos Eleitos.

**OBSERVAÇÕES:** Os crimes cometidos durante o processo eleitoral de votação dos membros do Conselho Tutelar são apurados pelo o juízo comum. São delitos eventualmente tipificados no código Penal Brasileiro.v.g, falsidade documental material ou ideológica e estiolionato.Não se aplica o Código Eleitoral, nem tampouco o julgamento pelo o juízo da Infância e juventude. A aplicação do Código Eleitoral é apenas subsidiária, sob o aspecto das fases de votação e de apuração de votos na ausência de normatização federal ou estadual.

Itaporanga-PB,01 de Outubro de 2023.

**HÉLIO SIDNEY GUIMARÃES**

Presidente da Comissão Especial de Itaporanga-PB.

**Publicado por:**

Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues

**Código Identificador:DC7AB8E8**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO

#### GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO 01/2023

#### EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato do Termo Aditivo n.º 02 ao Contrato n.º 01/2023 – Processo: 060/2022, Pregão Eletrônico n.º 00016/2022 – Partes: PREFEITURA

MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO e GILDENE DA MOTTA PESSOA - EPP. Objeto: promover a alteração (reajuste) dos valores contratados, pactuados entre a administração pública e a pessoa jurídica, visando garantir a equidade nas avenças por ela efetuadas do Contrato n.º 01/2023, face a necessidade de continuar com a aquisição de combustíveis objeto do contrato, em conformidade com o art. 65, II, “d”, da Lei n.º 8.666/93.

Lagoa de Dentro(PB), 31 de agosto de 2023.

**JOSÉ PEDRO DA SILVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabio Carlos Gonçalves de Brito

**Código Identificador:1327D536**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

#### GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 44, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 - NOMEAÇÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### PORTARIA Nº 44, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 327 de 05 de setembro de 2006 e Decreto Municipal nº 11, de 1º de dezembro de 2014 c/c art. 2º, § 1º, III; art. 5º do Decreto Municipal nº 627, de 28 de dezembro de 2020,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os representantes abaixo designados para compor o **Conselho Municipal de Saúde (CMS)** do município de Montadas, estado da Paraíba:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

a) **Titular:** Joseilton Paulo de Souza;

b) **Suplente:** Thatiana Vitória Souza Freire Araújo.

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) **Titular:** Rita de Cássia Santos;

b) **Suplente:** Aldilano Martins.

III – REPRESENTANTES DA AÇÃO SOCIAL:

a) **Titular:** Joana Darck da Silva Souto;

b) **Suplente:** Maiara Ferreira dos Santos.

IV - REPRESENTANTES DE ENTIDADE RELIGIOSA:

a) **Titular:** José Antônio da Silva Araújo;

b) **Suplente:** Laércio Cirino.

V- REPRESENTANTES DE USUÁRIOS:

a) **Titular:** Angelica Maria do Nascimento;

b) **Suplente:** Maria Marcela do Nascimento Bezerra.

VI - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

a) **Titular:** Leila Sandra Cavalcanti;

b) **Suplente:** Flavia Liberato.

VII – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA:

a) **Titular:** Maria das Mercês Soares Santos Silva;

b) **Suplente:** Judas Tadeu da Silva.

VIII – REPRESENTANTES TRABALHADORES DE SAÚDE:

a) **Titular:** Rosana Melo Paulino;

b) **Suplente:** Poliana de Araújo Souza.

Art. 2º A Presidência e Vice-presidência do Conselho Municipal de Saúde será composta pelos seguintes membros:

I - **PRESIDENTE:** Leila Sandra Cavalcanti

II - **VICE PRESIDENTE:** José Antônio da Silva Araújo

Art. 3º A vigência da devida composição do conselho será de 02 (dois) anos e terá vigência no **biênio 2023/2025**.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário..

**JONAS DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Antônio Veríssimo de Souza Segundo  
**Código Identificador:**EC7533C8

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 113, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023 - FÉRIAS -**  
**ELIANE LIBERATO DA SILVA GOMES**

**PORTARIA Nº 113, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o art. 34, I; art. 106 ao art. 112 da Lei Municipal Nº 257 de 30 de maio de 1997, artigos 8º, 9º, 11, 56 e 57, §1º da Lei Municipal Nº 472 de 16 de agosto 2017 e artigos, 5º, § 2º, 53, 55, 80, 81, 82 e 83 do Decreto Municipal nº 627, de 28 de dezembro de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias, a servidora pública municipal, **Eliane Liberato da Silva Gomes**, ocupante do cargo efetivo de **agente comunitário de saúde**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria Nº 132/2017 e matrícula nº 280.

Parágrafo único. As devidas férias são alusivas ao período aquisitivo **2022/2023** e deverão ser usufruídas no período de **02.10.2023 a 31.10.2023**.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Arquite-se o processo Administrativo nº 146/2023.

**CARLOS MAGNO FERREIRA DA SILVA**  
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
Antônio Veríssimo de Souza Segundo  
**Código Identificador:**50A2F234

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 001/2023 – SME/MONTE HOREBE/PB -**  
**RESULTADO FINAL DOS(AS) CANDIDATOS(AS)**  
**APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO**  
**COMISSIONADA DE GESTOR(A) DAS ESCOLAS DO**  
**SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE**  
**HOREBE/PB, DE ACORDO COM PONTUAÇÃO.**

**EDITAL Nº 001/2023 – SME/MONTE HOREBE/PB**

**RESULTADO FINAL DOS(AS) CANDIDATOS(AS)**  
**APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO**  
**COMISSIONADA DE GESTOR(A) DAS ESCOLAS DO**  
**SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE**  
**HOREBE/PB, DE ACORDO COM PONTUAÇÃO.**

Nº INSCRIÇÃO	DA	CANDIDATO (A)	ESCOLA	PONTUAÇÃO
004092023		NATALIA MELO FERREIRA FEITOSA	EMEIF JOAQUIM BARBOSA DOS SANTOS	9,0
001092023		FRANCISCA ALEXANDRE ALVES	EMEIF JONAS DE SÁ RAMALHO	9,0
005092023		DJANE MARIA DE SOUSA DIAS	EMEF JOSÉ DIAS GUARITA	8,8
006092023		LUCIENE PEREIRA DE FRANÇA	CRECHE MUNICIPAL FRANCISCO VANIERE BARREIRO DA SILVA	8,5

Monte Horebe, 29 de setembro de 2023.

**NAJLA ARNOUD DE SOUSA**  
Secretária de Educação

**Publicado por:**  
Valdir Manuel da Silva  
**Código Identificador:**8B4F1077

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
**EXTRATO DO CONTRATO**

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA - **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 111/2023, Pregão Eletrônico nº 0.10.77/2023** - SRP. **VIGÊNCIA:** o presente contrato tem vigência até 27/09/2024 a partir da data de assinatura do contrato. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTEIRO/ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO e as empresas: **EXEBR INFORMÁTICA LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **29.520.946/0001-60**, sediado (a) na Rua Arthur Lourenço, 255, Barreiro, em Belo Horizonte/MG, com o valor total de **R\$ 5.332,20 (CINCO MIL, TREZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)** - CT nº **111.3.03/2023/FMAS/CSL; CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **43.684.445/0001-40**, sediado (a) na Quadra CRS 516 Bloco B, 69, PAVMTO01, Asa Sul, em Brasília/DF, com o valor total de **R\$ 2.464,00 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS)** - CT nº **111.3.05/2023/FMAS/CSL; REDNOV FERRAMENTAS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **45.769.285/0001-68**, sediado (a) na Rua Berta Mette, 149, Itoupavazinha, em Blumenau/SC, com o valor total de **R\$ 15.908,00 (QUINZE MIL, NOVECIENTOS E OITO REAIS)** - CT nº **111.3.06/2023/FMAS/CSL; DELTA DISTRIBUIDORA S SERVIÇOS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **45.853.627/0001-23**, sediado (a) na Rodrigo Vale Castro, 222, Centro, em Inhapim/MG, com o valor total de **R\$ 3.660,00 (TRÊS MIL, SEISCENTOS E SESENTA REAIS)** - CT nº **111.3.07/2023/FMAS/CSL; LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPessoal LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **48.277.417/0001-22**, sediado (a) na Rua Vicente Soares da Costa, 132, Jardim Primavera, em São Paulo/SP, com o valor total de **R\$ 8.244,90 (OITO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)** - CT nº **111.3.08/2023/FMAS/CSL; DANTAS ELETROMÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **49.140.067/0001-10**, sediado (a) na Rua Inácio Soares, 471, Bosque do Piranhas, em São Bento/PB, com o valor total de **R\$ 17.141,00 (DEZESSETE MIL, CENTO E QUARENTA E UM REAIS)** - CT nº **111.3.09/2023/FMAS/CSL; ERGO OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **49.410.635/0001-56**, sediado (a) na Av. Visconde do Rio Branco, 1712, Centro, em Fortaleza/CE, com o valor total de **R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)** - CT nº **111.3.10/2023/FMAS/CSL;**  
Monteiro - PB, 27 de Setembro de 2023.

**ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Erinaldo Araújo Sousa  
**Código Identificador:**9C660D22

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO**  
**RETIFICAÇÃO CT Nº 95.2.02/2022/FME**

No extrato do contrato Nº 95.2.02/2022 REF. AO PE 0.10.81/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba, publicado no dia 08 de setembro de 2023, Pág 32, nas descrições:

ADITIVO AO CONTRATO Nº 95.2.02/2023/FME. **Leia-se:**  
ADITIVO AO CONTRATO Nº 95.2.02/2022/FME

Monteiro -PB, 28 de setembro de 2023

**ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO** –  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Erinaldo Araújo Sousa  
**Código Identificador:**0BF63FA4

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO**  
**AVISO DE CANCELAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº**  
**1.9.006/2023**

A Comissão Setorial de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Monteiro, através da Presidente e Comissão de Apoio, devidamente nomeados pela Prefeitura do Município, **TORNA PÚBLICO o CANCELAMENTO do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1.9.006/2023**, que tem por objeto a o **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a Prestação de Serviços, com a contratação de pessoas jurídicas, instituições privadas com ou sem fins econômicos ou filantrópicas, prestadoras de serviços médicos nas especialidades indicadas, atendendo as necessidades das respectivas unidades de saúde do município de Monteiro-PB, conforme especificações constantes do edital.**Em virtude da solicitação feita através da Secretaria Municipal de Saúde para inclusão de mais serviços.

Monteiro – PB, 28 de Setembro de 2023.

**ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO**  
Presidente da Comissão

**Publicado por:**  
Erinaldo Araújo Sousa  
**Código Identificador:**569B85C8

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO**  
**EXTRATO DO CONTRATO**

**OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL:** nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA – **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 111/2023, Pregão Eletrônico nº 0.10.77/2023 - SRP. VIGÊNCIA:** o presente contrato tem vigência até 27/09/2024 a partir da data de assinatura do contrato. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO / ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO e as empresas: **MEDSHOP HOSPITALAR LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **03.524.249/0001-94**, sediado (a) na Av. Padre Cícero, 3310, Triângulo, em Juazeiro do Norte/CE, CEP 63.022-010, com o valor total de **R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS) - CT nº 111.1.01/2023/FMS;** **GHPS BARRETO**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **27.103.616/0001-44**, sediado (a) na Av. Drº Cláudio José Gueiros Leite, 584, Janga, em Paulista/PE, CEP 53.439-000, com o valor total de **R\$ 26.279,80 (VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS) - CT nº 111.1.02/2023/FMS;** **EXEBR INFORMÁTICA LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **29.520.946/0001-60**, sediado (a) na Rua Arthur Lourenço, 255, Barreiro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.640-550, com o valor total de **R\$ 13.330,50 (TREZE MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) - CT nº 111.1.03/2023/FMS;** **REDNOV FERRAMENTAS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **45.769.285/0001-68**, sediado (a) na Rua Berta Mette, 149, Itoupavazinha, em Blumenau/SC, CEP 89.066-530, com o valor total de **R\$ 6.401,00 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E UM REAIS) - CT nº 111.1.06/2023/FMS;** **DELTA DISTRIBUIDORA S SERVIÇOS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **45.853.627/0001-23**, sediado (a) na Rua Rodrigo Vale Castro, 222, Centro, em Inhapim/MG, CEP 35.330-000, com o valor total de **R\$ 16.930,00 (DEZESSEIS MIL, NOVECIENTOS E TRINTA**

**REAIS) - CT nº 111.1.07/2023/FMS;** **LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPessoal LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **48.277.417/0001-22**, sediado (a) na Rua Vicente Soares da Costa, 132, Jardim Primavera, em São Paulo/SP, CEP 02755-000, com o valor total de **R\$ 8.180,55 (OITO MIL, CENTO E OITENTA REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS) - CT nº 111.1.08/2023/FMS;** **DANTAS ELETROMÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **49.140.067/0001-10**, sediado (a) na Rua Inácio Soares, 471, Bosque do Piranhas, em São Bento/PB, CEP 58.865-000, com o valor total de **R\$ 10.225,00 (DEZ MIL, DUZENTOS E VINTE CINCO REAIS) - CT nº 111.1.09/2023/FMS;**

Monteiro - PB, 27 de Setembro de 2023.

**ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO**  
Gestora do FMS.

**Publicado por:**  
Erinaldo Araújo Sousa  
**Código Identificador:**90C6F458

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA - TOMADA DE PREÇO Nº**  
**02004/2023**

**Processo Administrativo nº. 073/2023/PMM**  
**Tomada de Preços nº. 0.2.004/2023**

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**I – DO RESUMO**

Trata-se de licitação, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a construção de praça multiuso no bairro Altiplano Residence, no Município de Monteiro (PB).

Conforme Ata da Sessão do dia 16/06/2023, duas empresas foram habilitadas no certame, lançando suas propostas, nos seguintes valores:

LIMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – Valor da Proposta: R\$ 263.163,08  
ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – Valor da proposta: R\$ 276.935,01

Considerando o critério de julgamento pelo menor preço ofertado, a Comissão declarou como vencedora do certame a empresa LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI, com a oferta do valor de R\$ 263.163,08.

Deu-se seguimento ao processo, sendo o mesmo homologado em 30 de junho de 2023, ato devidamente publicado no Diário Oficial do Município.

No dia 03 de julho de 2023, a empresa vencedora, após homologado o certame, protocolou pedido de desistência, com alegado amparo legal no art. 43, §6º, da Lei nº. 8.666/93. Alegou, em síntese, que o valor do orçamento da obra estaria defasado, o que impediria a execução da obra. Alegou ainda que não haveria nenhuma empresa interessada em executar a obra, ante a suposta defasagem do orçamento.

Este o resumo, que pelas razões a seguir delineadas, será possível compreender que a empresa praticou ato ilegal, que acabou por prejudicar a execução do projeto, ao impedir que outras empresas pudessem assumir tal obrigação, já que houve outra proposta de preço, com total interesse em assumir tal empreendimento.

**II – DA ANÁLISE DE MÉRITO**

A ilegalidade da desistência do licitante vencedor após homologação decorre dos seguintes fundamentos jurídicos:  
Violação do princípio da vinculação ao edital: O edital é a lei do certame, e as licitantes vencedoras estão vinculadas às condições nele estabelecidas. Portanto, ao desistir do certame, a licitante vencedora



está violando o princípio da vinculação ao edital, que garante a segurança jurídica dos participantes.

Violação do princípio da isonomia: A licitação tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em condições de igualdade entre os participantes. Ao desistir do certame, a licitante vencedora impede que a Administração Pública possa contratar a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa, violando o princípio da isonomia.

Violação do princípio da economicidade: A Administração Pública tem o dever de licitar de forma a garantir o menor preço possível para os serviços ou bens que necessita adquirir. Ao desistir do certame, a licitante vencedora impede que a Administração Pública possa contratar a empresa que apresentou a proposta mais econômica, violando o princípio da economicidade.

Além desses fundamentos jurídicos, a desistência do licitante vencedor após homologação também pode configurar uma prática anticompetitiva, pois pode prejudicar a livre concorrência no mercado. A Lei nº. 8.666/93, que regula as licitações públicas no Brasil, prevê em seu artigo 42 que o adjudicatário do certame deverá assinar o contrato no prazo estabelecido no edital. O artigo 43, por sua vez, estabelece que a Administração Pública poderá aplicar sanções à empresa licitante que descumprir essa obrigação, inclusive a de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Portanto, a desistência da empresa licitante vencedora após homologação viola os seguintes artigos da Lei nº. 8.666/93:

Artigo 42: que estabelece a obrigatoriedade da assinatura do contrato pelo adjudicatário no prazo estabelecido no edital;

Artigo 43: que estabelece as sanções aplicáveis à empresa licitante que descumprir essa obrigação, inclusive a de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Além desses artigos, a desistência da empresa licitante vencedora após homologação também pode configurar uma violação ao princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 31 da Lei nº. 8.666/93. Esse princípio estabelece que os licitantes estão vinculados às condições estabelecidas no edital, inclusive no que diz respeito à apresentação da proposta e à assinatura do contrato.

Em conformidade com os fundamentos jurídicos acima expostos, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem considerado ilegal a desistência do licitante vencedor após homologação. Em um acórdão recente, o TCU entendeu que a desistência da licitante vencedora após homologação configura uma ofensa aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia e da economicidade, e determinou a aplicação de sanções à empresa licitante.

Portanto, a desistência do licitante vencedor após homologação é uma prática ilegal que pode gerar consequências graves para a empresa licitante, como a aplicação de sanções administrativas e a perda da credibilidade no mercado.

### III – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

As sanções aplicáveis à empresa licitante que desiste do certame após homologação são previstas no artigo 43 da Lei nº. 8.666/93. Essas sanções podem ser:

Advertência: é a sanção mais leve e consiste em um aviso formal à empresa licitante.

Multa: é uma sanção pecuniária que pode ser aplicada em valores crescentes, de acordo com a gravidade da infração.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública: essa sanção impede a empresa licitante de participar de licitações públicas e de contratar com a Administração Pública por um período determinado, que pode variar de seis meses a dois anos.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública: é a sanção mais grave e consiste na impossibilidade da empresa licitante de participar de licitações públicas e de contratar com a Administração Pública por um período indeterminado.

A escolha da sanção aplicável ao caso deve ser feita pela Administração Pública, levando em consideração a gravidade da infração e os antecedentes da empresa licitante.

Além das sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, a empresa licitante que desiste do certame após homologação também pode ser

responsabilizada civilmente, por perdas e danos causados à Administração Pública.

### III – DO DISPOSITIVO

**DECIDE-SE, CUTELARMENTE**, até decisão definitiva, pela suspensão do direito de contratar da Construtora LIMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 42.540.677/0001-62, com o Município de Monteiro (PB), até conclusão do presente processo administrativo, ficando determinada a realização de notificação da empresa para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze dias), em relação aos fatos que ensejaram a mencionada ocorrência, por onde advertiu-se que ao final do processo administrativo poderia ser aplicada, em definitivo, as penalidades de multa, declaração de inidoneidade, com proibição de contratação com o poder público, informações consequentes junto ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), cadastro de empresas inidôneas junto ao TCU e demais sistemas de compras públicas.

Monteiro (PB), 28 de setembro de 2023.

**ANA LORENA LEITE NOBREGA LAGO**

Prefeita Constitucional

**Publicado por:**

Erinaldo Araújo Sousa

**Código Identificador:**71C9A491

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0.10.77/2023/001/002/003//005/006/007/008/009/0010**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0.10.77/2023**

A Prefeita em Exercício do Município de Monteiro, através da sua Pregoeira Oficial, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, em conformidade com o resultado do pregão abaixo relacionado e devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.115/2019 torna público o **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do Pregão Eletrônico nº 0.10.77/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 111/2023. OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura - DATA DA ASSINATURA: 27 de Setembro de 2023. EMPRESAS VENCEDORAS: MEDSHOP HOSPITALAR LTDA, CNPJ - 03.524.249/0001-94, com o valor total de R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS); GHPS BARRETO - CNPJ 27.103.616/0001-44, com o valor total de R\$ 26.279,80 (VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS); EXEBR INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 29.520.946/0001-60, com o valor total de R\$ 18.662,70 (DEZOITO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS); CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA - CNPJ 43.684.445/0001-40, com o valor total de R\$ 2.464,00 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS); REDNOV FERRAMENTAS LTDA - CNPJ 45.769.285/0001-68, com o valor total de R\$ 22.309,00 (VINTE E DOIS MIL, TREZENTOS E NOVE REAIS); DELTA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 45.853.627/0001-23, com o valor total de R\$ 20.590,00 (VINTE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS); LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA - CNPJ 48.277.417/0001-22, com o valor total de R\$ 16.425,45 (DEZESSEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS); DANTAS ELETROMÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ 49.140.067/0001-10, com o valor total de R\$ 27.366,00 (VINTE E SETE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS); ERGO OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - CNPJ 49.410.635/0001-56, com o valor total de R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS);** de acordo com a ata de registro de preços em anexo ao referido processo.

Monteiro - PB, 27 de Setembro de 2023.

**ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO**

Prefeita

**Publicado por:**  
Erinaldo Araújo Sousa  
**Código Identificador:**4665EC88

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VELHO**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**00008/2023**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VELHO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Coronel Sérgio Dantas, 55 - Centro - Ouro Velho - PB, por meio do site <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de Combustível, por período de 12 (doze) meses, para atender ao Fundo Municipal de Saúde de Ouro Velho/PB. Abertura da sessão pública: 10:15 horas do dia 11 de Outubro de 2023. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 Às 12:00 horas e das 14:00 Até Às 18:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33501098. E-mail: [cpl.ourovelho@gmail.com](mailto:cpl.ourovelho@gmail.com). Edital: [www.ourovelho.pb.gov.br](http://www.ourovelho.pb.gov.br); [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

Ouro Velho - PB, 28 de Setembro de 2023

**ANTÔNIO HENRIQUE MENEZES NASCIMENTO -**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Vanderlania de Lucena Gouveia  
**Código Identificador:**9CA176E2

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PICUÍ “CASA FRANCISCO**  
**EDUARDO DE MACÊDO”**  
**PORTARIA Nº 045/2023-CMP**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno do Poder Legislativo e legislação pertinente:

**RESOLVE:**

I – **EXONERAR** o Senhor **JOSÉ REGINALDO DE ARAÚJO**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar com lotação na Divisão de Serviços Administrativos, pertencente à Estrutura Administrativa deste Poder Legislativo;

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se,  
Publique-se,  
Dê-se ciência.

Picuí-PB, em 29 de setembro de 2023.

**ATAÍDE DANTAS XAVIER**

Presidente

**Publicado por:**  
Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**33930539

**CÂMARA MUNICIPAL DE PICUÍ “CASA FRANCISCO**  
**EDUARDO DE MACÊDO”**  
**PORTARIA Nº 046/2023-CMP**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno do Poder Legislativo e legislação pertinente:

**RESOLVE:**

I – **EXONERAR** o Senhor **JOSÉ ONILDO VASCONCELOS DOS SANTOS NETO** do cargo em comissão de Diretor de Secretaria com lotação na Divisão de Serviços Administrativos, pertencente à Estrutura Administrativa deste Poder Legislativo;

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se,  
Publique-se,  
Dê-se ciência.

Picuí-PB, em 29 de setembro de 2023.

**ATAÍDE DANTAS XAVIER**

- Presidente -

**Publicado por:**  
Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**6488A6F3

**CÂMARA MUNICIPAL DE PICUÍ “CASA FRANCISCO**  
**EDUARDO DE MACÊDO”**  
**PORTARIA Nº 047/2023-CMP**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno do Poder Legislativo e legislação pertinente:

**RESOLVE:**

I – **EXONERAR** o Senhor **WALLAN ATAÍDE DANTAS DOS SANTOS**, do cargo em comissão de Assessor de Comunicação, pertencente à Estrutura Administrativa deste Poder Legislativo;

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se,  
Publique-se,  
Dê-se ciência.

Picuí-PB, em 29 de setembro de 2023.

**ATAÍDE DANTAS XAVIER**

Presidente

**Publicado por:**  
Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**FE8FB09B

**GABINETE DO PREFEITO**  
**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00018/2022 -**  
**PE00012/2021**

Instrumento: 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 00018/2022. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico nº 00012/2021. Contratante: Município de Picuí - Prefeitura Municipal. Contratada: **MARIA ELIZABETE ANDRIOLA DE ALMEIDA GONÇALVES – ME**. Objeto do Aditivo: R\$ 21.651,00 (vinte e um mil, seiscentos e

cinquenta e um reais). Assinatura: 27 de setembro de 2023.  
 Signatários: Olivânio Dantas Remígio e **MARIA ELIZABETE ANDRIOLA DE ALMEIDA GONÇALVES – ME.**

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**8832F663

**GABINETE DO PREFEITO**  
**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00012/2022 -**  
**PE00012/2021**

**Instrumento:** 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 00012/2022.  
**Fundamento Legal:** Pregão Eletrônico nº 00012/2021. **Contratante:** Município de Picuí - Prefeitura Municipal. **Contratada:** **MARIA ELIZABETE ANDRIOLA DE ALMEIDA GONÇALVES – ME.**  
**Objeto do Aditivo:** R\$ 6.394,50 (seis mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos). **Assinatura:** 27 de setembro de 2023.  
**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e **MARIA ELIZABETE ANDRIOLA DE ALMEIDA GONÇALVES – ME**

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**93575F4C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 089/2023**

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 089/2023  
**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.  
**Contratado:** Jonas Santos Oliveira  
**Objeto:** Prestação de serviços de Motorista na Secretaria Municipal de Saúde, deste município.  
**Valor:** R\$ 1.320,00 (Hum mil, trezentos e vinte reais) por 40(quarenta) horas de trabalho semanais. bem como diárias quando da permanência do(a) CONTRATADO(A) fora do município, a serviço do CONTRATANTE, por mais de 24 (vinte e quatro) horas e que diste, no mínimo, 100 (cem) quilômetros; salário-família..  
**Vigência:** 01/09/2023 a 30/10/2023.  
**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.  
**Assinatura:** 01 de setembro de 2023.  
**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Jonas Santos Oliveira.

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**A62E280C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023**

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 090/2023.  
**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.  
**Contratado:** Maria Clildênia Bezerra Santos.  
**Objeto:** Prestação de serviços de Professor Polivalente na Creche “Maria Edite de Medeiros Dantas”, zona urbana, deste município. Em substituição a professora titular: Lecia Dantas de Lima Barros, que se encontra afastada por de Licença Médica.  
**Valor:** R\$ 3.882,82 (Três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos) por trinta horas de trabalho semanais.  
**Vigência:** 01/09/2023 a 30/09/2023  
**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.  
**Assinatura:** 01 de setembro de 2023.  
**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Maria Clildênia Bezerra Santos.

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**EE7AE187

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2023**

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 091/2023.  
**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.  
**Contratado:** Sandra Gomes da Silva.  
**Objeto:** Prestação de serviços de Inspetor Escolar, na Emef. “Tertuliano Pereira de Araújo”, zona rural, deste município.  
**Valor:** R\$ 1.381,72 (hum mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos) por quarenta horas de trabalho semanais.  
**Vigência:** 01/09/2023 a 31/12/2023.  
**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.  
**Assinatura:** 01 de setembro de 2023.  
**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Sandra Gomes da Silva.

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**6FE5F8B4

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2023**

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 092/2023.  
**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.  
**Contratado:** Leandro Neves Diniz.  
**Objeto:** Prestação de serviços de Professor de História, na Emef. “Ana Maria Gomes”, zona urbana, deste município. Em substituição a professora titular: Zenóbia Almeida de Souza, que se encontra afastada por Licença Médica.  
**Valor:** R\$ 3.882,82 (Três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos) por trinta horas de trabalho semanais..  
**Vigência:** 15/09/2023 a 14/10/2023.  
**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.  
**Assinatura:** 15 de setembro de 2023  
**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Leandro Neves Diniz.

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**6E64F9B6

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2023**

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 093/2023.  
**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.  
**Contratado:** Luiz Antonio Eloy da Silva.  
**Objeto:** Prestação de serviços de Coveiro no Distrito de Santa Luzia e Distrito de Serra dos Brandões, com lotação na Secretaria Municipal de infraestrutura, deste município. Em substituição ao titular Joabi da Silva Oliveira, que foi exonerado a pedido.  
**Valor:** R\$ 1.855,37 (Hum mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), por quarenta horas de trabalhos semanais, bem como diárias quando da permanência do (a) CONTRATADO (A) fora do município, a serviço da CONTRATANTE, por mais de 24 (vinte e quatro) horas e que diste, no mínimo, 100 (cem) quilômetros; salário-família.  
**Vigência:** 19/09/2023 a 31/12/2023..  
**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.  
**Assinatura:** 19 de setembro de 2023.  
**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Luiz Antonio Eloy da Silva.

**Publicado por:**  
 Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**9A112042

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2023**

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 094/2023.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.

**Contratado:** José Franciedson Dantas.

**Objeto:** Prestação de serviços de Enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

**Valor:** R\$ 1.943,98 (Hum mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos), acrescida de 20% de insalubridade, por quarenta horas de trabalhos semanais, bem como diárias quando da permanência do (a) CONTRATADO (A) fora do município, a serviço da CONTRATANTE, por mais de 24 (vinte e quatro) horas e que diste, no mínimo, 100 (cem) quilômetros; salário-família.

**Vigência:** 20/09/2023 a 30/09/2023..

**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.

**Assinatura:** . 20 de setembro de 2023.

**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e José franciedson Dantas.

**Publicado por:**

Wallysson Bruno Macedo Barros

**Código Identificador:**28BBB8CC

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2023

**Instrumento:** Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 095/2023.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.

**Contratado:** Viviane Farias de Souza.

**Objeto:** Prestação de serviços de Odontólogo na Estratégia de Saúde da Família-ESF. Equipe 03, unidade sediada no posto de saúde “José Elizio da Costa”, localizada no Sítio Lajedo Grande, zona rural, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, deste município. Em substituição a titular Alana Fonseca Souto Fialho, que está afastada por Licença Gestante.

**Valor:** R\$ 1.943,98 (Hum mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos), acrescida de 20% de insalubridade e gratificação de produtividade de 2.128,00 (dois mil, cento e vinte e oito reais) por quarenta horas de trabalhos semanais, bem como diárias quando da permanência do (a) CONTRATADO (A) fora do município, a serviço da CONTRATANTE, por mais de 24 (vinte e quatro) horas e que diste, no mínimo, 100 (cem) quilômetros; salário-família..

**Vigência:** 20/09/2023 a 29/02/2024.

**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.

**Assinatura:** 20 de setembro de 2023.

**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Viviane Farias de Souza.

**Publicado por:**

Wallysson Bruno Macedo Barros

**Código Identificador:**62488BBC

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2023

**Instrumento:** 5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 043/2023.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.

**Contratado:** Maria de Jesus de Azevedo Medeiros.

**Objeto:** Prestação de serviços de Professor de Educação Infantil, na Creche Professora “Maria Edite de Medeiros Dantas”, zona urbana, deste município. Em substituição a professora titular: Rafaela Vasconcelos Wanderley Dantas que se encontra afastada por Licença Médica.

**Valor:** R\$ 3.882,82 (Três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos), por trinta horas de trabalho semanais.

**Vigência:** 15/09/2023 a 14/11/2023.

**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.

**Assinatura:** 15 de setembro de 2023.

**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Maria de Jesus de Azevedo Medeiros.

**Publicado por:**

Wallysson Bruno Macedo Barros

**Código Identificador:**40B6454C

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2023

**Instrumento:** 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços por Excepcional Interesse Público nº. 061/2023.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Picuí.

**Contratado:** Sueli da Silva Nóbrega.

**Objeto:** Prestação de serviços de Professor Polivalente, na Emef. “Ana Maria Gomes”, zona urbana, deste município. Em substituição a professora titular: Ademilde Dantas Henriques, que se encontra afastada por de Licença Médica.

**Valor:** R\$ 3.882,82 (Três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos), por trinta horas de trabalho semanais.

**Vigência:** 12/09/2023 a 01/12/2023.

**Recursos:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria.

**Assinatura:** 11 de setembro de 2023.

**Signatários:** Olivânio Dantas Remígio e Sueli da Silva Nóbrega.

**Publicado por:**

Wallysson Bruno Macedo Barros

**Código Identificador:**5F083C3D

#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DANTAS

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão pública municipal para serem utilizados na prefeitura municipal de Poço Dantas-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00019/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Poço Dantas.. VIGÊNCIA: até 28/09/2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Poço Dantas e: CT Nº 00092/2023 - 28.09.23 - PUBLIC SOFTWARE INFORMATICA LTDA - R\$ 57.000,00

**Publicado por:**

Abimael Alves Diniz

**Código Identificador:**DDE7960C

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00018/2023, que objetiva: Registro de preço para aquisição parcelada de material higiênico e produtos de limpeza para atender as demandas das secretarias do município de Poço Dantas – PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: MERCADINHO FREI DAMIAO LTDA - R\$ 160.819,55; RENAN ALEXANDRE BALTAZAR - R\$ 170.857,73. Poço Dantas - PB, 28 de Setembro de 2023

**ITAMAR MOREIRA FERNANDES**

Prefeito

**Publicado por:**

Abimael Alves Diniz

**Código Identificador:**BD6B8972

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00018/2023, que objetiva: Registro de preço para aquisição parcelada de material higiênico e produtos de limpeza para atender as demandas das secretarias do município de Poço Dantas –

PB; ADJUDICO o seu objeto a: MERCADINHO FREI DAMIAO LTDA - R\$ 160.819,55; RENAN ALEXANDRE BALTAZAR - R\$ 170.857,73.

Poço Dantas - PB, 28 de Setembro de 2023

**JONAS IZIDRO DA SILVA**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

Abimael Alves Diniz

**Código Identificador:**AB176141

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL**

**CMDDCA**

**RETIFICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DE COORDENADORES RESPONSÁVEIS PELOS COLÉGIOS ELEITORAIS E SEUS APOIOS.**

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE POMBAL/PB.**

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombal/PB, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 848 de 17 de abril de 1995 no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990).

**CONSIDERANDO**, a Resolução Nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

**CONSIDERANDO**, a Lei Municipal Nº 1.670/2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do conselho tutelar, o regime jurídico dos conselheiros tutelares de Pombal/PB e dá outras providências.

**CONSIDERANDO**, a Resolução do CMDDCA Nº 003 de 10 de Março de 2023, que dispõe sobre a instituição da Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o Edital do CMDDCA Nº 001 de 02 de maio de 2023, onde dispõe acerca do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o Edital do CMDDCA Nº 002 de 23 de maio de 2023, onde dispõe acerca da reabertura de prazos de inscrição do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**CONVOCA:**

**Art. 1º** - Os seguintes Coordenadores responsáveis pelos Colégios Eleitorais e seus Apoios.

**§1º E.E.E.F.M. “Monsenhor Vicente Freitas - Polivalente”:**

Coordenadora: Kamilla Dantas de Sousa

Apoios: Sandra Regina de Oliveira Lúcio e Damaris Karla dos Santos

**§2º E.E.E.F.M. “Arruda Câmara”:**

Coordenadora: Luciana Linhares de Melo

Apoios: Thiago Batista Rufino e Rozália Almeida Leite

**§3º E.M.E.F. “Caic – Creche Gente Inocente”:**

Coordenadora: Francisca de Alcântara Araújo

Apoios: Juceli de Sousa Almeida e Roberto Jefferson Severo

**Art. 2º** - Esta convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Pombal/PB, 28 de setembro de 2023.

**CRISTIANE FERREIRA MEDEIROS DE ALMEIDA**

Presidente do CMDDCA

**Publicado por:**

Danielle Pereira de Araujo Lacerda

**Código Identificador:**C667EA03

**CMDDCA**

**CONVOCAÇÃO DE COORDENADOR DE TRANSPORTE E MOTORISTAS.**

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE POMBAL/PB.**

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombal/PB, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 848 de 17 de abril de 1995 no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990).

**CONSIDERANDO**, a Resolução Nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

**CONSIDERANDO**, a Lei Municipal Nº 1.670/2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do conselho tutelar, o regime jurídico dos conselheiros tutelares de Pombal/PB e dá outras providências.

**CONSIDERANDO**, a Resolução do CMDDCA Nº 003 de 10 de Março de 2023, que dispõe sobre a instituição da Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o Edital do CMDDCA Nº 001 de 02 de maio de 2023, onde dispõe acerca do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o Edital do CMDDCA Nº 002 de 23 de maio de 2023, onde dispõe acerca da reabertura de prazos de inscrição do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**CONVOCA:**

**Art. 1º** - O Coordenador de transporte **Marcílio Andrade Alves**, que será responsável pelos ônibus que irá transportar os eleitores no dia 01 de outubro de 2023, eleição do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**Art. 2º** - Convoca ainda os Motoristas que irão transportar os eleitores no dia 01 de outubro de 2023, eleição do Conselho Tutelar de Pombal/PB:

**I - Marcio Oliveira da Silva**

**II - Márcio Antônio Queiroz de Sousa**

**III - Jose Elío Nunes Pereira**

**Art. 3º** - Esta convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Pombal/PB, 28 de setembro de 2023.

**CRISTIANE FERREIRA MEDEIROS DE ALMEIDA**

Presidente do CMDDCA

**Publicado por:**

Danielle Pereira de Araujo Lacerda

**Código Identificador:**E79A2168

**CMDDCA**  
**CONVOCAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS PARA**  
**ATUAREM NOS DIAS 29/09/2023, 30/09/2023 E 01/10/2023.**

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE POMBAL/PB.**

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombal/PB, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 848 de 17 de abril de 1995 no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990).

**CONSIDERANDO**, a Resolução Nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

**CONSIDERANDO**, a Lei Municipal Nº 1.670/2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do conselho tutelar, o regime jurídico dos conselheiros tutelares de Pombal/PB e dá outras providências.

**CONSIDERANDO**, a Resolução do CMDDCA Nº 003 de 10 de Março de 2023, que dispõe sobre a instituição da Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o Edital do CMDDCA Nº 001 de 02 de maio de 2023, onde dispõe acerca do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**CONSIDERANDO**, o Edital do CMDDCA Nº 002 de 23 de maio de 2023, onde dispõe acerca da reabertura de prazos de inscrição do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

**CONVOCA:**

**Art. 1º** - Os Guardas Municipais para atuarem nos dias, 29/09/2023, 30/09/2023 e 01/10/2023, Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Pombal/PB.

§1º Para atuarem na E.E.E.F.M “Monsenhor Vicente Freitas” - Polivalente:

**Julierme Ferreira de Almeida**  
**Francisco de Assis Lima Ferreira**

§2º Para atuarem na E.E.E.F.M “Arruda Câmara”:

**Marcos Vinícius Donato**  
**Lucas da Costa Silva**

§3º Para atuarem no “CAIC – Creche Gente Inocente”

**Kledmundo Paiva Santos**  
**Romero matos de Almeida**

§4º Para atuarem no Pontos de Apoio – Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS:

**Paulo Henrique Faustino de Almeida**  
**Gilderlânio Lourenço dos Santos**

**Art. 2º** - Esta convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Pombal/PB, 28 de setembro de 2023.

**CRISTIANE FERREIRA MEDEIROS DE ALMEIDA**  
Presidente do CMDDCA

**Publicado por:**  
Danielle Pereira de Araújo Lacerda  
**Código Identificador:**B79CAE99

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**00032/2023**

**OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA**

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 002/2023, de 02/01/2023, e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas,

**R E S O L V E:**

ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:

- CAVALCANTE SOUTO ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.  
22.526.394/0001-59  
Valor: R\$ 19.000,00
- INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE LTDA.  
08.158.664/0001-95  
Valor: R\$ 10.725,00
- LRF DISTRIBUIDORA LTDA.  
49.464.926/0001-27  
Valor: R\$ 4.550,00
- RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR.  
27.545.583/0001-92  
Valor: R\$ 193.100,00
- THIAGO GOMES BARBOSA COMERCIO.  
31.860.198/0001-07  
Valor: R\$ 67.000,00

Pombal - PB, 28 de setembro de 2023.

**JACKELYNE DE OLIVEIRA SILVA**  
Pregoeira Oficial

**OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA**

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 002/2023, de 02/01/2023, e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas,

**R E S O L V E:**

ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:

- CAVALCANTE SOUTO ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.  
22.526.394/0001-59  
Valor: R\$ 19.000,00
- INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE LTDA.  
08.158.664/0001-95  
Valor: R\$ 10.725,00
- LRF DISTRIBUIDORA LTDA.  
49.464.926/0001-27  
Valor: R\$ 4.550,00

- RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR.  
27.545.583/0001-92  
Valor: R\$ 193.100,00  
- THIAGO GOMES BARBOSA COMERCIO.  
31.860.198/0001-07  
Valor: R\$ 67.000,00

Pombal - PB, 28 de setembro de 2023.

**JACKELYNE DE OLIVEIRA SILVA**  
Pregoeira Oficial

**Publicado por:**  
Jackelyne de Oliveira Silva  
**Código Identificador:**0877EDDE

**GABINETE**  
**HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 00032/2023**

Pombal - PB, 28 de Setembro de 2023.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores:

- CAVALCANTE SOUTO ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.  
22.526.394/0001-59  
Valor: R\$ 19.000,00  
- INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE LTDA.  
08.158.664/0001-95  
Valor: R\$ 10.725,00  
- LRF DISTRIBUIDORA LTDA.  
49.464.926/0001-27  
Valor: R\$ 4.550,00  
- RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JUNIOR.  
27.545.583/0001-92  
Valor: R\$ 193.100,00  
- THIAGO GOMES BARBOSA COMERCIO.  
31.860.198/0001-07  
Valor: R\$ 67.000,00

Publique-se e cumpra-se.

**ABMAEL DE SOUSA LACERDA**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Jackelyne de Oliveira Silva  
**Código Identificador:**738E471F

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL**  
**PUBLICAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS DE Nº 013/2023**  
**DA PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL-PB**

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2023**

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00013/2023, que objetiva: Contratação de empresa para prestar serviço de engenharia na pavimentação do Sítio Lagoa de São João, conforme planilhas; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: REJANE MEDEIROS GOMES SANTOS, CNPJ: 29.578.882/0001-59 - R\$ 240.658,12.

Princesa Isabel - PB, 09 de Agosto de 2023  
**RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO**  
Prefeito

**PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL**

**EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 130/2023 DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2023**

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de engenharia na pavimentação do Sítio Lagoa de São João, conforme planilhas. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00013/2023. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL ? PB. CONVÊNIO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL Nº 921845/2021 DOTAÇÃO: 04.00 SEC. INFRA?ESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA 15.451.2017.1018 (CONTRUIR/REFORMAR PAVIMENTAÇÃO EM PALELÉPADOS), 500 (RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS); 700 (OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO) 4.4.90.51.01 (OBRAS E INSTALAÇÕES).. VIGÊNCIA: até 10/02/2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Princesa Isabel e REJANE MEDEIROS GOMES SANTOS CNPJ: 29.578.882/0001-59 - R\$ 240.658,12.

Princesa Isabel - PB, 10 de Agosto de 2023

**RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Manoel Francelino de Sousa Neto  
**Código Identificador:**208788EF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**065/2023**

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, tornar público que realizará através do seu Pregoeiro Oficial, às **08h:00min (oito horas)** do dia **11 de outubro de 2023**, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 065/2023. **Tipo de julgamento:** Menor preço ofertado por item. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços (parcelado e diário) de mão-de-obra especializada na lavagem, lubrificação e aspiração dos veículos lotados na Secretaria de Educação e os que por força contratual tenha direito, conforme termo de referência. **Fontes de Recursos:** Não vinculados e ordinários. **Prazo para início:** Será de imediato, nos seguintes horários: Das 07h00 às 12h00 e das 13h:00 às 18h:00, caso contrário será a partir do primeiro dia seguinte, sendo de segunda a sábado, quando for autorizado para os domingos e feriados será comunicado com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis, que será feito através do E-mail do licitante vencedor citado no contrato ou presencialmente. **Editais:** Poderá ser retirado através: <http://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes;> [www.tce.pb.gov.br;](http://www.tce.pb.gov.br;) [www.portaldecompraspublicas.com.br/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/). Princesa Isabel-PB, 28 de setembro de 2023.

**JACÉ ALVES DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Manoel Francelino de Sousa Neto  
**Código Identificador:**0E3E3402

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**066/2023**

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, tornar público que realizará através do seu Pregoeiro Oficial, às **14h:00min (quatorze horas)** do dia **11 de outubro de 2023**, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação na



modalidade Pregão Eletrônico Nº 066/2023. **Tipo de julgamento:** Menor preço ofertado por item. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços médico parcelado em forma de plantão, nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral e Anestesiologistas, para atender a demanda do Hospital Regional Deputado José Pereira Lima, conforme termo de referência. **Fontes de Recursos:** Não vinculados e ordinários. **Prazo para início com apresentação dos profissionais:** Será em até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil da assinatura do contrato, que será encaminhado para o E-mail do licitante vencedor citado nas peças de sua habilitação ou proposta, ou presencialmente. **Edital:** Poderá ser retirado através: <http://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/).

Princesa Isabel-PB, 28 de setembro de 2023.

**JACÉ ALVES DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Manoel Francelino de Sousa Neto  
**Código Identificador:**12096609

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL** **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº** **067/2023**

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, tornar público que realizará através do seu Pregoeiro Oficial, às **08h:00min (oito horas)** do dia **13 de outubro de 2023**, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 067/2023. **Tipo de julgamento:** Menor preço ofertado por item. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestar o fornecimento de um equipamento, com as seguintes especificações: Veículo tipo PICKUP, zero km, ano/mod. 2023/2024, com pintura sólida na cor branca ou prata (caso seja autorizado, poderá ser de outra cor), combustível flex, mínimo de 1,3 cilindrada, potência mínima de 120,0 CV, na gasolina e 130,0 CV no etanol, ar condicionado frontal, tração dianteira, transmissão mecânica com no mínimo 05 marchas a frente e 01 ré sincronizada, sistema de freio a disco na dianteira com ABS e com EBD, aro bag duplo frontal e lateral, direção elétrica, rodas aro 15, capacidade para 05 pessoas na cabine, vidros elétricos, nas 04 portas, controle eletrônico de estabilidade, capacidade de carga útil de no mínimo de 600 Kg., tanque de combustível para o mínimo de 50 litros, cinto de segurança retráteis de 3 pontos para todos os passageiros, extintor de incêndio, estepe, jogo de tapetes, chave de rodas, macaco, triângulo de sinalização e todos os demais itens, equipamentos e acessórios obrigatórios, tudo em plena conformidade com as exigências do código de trânsito brasileiro, do CONTRAN e demais normas pertinentes em vigor, equipado com os demais itens de estética e segurança originais de fábrica impertinentes ao modelo ofertado, com um ano de garantia ou 100.000 km de garantia, devendo vir acompanhada do certificado de garantia e do Manual de instruções veicular, conforme termo de referência, destinado ao Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DEMUTRAN de Princesa Isabel-PB. **Fontes de Recursos:** Não vinculados e ordinários. **Prazo para entrega do equipamento:** Será em até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente da assinatura do contrato, que será encaminhado para o E-mail do licitante vencedor citado nas peças de sua habilitação ou proposta, ou presencialmente. **Edital:** Poderá ser retirado através: <http://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/).

Princesa Isabel-PB, 28 de setembro de 2023.

**JACÉ ALVES DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Manoel Francelino de Sousa Neto  
**Código Identificador:**9DEE8D44

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL** **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº** **068/2023**

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, tornar público que realizará através do seu Pregoeiro Oficial, às **10h:30min (dez horas e trinta minutos)** do dia **13 de outubro de 2023**, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 068/2023. **Tipo de julgamento:** Menor preço ofertado por item. **Objeto:** Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviços em forma de locação mensal de 01 (um) aparelho de Raio-X analógico 630MA, para o Centro de imagem, para atender as demandas diárias da municipalidade, através da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Princesa Isabel, conforme termo de referência. **Fontes de Recursos:** Não vinculados e ordinários. **Prazo para entrega do equipamento:** Será em até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente da assinatura do contrato, que será encaminhado para o E-mail do licitante vencedor citado nas peças de sua habilitação ou proposta, ou presencialmente. **Edital:** Poderá ser retirado através: <http://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/). Princesa Isabel-PB, 28 de setembro de 2023.

**JACÉ ALVES DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Manoel Francelino de Sousa Neto  
**Código Identificador:**429B7562

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL** **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº** **069/2023**

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, tornar público que realizará através do seu Pregoeiro Oficial, às **14h:30min (quatorze horas e trinta minutos)** do dia **13 de outubro de 2023**, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 069/2023. **Tipo de julgamento:** Menor preço ofertado por item. **Objeto:** Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviços em forma de locação mensal de 01 (um) veículo do tipo PICKUP, cabine simples, motor a diesel, capacidade de carga útil de no mínimo de 1.000 Kg, para atender as demandas diárias de transporte de funcionários e equipamentos para utilizados na manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica do município de Princesa Isabel, conforme termo de referência. **Fontes de Recursos:** Não vinculados e ordinários. **Prazo para entrega do equipamento:** Será em até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente da assinatura do contrato, que será encaminhado para o E-mail do licitante vencedor citado nas peças de sua habilitação ou proposta, ou presencialmente. **Edital:** Poderá ser retirado através: <http://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/).

Princesa Isabel-PB, 28 de setembro de 2023.

**JACÉ ALVES DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Manoel Francelino de Sousa Neto  
**Código Identificador:**95EA3530

#### **ESTADO DA PARAÍBA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

#### **GABINETE DA PREFEITA** **DECRETO N.º 899, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023**

#### **DECRETO N.º 899, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.**

Estabelece critérios para a seleção de candidatos ao provimento do cargo em comissão de Diretor das Unidades Escolares da rede municipal de ensino de

São Domingos/PB, em conformidade com o art. 206 da Constituição Federal de 1988 E Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 206, VI, da Constituição Federal de 1988, que trata da gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 14 da Lei Federal n.º 9.394/1996, que dispõe que os Municípios definirão as normas da gestão democrática do ensino público da educação básica de acordo com as suas peculiaridades locais;

**CONSIDERANDO** a Meta n.º 19 prevista na Lei Federal n.º 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal n.º 330/2015, que trata sobre o Plano Municipal de Educação – PME para o decênio 2014-2024;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 17 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que em seu §1º, define as condicionalidades a serem consideradas para distribuição da complementação VAAR (VALOR ALUNO ANO RESULTADO);

**CONSIDERANDO** que a gestão democrática e participativa, a transparência e a ética nas relações internas e externas, a responsabilidade com o público e o comprometimento com a excelência dos serviços que executa são requisitos que norteiam as ações da Secretaria Municipal de Educação,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** A escolha de profissionais para a Direção das Unidades Escolares da rede pública do sistema municipal de ensino de São Domingos/PB far-se-á mediante Processo Seletivo para escolha de Diretores das Unidades Escolares, composto por avaliação de conhecimentos específicos, provas de títulos e apresentação de um plano de gestão, com a finalidade de aferir as habilidades gerenciais e os atributos pessoais necessários ao exercício do cargo, na forma estabelecida neste Decreto e nos demais instrumentos normativos que dela derivarem.

**Parágrafo único.** O processo de que trata o *caput* deste artigo realizar-se-á em quatro etapas:

I - Uma primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a qual constará de prova objetiva para avaliação de conhecimentos necessários à gestão de escola;

II – Uma segunda etapa, de caráter classificatório e eliminatório, que consiste da apresentação de um plano de gestão escolar, destinadas à aferição de conhecimentos e habilidades considerando um perfil pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando, pelo menos, os seguintes componentes:

- a) Visão sistêmica;
- b) Senso ético;
- c) Liderança;
- d) Flexibilidade;
- e) Comunicação;
- f) Comprometimento;
- g) Conhecimento técnico e pedagógico.

III – Uma terceira etapa, de caráter classificatório, que compreende da análise do currículo e dos documentos comprobatórios de títulos.

IV – Uma quarta etapa, também de caráter classificatório, que consiste em entrevista pessoal com o candidato.

**Art. 2º.** Caberá à Secretaria Municipal de Educação desenvolver o processo de que trata o *caput* deste artigo, em suas quatro etapas.

**Parágrafo único.** Cada etapa de seleção reger-se-á pelo que constará no edital de processo seletivo, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, para a composição do Cargo de Diretor que especificará cada etapa do processo obedecendo o disposto neste Decreto.

**Art. 3º.** Para desenvolver o processo de seleção de diretores, a Secretaria Municipal de Educação poderá compor uma equipe técnica oficial ou contratar uma empresa ou instituição de competência e idoneidade comprovadas.

**Art. 4º.** Poderão candidatar-se aos cargos de provimento em comissão de Diretor das Unidades Escolares da rede pública municipal de ensino de São Domingos/PB os professores e especialistas de educação, sejam servidores efetivos ou não, interessados na investidura do cargo em processo de seleção da Secretaria Municipal de Educação que comprovarem ter:

I – No mínimo, 02 (dois) anos de experiência em função de cargo de magistério;

II – Curso de nível superior completo em Pedagogia ou Licenciatura em qualquer outra área da educação e/ou pós-graduação em gestão escolar.

**Parágrafo único.** Considerar-se-ão impedidos de participar do processo seletivo, de acordo com o disposto no *caput* do presente artigo, os candidatos que tenham sofrido condenação em processo criminal transitado em julgado ou em Processo Administrativo Disciplinar, ou, ainda, que tenham participação comprovada em irregularidades administrativas.

**Art. 5º.** Em caso de recondução, serão considerados inaptos ao processo de seleção de gestores das unidades escolares os Diretores que não estiverem com as prestações de contas relativas às verbas federais aprovadas ou que haja restrições na situação fiscal.

**Art. 6º.** Ao se inscreverem, os candidatos estarão concorrendo ao cargo em comissão de Diretor em qualquer uma das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

§1º - No momento da inscrição deverão ser apresentados pelos candidatos ao cargo Diretor a documentação comprobatória das condições de acesso elencadas no art. 4º deste Decreto.

§2º - O Plano de Gestão deverá ser apresentado na segunda etapa, quando o perfil do candidato será avaliado por comissão determinada pela Secretaria Municipal de Educação para tal finalidade.

§3º - Os critérios de avaliação do plano serão determinados no edital de processo seletivo elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, obedecendo o disposto neste Decreto.

§4º - É obrigatória a participação dos candidatos ao cargo de Diretor em todas as etapas do processo de seleção de Gestores das Unidades Escolares.

**Art. 7º.** A ocupação do cargo em comissão de Diretor Escolar dar-se-á pelas equipes gestoras selecionadas para um período de 02 (dois) anos, sendo possível de prorrogação por tempo igual.

§1º - O exercício do cargo em comissão Diretor poderá ser interrompido a qualquer tempo por desistência dos gestores ou por circunstâncias que justifiquem a exoneração.

§2º - No caso de vacância do cargo em comissão de Diretor, caberá à Secretaria Municipal de Educação a convocação dos candidatos aptos no processo seletivo para compor a nova equipe gestora, observadas as disposições da legislação específica.

**Art. 8º.** Na hipótese de não haver candidatos que preencham os requisitos mencionados no art. 3º ou se não houver candidato

classificado para ocupar um cargo vacante, a prefeito poderá nomear, um diretor, em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 01 (um) ano.

**Art. 9º.** Uma vez listados os candidatos considerados aptos no processo seletivo, caberá à Prefeita a convocação e nomeação dos selecionados para os cargos vacantes, em conformidade com os interesses da administração.

**Art. 10.** Caberá ao município normatizar o processo de seleção de gestores das Unidades Escolares e expedir normas para o fiel cumprimento do presente Decreto.

**Art. 11.** No ato da posse, os Diretores assinarão termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

**Art. 12.** A gestão escolar será acompanhada diretamente pelo Conselho escolar e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Conselho Municipal de Educação.

§1º - A avaliação de desempenho dos Diretores será composta dos elementos: análise dos indicadores de eficiência da escola, dos resultados de aprendizagem dos alunos, a lisura na gestão financeira e o relacionamento com a comunidade escolar.

§2º - A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo da Prefeita, mediante o preenchimento de um ou mais elementos mencionados no parágrafo anterior, apresentados pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 13.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de São Domingos/PB, em 27 de setembro de 2023.

**ADEILZA SOARES FREIRES**

Prefeita do Município de São Domingos

**Publicado por:**

Adryelle Soares Freires

**Código Identificador:**5C7D72C5

#### **GABINETE DA PREFEITA PORTARIA PMSD/GP/N.º 103/2023**

#### **PORTARIA PMSD/GP/N.º 103/2023**

**A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

#### **RESOLVE:**

**REVOGAR** a PORTARIA PMSD/GP/N. 074/2023, publicada no Diário Oficial do Município em 25 de setembro de 2023.

**NOMEAR JANINE FERNANDES PEREIRA**, CPF n.º 102.344.524-71, para o cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, até ulterior deliberação, servindo-lhe de título a presente portaria para que possa a nomeada exercer as prerrogativas inerentes ao mencionado cargo.

A presente portaria terá efeitos legais e financeiros retroativos a 21 de setembro de 2023.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de São Domingos, Estado da Paraíba, em 28 de setembro de 2023.

**ADEILZA SOARES FREIRAS**

Prefeita do Município de São Domingos

**Publicado por:**

Adryelle Soares Freires

**Código Identificador:**C5717B01

#### **ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 00052/2023**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

**OBJETO:** Aquisição de Carteiras escolares para a rede de ensino do município de São Francisco – PB, através do Termo de Convenio nº 0168/2023 (Estado PB), para atender as necessidades da Secretaria de Educação, conforme especificações constantes no Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00052/2023. **DOTAÇÃO:** CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CONVENIO Nº 0168/2023 **VALOR DE R\$** 276.000,00 **ORÇAMENTO** N. 22.101.12.361.5006.2769.0287.4440.52.540.0.1.0000. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2023. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de São Francisco e: CT Nº 00280/2023 - 28.09.23 - BRASFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - R\$ 79.600,00.

**Publicado por:**

Francisco Lopes de Lima

**Código Identificador:**26FC53B7

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 00057/2023**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00057/2023. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de São Francisco: 2023 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04.122.2003.2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 02.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.2003.2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 02.04 SECRETARIA DE FINANÇAS 04.122.2003.2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS 02.05 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL 15.122.1011.2012 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES COM RECURSOS DO FEP 704 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração [...] 15.122.2003.2013 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URB.E RURAL 15.452.1011.2014 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA 20.605.1004.2020 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO 20.606.1016.2021 ASSISTENCIA A AGRICULTORES E MEEIROS 26.782.1011.2030 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS 02.06 SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE 10.122.2003.2031 MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC.MUNICIPAL DE SAUDE E MEIO AMBIENTE 10.122.2003.2032 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.128.2003.2033 TREINAR, APERFEIÇOAR E CAPACITAR O PESSOAL DA SAÚDE 02.07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.122.2003.2034 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.1006.2038 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 02.08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.122.2003.2061 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.244.1018.2098 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA DE APOIO EM JOÃO PESSOA 02.09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO 10.122.2003.2102 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.1017.2067 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS 02.10

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.122.2003.2076 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.1018.2077 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSIST. SOCIAL – CRAS 02.11 SEC. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CONVÊNIOS 04.122.2003.2086 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE PLAN. E GESTÃO DE CONVENIOS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Francisco e: CT Nº 00281/2023 - 28.09.23 - JOAO INACIO DA SILVEIRA - EPP - R\$ 966.000,00.

**Publicado por:**  
Francisco Lopes de Lima  
**Código Identificador:** CCD7427F

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAGOA**  
**TAPADA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0200/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO 0012/2023**

**CONTRATO Nº: 0304/2023**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA/PB

**CONTRATADO:** COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA - CNPJ: 34.037.756/0001-27

**OBJETO:** Aquisição de Unidade Móvel de Saúde Tipo VAN (0km – Primeiro Licenciamento, para atender a secretaria Saúde, (Proposta 11420422000123001) do Município de São José da Lagoa Tapada-PB.

**VALOR TOTAL:** Perfazendo o valor de R\$ 294.500,00 (Duzentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais).

**GESTÃO/UNIDADE:** Recursos Próprios do Município de São José da Lagoa Tapada: Unidade Orçamentária 20.30 FUNDO M DE SAÚDE-FMSSJLT Classificação Funcional (Proposta 11420422000123001) MINISTÉRIO DA SAÚDE. No Elemento de Dispensa nº. 4.4.90.52.01 Equipamentos e Material Permanente.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 31 de Dezembro de 2023.

**DATA DA ASSINATURA:** 28 de Setembro de 2023.

**CLAUDIO ANTÔNIO MARQUES DE SOUSA**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Jose Macio de Andrade  
**Código Identificador:** 107BD635

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS**  
**APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO**

**EDITAL Nº. 05, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023.**

**CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS**  
**APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA-PB**, no uso de suas atribuições e c/c art. 46, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São José da Lagoa Tapada-PB, resolve **CONVOCAR** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público de que trata o Edital Nº. 001/2020, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 15 de fevereiro de 2020, homologado pelo decreto nº. 579/2021, de 18 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 23 de fevereiro de 2021, para preenchimento de vagas do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada:

**ENFERMEIRO (PSF)**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Inscrição
3º	LUCIMEIRE DA COSTA RIBEIRO	00082
4º	BRUNA CASSIA ESTRELA DE LACERDA ABRANTES	00577

O candidato convocado deverá comparecer a Secretaria Municipal de Administração, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada-PB, sito na Rua Francisca Tomaz da Silva nº 54, Centro, São José da Lagoa Tapada-PB, Paraíba, de 29/09/2023 a 30/10/2023, nos dias úteis, das 08h00min às 11h30min, munido do original e cópia autenticada dos documentos abaixo relacionados, bem como original dos exames necessários à prévia inspeção médica oficial:

**DOCUMENTOS:**

Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

Carteira de Identidade (RG);

Cadastro de Pessoas Física (CPF/MF);

Título Eleitoral;

Quitação eleitoral (comprovante de votação e/ou certidão);

Carteira de Reservista e/ou Certificado de Dispensa de Incorporação ao Serviço Militar;

Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS);

Certidão de Antecedentes Criminais (Justiça Estadual e da Justiça Federal);

i) Comprovante de residência;

j) Diploma e/ou Certificado que comprove a escolaridade exigida, bem como registro e inscrição no Conselho Profissional quando assim o exigir;

k) Título de Especialista quando assim o exigir;

l) Registro de Nascimento de filho(s) menor(es) de 14 anos;

m) Cartão de Vacina para crianças de 01 mês a 05 anos;

n) Declaração de matrícula escolar para crianças entre 06 a 14 anos;

o) Comprovante de Inscrição no PIS ou PASEP (se possuir);

p) Atestado de aptidão física e mental (em receituário do Médico consultado ou da Instituição de Saúde onde for realizada a consulta, conforme o seguinte modelo de texto: **ATESTADO que (NOME DA PESSOA INDICADA) goza de boa saúde física e mental, estando, portanto, apto(a) para exercer cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada-PB.** Local e Data. Nome do Médico e Carimbo/CRM);

q) 01 (uma) foto 3x4 recente;

r) Conta bancária – Bradesco;

s) Declaração de Imposto de Renda (IRPF), exercício 2022, acompanhada do respectivo recibo de entrega a Receita Federal e das atualizações e complementações posteriores, se declarante.

**EXAMES MÉDICO:**

Hemograma completo validade 06 meses;

Glicemia de jejum validade 06 meses;

PSA prostático (para homens acima de 40 anos de idade) validade 365 dias;

TGO – TGP – Gama GT – validade 06 meses;

Ureia e creatinina - validade 06 meses;

Acido Úrico - validade 06 meses;

Urina tipo I - validade 06 meses;

Eletrocardiograma (ECG) com laudo - validade 06 meses;

Raios X de tórax com laudo - validade 06 meses;

Colpocitologia oncológica (mulheres acima de 25 anos) – validade 365 dias;

Mamografia (mulheres acima de 40 anos) – validade 365 dias;

Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documentação, constante acima, acarretará o não cumprimento das exigências prevista no Edital do Concurso Público Nº. 001/2020.

A declaração de acumulação de cargo público, função pública e proventos de aposentadoria ou sua negativa; declaração de bens e valores ou sua negativa na hipótese do candidato não ser declarante do IRPF, bem como termo de compromisso de ciência e concordância com as normas estabelecidas pela Administração Municipal, previstas/previsto Edital Nº. 001/2020 serão prestadas/firmado em formulário próprio fornecido pela Secretaria Municipal da Administração, quando da entrega da documentação descrita no presente edital e exposto na aludida peça editalícia.

São José da Lagoa Tapada-PB, de 28 de setembro de 2023.

**CLÁUDIO ANTÔNIO MARQUES DE SOUSA**

Prefeito

**Publicado por:**

Carlos Antonio Braga de Sá  
Código Identificador: FED07488

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO  
CRUZ**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS PARA  
POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO GRADATIVO DE  
REFEIÇÕES DO TIPO ALMOÇO REGIONAL -  
ACONDICIONADAS EM MARMITEX DE ISOPOR.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2023  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de São José do Brejo do Cruz/ PB vem a público comunicar que no dia 29 de setembro de 2023, no site oficial do município: [www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br](http://www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br) será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR LOTE, destinado ao Registro de preços para possível Contratação de empresa especializada no fornecimento gradativo de refeições do tipo almoço regional - acondicionadas em marmitex de isopor. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia 16 de outubro de 2023, às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – situada na Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro. Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: [licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br](mailto:licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br).

São José do Brejo do Cruz/ PB, 28 de setembro de 2023.

**GENILDA SARAIVA DE ANDRADE**  
Presidente

**Publicado por:**  
Genilda Saraiva de Andrade  
Código Identificador: 6F3344FF

**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 125/2023**

**PORTARIA Nº 125/2023**

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DOS DIRETORES E DIRETORES ADJUNTOS DA REDE MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARAÍBA**, neste ato representado pela Prefeita, Sra. ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA, no uso das suas atribuições e competências que lhe são conferidas por lei, e, em especial, pela Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Constituir Comissão Especial encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o processo seletivo simplificado de seleção dos diretores e diretores adjuntos da rede municipal, ficando designados para sua composição os seguintes servidores do quadro:

- I** - Aldenice Barbosa dos Santos, matrícula nº260, professora efetiva municipal;
- II** - José Alcione da Silva Fernandes, matrícula nº221, professor efetivo municipal;
- III** - Gabriela Cardoso de Sousa, matrícula nº868, de cargo comissionado Coordenadora Escolar Urbana;
- IV** - Maria do Socorro Trindade de Souto Macêdo de Gusmão, Assessoria da Educação – FOCO CONSULTORIA.

**Art. 2º** - A Comissão constituída nos termos do artigo anterior será presidida pelo servidor indicado no item.06 do Edital 001/2023.

**Art. 3º** - Fica a Comissão, desde logo, autorizada a estabelecer todas as providências necessárias à realização do Processo Seletivo Simplificado.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Jose do Brejo do Cruz/PB, 28 de setembro de 2023.

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Eliane Saraiva Cardoso Dantas  
Código Identificador: 9E54CDF9

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI  
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº  
IN0001/2023**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao credenciamento de Licitação nº IN0001/2023, que objetiva: credenciamento de pessoa jurídica especializada para a Prestação de Serviços de Exames de Ultrassonografias, Radiologia Geral, Mamografia e Entre Outros para o Município de São José do Sabugi, conforme tabela de exames e preços, anexos ao presente Edital, a fim de atender as demandas da Secretária Municipal de Saúde de São José do Sabugi - PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: UDI PATOS SERVIÇOS E PRODUTOS MEDICOS LTDA – ME - R\$ 641.600,00, ULTRA

CLIN DIAGNOSTICO RADIOLOGICO LTDA – R\$ 227.400,00 e  
VINE – VIDA & NEGOCIOS LTDA – R\$ 319.700,00.  
São José do Sabugí - PB, 23 de Setembro de 2023

**JOÃO DOMICIANO DANTAS SEGUNDO**

Prefeito

**Publicado por:**

Alixandre Assis Ramos

**Código Identificador:**10FB4B94

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI  
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: credenciamento de pessoa jurídica especializada para a Prestação de Serviços de Exames de Ultrassonografias, Radiologia Geral, Mamografia e Entre Outros para o Município de São José do Sabugí, conforme tabela de exames e preços, anexos ao presente Edital, a fim de atender as demandas da Secretária Municipal de Saúde de São José do Sabugí - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento de Licitação nº IN0001/2023. DOTAÇÃO: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS - Terceiros – Pessoa Jurídica–OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA – 10 301 3003 2030 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE – FUS (OUTRAS DESPESAS) – 000242 3390.48 61 1211 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA – 10 301 3003 2031 231.215 1 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DO PACS– SUS – 000250 3390.39 61 1214 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica–OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA – RECURSOS ORDINARIOS - ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Recursos Ordinários VIGÊNCIA: até 31/12/2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José do Sabugí e: CT Nº 00058/2023 – 22/09.23 - UDI PATOS SERVIÇOS E PRODUTOS MEDICOS LTDA – ME - R\$ 641.600,00, CT Nº 00059/2023 – 22/09.23 - ULTRA CLIN DIAGNOSTICO RADIOLOGICO LTDA – R\$ 227.400,00 e CT Nº 00060/2023 – 22/09.23 - VIDA & NEGOCIOS LTDA – R\$ 319.700,00

**Publicado por:**

Alixandre Assis Ramos

**Código Identificador:**FE010B63

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI  
ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
JOSÉ DO SABUGI CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR  
CONTRATO**

PROCESSO: Tomada de Preços nº 0001/2023. OBJETO: Execução de Obra referente à Obras de Pavimentação Asfáltica das Travessias Urbana na cidade de São José do Sabugí/PB conforme planta de localização e especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: CLPT CONSTRUTORA LTDA – CNPJ 25.165.699/0001-70. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Governador Ronaldo Cunha Lima - Centro Administrativo, s/n - Centro – São José do Sabugí - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3467-1028  
São José do Sabugí - PB, 28 de Setembro de 2023

**ALIXANDRE ASSIS RAMOS**

Presidente da Comissão

**Publicado por:**

Alixandre Assis Ramos

**Código Identificador:**68172A7C

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE TAIPU**

**ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
00013/2023**

**EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
00013/2023**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL PARA TRANSPORTE DE EQUIPES CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº DA PROPOSTA: 11601.645000/1210-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (EMENDA PARLAMENTAR). FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00013/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de São Miguel de Taipu: EMENDA PARLAMENTAR PROPOSTA: Nº 11601.645000/1210-01 4490.52 99 Equipamentos e Material Permanente 10 301 1004 1015 Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária 10 302 1004 1016 Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada 16310000 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu e: CT Nº 00101/2023 - 28.09.23 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA - R\$ 69.860,00.

**Publicado por:**

João Gabriel Rocha Vital

**Código Identificador:**BF05C291

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO  
UMBUZEIRO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PORTARIA PMSSU/GCPE N.º. 211/2023.**

**Portaria PMSSU/GCPE n.º. 211/2023.**

O Prefeito Constitucional do Município de São Sebastião do Umbuzeiro, no uso de suas legais atribuições, na forma estabelecida no artigo 59, inciso V, no que se combina com o disposto no artigo 67, inciso II, alínea a, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber a quem interessar possa que RESOLVE:

DESIGNAR a Sr. EMERSON VASCONCELOS SILVA FERREIRA, portadora da Cédula de Identidade com RG sob o n.º 4.065.557 2ª VIA SSDS/PB, CPF sob o n.º 113.498.094-97, para exercer a função de Assessor Jurídico junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) durante as Eleições para Conselheiro Tutelar.

Revoguem-se as disposições em contrário.

**Publique-se. Proceda-se com as comunicações de estilo. Registre-se. Arquive-se. Cumpra-se.**

São Sebastião do Umbuzeiro (PB), em 28 de setembro de 2023.

**ADRIANO JERÔNIMO WOLFF**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**

João Paulo Pereira da Silva

**Código Identificador:**638AC2AE

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA PMSSU/GCPE N.º. 210/2023.**

**Portaria PMSSU/GCPE n.º. 210/2023.**

O Prefeito Constitucional do Município de São Sebastião do Umbuzeiro, no uso de suas legais atribuições, na forma estabelecida no artigo 59, inciso V, no que se combina com o disposto no artigo 67, inciso II, alínea a, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber a quem interessar possa que RESOLVE:

**DESIGNAR** a Sr. **JOÃO VICTOR NUNES ISIDORO**, portador da Cédula de Identidade com RG sob o n.º 4.193.629 2-VIA SSDS/PB, CPF sob o n.º 115.518.934-52, para exercer a função de Farmacêutico Bioquímico, técnico responsável pelo Laboratório de Análises Clínicas de São Sebastião do Umbuzeiro-PB.

Revoguem-se as disposições em contrário.

**Publique-se. Proceda-se com as comunicações de estilo. Registre-se. Arquive-se. Cumpra-se.**

São Sebastião do Umbuzeiro (PB), em 28 de setembro de 2023.

**ADRIANO JERÔNIMO WOLFF**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**

João Paulo Pereira da Silva

**Código Identificador:**98B574D3

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ**

**CPL**  
**EXTRATO DE ADITIVO**

**EXTRATO DE ADITIVO**

**OBJETO:** Locação de 05 transceptores portáteis com antenas heliflex, 01 locação de rádios de base fixa de 45 Watts de potência, 01 locação de repetidora com torre de trinta metros de altura para instalação. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa nº DV00035/2021. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Sapé e: CT Nº 00066/2021 - Gilmara Martins de Pontes - 2º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. **ASSINATURA:** 04.08.23

**Publicado por:**

Elaine Cunha da Silva

**Código Identificador:**EA943820

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**ERRATA 001 EDITAL Nº 01 - AUDIOVISUAL “LEI PAULO GUSTAVO”**

Onde se lê: 1.4.1 Por vídeo-biografia, entende-se a obra audiovisual de autobiografia, inédita, com duração entre 03 (quatro) e 06 (seis) minutos para este instrumento, apresentada pelo(a) proponente, cujo conteúdo aborde a trajetória de sua vida artístico-cultural ou do grupo (conforme o caso), sua formação, suas influências, suas parcerias e seus projetos realizados, sua atuação como artístano município de Parelhas, ou a história de grupos artísticos que destaque a presença e o trabalho realizado, com aspectos do fazer e saber cultural que registrem, definam ou ressaltem o trabalho no município. Leia-se: 1.4.1 Por vídeo-biografia, entende-se a obra audiovisual de autobiografia, inédita, com duração entre 03 (quatro) e 06 (seis) minutos para este instrumento, apresentada pelo(a) proponente, cujo conteúdo aborde a trajetória de sua vida artístico-cultural ou do grupo (conforme o caso), sua formação, suas influências, suas parcerias e seus projetos realizados, sua atuação como artístano município de Soledade, ou a história de grupos artísticos que destaque a presença e o trabalho realizado, com aspectos do fazer e saber cultural que registrem, definam ou ressaltem o trabalho no município.

Soledade-PB, 28 de setembro de 2023.

**JOSEFA ANDRÉA BERTO DA SILVA**

Secretária de Educação e Cultura de Soledade-PB

**Publicado por:**

João Trigueiro Castelo Branco

**Código Identificador:**B412296C

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE**  
**PREÇOS Nº 00013/2023**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA**

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE**  
**PREÇOS Nº 00013/2023**

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00013/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DESTINADO A EDIFICAÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MULTIPROFISSIONAL DE UIRAUNA-PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: M F A CAVALCANTI ENGENHARIA - R\$ 227.651,08.

**EXTRATO DE CONTRATO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DESTINADO A EDIFICAÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MULTIPROFISSIONAL DE UIRAUNA-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Tomada de Preços nº 00013/2023. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Uiraúna: 32.091 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UIRAUNA 10 301 1002 1042 CONSTRUCAO DE POLO DE ACADEMIA 4490.51 OBRAS E INSTALAÇÕES 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos – Saúde. **VIGÊNCIA:** até 28/09/2024. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Uirauna e: CT Nº 00276/2023 - 28.09.23 - M F A CAVALCANTI ENGENHARIA - R\$ 227.651,08.

Uiraúna - PB, 28 de Setembro de 2023

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO -**

Prefeita Constitucional

**Publicado por:**

Wenya Sarmento Sobrinho

**Código Identificador:**371DDC89

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 029, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.**

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Município de Uiraúna-PB no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e dá outras providências.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a Lei Ordinária Municipal nº 1095 de 22 de março de 2023;

**D E C R E T A:**

**CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA E COMPETÊNCIA**

**Art. 1º** – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento imediato à Prefeita de Uiraúna-PB, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro, de 2006 e pela Lei Ordinária Municipal nº 1095 de 22 de março de 2023.

**Art. 2º** – Compete ao CONSEA Municipal:

**I** – organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional convocada pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;

**II** – definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;

**III** – propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

**IV** – articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;

**V** – mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

**VI** – estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

**VII** – zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

**VIII** – manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

**IX** – elaborar e aprovar o seu regimento interno.

**§1º:** O CONSEA Municipal manterá diálogo permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.

**§2º:** Na ausência de convocação por parte do Chefe do Poder Executivo no prazo regulamentar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo CONSEA Municipal.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO

**Art. 3º** – O CONSEA Municipal será composto por 09 (nove) membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do conselho, e um terço de representantes governamentais, conforme disposto no art. da Lei nº 458, de 15 de Abril de 2015.

**§1º** A representação governamental no CONSEA Municipal será exercida pelos seguintes membros titulares:

**I** – os Secretários Municipais:

**a)** Assistência Social.

**b)** Educação.

**c)** Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente.

**d)** Saúde.

**§2º** Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação estabelecidos pelas Conferências Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

**§3º** Poderão compor o CONSEA Municipal, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, de organismos internacionais e do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do CONSEA Municipal.

**Art. 4º** – Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes eleitos, bem como os suplentes da representação governamental, serão designados pela Prefeita.

**Parágrafo único.** Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

**Art. 5º** – O CONSEA Municipal, previamente ao término do mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil, constituirá comissão, composta por, pelo menos, 03 membros, dos quais 1/3 será representante da sociedade civil, incluído o Presidente do Conselho, e os demais serão representantes do Governo, incluído o Secretário-Geral.

**§1º** Cabe à comissão elaborar lista com proposta de representação da sociedade civil que comporá o CONSEA Municipal, a ser submetida à Prefeita, observados os critérios de representação deliberados pela Conferência Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

**§2º** A comissão terá prazo de quarenta e cinco dias, após a realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ou ao término do mandato dos conselheiros, para apresentar proposta de

representação da sociedade civil no CONSEA Municipal ao Chefe do Poder Executivo.

**Art. 6º** – O CONSEA Municipal tem a seguinte organização:

**I** – Plenário;

**II** – Secretaria Geral;

**III** – Secretaria Executiva;

**IV** – Comissões Temáticas.

### Seção I

#### Da Presidência e da Secretaria Geral

**Art. 7º** – O CONSEA Municipal será presidido por um representante da sociedade civil, eleito pelo Conselho, entre seus membros, e designado pela Prefeita.

**Parágrafo único.** No prazo de trinta dias, após a designação dos conselheiros, o Secretário-Geral convocará reunião, durante a qual será indicado o novo Presidente do CONSEA Municipal.

**Art. 8º** – Ao Presidente incumbe:

**I** – zelar pelo cumprimento das deliberações do CONSEA Municipal;

**II** – representar externamente o CONSEA Municipal;

**III** – convocar, presidir e coordenar as reuniões do CONSEA Municipal;

**IV** – manter interlocução permanente com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;

**V** – convocar reuniões extraordinárias, juntamente com o Secretário Geral; e

**VI** – propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo CONSEA Municipal.

**Art. 9º** – Compete à Secretaria Geral assessorar o CONSEA Municipal.

**Parágrafo único.** O Secretário Municipal de Agricultura, Pesca, Pecuária e Meio Ambiente será o Secretário-Geral do CONSEA Municipal.

**Art. 10º** – Ao Secretário-Geral incumbe:

**I** – submeter à análise da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional as propostas do CONSEA Municipal de diretrizes e prioridades da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

**II** – manter o CONSEA Municipal informado sobre a apreciação, pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, das propostas encaminhadas por aquele Conselho;

**III** – acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo CONSEA Municipal nas instâncias responsáveis, apresentando relatório ao Conselho;

**IV** – promover a integração das ações municipais com as ações previstas nos Planos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

**V** – instituir grupos de trabalho intersecretariais para estudar e propor ações governamentais integradas relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

**VI** – substituir o Presidente em seus impedimentos; e

**VII** – presidir a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

### Seção II

#### Da Secretaria-Executiva

**Art. 11** – Para o cumprimento de suas funções, o CONSEA Municipal contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria Executiva, que dará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

**Parágrafo único.** Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e funcionamento da Secretaria Executiva serão consignados diretamente no orçamento do Governo Municipal.

**Art. 12** – Compete à Secretaria Executiva:

**I** – assistir o Presidente e o Secretário Geral do CONSEA Municipal, no âmbito de suas atribuições;

**II** – estabelecer comunicação permanente com os conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e com o CONSEA Nacional, mantendo-os informados e orientados acerca das atividades e propostas do CONSEA Municipal;

**III** – assessorar e assistir o Presidente do CONSEA Municipal em seu relacionamento com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil; e



**IV** – subsidiar as comissões temáticas, grupos de trabalho e conselheiros com informações e estudos, visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo **CONSEA** Municipal.

**Art. 13** – Incumbe ao Secretário Executivo do **CONSEA** Municipal dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente e pelo Secretário Geral do Conselho.

**Art. 14** – Para o desempenho de suas atribuições, a Secretaria-Executiva contará com estrutura específica, nos termos estabelecidos em decreto, que disporá sobre os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança para essa finalidade.

### **CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 15** – Poderão participar das reuniões do **CONSEA** Municipal, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.

**Art. 16** – O **CONSEA** Municipal contará com comissões temáticas de caráter permanente, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação.

**Art. 17** – As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria-Executiva do **CONSEA** Municipal serão feitas por intermédio da Prefeitura.

**Art. 18** – O desempenho de função na Secretaria-Executiva do **CONSEA** Municipal constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

**Art. 19** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogados os decretos contrários.

Uiraúna/PB, 05 de setembro de 2023.

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**

Prefeita do Município de Uiraúna

**Publicado por:**

Wenya Sarmento Sobrinho

**Código Identificador:**EE542680

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 030, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.**

Convoca a 2.<sup>a</sup> Conferência Municipal de Cultura.

A Prefeita Municipal de Uiraúna, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Cultura no município, **RESOLVE**:

**Art. 1º** Fica convocada a 2.<sup>a</sup> Conferência Municipal de Cultura, a ser realizada no dia 28 de setembro de 2023, tendo como tema central: “Democracia e Direito à Cultura”, em conformidade com a Portaria do Ministério da Cultura nº 45 de 14 de julho de 2023.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da realização da Conferência de Cultura, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Cultura.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Uiraúna-PB, 18 de setembro de 2023.

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**

Prefeita Constitucional

**MÁRCIA DE FÁTIMA HENRIQUE DE ARAÚJO**

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Uiraúna

**Publicado por:**

Wenya Sarmento Sobrinho

**Código Identificador:**C2DDC821

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 031 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.**

REGULAMENTA NO ÂMBITO MUNICIPAL A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA 2.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA EM FUNÇÃO DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA CULTURA E O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL DE Nº 45 DE 14 DE JULHO DE 2023.

**A Excelentíssima Prefeita Constitucional do Município de Uiraúna – PB**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e amparado pela PORTARIA MINC Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2023, publicada pelo MINISTÉRIO DE ESTADO DA CULTURA e o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC que convocou os estados e municípios para participarem da 4.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura - 4.<sup>a</sup> CNC. A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA e PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 3º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, pelo inciso X do art. 2º do Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e pelo Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, e considerando as deliberações do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural em sua 3.<sup>a</sup> Reunião Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2023.

#### **DECRETA:**

**Art. 1º.** O Poder Executivo do Município de Uiraúna - PB, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo realizará a Conferência Municipal de Cultura pela face da PORTARIA MINC Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2023, publicada pelo MINISTÉRIO DE ESTADO DA CULTURA e o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC que convocou os estados e municípios para participarem da 4.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura - 4.<sup>a</sup> CNC.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica instituído o município de Uiraúna, realizar a 2.<sup>a</sup> **CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA**. E decide criar a **COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA** para coordenar as ações necessárias e executar todas as etapas necessárias a realização da Conferência Municipal de Cultura nos termos previstos pela portaria cima citada.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo através da **COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA** e demais Secretarias Municipais competentes envidará os esforços necessários para providenciar os meios administrativos, operacionais e financeiros na forma prevista na PORTARIA MINC Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2023, publicada pelo MINISTÉRIO DE ESTADO DA CULTURA e o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, tendo como público alvo os trabalhadores e trabalhadoras da cultura em suas mais diversas, plurais e legítimas manifestações artísticas e culturais no âmbito do município de Uiraúna – PB, para realização da 2.<sup>a</sup> Conferência Municipal de Cultura.

**Art. 2º.** Fica criada a **COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA**, com as obrigações de elaboração, execução, acompanhamento e desenvolvimento dos documentos técnicos e ações necessárias para a realização da 2.<sup>a</sup> Conferência Municipal de Cultura nos termos abaixo apresentados:

§1º - Etapas preparatórios e documentos necessários para subsidiar a realização da Conferência Municipal de Cultura do Município de Uiraúna-PB.

I. Elaborar o regimento e a pauta de discussão dos encontros setoriais em função dos eixos temáticos e objetivos definidos pelo CNPC para 4.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Cultura e definir a quantidade de encontros setoriais.

II. Sistematizar o conteúdo apresentado pelos presentes em cada um dos encontros setoriais.

III. Preparar os membros da COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA e elaborar os documentos referentes as suas obrigações, direitos e prerrogativas

IV. Sistematizar as propostas apresentadas por eixos temáticos em um documento final da Conferência

V. Realizar eleição dos delegados que serão eleitos no Município de Uiraúna – PB para representar o município na 4ª Conferência Estadual de Cultura

**Art. 3º.** A COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA O COMITÊ DE TRABALHO que trata este decreto será composto pelos seguintes integrantes:

I – 02 (Dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Uiraúna – PB, onde um dos seus membros será o responsável pela presidência da COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA que será indicada pela Prefeita Constitucional, através de portaria a ser publicada do Diário Oficial do Município, assim como os membros dos itens II e III;

II – 01 (Hum) Representante da Procuradoria;

III – 06 (Seis) Representantes do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais.

**Art. 4º.** Fica assegurada a participação igualitária da sociedade civil no acompanhamento de todas as etapas de realização da COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA, podendo exercer o direito de voto e de apresentar encaminhamentos proposituras da mesma forma que os representantes do poder público.

**Art. 5º.** A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo poderá expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução os procedimentos necessários para realização da 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA.

**Art. 7º.** Revogados as disposições contrárias, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Os casos omissos serão decididos em reunião realizada pela COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA e caso persista algum impasse o presidente decidirá qual será o encaminhamento a ser adotado.

**Art. 8º.** Por se tratar de atividade de extrema relevância para o serviço público, fica estabelecido que as atividades desenvolvidas pelos membros da COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA não receberão remuneração do poder público municipal pelas ações que serão desenvolvidas, assim como não há nenhuma forma de vínculo empregatício de todos os membros com o Poder Público do Município de Uiraúna – PB.

Gabinete da Prefeita - PB, em 18 de setembro de 2023.

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**

Prefeita Constitucional

**Publicado por:**

Wenya Sarmento Sobrinho

**Código Identificador:**20C6F9BA

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N.º 032 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Fica convocada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Uiraúna- PB a ser realizada no dia 06 de setembro de 2023 no prédio da Secretaria Municipal da Assistência Social e das outras providências.

**A EXCELENTÍSSIMA PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA – PB,** no uso das atribuições constitucionais e legais,

Considerando a necessidade da realização I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Uiraúna- PB:

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica convocada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Uiraúna- PB a ser realizada no dia 06 de setembro de 2023 no prédio da Secretaria Municipal da Assistência Social.

**Art. 2º.** A temática central da conferência será: Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”

**Art. 3º.** Fica designada uma comissão organizadora com atribuições para execução das ações necessárias à realização da I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Uiraúna- PB, composta por servidores municipais e estaduais e pessoas e/ou representantes da sociedade civil.

**Art. 4º.** As normas de organização e funcionamento desta conferência serão expedidas por meio de resoluções, deliberadas por meio do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da realização da conferência correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Assistência Social.

**Art. 6º.** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 7º.** Revogam as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita - PB, em 11 de agosto de 2023.

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**

Prefeita Constitucional

**Publicado por:**

Wenya Sarmento Sobrinho

**Código Identificador:**46244B87

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA N.º 0428/2023/PMU-GP

NOMEIA PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DEMAIS MEMBROS PARA 2.ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA EM FUNÇÃO DA PORTARIA DO MINISTERIO DA CULTURA E O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL DE Nº 45 DE 14 DE JULHO DE 2023.

A Prefeita Constitucional do Município de Uiraúna – PB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e amparado pela PORTARIA MINC Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2023, publicada pelo MINISTERIO DE ESTADO DA CULTURA e o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC que convocou os estados e municípios para participarem da 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC.A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA e PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 3º do Decreto nº5.520, de 24 de agosto de 2005, pelo inciso X do art. 2º do Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e pelo Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, e considerando as deliberações do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural em sua 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2023 e do Decreto nº 031/2023, conforme art. 3.º.

**RESOLVE:**

ART. 1º- Nomear membros da comissão organizadora da conferência municipal de cultura e demais membros para 2.ª conferência municipal de cultura do município de Uiraúna-PB.

I. Presidente da comissão organizadora da conferência municipal de cultura: Márcia de Fátima Henrique de Araújo (Representante da Secretaria Municipal de Cultura);

II. Raimundo Rubismar de Andrade – Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;

III. André Germano – Representante da Procuradoria do município.

IV. Membros do Conselho Municipal de Cultura -

Juliana Abel da Silva

Marta Francisca de O. Fernandes

Lúcio Andrade Duarte

Antônio Daniel Duarte

João Bosco Lopes

Geraldo Moises de Andrade Junior

Gabinete da Prefeita, em 18 de setembro de 2023.

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**

Prefeita Constitucional

**Publicado por:**

Wenya Sarmiento Sobrinho

**Código Identificador:**81394E90

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIMENTO INTERNO DA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

### CAPÍTULO I

#### DO OBJETIVO, TEMÁRIO

Art. 1º A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) será realizada no dia 28 de setembro de 2023 de 19h às 22hs.

Art. 2º A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) foi convocada em conformidade com a Portaria do Ministério da Cultura (MinC) nº 45 de 14 de julho de 2023 e pelo Decreto Municipal nº 030 de 18 de setembro de 2023.

Art. 3º A 2ª CMC constitui-se em instância de participação social que tem por atribuição a avaliação da política pública da Cultura e a definição de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura e o aprimoramento do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Art. 4º A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local, reconhecendo a responsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados(as) para 4ª Conferência Estadual de Cultura, nos termos da Portaria MinC Nº 45, de 4 de julho de 2023, que convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC.

Art. 5º A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) tem como tema: “Democracia e Direito à Cultura”, e está organizada em 6 eixos:

Eixo 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;

Eixo 2 - Democratização do acesso à cultura e Participação Social;

Eixo 3 - Identidade, Patrimônio e Memória;

Eixo 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural;

Eixo 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e

Eixo 6 - Direito às Artes e às Linguagens Digitais.

### CAPÍTULO II

#### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A Comissão Organizadora é a instância responsável pela gestão e organização da CMC, devendo ser nomeada pelo poder público local com integrantes indicados pelo órgão responsável pela gestão da cultura, bem como indicados pela sociedade civil – preferencialmente o conselho local de política cultural.

Art. 7º A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do referido Conselho assumirá a Presidência.

Parágrafo segundo. Se o município não tiver Conselho constituído, o gestor responsável pela gestão da cultura local assumirá a Presidência. Na ausência destes, a Prefeita assumirá.

### CAPÍTULO III

#### DOS PARTICIPANTES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º Poderá participar da Conferência Municipal de Cultura qualquer cidadão maior de 16 anos, devidamente inscrito, assegurando a ampla participação de representantes da sociedade civil e do poder público.

Art. 9º O credenciamento dos(as) participantes da 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) será efetuado no dia 18h das às 19h horas e tem como objetivo identificar os participantes.

Art. 10º na 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC), os participantes serão credenciados em três categorias:

I - Delegados(as) com direito a voz e voto;

II - Convidados(as) com direito a voz; e

III - Observadores(as) sem direito a voz e voto.

§1º Caso o município tenha Conselho Municipal de Cultura constituído, serão considerados Delegados Natos os seus Conselheiros titulares e suplentes.

§2º Para os participantes que tiverem interesse em se candidatar para vaga de delegado, deverá comprovar ser morador do município de Uiraúna e ter atuação cultural há pelo menos 02 (dois) anos.

Art. 11 As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

Art. 12 Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, o número de delegados e delegadas da 2.ª Conferência Municipal aptos(as) a votar, bem como o número de convidados(as).

### CAPÍTULO IV

#### DAS ETAPAS

Art. 13 A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) deverá ser realizada observando as seguintes etapas:

a) Abertura e aprovação do Regimento Interno;

b) Palestra/Painéis sobre o Tema e os 6 Eixos;

c) Grupos de Trabalhos por Eixos;

d) Plenária Final/Deliberações a partir das prioridades definidas pelos grupos de Trabalho.

### CAPÍTULO V

#### DOS PAINÉIS E PALESTRAS

Art. 14 As Palestras/Painéis terão por finalidade promover o aprofundamento do debate dos 6 (seis) eixos, de que trata o artigo 5º.

§1º Um(a) Relator(a) ficará responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da fala do(s) expositor(es) sobre o tema.

§2º As intervenções dos(as) participantes serão de 2 minutos e poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito à Comissão Organizadora da Conferência.

### CAPÍTULO VI

#### Dos Grupos de Trabalho por Eixo

Art. 15 Os grupos de Trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta um dos 6 Eixos da Conferência.

Art. 16 Deve-se assegurar que todos os Eixos sejam discutidos por, pelo menos, 1 Grupo de Trabalho.

Art. 17 Cada Grupo de Trabalho deve construir propostas de deliberação para o respectivo Eixo debatido para o próprio município e para o estado.

Art. 18 As propostas de deliberação construídas devem ser registradas por cada um dos grupos, com a respectiva indicação se são para o próprio município ou para o Estado.

## CAPÍTULO VII DA PLENÁRIA FINAL

Art. 19 A Plenária Final é o momento de discussão e deliberação das:  
I. Propostas;  
II. Moções; e  
III. Eleição da delegação que participará da Conferência Estadual.

Art. 20 As Deliberações na Plenária Final serão definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos Grupos de Trabalho considerando os 6 Eixos da Conferência.

Art. 21 As propostas de deliberação construídas pelos Grupos de Trabalho para o Estado e para a união serão apreciadas e votadas pelos delegados, com o objetivo de definir as deliberações finais que serão encaminhadas para a sistematização pelo ente estadual.

Art. 22 Na Plenária final terão direito a voto os (as) Delegados (as) devidamente credenciados (as) na 2.ª Conferência Municipal e que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes será garantido o direito a voz.

Art. 23 A Plenária Final deve resultar em um conjunto de no mínimo de 02 (duas) propostas por Eixo. Isso significa que cada município encaminhará 12 (doze) propostas dos Eixos, restando 02 (duas) para serem priorizadas, independente do Eixo, conforme o nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais.

Art. 24 Os resultados da Conferência Municipal de Cultura serão encaminhados para a Comissão Organizadora Estadual em instrumento próprio definido pelas Comissões Organizadoras Estaduais.

## CAPÍTULO VIII DAS MOÇÕES

Art. 25 As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da 2ª Conferência Municipal, devidamente assinadas por 100% de Delegados(as) presentes, até a instalação da Plenária Final.

Parágrafo Único. As Moções poderão ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 26 As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) Delegados(as).

## CAPÍTULO IX DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS)

Art. 27 Na Plenária Final, serão eleitos delegados para participar da 4ª Conferência Estadual de Cultura, em quantitativo a ser definido nos termos do Anexo III da Portaria nº 45/2023 do Ministério da Cultura.

Art. 28 Conforme elencado no parágrafo segundo do artigo 10º deste Regimento, poderão ser candidatos(as) a Delegados(as) para a 4ª Conferência Estadual de Cultura moradores deverá moradores do município de Uiraúna e ter atuação cultural há pelo menos 02 (dois) anos.

Art. 29 A escolha dos Delegados para a 4.ª Conferência Estadual de Cultura, entre participantes da 1.ª Conferência Municipal de Cultura, será paritária:

- I. 2/3 dos(as) representantes da Sociedade Civil;
- II. 1/3 de representantes do Governo local;

§ 1º. A escolha dos Delegados para a 4.ª Conferência Estadual se dará em conformidade com o número de vagas destinadas ao município pela portaria nº 45/2023 do Ministério da Cultura (MinC).

§ 2º. Serão eleitos(as) 100% suplentes de delegados para a 4.ª Conferência Estadual paritariamente.

Art. 30 A relação dos Delegados para a 4.ª Conferência Estadual eleitos e seus respectivos suplentes deverá ser enviada à Comissão Organizadora Estadual em até 5 dias após a realização da conferência municipal de Cultura.

Parágrafo único. Na impossibilidade do(a) Delegado(a) titular estar presente na conferência Estadual, o respectivo suplente será convocado para exercer a representação do município.

## CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Comissão Organizadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Art. 32 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e apresentados para votação da Plenária.

Art. 33 O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Uiraúna-PB, 18 de setembro de 2023

**MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**  
Prefeita Constitucional do Município de Uiraúna

**Publicado por:**  
Wenya Sarmento Sobrinho  
**Código Identificador:**40AA3C6B

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2023

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Central, SN - Centro - Vieirópolis - PB, às 08:30 horas do dia 11 de Outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO PARCELADA DE CESTA BÁSICA DESTINADO A DISTRIBUIÇÃO PARA PESSOAS CARENTE DO MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS**. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (...) ... E-mail: [diariopmvieirópolis@gmail.com](mailto:diariopmvieirópolis@gmail.com). Edital: [www.vieirópolis.pb.gov.br](http://www.vieirópolis.pb.gov.br); [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br).

Vieirópolis - PB, 28 de Setembro de 2023

**EVERTON DANIEL PEREIRA SARMENTO -**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Everton Daniel Pereira Sarmento  
**Código Identificador:**6F6887B6

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 002, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA NOTIFICAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL.

A **SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, VII, da Lei Complementar Municipal nº 009, de 05 de setembro de 2006, e ainda:

**CONSIDERANDO** a Decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança, processo nº 0805654-89.2023.8.15.0371, que tramita na 4ª Vara Mista da Comarca de Sousa;

**CONSIDERANDO** que a referida Decisão determinou, liminarmente, que o Prefeito Constitucional do MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS procedesse com a nomeação de MAXWELL MARTINS DE ARAUJO para o cargo de ENFERMEIRO e, caso atendidos os requisitos previstos em Edital, o empossa no cargo, tudo no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias.

**CONSIDERANDO** que o Edital do Concurso Público nº 001/2016, em seu item 9.6.2 estabelece que, *“Quando da convocação para nomeação, o candidato terá 30 (trinta) dias úteis para entregar a documentação comprobatória das condições previstas no item 3, dos requisitos para investidura do cargo, deste Edital, e outros documentos que julgar necessário.”*

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Determinar a instauração de processo administrativo para o processamento da devida notificação, apresentação de documentos e exames médicos e posterior nomeação e posse do candidato MAXWELL MARTINS DE ARAUJO, aprovado em 2º lugar para o cargo de Enfermeiro no Concurso Público nº 001/2016.

**Art. 2º** Após devidamente instaurado o processo administrativo, deve-se encaminhar notificação para o candidato, para apresentação da documentação necessária e exames médicos, nos termos dos itens 9.6.2 e 9.6 do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vieirópolis/PB, 28 de setembro de 2023.

**NATÁLIA DIAS COSTA**

Secretária Municipal de Administração

**Publicado por:**

Francisco Maylson de Oliveira

**Código Identificador:**6B159CEF

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL SALGADO DE SÃO FÉLIX

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00014/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE NESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00014/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Salgado de São Felix: LEI MUNICIPAL 700/2022 09.00 FUNDO MUN DE SAÚDE- SEC. DE SAUDE 10.301.2002.2024 MANter ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.2002.2025 MANter ASPs - BLC CUSTEIO: ATENÇÃO BÁSICA 10.302.2002.2026 MANter ASPs - BLC CUSTEIO: MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR 10.302.2002.2110 MANter AÇÕES DE SAÚDE 500 Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco 601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix e: CT Nº 00135/2023 - 14.09.23 - DENTALMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. - R\$ 66.450,80; CT Nº

00136/2023 - 14.09.23 - MEDONTEC - MANUTENCAO E REPARACAO EM EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES E ODONTOLO - R\$ 92.420,70.

**Publicado por:**

Jose Cristiano da Silva Cavalcante

**Código Identificador:**1C7C5E70

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00014/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00014/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE NESTE MUNICÍPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: DENTALMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. - R\$ 66.450,80; MEDONTEC - MANUTENCAO E REPARACAO EM EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES E ODONTOLO - R\$ 92.420,70.

Salgado de São Felix - PB, 13 de Setembro de 2023

**JONI MARCOS SOUZA DE OLIVEIRA -**

Prefeito

**Publicado por:**

Jose Cristiano da Silva Cavalcante

**Código Identificador:**52B499FF

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00015/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00015/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Salgado de São Felix: LEI MUNICIPAL 700/2022 05.00 SEC. DE ADMINISTRACAO 04.122.1002.2005 MANter ATIV. DA SEC. DE ADMINISTRACAO 500 Recursos não Vinculados de Impostos 07.00 SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 20.606.2006.2008 MANter ATIV. DA SEC. DE AGRIC. E ABASTECIMENTO 08.00 SEC. DE EDUCACAO 12.122.1002.2010 MANter ATIV. DA SECRETARIA DE EDUCACAO 12.361.2001.2018 MANter ATIV. DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE 553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte 540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF 09.00 FUNDO MUN DE SAÚDE- SEC. DE SAUDE 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco 10.301.2002.2024 MANter ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.2002.2025 MANter ASPs - BLC CUSTEIO: ATENÇÃO BÁSICA 631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 10.00 FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEC TRAB E ASSIS SOCIAL 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social 08.244.2003.2039 MANter ATIV. DO FUNDO M ASSISTÊNCIA SOCIAL 11.00 SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 15.451.1002.2043 MANter ATIV. DA SEC. DE OBRAS E SERVICOS URBANOS 12.00 SEC. DE IND. COMERCIO E MEIO AMBIENTE 23.122.1002.2047 MANter ATIV. DA SEC. DO COMERCIO, INDUSTRIA E MEIO AMBIENTE 13.00 SEC. DE CULTURA E TURISMO 13.392.2005.2048 MANter ATIV. DE CULTURA DO MUNICÍPIO 14.00 SEC ESPORTE E LAZER 27.301.1002.2114 MANter ATIVIDADES DA SEC DE ESPORTE E LAZER 16.00 SEC TRANSPORTES 15.451.1002.2111 MANter AS ATIVIDADES DA SEC DE TRANSPORTES

3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix e: CT Nº 00132/2023 - 15.09.23 até 12.09.24 - CLEDIVALDO ANTONIO DE ARAUJO - R\$ 311.391,20; CT Nº 00133/2023 - 15.09.23 até 15.09.24 - HB AUTOPECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - R\$ 387.690,81; CT Nº 00134/2023 - 15.09.23 até 15.09.24 - O CEARENSE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - R\$ 315.624,80.

**Publicado por:**  
Jose Cristiano da Silva Cavalcante  
**Código Identificador:**F1EB1128

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2023**

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00015/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DESTES MUNICÍPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: CLEDIVALDO ANTONIO DE ARAUJO - R\$ 311.391,20; HB AUTOPECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - R\$ 387.690,81; O CEARENSE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - R\$ 315.624,80. Salgado de São Felix - PB, 15 de Setembro de 2023  
**JONI MARCOS SOUZA DE OLIVEIRA -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jose Cristiano da Silva Cavalcante  
**Código Identificador:**7CF90E2F

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**  
**RESOLUÇÃO Nº 009/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 - CMDCA**

Torna pública a relação de mesários e técnicos de urna das seções de votação do Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Alhandra para o quadriênio 2024/2027.

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** de Alhandra, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal n. 155 de 06 de junho de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Tornar pública a relação de servidores municipais convocados para atuarem como mesários das seções de votação do Processo Unificado de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Alhandra, bem como dos técnicos de urna:

**RELAÇÃO DOS MESÁRIOS CONVOCADOS – LOCALIDADE DE ALHANDRA**

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Agaby Sales da Silva	Mesário
02	Alcione Santos do Nascimento	Mesário
03	Cátia Simone Agra da Silva Ramos	Mesário
04	Diana de Lima Vieira Amorim	Mesário
05	Elayne Pereira de Vasconcelos	Mesário
06	Elis Bezerra do Nascimento	Mesário
07	Gessylleyde Alves da Silva	Mesário
08	Gilmário Thailan dos Santos Alves	Mesário
09	Jaciele da Silva	Mesário
10	Jacyara Conceição da Silva	Mesário
11	Janiele Cosmo da Silva	Mesário
12	Joseane Maria Silva de Brito Ribeiro	Mesário
13	Josélia Gabriel dos Santos	Mesário
14	Kelly Anne Braz Silva	Mesário
15	Larissa Vitória Muniz de Mesquita	Mesário
16	Lília Severina de Souza	Mesário
17	Lisandra Carla Gomes da Silva	Mesário
18	Luana Ferreira da Silva	Mesário
19	Luyza de Carvalho Silva de Moraes	Mesário
20	Nailton Clementino da Silva	Mesário
21	Ruana Barbosa da Silva	Mesário
22	Vera Lúcia da Costa Rodrigues	Mesário

**RELAÇÃO DOS MESÁRIOS CONVOCADOS – LOCALIDADE DE MATA REDONDA**

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Elivânia de Oliveira Lima	Mesário
02	Erika Vieira de Oliveira	Mesário
03	Gicélia Pereira de Menezes Pontes	Mesário
04	Jakeline Marcelino da Silva	Mesário
05	Janaina de Cássia da Silva	Mesário
06	Janaina Nunes da Silva	Mesário

**RELAÇÃO DOS TÉCNICOS DE URNA**

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Alexsandro Bezerra da Silva	Técnico de urna
02	Carlos Henrique de Almeida da Cruz	Técnico de urna
03	Ginaldo Francisco de Pontes Neto	Técnico de urna
04	Rildo Alves Pereira Filho	Técnico de urna

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Alhandra, 28 de setembro de 2023.

**CHARLENE INÁCIO DA SILVA**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Publicado por:**  
Rildo Alves Pereira Filho  
**Código Identificador:**4EB200AE

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL Nº 001/2023 JOSÉ JOELSON DOS SANTOS SILVA - “NÓ” DE AUDIOVISUAL**

A Prefeitura Municipal de Areial - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital, o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, para proponentes físicos e jurídicos referentes a PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE AUDIOVISUAL e REALIZAÇÃO DE OFICINAS VOLTADAS PARA ESTA CATEGORIA.

**DA JUSTIFICATIVA**

O Edital Nº 001/2023 DE AUDIOVISUAL, JOSÉ JOELSON DOS SANTOS SILVA - “NÓ”, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais de audiovisual que sejam desenvolvidos com os artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento individual e coletivo e que gerem impactos local, sociais, econômicos e culturais.

**DO OBJETO**

Este instrumento é denominado EDITAL JOSÉ JOELSON DOS SANTOS SILVA - “NÓ”, numa homenagem em memória desta emblemática figura Areialense, que de modo não oficial realizava em meio às suas atividades, lives, vídeos e narrativas sobretudo em meio aos torneios e campeonatos esportivos municipais, por meio de equipamentos tecnológicos próprios. “Nó”, como foi popularmente conhecido, também foi idealizador do Estúdio J.J de gravações, onde realizava boa parte de seus trabalhos.

Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de projetos de audiovisual de artistas, e grupos culturais enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de Areial.

Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades culturais por meio do audiovisual, incentivando a promoção e divulgação da arte e da cultura existente no município de Areial.

**DAS CATEGORIAS**

Este Edital contemplará 02 projetos para a produção de um documentário/curta-metragem em cada projeto; 02 projetos para a produção de um videoclipe em cada projeto, 04 projetos para a produção de um video-biografia de artista/trajetória de grupo, em cada projeto e 14 projetos para a realização de oficinas voltadas ao audiovisual; deste modo todos os projetos são voltados a categoria de audiovisual.

Para este edital, correspondente às categorias de: documentário/curta-metragem; video-clipes, video-biografia de artista/trajetória de grupo e oficinas de audiovisual, são propostas estratégias de políticas públicas culturais que visam levar a experiência do audiovisual a comunidades e regiões do município de Areial. Por meio de um equipamento de exibição de audiovisual, equipado com telão e som de qualidade, com o intuito de exibir produções audiovisuais de diferentes gêneros e estilos a diversas localidades do município, como áreas rurais, urbanas e comunidades, criando oportunidades para que a população tenha o contato com as experiências do campo audiovisual.

**DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS**

Os projetos para a categoria audiovisual deverão apresentar propostas de exibição gratuita de documentários/curta-metragem, vídeo-clipes, video-biografia de artista/trajetória de grupo, de caráter socioeducativo, oferecendo acomodações confortáveis para, no mínimo, 100 pessoas, tendo espaço destinado para cadeirantes, possuir tela de excelente projeção e som de alta qualidade, iluminação apropriada. Além disso, apresentar uma rápida montagem e desmontagem da estrutura permitindo levá-la a regiões e/ou localidades de difícil acesso. Bem como propostas de realização de oficinas de audiovisual para serem desenvolvidas em instituições diversas do município de Areial.

É vedado o aporte na produção de conteúdo com proselitismo religioso ou político-partidário, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, informerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-013876– Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023.

Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

R\$ 57.238,38 (cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos) para propostas de todas as categorias de Audiovisual.

Sendo R\$ 28.607,13 (vinte e oito mil, seicentos e sete reais e treze centavos) para proposta das modalidades de Audiovisual para pessoa jurídica e R\$ 28.631,25 (vinte e oito mil, seicentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) para propostas de todas as modalidades de Audiovisual para pessoa física.

#### DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Do montante previsto neste Edital, 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservados concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar o documento da autodeclaração e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

#### DO CRONOGRAMA

As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site <http://areial.pb.gov.br/>.

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Lançamento de Edital	29 de setembro	01 dia
Período de Inscrições	02 a 11 de outubro	10 dias
Análise dos Projetos	16 e 17 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	19 de outubro	01 dia
Período de Interposição de Recurso	20 e 23 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado Final	25 de outubro	01 dia
Período de Habilitação de Projetos selecionados e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 e 31 de outubro	02 dias
Período de Pagamento de Projetos Selecionados	De 06 a 10 de novembro	05 dias

#### DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de Areial-PB de no mínimo dois anos, com comprovação, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

Estão impedidas de se inscrever ou participar dos projetos, pessoas físicas e jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB.

#### DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 001/2023 – EDITAL JOSÉ JOELSON DOS SANTOS SILVA - “NÓ”, DE AUDIOVISUAL, contemplará 22 projetos na área do audiovisual, em que o agente econômico que, no seu instrumento de constituição, apresente como atividade econômica, principal ou secundária, atividades voltadas ao ramo do audiovisual.

O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

Propostas da Modalidades de Audiovisual.

CATEGORIA – PJ	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
DOCUMENTÁRIO/CURTA-METRAGEM	02	7.500,00	15.000,00
VÍDEO-BIOGRAFIA DE ARTISTA/TRAJETÓRIA DE GRUPO	04	2.151,78	8.607,13
VIDEOCLIPES	02	2.500,00	5.000,00
CATEGORIA – PF	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
OFICINAS DE AUDIOVISUAL	14	2.045,09	28.631,25

O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 57.238,38 (cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos).

O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoas físicas e/ou jurídicas).



No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

## DAS INSCRIÇÕES

A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 02 a 11 de outubro, presencialmente na sede da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Areial, Rua São José Nº 683, Centro, Areial-PB, das 08h00 às 12h00.

No ato da inscrição, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Formulário de Inscrição preenchido;

Plano de Trabalho para os projetos nas categorias de audiovisual propostas neste edital contendo descrição do objeto, cronograma de execução e estimativa de custos, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal de Areial.

Currículo e portfólio do proponente;

Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal de Areial.

A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente em cada um dos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Areial, caso seja verificado duplicidade da inscrição de algum proponente em um mesmo edital este será automaticamente desclassificado.

## DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

ITEM	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU PARCIALMENTE	APRESENTOU INTEGRALMENTE
01	Relevância Artística do Projeto	0,0	1,0	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	1,0	2,0
03	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	1,0	2,0
04	Currículo e Portfólio	0,0	1,0	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	1,0	2,0

Cada proposta será avaliada individualmente pelos integrantes do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://areial.pb.gov.br/>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://areial.pb.gov.br/>

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pelo Comitê.

Após analisados os pedidos de reconsideração, comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://areial.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

#### DO COMITÊ DE TRABALHO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

As ações do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização serão registradas em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Prefeitura Municipal de Areial para a devida tomada de decisões.

#### DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Após a homologação do resultado final, a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura e/ou a Procuradoria Municipal convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital acarretará na desclassificação do proponente.

No caso de entrega da documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Em caso de não entrega e de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária corrente, não sendo aceita conta poupança.

#### DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

#### DAS SANÇÕES E PENALIDADES

O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

Caso comprovada a falsidade de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

Proponente Pessoa Jurídica – a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu; d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do comprovante de residência do representante legal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT; g) Certidão Negativa do FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; i) Certidão Negativa de Débito Estadual; j) Certidão Negativa de Débito Municipal l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente. Para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

Proponente Pessoa Física – a) Cópia de CPF; b) Cópia do RG; c) Comprovante de residência atualizado; d) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

**DA CONTRAPARTIDA**

Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade e/ou a outras instituições diversas, a serem indicadas previamente.

Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução e exibição futuras para a realização de seus produtos em Audiovisual, dentro do prazo não superior a 30 de dezembro de 2023.

**REMANEJAMENTO DOS RECURSOS**

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:

Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de Audiovisual.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo comitê de trabalho da Lei Paulo Gustavo no município.

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação: “Este produto foi realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo, no EDITAL JOSÉ JOELSON DOS SANTOS SILVA - “NÓ” DE AUDIOVISUAL. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria da juventude Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, de de.”

O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areial o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pelo comitê de trabalho, durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura.

Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://www.areial.pb.gov.br/>.

Areial - PB, 29 de setembro de 2023

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIN**

Prefeito Constitucional de Areial-PB

**Publicado por:**

Rodrigo Gonçalves Guimaraes Fonseca

**Código Identificador:**9EBF3AF5

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL Nº 002/2023 JOÃO EUDES DA SILVA - “JOÃO ROBSON” DE MÚSICA (ARTISTA SOLO)**

A Prefeitura Municipal de Areial - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,

da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital, o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, para proponentes físicos e jurídicos referentes a categoria de MÚSICA (ARTISTA SOLO).

#### DAS JUSTIFICATIVAS

O Edital Nº 002/2023 – DE MÚSICA (ARTISTA SOLO), JOÃO EUDES DA SILVA – “JOÃO ROBSON”, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais de música artista solo que sejam desenvolvidos com os artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento individual e que gerem impactos local, sociais, econômicos e culturais.

#### DO OBJETO

2.1 Este instrumento é denominado EDITAL JOÃO EUDES DA SILVA – “JOÃO ROBSON”, numa homenagem em memória deste cantor, interprete Areialense, que dedicou grande parte de sua história realizando apresentações musicais, cantando grandes sucessos em estilo de seresta. Desde sua juventude foi admirador da música e com esforços conseguiu adquirir seu primeiro teclado, dali em diante iniciou-se sua trajetória artística musical, na qual levava por onde passava, o nome da sua amada cidade de Areial.

Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de projetos no ramo da música por artistas em carreira solo, como agentes culturais enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de Areial.

Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades culturais por meio da música (artista solo), incentivando a promoção e divulgação da arte e da cultura existentes no município de Areial.

#### DAS CATEGORIAS

Este Edital contemplará 08 projetos para a categoria de música (artista solo); para que se realize a exposição pública de apresentações musicais (shows).

Para este edital, correspondente à categorias de: música (artista solo); são propostas estratégias de políticas públicas culturais que visam levar a experiência da descontração e confraternização coletiva em ambientes públicos do município de Areial. Por meio de uma estrutura e locais adequados para a realização de tais eventos, assim concretizando atividades que levem a comunidade presente, momentos de convivência mútua através da arte musical.

#### DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

Os projetos para a categoria de música (artista solo); deverão apresentar a realização gratuita de apresentações musicais (shows), para todos os presentes no recinto, a serem definidos pela administração municipal.

É vedado o aporte na apresentação do conteúdo com proselitismo religioso ou político-partidário, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televendas, informacionais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

#### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-013876– Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023.

Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

R\$ 23.186,48 (vinte e três mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) para todas as propostas da categoria de demais manifestações artísticas (Editais de 002/2023 a 006/2023).

Sendo R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para todas as propostas de música – (artista solo) para pessoa jurídica e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para todas as propostas de música (artista solo) para pessoa física. Totalizando o valor de R\$ 4.000,000 (quatro mil reais) para as propostas especificadas, a serem divididos os valores individuais, conforme tabela apresentada no item 9.2.1 deste certame.

#### DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservados concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar autodeclaração (Anexo II) e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

#### DO CRONOGRAMA

As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site <http://areial.pb.gov.br/>

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Lançamento de Edital	29 de setembro	01 dia
Período de Inscrições	02 a 11 de outubro	10 dias
Análise dos Projetos	16 e 17 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	19 de outubro	01 dia
Período de Interposição de Recurso	20 e 23 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado Final	25 de outubro	01 dia
Período de Habilitação de Projetos selecionados e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 e 31 de outubro	02 dias
Período de Pagamento de Projetos Selecionados	De 06 a 10 de novembro	05 dias

#### DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de Areial-PB de no mínimo dois anos, com comprovação, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

Estão impedidas de se inscrever ou participar dos projetos, pessoas físicas ou jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB.

#### DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 002/2023 – EDITAL JOÃO EUDES DA SILVA – “JOÃO ROBSON”, DE MÚSICA (ARTISTA SOLO)., contemplará 8 projetos na área das demais manifestações artísticas – música (artista solo), em que o agente econômico que, no seu instrumento de constituição, apresente como atividade econômica, principal ou secundária, a realização de apresentações e/ou shows musicais em carreira solo.

O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

Propostas da categoria de Música (artista solo).

CATEGORIA	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
MÚSICA/ARTISTA SOLO – PF	04	500,00	2.000,00
MÚSICA/ARTISTA SOLO – PJ	04	500,00	2.000,00

O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa física e/ou jurídica).

No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

#### DAS INSCRIÇÕES

A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 02 a 11 de setembro, presencialmente na sede da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Areial, Rua São José Nº 683, Centro, Areial-PB, das 08h00 às 12h00.

No ato da inscrição, deverão ser anexados os seguintes documentos:

Formulário de Inscrição preenchido;

Plano de Trabalho para os projetos nas categorias de demais manifestações artísticas - música (artista solo) propostas neste edital, contendo descrição do objeto, cronograma de execução e estimativa de custos, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal de Areial;

Curriculum e portfólio do proponente;

Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente em cada um dos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Areial, caso seja verificado duplicidade da inscrição de algum proponente em um mesmo edital este será automaticamente desclassificado.

#### DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

ITEM	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU PARCIALMENTE	APRESENTOU INTEGRALMENTE
01	Relevância Artística do Projeto	0,0	1,0	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	1,0	2,0
03	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	1,0	2,0
04	Curriculo e Portfólio	0,0	1,0	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	1,0	2,0

Cada proposta será avaliada pelos integrantes do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://areial.pb.gov.br/>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://areial.pb.gov.br/>

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pelo Comitê.

Após analisados os pedidos de reconsideração, comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://areial.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

#### DO COMITÊ DE TRABALHO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

As ações do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Prefeitura Municipal de Areial para a devida tomada de decisões.

#### DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Após a homologação do resultado final, a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura e/ou a Procuradoria Municipal convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital ensejará na desclassificação do proponente.

No caso de entrega da documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Em caso de não entrega e de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária corrente, não sendo aceita conta poupança.

#### DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

#### DAS SANÇÕES E PENALIDADES

O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

Caso comprovada a falsidade de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

#### DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

Proponente Pessoa Jurídica – a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu; d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do comprovante de residência do representante legal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT; g) Certidão Negativa do FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; i) Certidão Negativa de Débito Estadual; j) Certidão Negativa de Débito Municipal l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente. Para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

Proponente Pessoa Física – a) Cópia de CPF; b) Cópia do RG; c) Comprovante de residência atualizado; d) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

#### DA CONTRAPARTIDA

Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exhibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições.

Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução e exhibições futuras para a realização de suas produções artísticas, dentro do prazo não superior a 30 de dezembro de 2023.

#### REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:

Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital das demais manifestações artísticas.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo comitê de trabalho da Lei Paulo Gustavo no município.

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação: “Este produto foi realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo, no edital JOÃO EUDES DA SILVA – “JOÃO ROBSON”, DE MÚSICA (ARTISTA SOLO). Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria da juventude Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, de de.”

O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areial o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pelo comitê de trabalho, durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura.

Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://areial.pb.gov.br/>.

Areial - PB, 29 de setembro de 2023

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIN**

Prefeito Constitucional de Areial-PB

**Publicado por:**

Rodrigo Gonçalves Guimaraes Fonseca

**Código Identificador:**206B26DE

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### EDITAL Nº 004/2023 MARIA IBIAPINO PEREIRA - “MARICOTA” DE ARTESANATO

A Prefeitura Municipal de Areial - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital, o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, para proponentes físicos e jurídicos referentes a PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE OBRAS DE ARTESANATO LOCAL.

#### DA JUSTIFICATIVA

O Edital Nº 004/2023 DE ARTESANATO, MARIA IBIAPINO PEREIRA - “MARICOTA”, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais de produção e aquisição de artesanato local que sejam desenvolvidos pelos artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento individual e coletivo e que gerem impactos local, sociais, econômicos e culturais.

#### DO OBJETO

Este instrumento é denominado EDITAL MARIA IBIAPINO PEREIRA - “MARICOTA”, numa homenagem a esta memorável artesã Areialense, conhecida por seus trabalhos artesanais em variadas modalidades, como: pinturas diversas, em plástico, vidro, tecido, e ainda na confecção de belas flores e cestas de papel, também era idealizadora e executora da famosa “lapinha de natal”, na época, visitada por muitos admiradores de suas criações.

Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de produção e aquisição de artesanato local de artistas, grupos e coletivos culturais enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de Areial.

Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades culturais por meio da produção e aquisição de artesanato local, incentivando a promoção e divulgação da arte e da cultura existentes no município de Areial.

#### DAS CATEGORIAS



Este Edital contemplará 12 projetos para a produção e aquisição de obras de artesanato local; todos esses projetos se voltam a categoria de demais manifestações artísticas voltadas ao ramo da produção e aquisição de artesanato.

Para este edital, correspondente às categorias de: produção e aquisição de artesanato local são propostas estratégias de políticas públicas culturais que visam fomentar a valorização das atividades de artesanato local, tendo em vista que por meio da aquisição e posterior exposição destes materiais, criam-se oportunidades para que todas as pessoas tenham o acesso facilitado ao artesanato produzido por artistas locais.

#### DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

Os projetos para a categoria produção e aquisição de artesanato local deverão apresentar propostas de aquisição de obras que serão expostas em espaços públicos do município de Areial, visando o grande índice de movimentação diária de pessoas, ocasionando um acesso democrático e gratuito a este acervo, para todos os frequentadores desses espaços.

#### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-013876– Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023.

Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

R\$ 23.186,48 (vinte e três mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) para todas as propostas da categoria de demais manifestações artísticas.

Sendo R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para propostas das modalidades de obras de artesanato para pessoa jurídica e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para propostas de todas as categorias de artesanato para pessoa física. Totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para as propostas especificadas, a serem divididos os valores individuais conforme tabela apresentada no item 9.2.1 deste certame.

#### DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservados concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar o documento de autodeclaração e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

#### DO CRONOGRAMA

As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site <http://areial.pb.gov.br/>.

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Lançamento de Edital	29 de setembro	01 dia
Período de Inscrições	02 a 11 de outubro	10 dias
Análise dos Projetos	16 e 17 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	19 de outubro	01 dia
Período de Interposição de Recurso	20 e 23 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado Final	25 de outubro	01 dia
Período de Habilitação de Projetos selecionados e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 e 31 de outubro	02 dias
Período de Pagamento de Projetos Selecionados	De 06 a 10 de novembro	05 dias

#### DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de Areial-PB de no mínimo dois anos, com comprovação, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

Estão impedidas de se inscrever ou participar dos projetos, pessoas físicas e jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB.

#### DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 004/2023 – MARIA IBIAPINO PEREIRA - “MARICOTA”, DE ARTESANATO, contemplará 12 projetos na área das demais manifestações artísticas – artesanato local, em que o agente econômico, no seu instrumento de constituição, apresente como atividade econômica, principal ou secundária, atividades voltadas ao ramo do artesanato.

O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

Propostas de Modalidades Artesanato.

CATEGORIA – PJ	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
AQUISIÇÃO DE OBRAS DE ARTESANATO	04	500,00	2.000,00
CATEGORIA – PF	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
AQUISIÇÃO DE OBRAS DE ARTESANATO	08	500,00	4.000,00

O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa física e/ou jurídica).

No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

#### DAS INSCRIÇÕES

A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 02 a 11 de outubro, presencialmente na sede da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Areial, Rua São José Nº 683, Centro, Areial-PB, das 08h00 às 12h00.

No ato da inscrição, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Formulário de Inscrição preenchida;

Plano de Trabalho para os projetos nas categorias de produção de artesanato propostas neste edital contendo descrição do objeto, estimativa de custos, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal;

Currículo e portfólio do proponente;

Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente em cada um dos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Areial, caso seja verificado duplicidade da inscrição de algum proponente em um mesmo edital este será automaticamente desclassificado.

#### DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

ITEM	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU PARCIALMENTE	APRESENTOU INTEGRALMENTE
01	Relevância Artística do Projeto	0,0	1,0	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	1,0	2,0
03	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	1,0	2,0
04	Currículo e Portfólio	0,0	1,0	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	1,0	2,0

Cada proposta será avaliada pelos integrantes do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://areial.pb.gov.br/>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://areial.pb.gov.br/>.

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pelo Comitê.

Após analisados os pedidos de reconsideração, comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://areial.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

#### DO COMITÊ DE TRABALHO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

As ações do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Prefeitura Municipal de Areial para a devida tomada de decisões.

#### DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Após a homologação do resultado final, a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura e/ou a Procuradoria Municipal convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital acarretará na desclassificação do proponente.

No caso de entrega da documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Em caso de não entrega e de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária corrente, não sendo aceita conta poupança.

#### DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

#### DAS SANÇÕES E PENALIDADES

O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

Caso comprovada a falsidade de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

#### DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

Proponente Pessoa Jurídica – a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu; d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do comprovante de residência do representante legal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT; g) Certidão Negativa do FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; i) Certidão Negativa de Débito Estadual; j) Certidão Negativa de Débito Municipal l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente. Para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

Proponente Pessoa Física – a) Cópia de CPF; b) Cópia do RG; c) Comprovante de residência atualizado; d) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

#### DA CONTRAPARTIDA

Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar a entrega do objeto selecionado à Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, mediante a efetuação do pagamento com comprovação expedida pelo presidente do comitê de trabalho da LPG do município de Areial.

Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução e entrega de seus produtos artesanais, dentro do prazo não superior a 30 de dezembro de 2023.

#### REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:

Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de demais manifestações artísticas.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo comitê de trabalho da Lei Paulo Gustavo no município.

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação: “Este produto foi realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo, no edital MARIA IBIAPINO PEREIRA DE ARTESANATO. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria da juventude Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial\_de\_de.”

O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areial o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pelo comitê de trabalho, durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura.

Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://www.areial.pb.gov.br/>.

Areial - PB, 29 de setembro de 2023

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIN**  
Prefeito Constitucional de Areial-PB

**Publicado por:**  
Rodrigo Gonçalves Guimaraes Fonseca  
**Código Identificador:**0312A2CB

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** **EDITAL Nº 005/2023 GIVALDO RODRIGUES - “VÁVA” AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE**

A Prefeitura Municipal de Areial - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital, o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, para proponentes físicos e jurídicos referentes a AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE.

### **DA JUSTIFICATIVA**

O Edital Nº 005/2023 DE AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE, GIVALDO RODRIGUES – “VÁVA”, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais de produção e aquisição de artesanato local que sejam desenvolvidos pelos artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento individual e coletivo e que gerem impactos local, sociais, econômicos e culturais.

### **DO OBJETO**

Este instrumento é denominado EDITAL GIVALDO RODRIGUES “VÁVA”, numa homenagem a este cidadão que residiu em Areial, onde atuou como funcionário público na antiga Escola Inácio Gondin e como atividade secundária desenvolvia trabalhos como artesão, construindo manualmente esculturas de madeira e outras peças minuciosamente montadas com materiais recicláveis.

Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de projetos de ações formativas sobre arte, ativistas culturais enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de Areial.

Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades instrutivas culturais por meio de ações formativas relacionadas a arte, incentivando a promoção e divulgação da arte e da cultura existentes no município de Areial.

### **DAS CATEGORIAS**

Este Edital contemplará 02 projetos para a realização de ações formativas sobre arte; esses projetos se voltam a categoria de demais manifestações artísticas, especificamente para a realização de ações formativas sobre arte.

Para este edital, correspondente à categoria de: ações formativas sobre arte são propostas estratégias de políticas públicas culturais que visam fomentar a valorização das atividades formativas em arte, tendo em vista que por meio da formação teórica e prática referente às técnicas de arte, criam-se oportunidades para que o público destinado tenha acesso e contato aproximado com o mundo da arte.

### **DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS**

Os projetos para a categoria de ações formativas sobre arte deverão apresentar propostas de disponibilização de ações formativas que serão destinadas a instituições diversas do município de Areial, a serem indicadas previamente, desta maneira ocasionando um acesso democrático e gratuito a este momento formativo, ao público destinado.

### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-013876– Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023.

Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

R\$ 23.186,48 (vinte e três mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) para todas as propostas da categoria de demais manifestações artísticas. (Editais de 002/2023 a 006/2023).

Sendo R\$ 1.593,24 (um mil quinhentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) para propostas das modalidades de ações formativas em arte para pessoa jurídica e R\$ 1.593,24 (um mil quinhentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) para propostas das modalidades de ações formativas em arte para pessoa física. Totalizando o valor de R\$ 3.186,48 (três mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) para todas as propostas deste edital.

### **DAS AÇÕES AFIRMATIVAS**

Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservados concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar o documento de autodeclaração e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

## DO CRONOGRAMA

As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site <http://areial.pb.gov.br/>.

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Lançamento de Edital	29 de setembro	01 dia
Período de Inscrições	02 a 11 de outubro	10 dias
Análise dos Projetos	16 e 17 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	19 de outubro	01 dia
Período de Interposição de Recurso	20 e 23 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado Final	25 de outubro	01 dia
Período de Habilitação de Projetos selecionados e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 e 31 de outubro	02 dias
Período de Pagamento de Projetos Selecionados	De 06 a 10 de novembro	05 dias

## DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de Areial-PB de no mínimo dois anos, com comprovação, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

Estão impedidas de se inscrever ou participar dos projetos, pessoas físicas ou jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB.

## DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 005/2023 – “GIVALDO RODRIGUES “VÁVA”, DE AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE, contemplará 02 projetos na área das demais manifestações artísticas, em que o agente econômico, no seu instrumento de constituição, apresente como atividade econômica, principal ou secundária, atividades voltadas ao universo das artes.

O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

Propostas de Modalidades de Ações Formativas sobre Arte.

CATEGORIA – PJ	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE	01	1.593,24	1.593,24
CATEGORIA – PF	VAGAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE	01	1.593,24	1.593,24

O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 3.186,48 (três mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa física e/ou jurídica).

No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

## DAS INSCRIÇÕES

A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 02 a 11 de outubro, presencialmente na sede da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Areial, Rua São José Nº 683, Centro, Areial-PB, das 08h00 às 12h00.

No ato da inscrição, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Formulário de Inscrição preenchido;

Plano de Trabalho para os projetos nas categorias de ações formativas sobre arte, propostas neste edital contendo descrição do objeto, estimativa de custos, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal de Areial;

Currículo e portfólio do proponente;

Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente em cada um dos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Areial, caso seja verificado duplicidade da inscrição de algum proponente em um mesmo edital este será automaticamente desclassificado.

#### DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

ITEM	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU PARCIALMENTE	APRESENTOU INTEGRALMENTE
01	Relevância Artística do Projeto	0,0	1,0	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	1,0	2,0
03	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	1,0	2,0
04	Curriculo e Portfólio	0,0	1,0	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	1,0	2,0

Cada proposta será avaliada pelos integrantes do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://areial.pb.gov.br/>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://areial.pb.gov.br/>.

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pelo Comitê.

Após analisados os pedidos de reconsideração, comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://areial.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

#### DO COMITÊ DE TRABALHO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

As ações do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Prefeitura Municipal de Areial para a devida tomada de decisões.

## DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Após a homologação do resultado final, a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura e/ou a Procuradoria Municipal convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital acarretará na desclassificação do proponente.

No caso de entrega da documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Em caso de não entrega e de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária corrente, não sendo aceita conta poupança.

## DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

## DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

## DAS SANÇÕES E PENALIDADES

O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

Caso comprovada a falsidade de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

## DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

Proponente Pessoa Jurídica – a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu; d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do comprovante de residência do representante legal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT; g) Certidão Negativa do FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; i) Certidão Negativa de Débito Estadual; j) Certidão Negativa de Débito Municipal l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente. Para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

Proponente Pessoa Física – a) Cópia de CPF; b) Cópia do RG; c) Comprovante de residência atualizado; d) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Física.

## DA CONTRAPARTIDA



Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar ações formativas sobre arte em instituições diversas, a serem indicadas previamente pela Administração municipal e/ou pela Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, mediante a efetuação do pagamento com comprovação expedida pelo presidente do comitê de trabalho da LPG do município de Areial.

Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução dos projetos, dentro do prazo não superior a 30 de dezembro de 2023.

#### REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:

Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de demais manifestações artísticas.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo comitê de trabalho da Lei Paulo Gustavo no município.

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação: “Este produto foi realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo, no edital GIVALDO RODRIGUES - “VÁVA” de AÇÕES FORMATIVAS SOBRE ARTE. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria da juventude Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, de de.”

O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areial o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pelo comitê de trabalho, durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura.

Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://www.areial.pb.gov.br/>.

Areial - PB, 29 de setembro de 2023

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIN**

Prefeito Constitucional de Areial-PB

**Publicado por:**

Rodrigo Gonçalves Guimarães Fonseca

**Código Identificador:**9CEB5151

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL Nº 006/2023 DEUSIMAR DA SILVA DE CAPOEIRA

A Prefeitura Municipal de Areial - PB, em consonância com a Lei Complementar Nº 195, de 8 de julho de 2022, o Decreto Federal no 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Federal no 11.453, de 23 de março de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital, o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, para proponentes jurídicos referentes a CAPOEIRA.

#### DA JUSTIFICATIVA

O Edital Nº 006/2023 DE INSENTIVO A CAPOEIRA, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais nos quais sejam desenvolvidas ações de exposição e divulgação da história e raízes desta expressão cultural e luta afro-brasileira, denominada Capoeira, pelos artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento coletivo e que gerem impactos locais, sociais, econômicos e culturais.

#### DO OBJETO

Este instrumento é denominado EDITAL “DEUSIMAR DA SILVA”, numa homenagem a este conterrâneo Areialense que em sua vida foi um grande defensor, amante e admirador da capoeira, que encontrava nessa expressão cultural uma verdadeira paixão, ao ponto em que relatava que o toque do berimbau o fazia “arrepia”. Foi integrante do tradicional grupo de “Capoeira Cordão de Ouro”, que ainda hoje se encontra em atividade.

Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de projetos de ações de incentivo e conhecimento público sobre a capoeira, desenvolvidas por, ativistas culturais envolvidos na nesta arte, enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de Areial.

Através deste edital pretende-se fomentar o desenvolvimento de atividades culturais por meio de ações diversas relacionadas a arte capoeirista, incentivando a promoção e divulgação desta arte e da cultura por meio dela expressa, existentes no município de Areial.

#### DAS CATEGORIAS

Este Edital contemplará 01 projeto para a realização de ações relacionadas à capoeira; esse projeto se volta a categoria de demais manifestações artísticas.

Para este edital, correspondente à categoria de: capoeira são propostas estratégias de políticas públicas culturais que visam fomentar a valorização das atividades da capoeira, tendo em vista a relevância desta expressão cultural para a interação comunitária, e meio por onde criam-se oportunidades para que o público destinado tenha acesso e contato aproximado com diversas manifestações artísticas.

#### DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

O projeto para a categoria de capoeira deverá apresentar propostas de disponibilização de ações públicas gratuitas que serão destinadas à rede de ensino da localidade e/ou a outras instituições diversas, a serem indicadas previamente, desta maneira ocasionando ao público destinado um acesso democrático a este momento interativo e social.

#### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação Nº 30882120230002-013876– Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023.

Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos para os seguintes objetos:

R\$ 23.186,38 (vinte e três mil cento e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos) para todas as propostas da categoria de demais manifestações artísticas (Editais de 002/2023 a 006/2023).

Sendo R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para propostas das modalidades de incentivos a capoeira para proponentes jurídicos locais.

#### DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservados concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar o documento de autodeclaração e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

#### DO CRONOGRAMA

As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site <http://areial.pb.gov.br/>.

ETAPA	PERÍODO	DURAÇÃO
Lançamento de Edital	29 de setembro	01 dia
Período de Inscrições	02 a 11 de outubro	10 dias
Análise dos Projetos	16 e 17 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	19 de outubro	01 dia
Período de Interposição de Recurso	20 e 23 de outubro	02 dias
Divulgação do Resultado Final	25 de outubro	01 dia
Período de Habilitação de Projetos selecionados e assinatura do Termo de Execução Cultural	30 e 31 de outubro	02 dias
Período de Pagamento de Projetos Selecionados	De 06 a 10 de novembro	05 dias

#### DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de Areial-PB de no mínimo dois anos, com comprovação, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

Estão impedidas de se inscrever ou participar dos projetos, pessoas jurídicas cujos membros sejam pareceristas contratados para a análise de projetos neste Edital ou membros do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB.

#### DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital Nº 006/2023 – “DEUSIMAR DOS SANTOS” DE CAPOEIRA, contemplará 01 projeto na área da capoeira em que o agente econômico, no seu instrumento de constituição, apresente como atividade econômica, principal ou secundária, atividades voltadas ao meio capoeirista.

O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

Propostas de Modalidades referentes a Capoeira.

CATEGORIA – PJ	VAGAS	VALOR UNITÁRIO RS	VALOR TOTAL RS
CAPOEIRA	01	2.000,00	2.000,00

O Total do fomento nessa ação será no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa jurídica).

No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

#### DAS INSCRIÇÕES

A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de 02 a 11 de outubro, presencialmente na sede da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Areial, Rua São José Nº 683, Centro, Areial-PB, das 08h00 às 12h00.

No ato da inscrição, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Formulário de Inscrição preenchido;

Plano de Trabalho para os projeto na categoria de capoeira propostas neste edital contendo descrição do objeto, estimativa de custos, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura municipal;

Currículo e portfólio do proponente;

Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Cultura.

A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

Só será permitido 01 (uma) inscrição por proponente em cada um dos editais da Lei Paulo Gustavo no município de Areial, caso seja verificado duplicidade da inscrição de algum proponente em um mesmo edital este será automaticamente desclassificado.

#### DA ANÁLISE DOS PROJETOS

Os projetos serão analisados por pareceristas nomeados exclusivamente para este fim, que deverão atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

ITEM	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	APRESENTOU PARCIALMENTE	APRESENTOU INTEGRALMENTE
01	Relevância Artística do Projeto	0,0	1,0	2,0
02	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	1,0	2,0
03	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	1,0	2,0
04	Currículo e Portfólio	0,0	1,0	2,0
05	Criatividade e Originalidade	0,0	1,0	2,0

Cada proposta será avaliada pelos integrantes do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://areial.pb.gov.br/>, contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade no site <https://areial.pb.gov.br/>.

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo de Areial-PB analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pelo Comitê.

Após analisados os pedidos de reconsideração, comitê de trabalho, Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo no município de Areial-PB publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://areial.pb.gov.br/> a homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possíveis acréscimo, conforme o caso.

Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

#### DO COMITÊ DE TRABALHO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O comitê de trabalho, Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal.

As ações do comitê de trabalho, Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a Prefeitura Municipal de Areial para a devida tomada de decisões.

#### DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Após a homologação do resultado final, a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura e/ou a Procuradoria Municipal convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada, para fins de instrução processual.

A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital acarretará na desclassificação do proponente.

No caso de entrega da documentação incompleta, ilegível ou rasurada, será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Em caso de não entrega e de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária corrente, não sendo aceita conta poupança.

#### DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

#### DAS SANÇÕES E PENALIDADES

O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

Caso comprovada a falsidade de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

#### DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

Proponente Pessoa Jurídica – a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ; b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu; d) Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica; e) Cópia do comprovante de residência do representante legal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT; g) Certidão Negativa do FGTS; h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; i) Certidão Negativa de Débito Estadual; j) Certidão Negativa de Débito Municipal l) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente. Para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

#### DA CONTRAPARTIDA

Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar ações diversas sobre capoeira em instituições diversas, a serem indicadas previamente pela Administração municipal e/ou pela Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, mediante a efetuação do pagamento com comprovação expedida pelo presidente do comitê de trabalho da LPG do município de Areial.

Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução dos projetos, dentro do prazo não superior a 30 de dezembro de 2023.

#### REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:

Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral;

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital de demais manifestações artísticas.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da Lei Paulo Gustavo, Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, Ministério da Cultura e Governo Federal, conforme disponibilizado pelo comitê de trabalho da Lei Paulo Gustavo no município.

Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação: “Este produto foi realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo, no edital DEUSIMAR DA SILVA DE CAPOEIRA. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria da juventude Esporte e Cultura, Prefeitura Municipal de Areial, de de.”

O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

É de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areial o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pelo comitê de trabalho, durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura.

Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://areial.pb.gov.br/>.

Areial - PB, 29 de setembro de 2023

**ADELSON GONÇALVES BENJAMIN**

Prefeito Constitucional de Areial-PB

**Publicado por:**

Rodrigo Gonçalves Guimaraes Fonseca

**Código Identificador:**2FC9E934

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 018/2023 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE TRANSPOSIÇÃO,**  
**REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Poder Executivo	C.N.P.J.: 08.924.037/0001-18
Município de Bonito de Santa Fé	
Av. Prefeita Áurea Dias de Almeida AGOSTO/2023	

**Decreto**

Decreto nº 00182023 Em, 01 de Agosto de 2023.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO  
E TRANSFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 00850/2023, de 17 de Março de 2023.

Art. 1º - Ficam remanejados/transpostos/transferidos recursos no valor 1.358.218,00 (Um Milhão, Trezentos e Cinquenta E Oito Mil, Duzentos e Dezoito Reais) para fazer face às despesas do Poder Executivo, no corrente exercício, classificadas nas dotações

<b>02.010</b>			<b>Gabinete do Prefeito</b>	
04	122	2002	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3390.39	99			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações
				16.956,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				16.956,00
3390.93	99			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Todas aplicações
				4.225,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				4.225,00
Total da Unidade:				21.181,00
<b>02.020</b>			<b>Advocacia Geral do Município</b>	
04	122	2002	2004	Manutenção das Atividades da Advocacia Geral
3190.91				99 SENTENÇAS JUDICIAIS - Todas aplicações
				7.058,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				7.058,00
3390.39	99			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações
				85,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				85,00
Total da Unidade:				7.143,00
<b>02.030</b>			<b>Secretaria de Administração e Coordenação</b>	
04	122	2002	2005	Manutenção da Secretaria de Administração e Coordenação
3390.30	99			MATERIAL - Todas aplicações
				10.226,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				10.226,00
3390.35	99			SERVIÇOS DE CONSULTORIA - Todas aplicações
				16.200,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				16.200,00
Total da Unidade:				26.426,00
<b>02.040</b>			<b>Secretaria do Planejamento e Urbanismo-SEPLAN</b>	
04	122	2002	2007	Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Urbanismo-SEPLAN
3190.04	99			CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - Todas aplicações
				2.078,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				2.078,00
3390.36	99			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações
				12.203,00
<b>02.040</b>			<b>Secretaria do Planejamento e Urbanismo-SEPLAN</b>	
04	122	2002	2007	Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Urbanismo-SEPLAN
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				12.203,00
3390.39	99			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações
				1.879,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				1.879,00
Total da Unidade:				16.160,00
<b>02.050</b>			<b>Secretaria das Finanças, Orçamentos e Controle das Despesas</b>	
28	845	0001	0003	Contribuições ao PASEP
3390.47	99			OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS - Todas aplicações
				19.505,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				19.505,00
04	123	2002	2008	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças, Orçamentos e Controle de
				De
3390.35	99			SERVIÇOS DE CONSULTORIA - Todas aplicações
				7.000,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				7.000,00
3390.93	99			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Todas aplicações
				160,00
15000000				Recursos não Vinculados de Impostos
				160,00
Total da Unidade:				26.665,00
<b>02.060</b>			<b>Secretaria da Educação</b>	
12	361	1001	2010	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental-MDE

3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			598,00
15001001		Recursos Vinculados de Impostos - MDE			598,00
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			326,00
15001001		Recursos Vinculados de Impostos - MDE			326,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - Todas aplicações			13.773,00
15001001		Recursos Vinculados de Impostos - MDE			13.773,00
12	361	1001	2013	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental - PNAE	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			12.346,00
15520000		Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)			12.346,00
12	361	1001	2016	Manutenção da Merenda Escolar da Creche - PNAC	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			25.914,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			13.454,00
15520000		Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)			12.460,00
12	361	1001	2017	Manutenção do Salário Educação - QSE	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			2.334,00
15500000		Transferência do Salário - Educação			2.334,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - Todas aplicações			5.556,00
15500000		Transferência do Salário - Educação			5.556,00
12	361	1001	2019	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - Fundeb 70%	
3190.13	99	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Todas aplicações			1.697,00
15401070		Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 70%			1.697,00
02.060		Secretaria da Educação			
12	361	1001	2021	Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 70%	
3190.04	99	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - Todas aplicações			39.800,00
15401070		Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 70%			39.800,00
3190.11	99	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas aplicações			206.178,00
15401070		Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 70%			206.178,00
12	365	1001	2023	Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Pré-Escolar - PNAP	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			41.738,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			36.482,00
15520000		Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)			5.256,00
12	361	1001	2024	Manutenção da Merenda Escolar do PNAE-EJA	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			6.008,00
15520000		Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)			6.008,00
12	364	1001	2026	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			4.686,00
15001001		Recursos Vinculados de Impostos - MDE			4.686,00
12	361	1001	2028	Manutenção do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			17.567,00
15001001		Recursos Vinculados de Impostos - MDE			11.370,00
15400000		Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			6.197,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - Todas aplicações			66.816,00
15001001		Recursos Vinculados de Impostos - MDE			42.000,00
15530000		Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)			24.748,00
17010000		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados			68,00
12	365	1001	2029	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB 50% VAAT	
3190.04	83	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			28.342,00
15420000		Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT			28.342,00
12	361	1001	2032	Manutenção do Ensino Fundamental - VAAF	
3190.04	99	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - Todas aplicações			79.454,00
15411070		Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF 70%			79.454,00
3191.13	99	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - Todas aplicações			46.051,00
15411070		Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF 70%			46.051,00
Total da Unidade:					599.184,00
02.070		Secretaria de Saúde			
10	301	2002	2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	
3350.41	99	CONTRIBUIÇÕES - Todas aplicações			8.970,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			8.970,00
3390.35	99	SERVIÇOS DE CONSULTORIA - Todas aplicações			2.801,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			2.801,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - Todas aplicações			27.464,00
02.070		Secretaria de Saúde			
10	301	2002	2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			27.464,00
Total da Unidade:					39.235,00
02.080		Secretaria da Agricultura,Meio Ambiente,Recursos Hídricos e Minerais			
20	606	2002	2037	Apoio ao Pequeno Produtor Rural	
3390.32	99	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - Todas aplicações			300,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			300,00
20	606	2002	2039	Manutenção da Secretaria da Agricultura,Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Miner	
3190.11	99	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas aplicações			7.889,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			7.889,00
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			3.158,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			3.158,00
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			27.588,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			27.588,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - Todas aplicações			107.390,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			107.390,00
26	782	1002	2042	Recuperação de Estradas Vicinais	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			10.811,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			10.811,00
Total da Unidade:					157.136,00
02.090		Secretaria dos Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial			
15	451	1002	1015	Aquisição e Desapropriação de Imóveis	
4490.61	99	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - Todas aplicações			60.000,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			60.000,00
15	122	2002	2041	Manutenção das Atividades da Secretaria dos Serviços Públicos e do Desenvolvim	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			39.999,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			39.999,00

3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			53.969,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			53.969,00
Total da Unidade:					153.968,00
02.110		Secretaria da Cultura,Turismo, Esporte e Lazer			
23	695	2002	2050	Promoção de Eventos Sociais e Culturais	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			8.725,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			8.725,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			6.400,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			6.400,00
13	122	2002	2051	Manutenção das Atividades da Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
3190.11	99	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas aplicações			8.992,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			8.992,00
02.110		Secretaria da Cultura,Turismo, Esporte e Lazer			
27	812	2002	2052	Apoio ao Desporto Amador	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			882,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			882,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			32.126,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			32.126,00
Total da Unidade:					57.125,00
02.140		Secretaria de Transportes			
26	122	2002	2054	Manutenção da Secretaria de Transportes	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			4.048,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			4.048,00
Total da Unidade:					4.048,00
02.150		Fundo Municipal de Saúde			
10	305	1004	2057	Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde.	
3190.11	99	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas aplicações			12.275,00
16000000		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			12.275,00
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			2.878,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			2.878,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			1.000,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			1.000,00
10	302	1004	2058	Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			1.662,00
16000000		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			1.662,00
3390.93	99	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Todas aplicações			585,00
16000000		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			585,00
10	301	1004	2059	Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Gestão do SUS	
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			5.214,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			5.214,00
10	301	1004	2060	Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Primária - Re	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			861,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			861,00
4490.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			28.441,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			28.441,00
10	302	1004	2061	Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada	
3190.04	99	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - Todas aplicações			86.459,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			86.459,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			57.865,00
15001002		Recursos Vinculados de Impostos - ASPS			57.865,00
Total da Unidade:					197.240,00
02.160		Fundo Municipal de Assistência Social			
08	244	1003	2065	Manutenção de outros programas, projetos,benefícios e serviços socioassistênciai	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			17.165,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			17.165,00
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			3.066,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			3.066,00
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			18.456,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			18.456,00
3390.93	99	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Todas aplicações			3.751,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			3.751,00
08	244	1003	2066	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações			3.687,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			3.687,00
4490.52	99	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Todas aplicações			1.296,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			1.296,00
08	243	1003	2074	Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			1.367,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			1.367,00
Total da Unidade:					48.788,00
02.162		Secretaria de Transparência e Controle Interno-SETRACI			
04	124	2002	2079	Manutenção das atividades da Secretaria de Transparência e Controle Interno-SETR	
3390.39	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações			3.919,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos			3.919,00
Total da Unidade:					3.919,00
Total de Acrescimo (Destino):					1.358.218,00

Art. 2º. Os Recursos remanejados/transpostos/transferidos pelo artigo anterior correrão por conta de redução das seguintes dotações orçamentária.

<b>02.060</b>		<b>Secretaria da Educação</b>			
12	361	1001	2015	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 30%	
3190.11	99	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas aplicações			552.180,00
15400000		Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			552.180,00
12	361	1001	2028	Manutenção do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	
3390.30	99	MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações			26.000,00
15530000		Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)			26.000,00
12	361	1001	2031	Manutenção do Ensino FUNDEB 15% - VAAT	



4490.51	99	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas aplicações		158.218,00
15420000		Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		158.218,00
Total da Unidade:				736.398,00
02.070		Secretaria de Saúde		
10	305	0002	2082	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DA ZOONOSE MUNICIPAL
3390.39	61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA		12.000,00
15000000		Recursos não Vinculados de Impostos		12.000,00
Total da Unidade:				12.000,00
02.090		Secretaria dos Serviços Públicos e do Desenvolvimento Setorial		
16	482	1002	1017	Melhorias Habitacionais
4490.51	99	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas aplicações		160.000,00
17000000		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		160.000,00
Total da Unidade:				160.000,00
02.150		Fundo Municipal de Saúde		
10	302	1004	1023	Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde em Atenção Especiali
4490.52	99	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Todas aplicações		110.000,00
16010000		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		110.000,00
10	305	1004	2057	Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde.
3390.36	99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas aplicações		45.820,00
16000000		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		45.820,00
Total da Unidade:				155.820,00
02.160		Fundo Municipal de Assistência Social		
08	244	1003	1029	Estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica-CR
4490.51	99	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas aplicações		280.000,00
16650000		Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		280.000,00
08	243	1003	2074	Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz
3190.13	99	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Todas aplicações		14.000,00
16600000		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		14.000,00
Total da Unidade:				294.000,00
Total de Redução (Origem):				1.358.218,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Município de Bonito de Santa Fé em, 01 de Agosto de 2023.

**ANTONIO LUCENA FILHO**

Prefeito

**Publicado por:**  
Antonio Furtado de Figueiredo Neto  
**Código Identificador:**065A1EEC

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### DECRETO Nº 019/2023 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Poder Executivo C.N.P.J.: 08.924.037/0001-18	
Av. Prefeita Aúrea Dias de Almeida	<b>AGOSTO/2023</b>
<b>Decreto</b>	

Decreto nº 00192023 Em, 01 de Agosto de 2023.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 00850/2023, de 17 de Março de 2023.

Art. 1º - Ficam remanejados/transpostos/transferidos recursos no valor 36.460,76 (Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Sessenta Reais e Setenta e Seis Centavos) para fazer face às despesas do Poder Executivo , no corrente exercício, classificadas nas dotações

<b>01.010 Câmara Municipal</b>	
01 031 2001 2001 Manutenção das atividades da Câmara Municipal	
3390.30 99 MATERIAL DE CONSUMO - Todas aplicações	5.150,00
15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	5.150,00
3390.35 99 SERVIÇOS DE CONSULTORIA - Todas aplicações	13.000,00
15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	13.000,00
3390.39 99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas aplicações	18.310,76
15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	18.310,76
Total da Unidade:	36.460,76
<b>Total de Acrescimo (Destino):</b>	<b>36.460,76</b>

Art. 2º. Os Recursos remanejados/transpostos/transferidos pelo artigo anterior correrão por conta de redução das seguintes dotações orçamentária.

<b>01.010 Câmara Municipal</b>	
01 031 2001 1001 Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal	
4490.51 99 OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas aplicações	36.460,76
15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	36.460,76
Total da Unidade:	36.460,76
<b>Total de Redução (Origem):</b>	<b>36.460,76</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Município de Bonito de Santa Fé em, 01 de Agosto de 2023.

**ANTONIO LUCENA FILHO**

Prefeito

**Publicado por:**

Antonio Furtado de Figueiredo Neto

**Código Identificador:**1591E845**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ****PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO 0002/2023****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO 0002/2023**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jacaraú, Estado da Paraíba, localizada na Rua Augusto Luna - Centro - Jacaraú - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019; Decreto Municipal nº 04G, de 10 de Janeiro de 2017; Decreto Municipal nº 066/2019, de 22 de Janeiro de 2019; Medida Provisória nº 1.167/2023, de 31 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00002/2023 que objetiva o registro de preços para: Aquisição de Equipamentos e Materiais Médicos Permanentes, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Jacaraú/PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ - CNPJ nº 08.947.699/0001-03.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00042023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: ALEXANDRE AUGUSTO VIANTE						
CNPJ: 32.816.440/0001-08						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
22	COMPUTADOR (NOTEBOOK) – Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 2.4 GHz; Unidade de Armazenamento SSD 240 GB interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 3000 MHz ou superior, tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, Anti reflexo, suportar resolução FULL HD (1920 x 1080 pixels), retro iluminada por LED, o teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector RJ-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac, Bluetooth mínimo 4.0. Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits), bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 4 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port e 1 VGA, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	SAMSUNG	UND	5	2.750,00	13.750,00
<b>TOTAL</b>						13.750,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000402023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA						
CNPJ: 12.581.380/0001-84						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
14	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE – Estrutura: Confeccionada em tubo de aço 7/8 e tubos pintados. Assento, encosto, braço concha lateral, estofados de espuma revestidos em corano. Capacidade: Até 120 kg. Pés: Ponteira em PVC. Acabamento: Tecido sem costura, espuma D23. Pintura eletrostática a pó com anterior tratamento antiferruginoso, secagem em estufa. Dimensões aproximadas C x L x A: 0,70 x 0,70 x 1,00	ALFRS	UND	2	420,00	840,00
17	CARRO DE CURATIVOS – Estrutura em aço Inox com Balde e Bacia em aço inox e rodízios giratórios. O carro curativo possui varandas de proteção em volta do tampo e prateleira. ESPECIFICAÇÕES: Pés em tubos 7/8" INOX; Tampo e prateleira em chapa 1,20mm INOX; Pés com rodízios de 2" BOLA OU 3"; Varanda em ferro maciço 3/16; Puxador em tubo 3/4"; Dimensões: 0,40x0,80x0,80m; Balde e Bacia em inox; Total inox; Acompanha: Balde e Bacia Inox. Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação.	ALFRS	UND	1	700,00	700,00
42	MESA DE EXAMES – Produzidos em fórmica texturizada, revestimento interno branco, gavetas em PVC e pés exclusivos. CARACTERÍSTICAS: Móvel moderno com amplo armário e 4 gavetas. Estofado com espuma especial indeformável, revestido em courovin de alta qualidade. Cabeceira regulável. Suporte para lençol de papel. Pés reguláveis. DIMENSÕES: 1,82 x 0,65 x 0,83 m. COR DO MDF: Branco.	ALFRS	UND	2	1.350,00	2.700,00
46	MOCHO – Peso Real Suportado (kg): 110kg; Estrutura – Giratória: Sim; Material Assento/Encosto: Couro Ecológico; Espessura Assento (cm): 8,5cm; Espessura Encosto (cm): 3,5cm; Diâmetro Assento (cm): 36cm; Altura Encosto (cm): 24cm; Largura Encosto (cm): 36cm; Densidade Espuma: D45; Estrutura – Regulagem de Altura a Gás: Sim; Altura Assento ao solo Mín – Máx (cm): 53–cm – 65cm; Altura Total(cm): 85cm – 97cm Largura Total(cm): 59cm; Profundidade Total(cm): 59cm Regulagem de inclinação do encosto: Não; Regulagem de altura encosto: Não; Com Rodízio: Sim; Com Sapata: Não; Com Aro (Apoio de Pé): Sim; Braços: Não	ALFRS	UND	5	400,00	2.000,00
53	POLTRONA HOSPITALAR – Fabricado em aço carbono com estrutura em tubo de aço redondo de 1 x 1,20mm e 1 ¼ x 1,20mm; Encosto, assento, pernas e braços com estofamento anatômico revestido em courovin D.28; Braços e pernas articuláveis que se movimentam junto com a inclinação do encosto (concomitantes) com tredeleburg; Movimentos de fácil manuseio feitos por alavanca lateral por sistema de mola; Peso: 27 Kg. Suporta até 150 Kg. Dimensões aproximadas: 1,63 cm (Comprimento); 0,75 cm (Largura); 0,74 cm (Altura até a Cabeceira); Dimensões aproximadas fechada: 0,84 cm (Comprimento); 0,75 cm (Largura); 1,17 cm (Altura até a Cabeceira).	ALFRS	UND	1	850,00	850,00
<b>TOTAL</b>						7.090,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000382023 - 22/09/2023

VENCEDOR: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP						
CNPJ: 07.897.039/0001-00						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
23	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO PORTÁTIL – Fabricado em caixa militar tipo mala em material leve, resistente e de fácil transporte (patente requerida); Compressor de ar integrado isento de óleo e súper silencioso; Estruturas internas modulares para adicionar ou mover facilmente funções de acordo necessidade; Controle de velocidade pelo pedal; Aplicação: Atendimento em leito hospitalar, Consultório odontológico, Atendimento em domicílio, atendimento em barcos /ou locais de difícil acesso, projetos sociais, etc. Especificações técnicas: Voltagem: 110-240V / 60Hz; Potência: 0,55kw; Fluxo de ar: 60L/min ? 4 bar; Capacidade do taque: 7L; Peso líquido: 29 kg; Nível de ruído: 50db; Dimensões: 450x310x680mm. Itens Inclusos: Conexão borden para alta e baixa rotação; Seringa triplice; Bico para sugador; Reservatório de água; Reservatório de resíduos; Manômetro; Controle de pedal; Cabo de alimentação; Compressor integrado; Garantia: 12 meses	PR??PRIA/PR??PRIA	UND	1	9.000,00	9.000,00
<b>TOTAL</b>						9.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000512023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERA????? LTDA						
CNPJ: 81.618.753/0001-67						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
16	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS – Tipo: Vertical; Capacidade Total (L): 280; Faixa de Temperatura: +2 a +8°C; Dimensões Externas (cm): A: 203,5 L: 64 P: 68,8   Consulte versão; Dimensões Internas (cm): A: 136,9 L: 49 P: 53,1   Consulte versão; Cor: Branco e Cinza; Gabinete Externo: Aço Inoxidável; Gabinete Interno: Aço Inoxidável; Porta: De vidro com sistema anti-embacamento e possibilidade de moldura de alumínio escovado e/ou abertura deslizante. Prateleiras ou Gavetas: 4 a 8 prateleiras removíveis ou deslizantes ou 4 a 8 gavetas com ou sem frontal de acrílico e com corrediças simples, duplas ou triplas. Base: Sapatas Niveladoras; Peso (Kg): 160; Tensão: 110/127 e/ou 220/240VAC e/ou 12/24VCC; Frequência: 50 e/ou 60Hz; Consumo 110-127VAC: 4,3A/h; Consumo 220-240VAC: 2,15A/h; Isolamento Térmico – PU injetado expandido de alta densidade isento de CFC (mm): 75; Unidade Compressora: Compressor Hermético AC ou DC ou AC/DC ? acoplado; Gás Refrigerante: R134a ecológico; Chave Geral de Alimentação: Chave geral liga/desliga; Registro na ANVISA: 80698750001; Garantia: 12 meses.	PROPRIA/PROPRIA	UND	2	8.990,00	17.980,00
<b>TOTAL</b>						17.980,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000472023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: FABIO JOSE DE SENA 01035021498						
CNPJ: 43.021.629/0001-20						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
4	ARMÁRIO VITRINE – A estrutura do armário vitrine é construída em perfis estruturais em chapa de aço carbono 1020 nº16 (1,50mm) com fechamento em chapa nº 22 (0,75mm) e pés em tubo de aço com acabamento em ponteiros de PVC. O armário vitrine possui laterais, porta com fechadura e 4 prateleiras em vidro incolor de 3mm. Dimensões do armário (gabinete): 0,65L x 0,40P x 1,45A m. Dimensões totais do armário: 0,65L x 0,40P x 1,65A m. Distância entre prateleiras: 0,26m.	UNIMOVEIS	UND	3	921,99	2.765,97
9	BIOMBO – Tipo Triplo; Estrutura tubular em aço redondo; Pintura eletrostática epóxi na cor branca; Cortinas em algodão cru; Pés com rodízios giratórios de 2" de diâmetro; Movimentação em 360 Graus; Peso: 10kg; Garantia de 12 meses. Dimensões aproximadas: Largura aberto – 1,82m largura aberto; Largura fechado – 0,66cm largura fechado; Altura – 1,77m; Comprimento – 0,50cm.	UNIMOVEIS	UND	3	390,25	1.170,75
11	CADEIRA ESTOFADA FIXA SEM BRAÇO – Apoios no solo poliamida. Assento e costas contraplacado de madeira, com espuma de alta densidade, isenta de cloro. Revestimento em tecido lavável com bom comportamento à combustão (classe M2). Estrutura tubo de aço, com secção isenta de arestas, acabamento a tinta epoxidica. Garantia mínima de 01 ano. Base Fixa (100 x 73 x 73 cm), 100 cm, Largura 73 cm Comprimento 73 cm.	UNIMOVEIS	UND	14	170,28	2.383,92
27	ESTANTE EM AÇO COM 5 BANDEJAS – ALTURA: 198cm; LARGURA: 90cm; PROFUNDIDADE: 40cm; – Quantidade de Prateleira: 05 – com reforço; –Capacidade de Peso por badeja: 18kg distribuídos; – Cor: Cinza Padrão; – Chapa: 26 / 0,45mm; – Desmontável: Sim; – Pintura: Epóxi Pó	UNIMOVEIS	UND	1	329,90	329,90
41	MESA DE ESCRITÓRIO – Especificações da Mesa: Tampo confeccionado em MDP de 15mm cor CINZA / CINZA. Borda POST de 16mm Cinza em todo o Tampo. Pés Metálicos na cor Cinza Metalon 50×30 e 30×20 Pintura Eletrostática. Fixação da estrutura ao tampo através do Parafusos Soberbo direto na Madeira do Tampo. Pés Fixos c/ Botinha Plástica Polipropileno. Gaveta c/ Tranca somente na Superior. Mesa mede 1,20×0,60m c/ 02 Gavetas confeccionado em MDP de 15mm cor CINZA / CINZA. As Ferragem, puxadores, corrediças e Ponteiros estão todas inclusas no produto. Mesa Escritório 1,20×0,60m C/ Gavetas.	UNIMOVEIS	UND	3	240,28	720,84
58	SUPORTE DE SORO – Estrutura: Confeccionada em tubo de aço 7/8 AISI 304 contendo no mínimo. Com 4 ganchos em aço maciço 3/4. Altura regulável por manipulo ou mandril de aperto. Opcional: Gancho em X ou T, pés em ferros fundido esmaltado, pés em tubo 25 x 25, ou altura fixa. Base esmaltada com haste Inox. Pés: Quatro rodízios 2" termoplástico (tipo bola). Acabamento: Total INOX tratamento antiferruginoso, secagem em estufa. Dimensões aproximadas C x L x A: 1,96 x 0,40 x 0,40 – Altura Mín: 1,20 / Máx: 2,15	UNIMOVEIS	UND	15	189,90	2.848,50
<b>TOTAL</b>						10.219,88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000412023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP						
CNPJ: 21.971.041/0001-03						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
7	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO – Capacidade : 150kg; Divisão : 100g; Corpo : Estrutura em chapa de aço carbono 1020. (Espessura da chapa: Corpo 2mm. Base 1/8?); Cursores Aço inoxidável polido. Material imune a oxidação; Sistema de régua: Menor/de cima: Régua lisa para as menores divisões, construída em perfil de alumínio com escalas de alumínio embutidas em ambos os lados, para visualização nítida do peso por parte do operador e do paciente. Maior/de baixo: Régua dentada para as maiores divisões, construída em ferro chato de dureza e durabilidade elevada, zincado na cor branco brilhante. Pintura: Poliuretano (PU alifático) na cor branco, com tratamento anti-ferruginoso; Piso antiderrapante: Tapete reveste a superfície da plataforma de pesagem proporcionando maior segurança e conforto aos usuários; Pés antiderrapantes em borracha sintética. Régua antropométrica: Prático sistema para medir altura construído em tubo de aço carbono pintado na cor branca, com régua antropométrica retrátil em alumínio anodizado, medindo até 2m com graduação de 0,5cm. Cabeçote da régua antropométrica em plástico ABS injetado, com desenho ergonômico especialmente desenvolvido para garantir máxima segurança ao paciente; Peso da balança: 20,200 kg; Peso de embarque da balança: 21,600 kg; Dimensões: Plataforma: 28,5 x 37 cm. Altura do piso até o topo do sistema de régua: 135 cm.	LIDER/LIDER BALAN??AS	UND	9	1.000,00	9.000,00
<b>TOTAL</b>						9.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000462023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI						
CNPJ: 42.650.279/0001-07						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	APARELHO DE RAIO X ? ODONTOLÓGICO – Controle digital ergonômico com cabo removível: Com controle centesimal de tempo através de microprocessador; Seletor em painel	ION PRO X	UND	7	7.950,00	55.650,00

	lexan de alto-relevo; Todas as funções do aparelho são comandadas pelo controle digital, conectado com cabo espiralado de 5 metros. Tensão da rede: 127V/60Hz / 220V/60Hz / 220V/50Hz / 230V/50Hz / 40V/50Hz; Potência de entrada: 1200VA; Tensão do tubo: 70kVp; Corrente do tubo: 7mA; Tempo de exposição: 60ms a 3,2s; Comprimento do cilindro: 200mm (300mm opcional); Colimador Retangular 30 x 40mm; Filtro equivalente em Alumínio: 1,5mm; Dimensão do foco do tubo: 0,8 x 0,8mm; Fator de resfriamento: 1:30s. Anvisa 10069210087; Peso 50 kg					
10	BOMBA DE INFUSÃO – Especificações: Manual do usuário; Cabo de alimentação; Sistema: Peristáltico Linear; Compatível com equipos universais próprios para bomba de infusão, a base de silicone; Desvio da vazão com equipo padrão de silicone: ±5% vazão após calibração (*); Taxa de infusão: 1-699ml / h, incremento: 1 ml / h; Volume total: 1-9999ml /h, incremento: 1 ml / h; ? Pressão de oclusão: 100 kPa-300kPa; KVO: abaixo de 5ml/h KVO de 1ml/h e acima de 5ml/h KVO de 5ml/h; Bolus: Fixo em 699 ml/h; Detector de bolhas de ar: ultrassom; Display LCD de 3,5 polegadas; ALARME: por oclusão, infusão perto do fim, bolhas de ar, porta aberta, falha do motor, finalizando perfusão, aviso de infusão, estado KVO, bateria fraca, falta de energia, falha de pressão, falha na porta e falta de comunicação; Para de infundir automaticamente durante o alarme (exceto para os alarmes: Próximo do fim e bateria fraca); Fonte de alimentação: AC 100 ~ 240 V, 50 /60 Hz; Bateria: Lítio recarregável autonomia de aproximadamente 4 horas; Peso: 2kg; Dimensão: 143,6 mm (C) × 151,8 mm (L) × 195,3 mm (A); Peso Líquido: 2.5KG.	CONTEC	UND	2	2.800,00	5.600,00
13	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO – Construída em aço; Estrutura dobrável em duplo X; Pintura eletrostática epóxi; Estofamento em nylon acolchoado; Almofada em espuma injetada; Rodas traseiras de 24", em alumínio com pneus anti-furo; Rodas dianteiras de 6" maciças, com garfos injetados em nylon; Freios bilaterais reguláveis; Protetores de roupa com aba; Apoios de pés articuláveis e reguláveis em altura; Apoios de braço escamoteáveis; Capacidade para 160 kg; Largura do assento: 50 cm.	PROLIFE	UND	1	1.300,00	1.300,00
24	DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO DEA – Alarmes sonoros e visuais: bateria fraca, ritmo da massagem cardíaca entre outros. Alimentação: 110/220 volts. Bateria: recarregável de longa duração. Capacidade para no mínimo 50 choques ou 5 horas de monitoramento. Tempo de carga completa da bateria (completamente descarregada): em no mínimo 4 horas. Deve possuir modo de desfibrilação indicado para o público infantil: aproximadamente de 50 Joules. Modo de desfibrilação adulto disponíveis: 150-200-200 joules, 150-150-150 joules, 150, 200, 360 joules ou outras configurações de acordo com a necessidade do paciente. Deve possuir conector das pás de choque (eletrodos) na parte frontal do equipamento. Deve detectar automaticamente arritmias malignas, TV E FV, que necessitam de desfibrilação automática. Dados visualizados no display: Visualiza a curva, o número de choques, cronômetro, indicador do nível de bateria, BPM, as mensagens de texto e/ou desenhos explicativos. Display colorido de 3,5" ou mais. Com ângulo de inclinação que permite ao socorrista a perfeita visualização da monitorização do ECG. ECG: Sistema automático de avaliação de ECG que detecta complexos QRS, apresentando a curva do ECG no display do equipamento. Conexão USB para transferência de dados; Medição de Frequência cardíaca: entre 30bpm ou menor e 180bpm ou maior com apresentação numérica no display. Gabinete totalmente isolado. Grau de proteção contra choque elétrico SPO2. Medidas da impedância podendo ser para ajuste da fase 1 e 2 da onda bifásica (20-200Ohms), ajustando o tempo de duração, o nível de corrente elétrica do choque. Idioma: Português; Pás descartáveis adulto e/ou infantil. Deve Possuir software dedicado, compatível com ambiente Windows para comunicação e interpretação dos dados coletados para PC, com cabos interface, licença de software. Tipo de onda: Bifásica Exponencial Truncada.	INSTRAMED	UND	1	6.500,00	6.500,00
25	DETECTOR FETAL – Faixa de medição de FCF: 30 a 240 Bpm; Ciclagem de 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz ±10%; Alimentação chaveada que opera de 110 a 230 v ±10% e frequência de 50/60hz; Diâmetro máximo do foco Ultrassônico: 50 mm; Profundidade máxima do feixe ultrassônico: 200 a 250 mm; Controle de volume digital: 9 níveis (1 – 9); Controle de tonalidade digital: 10 níveis (0 ? 9); Alojamento para transdutor na lateral do gabinete; Saída para fone de ouvido ou gravador de som; Possui fusível de proteção contra sobrecarga da corrente elétrica; Peso líquido: 1,8Kg; Dimensões: (L.P.A) 217x250x100mm; Potencia: 32 VA/ 15W; Potencia ultrassônica: 5mh/cm²; Garantia: 2 anos	CONTEC	UND	4	320,00	1.280,00
28	ELETROCARDIOGRAFO – Portátil com 12 canais/derivações; Impressão em alta resolução direta no console Impressão do tipo A4 ou equivalente. Deve possuir dispositivo para comunicação com computador(es) Velocidade de impressão ajustável podendo estar entre 12mm/s e 50mm/s; Tela: Display LCD Teclado: Membrana sensível ao toque, alfanumérico e/ou símbolos; Indicador em tela de informações importantes no exame podendo ser a exemplo de carga de bateria conexão dos eletros e cabos, sensibilidade, velocidade, filtro, frequência cardíaca, e derivação de ritmo; Alimentação: Corrente alternada ou bateria interna recarregável; Tensão de alimentação: 100V – 240V. Deve possuir Informações de garantia de no mínimo 1 ano.	COMEN	UND	1	4.099,99	4.099,99
30	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL – Altura regulável; Lâmpada Led fria e branca bivolt; Pintura eletrostática; Haste flexível para melhor direcionamento da lâmpada; Altura mínima aproximada: 1.10 m; Altura máxima aproximada: 1.61 m.	RENASCER	UND	4	250,00	1.000,00
36	LARINGOSCÓPIO ADULTO – Kit Laringoscópio Fibra Óptica contém 01 Cabo Fibra Óptica Tipo C e 03 lâminas Curvas (Macintosh) tamanhos 3, 4, 5. Kit Laringoscópio Fibra Óptica fabricado com aço inoxidável da mais alta qualidade e durabilidade.É indicado para exames e diagnósticos da laringe podendo também ser usado para a entubação do paciente caso precise de ventilação pulmonar. Especificações técnicas: Lâmina Fibra Óptica Curva Macintosh Tamanhos 3, 4, 5 Fabricada em aço inoxidável à prova de ferrugem Fibras de alta qualidade garantem excelente transmissão de luz Acabamento acetinado para redução do brilho e reflexo Esterilizável e autoclavável Codificação verde (padrão universal) ISO 73. Cabo Fibra Óptica Cabos em metal à prova de ferrugem, leves e resistentes Cabo com superfície recartilhada, melhor aderência e segurança Abertura na base do cabo, permite utilizar bateria recarregável Codificação verde (padrão universal) ISO 7376 Alimentação por pilhas alcalinas ou bateria recarregável Esterilizável e autoclavável Iluminação em Lâmpada led.	MD	UND	1	540,00	540,00
47	MONITOR CARDÍACO – Indicado para pacientes adultos, pediátricos e neonatais. O Monitor multiparâmetro com 6 parâmetros pré-configurados: ECG, SpO2, Frequência Respiratória, Pressão Não Invasiva, Temperatura, Pressão Invasiva, Tela Touch Screen Tela de 12 a 19 polegadas. Descrição: ECG de 3/5 vias, RESP, SpO2, FP, PNI Opcional: PI, Temp2, CO2, Máximo SpO2, Nellcor SpO2 Alimentação Elétrica: Voltagem:100-240V, Bateria interna com duração de no mínimo 4h. Armazenamento e revisão de dados Deve possuir Informações de garantia de no mínimo 1 ano.	LEPU CREATIVE	UND	1	4.800,00	4.800,00
51	OXÍMETRO DE PULSO – PORTÁTIL (DE DEDO) Características do produto: Visor LCD colorido ou não de 5 ou mais, de boa resolução; – Indicação da SpO2, frequência cardíaca, – Possui no mínimo 3 modos de exibição: modo dígitos grandes; modo mesa e modo gráfico; – Alarmes sonoros ajustáveis e programáveis; – Possui botões frontais: liga/desliga, volume, brilho, silenciador alarme, modo de exibição, menu e botão rotativo; – Possui indicações de: Funcionamento por bateria, funcionamento por energia AC, carga da bateria, silêncio de alarme e status de funcionamento; – Bateria interna recarregável de lítio; – Alça para Transporte; – Porta de rede LAN (RJ45) para comunicação com computador; – Acompanha sensor adulto; – Garantia de 01 ano contra defeitos de materiais e fabricação. Deve possuir Informações de garantia de no mínimo 1 ano.	WINNER	UND	10	65,00	650,00
56	RESPIRADOR PORTÁTIL – Especificações do Produto: Design portátil, elegante e robusto Tela colorida 7 touch screen Interface fácil e intuitiva Histórico de registros Válvula de PEEP interna (para máscara) Tecla de atalho para seleção do tipo de paciente (adulto, pediátrico e neonatal) Botão de acesso direto a ventilação RCP (reanimação cardiopulmonar) Bateria de lítio recarregável (5H de autonomia) Acessórios: Bateria recarregável Li Ion Cabo de alimentação externa Filtro circular (uso único) Mangueira para fonte de O2 (engate rápido) Circuito respiratório reutilizável Gancho de encaixe para máscara de silicone Máscara de silicone reutilizável adulto Nº 4 Tira de silicone para máscara de ventilação Informações Técnicas Dimensões (L x A x P): 250 x 200 x 127 mm Leve e portátil, apenas 3,4 kg Volume corrente: 50 – 2500 ml FIO2: 40% ou 100% Não acompanha cilindro de O2	CMOS DRAKE	UND	1	28.000,00	28.000,00
57	SELADORA – Seladora para embalagem Papel grau cirúrgico, acionamento manual. Barramentos de metal, aquecimento contínuo. Largura da selagem: 8mm; Sela embalagens Grau Cirúrgico até 22 cm. Medidas Externas: Largura: 26,5 cm; Profundidade: 21,5 cm; Altura: 14 cm; Peso: 2,130Kg	ESSENCE	UND	5	220,00	1.100,00
<b>TOTAL</b>						110.519,99

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000492023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: LRF DISTRIBUIDORA LTDA						
CNPJ: 49.464.926/0001-27						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
3	ARMARIO EM AÇO – 02 portas, corpo e prateleiras, 05 prateleiras, Base em chapa 18. Corpo em chapa 22, com bordas frontais laterais arredondadas com raio mínimo de 19 mm (± 1 mm). Duas portas (em chapa 22) de abrir por meio de dobradiças. Cada uma das portas deverá dar acesso a um único compartimento separado do outro por meio de uma divisória vertical. Em cada porta, deverá existir um reforço ômega no sentido vertical em toda sua extensão. Este reforço será fixado por meio de solda a ponto. Maçaneta cromada com sistema de travamento tipo cremona com três pontos de travamento, tambor cilíndrico embutido com chaves em duplicata. Porta etiqueta estampado na porta na quantidade de (01) por porta. Cada compartimento possuirá 03 (três) prateleiras removíveis e graduáveis por meio de cremalheiras a cada 50 mm e confeccionadas em chapa de aço 22 Dimensões: 1.600 mm x 900mm x 400 mm (altura x largura x profundidade) Referência Cromática: Cor cinza	AMAPÁ	UND	9	964,46	8.680,14
18	CARRO MACA SIMPLES – Carro padiola construído totalmente em aço inox, possui o leito removível, cabeceira reclinável e grades laterais em aço inox. Cavalete em tubos de aço inoxidável com diâmetro de 1 1/4", provido de rodízios de 5" com freio na diagonal. Dimensões aproximadas: 1.80 x 0.50 x 0.80 m de altura.	TUBO MED	UND	3	1.800,00	5.400,00
32	FOGÃO – Tipo de Piso; Quantidade de bocas 06; Tipo de gás GLP; Sistema de gás conversível – Sim, para Gás Natural; Tipo de acendimento Automático; Material da mesa Inox Tipo de queimadores – Queimador rápido: 02 (potência 2500W) – Queimador semi-rápido: 04 (potência 1800W) – Dupla Chama Grades – Duplas – Mais robustas, estáveis e seguras Botões – Removíveis – Com exclusivo Aro Protetor que protege contra a entrada de sujeira e facilita a limpeza. Painel Mecânico Capacidade do forno 96L; Recursos do forno Lâmpada interna; Temperatura do forno – Máxima: 280° – Mínima: 160° Prateleiras – 02 – Ajustáveis e removíveis; Tipo de porta do forno Removível Tipo de vidro do forno – Vidro removível Easy Open – Permite a remoção do vidro da porta do forno utilizando as duas mãos, garantindo maior segurança e praticidade no momento da limpeza; Segurança Válvula corta-gás; Eficiência energética Mesa: Classe A Forno: Classe A Potência 25W Voltagem Bivolt Tipo de tomada 10A Consumo aproximado de energia 0.025 kWh; Cor Branco; Informação adicional de Mesa; Os compartimentos impedem que os líquidos derramados se espalhem por toda a superfície da mesa facilitando a limpeza do fogão; INMETRO 007696/2017 Peso aproximado: Peso do produto 39kg; Dimensões do produto: Largura 77,8cm; Altura 87,59cm; Profundidade 68,09cm; Garantia: Prazo de Garantia 01 ano (3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante). Conteúdo da embalagem – 01 Fogão	ESMALTEC	UND	1	1.557,99	1.557,99
35	KIT SUTURA – Cabo de Bisturi nº 03; Estojo de Inox 14 x 08 x 02 cm; Pinça Anatômica Dente de Rato 12 cm; Pinça Anatômica Dissecção 12 cm; Pinça Mosquito Curva 12 cm; Porta Agulha Mayo Hegar Sem Videira 12 cm; Tesoura Iris Reta Ponta Fina 11 cm	ABC INSTRUMENTOS	UND	5	190,00	950,00
<b>TOTAL</b>						16.588,13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000452023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: MALU DISTRIBUIDORA E REPRESENTACOES EIRELI						
CNPJ: 42.649.742/0001-92						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
44	MESA DE REUNIÃO – Cor: Cinza Altura (cm): 75 Largura (cm): 120 Profundidade (cm): 120 Espessura do Tampo: 15mm Pés metálicos Referência do Modelo: Mesa Escritório reunião redonda Conteúdo da Embalagem: Mesa Escritório reunião redonda – 1,20m CZ/CZ Linha cinza Peso da embalagem c/ produto (kg): 25 Total de Volumes: 02 Ambiente: Escritório Cor: cinza Material do Tampo: MDP de 15mm Encabeçado com Revestimento Melamínico de Baixa Pressão (BP) Garantia do Fornecedor: 24 Meses	PME	UND	1	600,00	600,00
<b>TOTAL</b>						600,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000392023 - 22/09/2023						
VENCEDOR: ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA – ME						
CNPJ: 09.478.023/0001-80						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
12	CADEIRA DE RODAS ADULTO – Maior Capacidade de peso: Suporta até 120 Kg. Robustez: Sistema telescópico duplo na estrutura. Confortável: Almofada de espuma de alta densidade. Dobrável: Fácil transporte, cabe em qualquer porta malas. Quick Release: Remoção das rodas de maneira prática e fácil. Praticidade: Protetor de roupas e bolsa para objetos/prontuário. Inclui cinto pélvico. Tiras de panturrilha. Espaço interno de 40, 44, 46 e 48cm. Raios em aço inox reforçado e aros em aço carbono. Pintura epóxi de alta resistência. Duplo X dobrável em aço carbono. Pneus traseiros infláveis, macios e ergonômicos. Pneus frontais anti-furo, macios e rígidos. Rodas frontais de 8 polegadas em ABS. Apoio para pés rebatível com regulagem de altura. Tip assist (auxílio de pé para desnível); Swing-away – Sistema de remoção/rebatimento rápido dos apoios de perna. Altura total: 97cm. Largura total: 68cm. Comprimento total: 107cm. Capacidade: 120 Kg. Altura do assento ao piso: 50cm. Altura entre o apoio para os braços e o assento: 26,5cm. Comprimento do apoio para os braços: 26cm. Diâmetro externo do aro de propulsão: 51cm; Diâmetro externo de rodas traseira: 60cm – 24". Diâmetro externo da roda dianteira: 20cm – 8". Medidas da cadeira dobrada (AxLxC): 76cm x 28cm x 81cm. Espaço livre do apoio para os pés ao piso: 12,5cm com apoio de panturrilha – 15cm sem. COMPOSIÇÃO: Aço carbono / Pintura epóxi – PVC – Nylon.	CDS / 101	UND	15	510,00	7.650,00
26	ESCALADA COM 2 DEGRAUS – Armação em tubos redondos de 3/4 com pintura epóxi reforçada degraus revestidos com material sintético antiderrapante pés com ponteiros de PVC Dimensões externas aproximadas comp. 0,38 cm x larg. 0,37 cm x alt. 0,41 cm. Altura do 1 degrau ao piso 18 cm. Altura do 1o degrau em relação ao 2o degrau 23 cm. Espessura da chapa do piso 0,91 mm bitola 20.Piso de chapa de aço carbono SAE 1020. Dimensões aproximadas do degrau (piso) compr. 0,34 cm x larg. 0,15 cm	TUBOMED / TM409	UND	10	99,29	992,90
29	ESTADIÔMETRO – O produto possui escala milimétrica, com campo de uso de 220 cm e possui o paquímetro deslizador, facilitando a medição da altura. Fabricado em alumínio anodizado e possui acabamento premium. Benefícios: Fixo à parede; Fácil de instalar; Paquímetro deslizador; Pode ser usado por crianças e adultos; Escala milimétrica; Até 2,20m; Fabricado em alumínio anodizado; De 0 até 2,20 m; Resolução: em milímetros; Graduação: 1 mm; Tolerância: + / - 5mm em 2,20m; Produzido em alumínio anodizado e plástico ABS injetado; Acompanha parafusos para fixação na parede.	BALMAK INF-100	UND	3	198,00	594,00
37	LIXEIRA COM PEDAL – Aço Inox. Ficha Técnica: Cor: Cromada; Capacidade: De 11 a 20L ; Largura: 25 cm; Profundidade: 25 cm; Altura: 39.2 cm	ECOBIN / LP-003 – 13 LITROS	UND	15	125,90	1.888,50
39	MARTELO DE REFLEXO – Cabeça com dois lados de borracha sintética (pontas redonda); Escova rosqueada no cabo; Agulha inserida na cabeça; Comprimento 19 cm; Não estéril e reutilizável; Uso Profissional; Indicado para avaliação de Reflexos Neurológicos.	MD MACROSUL / MD Buck Preto	UND	2	49,99	99,98
40	MACA FIXA SIMPLES – Revestimento: Leito estofado com espuma revestida com o melhor courvin no mercado. Regulagens: Com diversas regulagens da cabeceira, não requer o uso de ferramentas. Estrutura: Tubular em aço. Utensílios: Suporte para Papel. Pintura: Eletrostática de alta durabilidade. Dimensões: 1,82m comprimento x 0,63m largura x 0,78m altura do leito. Capacidade: Resistente, até 170 Kg. Peso: 21 Kg.	TUBOMED / TM500	UND	5	639,00	3.195,00
43	MESA DE MAYO – Armação tubular com rodízios de 2 totalmente de inox altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox.– Altura mínima aproximadas 0,77m.– Altura máxima aproximadas 1,25m.– Dimensões aproximadas da bandeja: 43cm de comp. X 30,5 cm de larg.– Medidas da embalagem 0,73 X 0,50 X 0,58.	PORTAL / PE-2811	UND	1	269,00	269,00

45	MESA GINECOLÓGICA – Mesa para exames ginecológicos; Leito estofado e revestido em couro dividido em três partes (cabeceira, assento e pesseira). Cabeceira e Pesseira com regulagem através de cremalheiras. Pés construídos em tubo quadrado. Acabamento em pintura eletrostática. Cabeceira e Pesseira com regulagem através de cremalheiras. Espuma D28. ITENS INCLUSOS 01 Par de porta-coxas revestido em couro. 01 Par de Estribos em alumínio polido com anexos cromados e pés com ponteiros. DIMENSÕES APROXIMADA AO LEITO Comprimento: 184 cm; Largura: 60 cm; Altura: 65 cm;	TUBOMED / TM504	UND	2	849,00	1.698,00
48	NEBULIZADOR PORTÁTIL – Tipo de nebulizador e inalador: Compressor; Com fio; Capacidade de nebulização: 6 mL Características gerais: Cor: Branco; Voltagem 100V/240V; Outros Acessórios incluídos Filtros, Mangueira, Máscara para adulto, Máscara para criança, Pipeta nebulizador; Certificações ANVISA, INMETRO, ISSO; Taxa de nebulização 0.2 mL/min; Peso e dimensões: Largura 146 mm; Profundidade 100 mm; Altura 44 mm; Peso 262 g	SUPERMEDY / NEB	UND	5	112,90	564,50
52	PAGAGAIO INOX – Produto de Alta Qualidade; Fabricado em aço inox; Capacidade: 1000ml.	FAVA / 1000 ML	UND	2	126,90	253,80
<b>TOTAL</b>						17.205,68

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000432023 - 22/09/2023</b>						
VENCEDOR: PEDRO CARDOSO DA SILVA JUNIOR 07478427448						
CNPJ: 31.578.656/0001-10						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
2	AR CONDICIONADO – tipo SPLIT, com capacidade de 9.000 BTU'S a 12.000 BTU'S, com selo PROCEL A, equipamentos com controle remoto DISPLAY de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, 220V F-N, tensão monofásica, 60 Hz. Garantia do equipamento de no mínimo 1 ano.	AGRATTO	UND	10	1.624,00	16.240,00
<b>TOTAL</b>						16.240,00

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000482023 - 22/09/2023</b>						
VENCEDOR: REDNOV FERRAMENTAS LTDA.						
CNPJ: 45.769.285/0001-68						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
8	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO – Tipo de bebedouro: Coluna; Opções de temperatura: Natural/gelada; Garrafas compatíveis (L): 10 e 20 Litros; Tensão: 220V; Intervalo de temperatura da água: 5°C a 15°C; Sistema de refrigeração: Compressor; Tipo de gás refrigerante: R-134a; Potência: 97,0 w; Autonomia de água gelada: 3.500 l/h.	LIBELL	UND	6	712,74	4.276,44
31	FORNO DE MICROONDAS – Porta espelhada com visual sofisticado; Parte frontal em inox; Tecnologia de Pintura "limpa fácil" – que não permite que a sujeira grude nas paredes internas do micro-ondas, facilitando a limpeza; 1400W de potência: melhor desempenho para preparar diferentes tipos de receitas; Receitas pré-programadas: brigadeiro, pipoca, pizza, lasanha, congelados; Versátil seletor de potência: clássico seletor que possibilita diferentes escolhas de potência para o preparo de receitas variadas; Função Descongelar e cozinhar por peso; Função Potência; Função Relógio; Função Timer; Função reaquecer; Função travar; Tecla +30 segundos; Classe "A" em eficiência energética; mais econômico; Dimensões com a porta aberta (A x L x P): 28 x 49 x 71 cm; Dimensões internas (A x L x P): 22,4 x 34 x 36,4 cm; Capacidade (litros): 28L; Potência (W)1400; Consumo (kWh): 55,4 / 55,3; Tensão/Voltagem – 220V – 110V; Níveis de potência: De acordo com o alimento; Cor: Branco; Consumo de Energia: A; Diâmetro do prato27 cm; Garantia: 12 meses	AGRATTO	UND	1	648,22	648,22
33	FRIGOBAR – Características: Compartimento para latinhas; Selo Procel; Sistema de refrigeração por compressor; Compartimento gela rápido; Espaço interno otimizado; Porta com compartimentos; Porta reversível; Segurança certificada pelo INMETRO; Termostato; Capacidade: 93 Litros; Frequência: 60 Hz; Tipo: Frigobar; Dimensões: Altura: 86 cm; Largura: 47,2 cm; Profundidade: 45 cm; Peso: 22 kg; Garantia do fornecedor: 12 meses.	MIDEA	UND	1	1.295,40	1.295,40
34	GELADEIRA/REFRIGERADOR – Duplex; Dimensões sem embalagem (mm) Altura 1669 Largura 603 Largura com a porta aberta a 170° 1169 Profundidade 634 Profundidade com a porta aberta a 90° 1166 Capacidade bruta (litros) Total 334 Compartimento freezer 76 Compartimento refrigerador 258 Capacidade de armazenagem (litros) Total 332 Compartimento freezer 76 Compartimento refrigerador 256 Isolamento térmico Espuma de poliuretano Peso máximo sobre componentes (kg) Prateleira freezer 7,5 Prateleira porta freezer 5 Tampa do gavetão de legumes 20 Gavetão de legumes 16 Prateleira porta refrigerador superior 2,5 Prateleira porta refrigerador intermediária 5 Prateleira porta refrigerador inferior 5 Prateleira refrigerador (cada) 24 Peso sem embalagem (kg) 58.	CONSUL	UND	1	2.711,10	2.711,10
59	VENTILADOR DE TETO/PAREDE – 3 Pás, Chave Cv3, 01 Lâmpada Led Inclusa. Pás em plástico; Pás com garras integradas; Lustre para uma lâmpada; Motor e haste em aço tratado; Diâmetro: 960mm; Área de ventilação: 20m3; Potência: 130W; RPM: 430; Peso líquido: 2,6 Kg; Peso Bruto: 2,9 Kg; AxLxP: 210x430x160mm	VENTISOL	UND	2	180,99	361,98
<b>TOTAL</b>						9.293,14

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000502023 - 22/09/2023</b>						
VENCEDOR: RGLMED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA						
CNPJ: 50.867.070/0001-10						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
5	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL – Motor elétrico com 1/4 cv, com sistema interno de exaustão forçada; Cabeçote alertado para maior dissipação de calor; Vacuômetro calibrado até 30 pol hg (760 mm hg), grande e fácil leitura; Ajuste de vácuo, entre 0 e 22 pol hg; Fluxo de ar: 25 litros / min; Aspiração de água: 4 litros / min. Válvula de segurança acionada por boia para bloqueio de entrada de secreção no cabeçote. Funcionamento totalmente isento de óleo. Carenagem plástica para proteção do motor de alta resistência, com abertura para saída do sistema de exaustão forçada do ar; Alça de empunhadura na parte superior para locomoção. Pés antiderrapantes de borracha, sistema de ventosas. Micro filtro hepa para partículas de até 0,5 micron.	MULTILASER	UND	5	1.120,00	5.600,00
49	OFTALMOSCOPIO – Cabo para 02 pilhas alcalinas AA, com clipe de bolso; Possui 5 aberturas diferentes (círculo grande, círculo pequeno, mira, semicírculo e filtro verde), disco com 19 lentes (–20 A +20 dioptrias); Tipo de iluminação: direta; Modo de operação: Intermitente (1 min ligado/5 min deslig.) Lâmpada: 2,5V;0,7A; Eficiência luminosa: 14 lúmens; Dimensões: 170x25x35mm;Peso: 65g;Cor: preto. Acompanha: 01 estojo para transporte; 01 Manual de instruções e uso. Garantia: 12 meses, exceto lâmpada que é de 90 dias	TARSE	UND	4	495,00	1.980,00
50	OTOSCOPIO SIMPLES – Cabeça: Em plástico ABS resistente. Lâmpada: Iluminação LED, com tecnologia SureColor, duração da lâmpada até 20.000 horas. Sistema: De vedação para realização de otoscopia pneumática, janela em acrílico, deslizante e removível. Cabo: Metal com grampo e utilização, alimentado por duas pilhas alcalinas AA (Incluídas). Com: Porta de insuflação, para otoscopia pneumática. Pilhas: 2 AA. Altura Total: 16,8 cm; Largura da Cabeça: 3,0 cm; Profundidade da Cabeça: 5 x 1 cm; Diâmetro do Cabo: 2,1 cm; Peso da Cabeça e Cabo: 2,53 oz (71,7 gr.) sem pilhas; Tipo de Lâmpada: LED SureColor; Transmissão da Luz: Fibra ótica; Capacidade de Ampliação: 3,6 x; Faixa de Dioptria: 10, 4; Distância de Trabalho com Espéculo: Do 4,5 mm / 12,4 mm da ponta do espéculo (Visual, melhor distância de focal) do 4,5 mm; Resolução com Espéculo: 8 lp / mm á distancia de trabalho; Profundidade Focal com Espéculo: Visual 11 a 25 mm da ponta do espéculo; Comprimento Focal: 96 mm (3,8 in.); Campo de Iluminação/Distribuição 34,1 mm a uma distância de 50 mm da ponta; Vedação para Otoscopia: Sim.	MIKATOS	UND	10	245,00	2.450,00
<b>TOTAL</b>						10.030,00

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000372023 - 22/09/2023</b>						
--	--	--	--	--	--	--

VENCEDOR: SUL SERVICES COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS A SA??DE EIRELI						
CNPJ: 04.648.801/0001-19						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
20	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS 5L – Material Cilindro: Alumínio; Capacidade hidráulica: 2.8L; Pressão de serviço: 139bar; Altura: 412.8mm; Diâmetro: 111.1mm; Rosca de entrada: 3/4-16UNF-2B; Peso: 2.3kg; Norma: DOT-3AL / TC-3ALM; Válvula Reguladora Para Cilindro De Oxigênio Com Fluxômetro: Escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 Mpa (0 à 315 Kgf/cm²); Corpo: Latão cromado; Conexões de entrada e saída: Latão cromado; Manômetro: Aço com pintura epóxi; Saída do gás calibrado: 3,5 + 0,3 Kgf/cm² para entrada de 100 Kgf/ cm²; Conexões de entrada e saída, conforme as normas ABNT.	Gaslive	UND	5	738,00	3.690,00
21	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO – Compressor de Ar Odontológico 1,0 hp 30 Litros; Deslocamento teórico (pcm): 5; Deslocamento teórico (l/m): 141; Nº de Polos: 4; Potência do motor (hp): 1; Potência do motor (kW): 0,75; Pressão de Operação Máxima (bar): 8,3; Pressão de Operação Máxima (lbf/poF): 120; Pressão de Operação Mínima (bar): 5,5; Pressão de Operação Mínima (lbf/poF): 80; Unidade Compressora – Nº de Estágios: 1; Unidade Compressora – Nº de Pistões: 2; Volume do Reservatório de Ar (l): 29; Peso Bruto (kg): 33; Peso Líquido (kg): 21; Dimensões do Produto LxAxP (mm): 500 x 640 x 460	TK	UND	1	1.400,00	1.400,00
<b>TOTAL</b>						5.090,00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:**

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Jacaraú firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00002/2023, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jacaraú, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00002/2023, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:**

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e nas disposições do Art. 62, da Lei 8.666/93, e a contratação será formalizada por intermédio de:

Pedido de Compra quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.

Pedido de Compra e Contrato, quando presentes obrigações futuras.

O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.

O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e realizado na forma de fornecimento parcelada.

A supressão do item registrado poderá ser total ou parcial, a critério do gerenciador do sistema, considerando-se o disposto no Art. 15, § 4º, da 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Quem, convocado dentro do prazo de validade da respectiva ata de registro de preços, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa,

ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF do Governo Federal e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no respectivo Edital e das demais cominações legais.

As referidas sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração.

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado e publicado no cadastro correspondente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00002/2023 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ALEXANDRE AUGUSTO VIANTE.

32.816.440/0001-08

Valor: R\$ 13.750,00

- ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA.

12.581.380/0001-84

Valor: R\$ 7.090,00

- DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA–EPP.

07.897.039/0001-00

Valor: R\$ 9.000,00

- ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERA????O LTDA.

81.618.753/0001-67

Valor: R\$ 17.980,00

- FABIO JOSE DE SENA 01035021498.

43.021.629/0001-20

Valor: R\$ 10.219,88

- KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP.

21.971.041/0001-03

Valor: R\$ 9.000,00

- LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.

42.650.279/0001-07

Valor: R\$ 110.519,99

- LRF DISTRIBUIDORA LTDA.

49.464.926/0001-27

Valor: R\$ 16.588,13

- MALU DISTRIBUIDORA E REPRESENTACOES EIRELI.

42.649.742/0001-92

Valor: R\$ 600,00

- MEDIC MANUTEN????O E REPARA????O DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

31.131.938/0001-74

Valor: R\$ 7.910,00

- ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA – ME.

09.478.023/0001-80

Valor: R\$ 17.205,68

- PEDRO CARDOSO DA SILVA JUNIOR 07478427448.

31.578.656/0001-10

Valor: R\$ 16.240,00

- REDNOV FERRAMENTAS LTDA..

45.769.285/0001-68

Valor: R\$ 9.293,14

- RGLMED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

50.867.070/0001-10

Valor: R\$ 10.030,00

- SUL SERVICES COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS A SA??DE EIRELI.

04.648.801/0001-19

Valor: R\$ 5.090,00

**Total:** R\$ 260.516,82

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jacaraú.

**ELIAS COSTA PAULINO LUCAS**

Prefeito



**Publicado por:**  
Tassio Pereira da Silva  
**Código Identificador:**17010BB0

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURIPIRANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2023 – DISPENSA Nº 007/2023**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2023 – DISPENSA Nº 007/2023**

**Ata da reunião da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Sr. Prefeito do Município de Juripiranga-PB, referente a Dispensa nº. 007/2023**, que tem como objeto a Contratação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoramento, consultoria, gestão, apoio técnico e fiscalização de obras e serviços de engenharia, e, de forma continuada neste Município de Juripiranga/PB. Por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), às 10:00 (dez horas), na sala de licitações, localizada no endereço a Rua São Paulo, nº 67 – Centro – Juripiranga – PB, CEP: 58.330-000, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação–CPL, composta pelos servidores, **Albéryc da Silva Souza (Presidente)**, **Camila Cavalcante de Melo Rocha** e **Edilson Freire de Moraes (Membros)**, designados pela Portaria GP nº. 005/2022, de 04 de janeiro de 2022, a fim de receber as Propostas de Preço, bem como documentos de habilitação referentes à dispensa de valor com base no Art. Nº 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

Iniciado os trabalhos, foi constatado o envio da proposta da empresa: **JOAO BOSCO C O SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, com seu nome fantasia (JBS SERVIÇOS DE EMGENHARIA E ARQUITETURA), inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 36.907.890/0001-67, sediada na Rua Luiz de Holanda, S/N, Centro, Pilar-PB, CEP: 58.338-000.

Dando continuidade aos trabalhos de análise de Habilitação e de Proposta de Preços, que foram analisados pela Comissão e referentes à habilitação, em vista do preenchimento dos requisitos exigidos, considerou-se que as empresas protocolaram da seguinte forma:

Nº DE PARTICIPANTES	EMPRESA	PROTOCOLO	JULGAMENTO	RESULTADO	PROPOSTA
01	JOAO BOSCO C O SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (36.907.890/0001-67)	De forma presencial às 08:40h	Atendeu todos os itens	HABILITADA	R\$ 104.527,76

Em seguida, passou a Comissão analisar referentes à proposta de preços, na qual a empresa **JOAO BOSCO C O SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 36.907.890/0001-67, foi a única empresa que apresentou proposta com o menor preço compatível com o mercado, no valor global de **R\$ 104.527,76 (cento e quatro mil quinhentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos)**, referente a Dispensa nº. 007/2023, Em seguida o Presidente da Comissão Permanente de Licitação leu o resultado do certame e deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Comissão.

**ALBÉRYC DA SILVA SOUZA**

Presidente da CPL

**CAMILA CAVALCANTE DE MELO ROCHA**

Membro Equipe de Apoio

**EDILSON FREIRE DE MORAIS**

Membro Equipe de Apoio

**Publicado por:**  
Camila Cavalcante de Melo Rocha  
**Código Identificador:**6CB613F3

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA																
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS																
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																
JANEIRO A AGOSTO DE 2023/BIMESTRE JULHO-AGOSTO																
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00														
IMPACTO DAS CONTRATAÇÕES DE PPP		SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCICIO ANTERIOR						REGISTROS EFETUADOS EM 2023								
								No bimestre			Até o bimestre					
TOTAL DE ATIVOS NADA A REGISTRAR																
Ativos Contabilizados na SPE																
TOTAL DE PASSIVOS																
Obrigações decorrentes de Ativos Constitucionais pela SPE																
Provisões de PPP																
Outros Passivos																
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS																
Obrigações Contratuais																
Garantias Concedidas																
EXERCÍCIO EXERCÍCIO DESPESAS DE PPP ANTERIOR		CORRENTE						2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032

Do Emte Federado, exceto estatais não dependentes (I)													
Das estatais Não-Dependentes													
TOTAL DAS DESPESAS													
PPP A CONTRATAR (II)													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA													
TOTAL DAS DESPESAS													
CONSIDERADAS PARA													
O LIMITE (IV = I + II)													
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)													
NOTA:													
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de setembro de 2023 as 09:01:36													

NEUZOMAR DE SOUSA SILVA	EGBERTO COUTINHO MADRUGA
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

Publicado por:  
Wanderley Bernardo da Silva  
Código Identificador:A946D488

GABINETE DO PREFEITO  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2023/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	2.278.860,60	1.665.824,07
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	198.302,00	152.257,44
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.060,00	62.337,55
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.225.498,60	915.705,74
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	850.000,00	535.523,34
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.358.316,00	19.608.151,36
2.1-Cota-Parte FPM	16.525.445,00	10.408.471,76
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.200.000,00	9.771.287,59
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	1.325.445,00	637.184,17
2.2-Cota-Parte ICMS	15.600.000,00	9.038.936,53
2.3-Cota-Parte IPI-Exportação	8.802,00	3.331,88
2.4-Cota-Parte ITR	2.646,00	9.507,74
2.5-Cota-Parte IPVA	221.423,00	147.903,45
2.6-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Con	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.637.176,60	21.273.975,43
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	6.206.574,20	3.794.193,44
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.452.719,95	1.524.300,42

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	FUNDEB	
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre
6-TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	15.549.011,00	11.285.956,67
6.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.850.471,00	7.974.912,34
6.1.1-Principal	11.570.936,00	7.824.221,83
6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	279.535,00	150.690,51
6.1.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	902.273,09
6.2.1-Principal	0,00	902.273,09
6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	3.698.540,00	2.408.771,24
6.3.1-Principal	3.698.540,00	2.408.771,24
6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1-Principal	0,00	0,00
6.4.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	5.364.361,80	4.030.028,39
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	Valor	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	11.985.334,84	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	11.985.334,84	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	23.271.291,51	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre	DESPESAS PAGAS Até Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	17.203.528,00	11.260.394,92	11.260.394,92	10.986.728,45	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.416.053,84	7.607.028,76	7.607.028,76	7.429.360,09	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.388.745,40	1.066.765,49	1.066.765,49	1.066.765,49	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	11.027.308,44	6.540.263,27	6.540.263,27	6.362.594,60	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2- OUTRAS DESPESAS	4.787.474,16	3.653.366,16	3.653.366,16	3.557.368,36	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	901.077,93	897.526,26	897.526,26	877.926,26	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	3.886.396,23	2.755.839,90	2.755.839,90	2.679.442,10	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
<b>11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO</b>	<b>11.260.394,92</b>	<b>11.260.394,92</b>	<b>10.986.728,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de	7.803.128,99	7.803.128,99	7.549.062,52	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União -	1.430.078,20	1.430.078,20	1.430.078,20	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União -	2.027.187,73	2.027.187,73	2.007.587,73	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	<b>7.607.028,76</b>	<b>7.607.028,76</b>	<b>7.429.360,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>1.964.291,75</b>	<b>1.964.291,75</b>	<b>1.944.691,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>220.806,00</b>	<b>220.806,00</b>	<b>201.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES	% APLICADO10 (m)	
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		7.900.169,67	7.607.028,76	7.607.028,76	67,40	
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		1.204.385,62	1.964.291,75	1.964.291,75	81,55	
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		361.315,69	220.806,00	220.806,00	9,17	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR APLICADO NÃO APOÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO	% NÃO APLICADO (r)	
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.128.595,67	25.561,75	25.561,75	0,00	0,00	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.089.337,09	-4.919.604,78	0,00	0,00	-4.919.604,78	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências	1.089.337,09	357.183,83	0,00	0,00	357.183,83	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União	0,00	-5.276.788,61	0,00	0,00	-5.276.788,61	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB) DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTO	3.131.129,00	2.303.030,17	2.302.589,51	2.297.612,21	440,66	
20.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

<b>20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTO</b>	<b>3.131.129,00</b>	<b>2.303.030,17</b>	<b>2.302.589,51</b>	<b>2.297.612,21</b>	<b>440,66</b>
20.2- Ensino Fundamental	3.131.129,00	2.303.030,17	2.302.589,51	2.297.612,21	440,66
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E</b>	<b>20.334.657,00</b>	<b>13.563.425,09</b>	<b>13.562.984,43</b>	<b>13.284.340,66</b>	<b>440,66</b>
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.289.823,33	1.964.291,75	1.964.291,75	1.944.691,75	0,00
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2- Pré-escola	2.289.823,33	1.964.291,75	1.964.291,75	1.944.691,75	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	18.044.833,67	11.599.133,34	11.598.692,68	11.339.648,91	440,66
<b>APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL</b>	<b>VALOR</b>				
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.302.589,51				
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.794.193,44				

24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00				
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	0,00				
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00				
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00				
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	6.096.782,95				
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.318.493,86			6.096.782,95	28,66
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)=(ac)-(ae)-(af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.547.120,78	448.283,56	1.065.072,78	0,00	482.048,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	748,76	0,00	0,00	0,00	748,76
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	2.810,00	2.810,00	2.810,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	1.543.562,02	445.473,56	1.062.262,78	0,00	481.299,24

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
<b>31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>1.135.214,00</b>			<b>198.967,47</b>	
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	426.199,00			182.449,55	
31.1.1- Salário-Educação	260.468,00			182.449,55	
31.1.2- PDDE	0,00			0,00	
31.1.3- PNAE	0,00			0,00	
31.1.4 - PNATE	165.731,00			0,00	
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00			0,00	
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	709.015,00			16.517,92	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00			0,00	
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00			0,00	
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00			0,00	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS</b>	<b>2.982.016,63</b>	<b>2.135.630,00</b>	<b>1.480.221,44</b>	<b>1.185.377,76</b>	<b>655.408,56</b>
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.321.817,09	1.271.817,09	616.408,53	321.564,85	655.408,56
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.660.199,54	863.812,91	863.812,91	863.812,91	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)</b>	<b>23.331.385,63</b>	<b>15.699.055,09</b>	<b>15.043.205,87</b>	<b>14.469.718,42</b>	<b>655.849,22</b>
33.1- Despesas Correntes	20.422.421,41	13.825.919,24	13.825.478,58	13.566.434,81	440,66
33.1.1- Pessoal Ativo	16.108.334,49	10.814.283,98	10.814.283,98	10.563.360,21	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	14.712,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.299.374,92	3.011.635,26	3.011.194,60	3.003.074,60	440,66
33.2- Despesas de Capital	2.908.964,22	1.873.135,85	1.217.727,29	903.283,61	655.408,56
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.908.964,22	1.873.135,85	1.217.727,29	903.283,61	655.408,56

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	888.571,86	310.439,55
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	11.287.970,17	182.449,55
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	12.051.801,23	415.046,11
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	124.740,80	77.842,99
38- (+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	939.881,93	53.271,78
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.064.622,73	131.114,77
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de setembro de 2023 as 09:01:22		

NEUZOMAR DE SOUSA SILVA	EGBERTO COUTINHO MADRUGA
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

Publicado por:  
 Wanderley Bernardo da Silva  
 Código Identificador:5641D1EA

# **GABINETE DO PREFEITO** **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS** **PENSÕES E INATIVOS MILITARES**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS AS PENSÕES E INATIVOS MILITARES		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2023/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		Em Reais
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre os Regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (d)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (e)</b>	<b>DESPESAS PAGAS Até Bimestre (f)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)</b>
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
VALOR	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
VALOR	0,00
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>	<b>APORTES REALIZADOS</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

<b>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)</b>		
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)</b>
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00
---	------	------

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS					APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					0,00
Recursos para Formação de Reserva					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)					SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa					0,00
Investimentos e Aplicações					0,00
Outros Bens e Direitos					0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS					SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa					0,00
Investimentos e Aplicações					0,00
Outros Bens e Direitos					0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)2N	0,00	0,00	0,00	0,00	
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de setembro de 2023 as 09:11:47					
NEUZOMAR DE SOUSA SILVA			EGBERTO COUTINHO MADRUGA		
Contador CRC PB 2667			Prefeito Constitucional		

Publicado por:  
Wanderley Bernardo da Silva  
Código Identificador:7D175884

GABINETE DO PREFEITO  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2023/BIMESTRE JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)		RS 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2023 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	57.427.781,22	34.188.642,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.307.886,60	1.717.834,71
IPTU	198.302,00	152.257,44
ISS	1.225.498,60	915.705,74
ITBI	5.060,00	62.337,55
IRRF	850.000,00	535.523,34
Outras Receitas Tributárias	29.026,00	52.010,64
Contribuições	850.000,00	432.502,17
Receita Patrimonial	966.343,00	599.471,62

Aplicações Financeiras (II)	966.343,00	599.471,62
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	53.140.818,62	31.312.026,71
Cota-Parte do FPM	12.160.000,00	7.817.030,27
Cota-Parte do ICMS	12.480.000,00	7.231.149,37
Cota-Parte do IPVA	221.423,00	147.903,45
Cota-Parte do ITR	2.116,80	7.606,23
Transferências da LC 61/1989	7.041,60	3.331,88
Transferências do FUNDEB	6.194.549,09	3.311.044,33
Outras Transferências Correntes	22.075.688,13	12.793.961,18
Demais Receitas Correntes	162.733,00	126.806,82
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	162.733,00	126.806,82
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	56.461.438,22	33.589.170,41
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.910.000,00	100.000,00

Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.910.000,00	100.000,00
Convênios	1.510.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	400.000,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.910.000,00	100.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	58.371.438,22	33.689.170,41
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	58.371.438,22	33.689.170,41

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	51.972.543,07	34.110.901,95	34.002.593,62	33.334.549,79	256.499,29	152.600,00	152.600,00
Pessoal e Encargos Sociais	32.408.425,32	21.804.393,92	21.804.393,92	21.353.189,08	104.669,21	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	19.564.117,75	12.306.508,03	12.198.199,70	11.981.360,71	151.830,08	152.600,00	152.600,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	19.564.117,75	12.306.508,03	12.198.199,70	11.981.360,71	151.830,08	152.600,00	152.600,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	51.972.543,07	34.110.901,95	34.002.593,62	33.334.549,79	256.499,29	152.600,00	152.600,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	7.371.135,84	3.384.269,82	2.627.348,30	2.312.904,62	803.985,99	525.229,65	525.229,65
Investimentos	6.607.493,84	3.024.714,29	2.267.792,77	1.953.349,09	786.727,35	525.229,65	525.229,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida (XXVII)	763.642,00	359.555,53	359.555,53	359.555,53	17.258,64	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	6.607.493,84	3.024.714,29	2.267.792,77	1.953.349,09	786.727,35	525.229,65	525.229,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	280.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	58.860.986,91	37.135.616,24	36.270.386,39	35.287.898,88	1.043.226,64	677.829,65	677.829,65
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXXI)	58.860.986,91	37.135.616,24	36.270.386,39	35.287.898,88	1.043.226,64	677.829,65	677.829,65
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							(3.319.784,76)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							(3.319.784,76)
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							0,00
JUROS NOMINAIS							Até o Bimestre/2023
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)							VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)							0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)							0,00
ABAIXO DA LINHA							

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022	Até o
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	3.256.332,57	2.896.777,04
DEDUÇÕES (XL)	8.546.327,17	5.553.703,78
Disponibilidade de Caixa	8.546.327,17	5.553.703,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.226.517,18	6.622.212,77
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.585.772,43	527.285,07

(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.417,58	541.223,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(5.289.994,60)	(2.656.926,74)

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLI) = (XLIa - XLIb)	(2.633.067,86)
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL</b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
<b>AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>Até o Bimestre/2023</b>
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIa - XLIb)	1.058.487,36
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLI + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII + XLIX)]	(1.574.580,50)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(1.574.580,50)
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTARIA</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos arrecadados em exercício anteriores - RPPS	0,00
Superávit financeiro utilizado para abertura e reabertura de créditos adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de setembro de 2023 às 09:12:52	
<b>NEUZOMAR DE SOUSA SILVA</b>	<b>EGBERTO COUTINHO MADRUGA</b>
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Wanderley Bernardo da Silva  
**Código Identificador:**5CD3098F

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
<b>DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2023/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)	R\$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	58.000.000,00
Previsão Atualizada	58.000.000,00
Receitas Realizadas	34.288.642,03
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	12.696.927,06
DESPESAS	
Dotação Inicial	31.180.000,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	31.180.000,00
Despesas Empenhadas	21.631.875,97
Despesas Liquidadas	21.591.714,97
Despesas Pagas	19.882.222,81
Superávit Orçamentário	12.696.927,06
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	21.631.875,97
Despesas Liquidadas	21.591.714,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	51.706.770,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.706.770,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	51.465.026,90
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - PLANO FINANCEIRO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	(3.319.784,76)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	(2.633.067,86)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre			
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.587.770,35	0,00	1.060.485,28	527.285,07
Poder Executivo	1.587.770,35	0,00	1.060.485,28	527.285,07
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	783.902,67	0,00	677.829,65	106.073,02
Poder Executivo	783.902,67	0,00	677.829,65	106.073,02
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00



Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.371.673,02	0,00	1.738.314,93	633.358,09
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.096.782,95	25%	28,66	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%	67,40	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.964.291,75	50%	81,55	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	220.806,00	15%	9,17	
RECEITAS DE OPERA��OES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não Realizado		
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercicio	10� Exercício	20� Exercício	35� Exercício
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00		

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	(922.337.203.685.477,58)
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de setembro de 2023 as 09:06:26			
NEUZOMAR DE SOUSA SILVA		EGBERTO COUTINHO MADRUGA	
Contador CRC PB 2667		Prefeito Constitucional	

Publicado por:  
Wanderley Bernardo da Silva  
Código Identificador:950D2B09

## GABINETE DO PREFEITO

### DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Prefeitura Municipal de Mataraca - Poder Executivo										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A ABRIL DE 2023										
RGF – Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS LIQUIDADOS CANCELADOS INSCRITOS INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	NÃO POR (NÃO)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EXERCÍCIO) (h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não De Exercícios Anteriores (b)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	(5.893.494,70)	27.150,78	149.362,60	102.969,77	0,00	(6.172.977,85)	0,00	0,00		(6.172.977,85)
Recursos Ordinários	(5.896.474,83)	27.150,78	149.362,60	102.969,77	0,00	(6.175.957,98)	0,00	0,00		(6.175.957,98)
Outros Recursos Não Vinculados	2.980,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.980,13	0,00	0,00		2.980,13
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	15.667.616,48	767.036,21	390.603,24	130.065,19	395.186,07	13.984.725,77	24,33	0,00		13.984.701,44
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	(1.506.055,30)	650,76	15.434,13	98,00	0,00	(1.522.238,19)	0,66	0,00		(1.522.238,85)
Transferências do FUNDEB	5.580.881,05	670.580,94	254.185,57	50.015,85	0,00	4.606.098,69	0,00	0,00		4.606.098,69
Outros Recursos Vinculados à Educação	3.090.629,52	92.611,76	0,00	0,00	0,00	2.998.017,76	0,00	0,00		2.998.017,76
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	6.343.508,53	2.482,00	117.859,76	0,00	0,00	6.223.166,77	0,00	0,00		6.223.166,77
Outros Recursos Vinculados à Saúde	2.034.716,35	0,30	1.600,00	0,00	0,00	2.033.116,05	23,67	0,00		2.033.092,38
Recursos Vinculados à Assistência Social	128.439,16	700,00	1.523,78	0,00	0,00	126.215,38	0,00	0,00		126.215,38
Recursos vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	181.138,66	0,00	0,00	0,00	0,00	181.138,66	0,00	0,00		181.138,66
Outras Destinações	(185.641,49)	10,45	0,00	79.951,34	395.186,07	(660.789,35)	0,00	0,00		(660.789,35)

Vinculadas de Recursos									
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>9.774.121,78</b>	<b>794.186,99</b>	<b>539.965,84</b>	<b>233.034,96</b>	<b>395.186,07</b>	<b>7.811.747,92</b>	<b>24,33</b>	<b>0,00</b>	<b>7.811.723,59</b>

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 23 de maio de 2023 as 11:32:01

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (f)=(a-b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS LIQUIDADOS CANCELADOS INSCRITOS INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	NÃO POR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não De Exercícios Anteriores (b)	Restos à Pagar e Empenhados Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					

<b>NEUZOMAR DE SOUSA SILVA</b>	<b>EGBERTO COUTINHO MADRUGA</b>
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Cristiane Rodrigues de Lima  
**Código Identificador:**B6264647

## GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

<b>Prefeitura Municipal de Mataraca - Poder Executivo</b>				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL DE 2023				
RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				
		R\$ 1,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.256.332,57	3.108.212,09	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.256.332,57	3.108.212,09	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	3.256.332,57	3.108.212,09	0,00	0,00
De Tributos	372.224,95	337.278,17	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	2.743.254,72	2.662.930,11	0,00	0,00
Do FGTS	140.852,90	108.003,81	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.544.329,25	8.496.407,98	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	8.544.329,25	8.496.407,98	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.226.517,18	9.685.781,04	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.587.770,35	794.186,99	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.417,58	395.186,07	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I – II)</b>	<b>(5.287.996,68)</b>	<b>(5.388.195,89)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>36.041.126,97</b>	<b>53.200.701,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>36.041.126,97</b>	<b>53.200.701,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	9,04	5,84	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(14,67)	(10,13)	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	43.249.352,36	63.840.841,31	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	38.924.417,12	57.456.757,18	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	68.275,89	68.275,89	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	783.902,67	233.034,96	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPOSITOS JUDICIAI	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 23 de maio de 2023 as 11:34:00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios".

<b>NEUZOMAR DE SOUSA SILVA</b>	<b>EGBERTO COUTINHO MADRUGA</b>
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Wanderley Bernardo da Silva  
**Código Identificador:**08563638

### GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

<b>Prefeitura Municipal de Mataraca - Poder Executivo</b>				
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES</b>				
<b>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b>				
JANEIRO A ABRIL DE 2023				
RGF – ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R\$ 1,00
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023</b>		
		<b>Até o 1º</b>	<b>Até o 2º</b>	<b>Até o 3º</b>
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	36.041.126,97	53.200.701,09	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	36.041.126,97	53.200.701,09	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – 120%	43.249.352,36	63.840.841,31	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	38.924.417,12	57.456.757,18	0,00	0,00
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023</b>		
		<b>Até o 1º</b>	<b>Até o 2º</b>	<b>Até o 3º</b>
AOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 23 de maio de 2023 as 11:33:31				

<b>NEUZOMAR DE SOUSA SILVA</b>	<b>EGBERTO COUTINHO MADRUGA</b>
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Wanderley Bernardo da Silva  
**Código Identificador:**93318CCA

### GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

<b>Prefeitura Municipal de Mataraca -Poder Executivo</b>			
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</b>			
<b>DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</b>			
<b>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b>			
JANEIRO A ABRIL DE 2023			
RGF – ANEXO VI (LRF, art. 48)		R\$ 1,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE</b>	
Receita Corrente Líquida		53.200.701,09	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		53.200.701,09	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		53.200.701,09	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Despesa Total com Pessoal - DTP	30.004.091,41	56,40	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	28.728.378,59	54,00	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	27.291.959,66	51,30	
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=>	25.855.540,73	48,60	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>ATÉ 1º</b>	<b>ATÉ 2º</b>	<b>ATÉ 3º</b>
Dívida consolidada líquida	(5.388.195,89)	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	63.840.841,31	0,00	0,00
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>ATÉ 1º</b>	<b>ATÉ 2º</b>	<b>ATÉ 3º</b>
Total das garantias concedidas	0,00	0,00	0,00

Limite Definido por Resolução do Senado Federal	63.840.841,31	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		8.512.112,17	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		3.724.049,08	7,00
RESTOS À PAGAR	RESTOS A PAGAREMPENHADOS ENÃO LIQUIDADOSDO EXERCÍCIO		DISPONIBILIDADEDE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃOEM RESTOS APAGAR NÃOPROCESSADOS DOEXERCÍCIO)
Valor Total	24,33		7.811.723,59

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 23 de maio de 2023 às 11:33:28

**NEUZOMAR DE SOUSA SILVA**

Contador CRC PB 2667

**EGBERTO COUTINHO MADRUGA**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Cristiane Rodrigues de Lima  
**Código Identificador:**D052E842

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 973/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PARA AUTORIZAÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional deste Município, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Nº 1.957/2023 de 03/01/2023 e demais legislações vigentes.

**D E C R E T A**

**Art. 1º** - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 234.900,00 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos reais). Destinado a suplementar as seguintes dotações:

20500	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DA AGRICULTURA	
	20.122.2009.2010.3390390000.500 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA	40.000,00
	Valor Total da Ação ( 2010 ) R\$	40.000,00
2107	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
	20.544.2009.2107.3390390000.500 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA	29.900,00
	Valor Total da Ação ( 2107 ) R\$	29.900,00
	Valor Total do Órgão ( 20500 ) R\$	69.900,00
20600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA E DESPORTOS	
2014	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
	12.306.2002.2014.3390300000.500 MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00
	Valor Total da Ação ( 2014 ) R\$	65.000,00
2023	MANter ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR	
	12.361.2024.2023.3390300000.500 MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
	Valor Total da Ação ( 2023 ) R\$	60.000,00
2031	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E SOCIAIS	
	13.392.2008.2031.3390390000.500 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA	10.000,00
	Valor Total da Ação ( 2031 ) R\$	10.000,00
2094	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	12.122.2028.2094.3390390000.500 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA	20.000,00
	Valor Total da Ação ( 2094 ) R\$	20.000,00
	Valor Total do Órgão ( 20600 ) R\$	155.000,00
20700	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEC SAUDE)	
1058	CONST/AMPL/EQUPAR CENTRO ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	
	10.302.2005.1058.4490520000.601 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
	Valor Total da Ação ( 1058 ) R\$	3.000,00
	Valor Total do Órgão ( 20700 ) R\$	3.000,00
20800	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL(SEC PR.ASIS)	
2049	MANUT.ATIV DO NUCLEO APOIO A CRIANÇA E ADOL.NACAD	
	08.243.2006.2049.3390390000.500 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA	4.000,00
	Valor Total da Ação ( 2049 ) R\$	4.000,00
	Valor Total do Órgão ( 20800 ) R\$	4.000,00
20900	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
1080	CONST/REFORMAR/REVITALIZAR PRAÇAS PÚB. E QUIOSQUES	
	15.451.2018.1080.4490520000.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00

	Valor Total da Ação ( 1080 ) R\$	3.000,00
	Valor Total do Órgão ( 20900 ) R\$	3.000,00
	Valor Total R\$	234.900,00

**Art. 2º** - Para cobertura do crédito supracitado fica anulado o crédito orçamentário no valor de R\$ 234.900,00 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos reais). Discriminado nas seguintes dotações:

20500	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
1139	CONST/REC/PERF/ POÇOS E SIST. DE ABASTECIM DE ÁGUA	
	20.544.2009.1139.4490510000.500 OBRAS E INSTALACOES	29.900,00
	20.544.2009.1139.4490510000.704 OBRAS E INSTALACOES	2.900,00
	Valor Total da Ação ( 1139 ) R\$	32.800,00
1140	CONST/REFOR/RECUP/AMPLIAR PONTOS TURÍSTICOS	
	23.695.2017.1140.4490510000.500 OBRAS E INSTALACOES	9.500,00
	23.695.2017.1140.4490520000.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.900,00
	Valor Total da Ação ( 1140 ) R\$	19.400,00
2011	ASSISTIR A PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	
	20.606.2009.2011.3390480000.500 OUTROS AUX.FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	9.500,00
	20.606.2009.2011.4490520000.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.500,00
	Valor Total da Ação ( 2011 ) R\$	29.000,00
2012	ASSISTIR AO PEQUENO MINERADOR	
	20.663.2009.2012.4490520000.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.500,00
	Valor Total da Ação ( 2012 ) R\$	9.500,00
2013	MANTER ATIVIDADES DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA	
	26.782.2015.2013.3390300000.750 MATERIAL DE CONSUMO	30.300,00
	26.782.2015.2013.3390390000.750 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA	22.900,00
	Valor Total da Ação ( 2013 ) R\$	53.200,00
	Valor Total do Órgão ( 20500 ) R\$	143.900,00
20600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA E DESPORTOS	
2083	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL	
	12.365.2010.2083.3191130000.540 OBRIGACOES PATRONAIS	91.000,00
	Valor Total da Ação ( 2083 ) R\$	91.000,00
	Valor Total do Órgão ( 20600 ) R\$	91.000,00
	Valor Total R\$	234.900,00

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO**

Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Wallysson Bruno Macedo Barros  
**Código Identificador:**FC555F62

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DOS GARROTES**, Estado da Paraíba, localizada na Rua João Araújo Fonseca, s/n, Centro, Santana dos Garrotes/PB, em conformidade com o art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público para conhecimento dos interessados, que, fará realizar entre os dias **02 de outubro de 2023 a 05 de outubro de 2023, cotação adicional de preços para** os serviços de manutenção e instalação de ar-condicionado nos diversos órgãos e secretarias do município de Santana dos Garrotes/PB, que obedecerá às disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Segue em anexo o Termo de referência.

Os interessados deverão protocolizar suas cotações no setor de licitações da prefeitura no endereço acima mencionado até às 12:00 (doze) horas do último dia para apresentação de cotações, juntamente com documentos que comprovem a regularidade, fiscal, social e trabalhista da proponente, bem como documentos comprobatórios da constituição e titularidade da mesma. Oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Qualquer informação poderá ser obtida no setor de Licitação no endereço acima mencionado, nos horários de expediente normal.

Prefeitura Municipal de Santana dos Garrotes/PB, 28 de setembro de 2023.

**FRANCISCO BARBOZA DE MORAIS**

Agente de contratação

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:** Serviço de manutenção e instalação de ar-condicionado nos diversos órgãos e secretarias do município de Santana dos Garrotes/PB, que obedecerá às disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

**2. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Manutenção de ar-condicionado de 18.000 BTUs	UNID	07		
02	Manutenção de ar-condicionado de 12.000 BTUs	UNID	43		
03	Manutenção de ar-condicionado de 9.000 BTUs	UNID	60		
04	Instalação de ar-condicionado de 18.000 BTUs	UNID	03		
05	Instalação de ar-condicionado de 12.000 BTUs	UNID	06		
06	Instalação de ar-condicionado de 9.000 BTUs	UNID	06		

2.2 As quantidades aqui elencadas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

### 3 – Das Obrigações da Contratada

1. A contratada terá de executar os serviços constantes nesse termo em até 24 (vinte e quatro) horas, após receber a solicitação dos serviços junto a Prefeitura de Santana dos Garrotes - PB.

2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os serviços se referem.

5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

6. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados;

7. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

### 4 – Das obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

### 5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 30 dias.

### 6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado em até 30 dias pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias.

O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 03 (três) meses, a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

### 7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço no item*.

### 8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogável.

### 9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante.

**Publicado por:**  
Robson Marcos Delfino Laurêncio  
**Código Identificador:**407962FC

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

### DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DECRETO Nº 66, DE 02 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 66, DE 02 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$14.800,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )				14.800,00
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	

	95		20.606.0006.1142.0000	FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA	1.000,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1	5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
	580		10.122.0015.2104.0000	ATENÇÃO INTEGRAL SAÚDE	3.800,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1	5001002	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
	688		10.303.0048.2108.0000	BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLI	3.000,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.:	1	5001002	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAISOCIAL					
	782		08.244.0020.2033.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.000,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.:	1	6653110	
			665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social				
	800		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	5.000,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1	5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:								
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
	94		20.606.0006.1142.0000	FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA	-1.000,00			
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	1	5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
	113		20.606.0040.1042.0000	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL	-5.000,00			
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	1	5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
	581		10.122.0015.2104.0000	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE	-3.800,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1	6350000	
			635	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013				
	694		10.303.0048.2178.0000	BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-1.500,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	1	5001002	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
	695		10.303.0048.2178.0000	BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-1.500,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	1	6210000	
			621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do				
				Governo Estadual				
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAISOCIAL					
	740		08.244.0018.2047.0000	SUBSISTÊNCIA DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS	-1.500,00			
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo:	1	5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
	747		08.244.0018.2047.0000	SUBSISTÊNCIA DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS	-500,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1	5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
Anulação ( - )					-14.800,00			

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 02 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal  
CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**AA71E6E5

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 67, DE 07 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB  
CNPJ: 01.612.692/0001-91  
Exercício: 2023  
DECRETO Nº 67, DE 07 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA: Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$2.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )					2.000,00			
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
	580		10.122.0015.2104.0000	ATENÇÃO INTEGRAL SAÚDE	1.000,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1	5001002	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos				
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAISOCIAL					
	795		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.000,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.:	1	6600000	
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS				

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:					
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	601		10.301.0017.1079.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	-1.000,00
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 5001002
			500	Recursos não Vinculados de Impostos	
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAISOCIAL		
	798		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	-1.000,00
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1 5000000
			500	Recursos não Vinculados de Impostos	
Anulação (-)					-2.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 07 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**E7F5233B

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 68, DE 09 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 68, DE 09 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$27.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)						27.500,00
02	03	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
	51		04.122.0003.2005.0000	APRIMORAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.000,00
			3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R.: 1 5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos		
02	12	00	SEC.MUN.DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS			
	546		15.452.0031.2094.0000	GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE		10.000,00
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 5000000	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos		
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	617		10.301.0048.2036.0000	BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS		10.000,00
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R.: 1 5001002	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos		
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAISOCIAL			
	782		08.244.0020.2033.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		3.500,00
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 6653110	
			665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:						
02	03	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
	46		04.122.0003.2005.0000	APRIMORAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-2.000,00	
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕESPATRONAIS	F.R. Grupo: 1 7040000	
	704			Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		
	59		04.122.0003.2005.0000	APRIMORAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-2.000,00	
			3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo: 1 5000000	
	500			Recursos não Vinculados de Impostos		
02	03	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
02	12	00	SEC.MUN.DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS			
	550		15.452.0031.2095.0000	GESTAO DE SERVICOS URBANOS ETRANSPORTE	-10.000,00	
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1 5000000	
	500			Recursos não Vinculados de Impostos		
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	563		10.122.0015.2093.0000	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE	-3.500,00	
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1 5001002	
			500	Recursos não Vinculados de Impostos		
	607		10.301.0017.1115.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚ	-10.000,00	
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 6010000	
	601			Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do		
				Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		
Anulação ( - )					-27.500,00	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 09 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**Prefeita Municipal  
CPF: 241.497.994-15**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**ED5255BA**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 69, DE 10 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB  
CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 69, DE 10 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$9.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )					9.000,00
02	04	00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS		
	77		04.123.0005.2007.0000	MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE FINANÇAS	1.000,00
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 5000000
			500	Recursos não Vinculados de Impostos	
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL		
	782		08.244.0020.2033.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	8.000,00
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 6653110
			665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:					
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	564		10.122.0015.2093.0000	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE	-1.000,00
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1 6320000
			632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL		
	789		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	-4.000,00
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 1 6600000
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	790		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	-4.000,00
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 1 6600000
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Anulação ( - )					-9.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 10 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**Prefeita Municipal  
CPF: 241.497.994-15**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**635624BD**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 70, DE 14 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 70, DE 14 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$10.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )					10.000,00
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		

	322		12.365.0008.2146.0000	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	10.000,00		
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.:	1	5401070
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de: Anulação:

02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
	326		12.366.0009.2018.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-10.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1	5401070
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			
Anulação (-)					-10.000,00		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 14 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal  
CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**3DF668C0

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 71, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB  
CNPJ:01.612.692/0001-91  
Exercício: 2023  
DECRETO Nº 71, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$5.900,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)					5.900,00		
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
	212		12.361.0007.2168.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.300,00		
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1	5690000
			569	Outras Transferências de Recursos do FNDE			
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
	580		10.122.0015.2104.0000	ATENÇÃO INTEGRAL SAÚDE	600,00		
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1	5001002
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:							
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
	202		12.361.0007.2112.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-5.300,00		
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	1	5500000
			550	Transferência do Salário-Educação			
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
	581		10.122.0015.2104.0000	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE	-600,00		
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1	6350000
			635	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013			
Anulação (-)					-5.900,00		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 16 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal  
CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**2598873F

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 72, DE 01 DE AGOSTO DE 2023**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192	
01612692/0001-91	Exercício: 2023

**DECRETO Nº 72, DE 01 DE AGOSTO DE 2023**

*Remaneja recursos do orçamento vigente de 2023*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, no uso da atribuição que lhe confere o art.22, da Lei nº 429 de 09/05/2022 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2023.

**DECRETA:**

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº429, de 09 de MAIO de 2022) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 01 de AGOSTO de 2023

**ANEXO**

ACRÉSCIMOS				
LOCAL:	01	PODER LEGISLATIVO		
01	01	00	CÂMARA MUNICIPAL	
Ficha:	11	01.031.0001.2001.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	22.702,63
	3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de recurso:	1	500	0000	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES				22.702,63
REDUÇÕES				
LOCAL:	01	PODER LEGISLATIVO		
01	01	00	CÂMARA MUNICIPAL	
Ficha:	10	01.031.0001.2001.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA	-22.702,63
	3.3.90.36.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte de recurso:	1	500	0000	
TOTAL DAS ANULAÇÕES				-22.702,63

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**4D7719B4

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 73, DE 18 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 73, DE 18 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

**DECRETA:**

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$35.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )				35.000,00
02	03	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
	57		04.122.0003.2005.0000 APRIMORAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
			3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	F.R.: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
	108		20.606.0006.2009.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA	5.000,00
			3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	F.R.: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:				
02	02	00	SECRETARIA ESPECIAL DE APOIO AOGABINETE DO PREFEITO	
	27		04.122.0002.2003.0000 ATENÇÃO INTEGRAL DO GABINETE	-5.000,00
			4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	03	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
	59		04.122.0003.2005.0000 APRIMORAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
			3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
	104		20.606.0006.2009.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA	-20.000,00
			3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1 7040000
			704 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela	
			Exploração de Recursos Naturais	
	113		20.606.0040.1042.0000 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL	-2.000,00
			3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	

02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
	115		20.606.0040.1042.0000 APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL	-3.000,00
			4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
Anulação (-)				-35.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 18 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**AD67C880

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 74, DE 23 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 74, DE 23 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$28.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)				28.000,00
02	03	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
	55		04.122.0003.2005.0000 APRIMORAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	13.000,00
			3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R.: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	04	00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
	77		04.123.0005.2007.0000 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE FINANÇAS	10.000,00
			3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	186		12.361.0007.2016.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS	5.000,00
			3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 5520000
			552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:				
02	02	00	SECRETARIA ESPECIAL DE	APOIO AO GABINETE DO PREFEITO
	15		04.122.0002.2003.0000 ATENÇÃO INTEGRAL DO GABINETE	-1.800,00
			3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
	22		04.122.0002.2003.0000 ATENÇÃO INTEGRAL DO GABINETE	-21.200,00
			3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo: 1 5000000
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	260		12.365.0008.2023.0000 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-2.000,00
			3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1 5001001
			500 Recursos não Vinculados de Impostos	
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	283		12.365.0008.2027.0000 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-3.000,00
			3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1 5400000
			540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Anulação (-)				-28.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 23 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**504C8E9A

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 75, DE 25 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 75, DE 25 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$105.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )				105.000,00			
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
		98	20.606.0006.2009.0000	FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA	5.000,00		
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.:	1	5000000
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE	EDUCAÇÃO			
		134	12.361.0007.2013.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS	11.000,00		
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.:	1	5001001
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		155	12.361.0007.2014.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS	35.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOSE VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.:	1	5411070
			541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF			
		320	12.365.0008.2146.0000	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOSE VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.:	1	5421070
			542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT			
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
		590	10.301.0015.2021.0000	ATENÇÃO INTEGRAL SAÚDE	3.000,00		
			3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS- PESSOAL CIVIL	F.R.:	1	6000000
			600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo			
				Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
		608	10.301.0048.2036.0000	BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLI	5.000,00		
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.:	1	5001002
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		708	10.305.0048.2038.0000	BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLI	4.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOSE VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.:	1	6000000
			600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo			
				Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIASOCIAL				
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIASOCIAL				
		805	08.244.0020.2117.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.000,00		
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.:	1	6600000
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:							
02	05	00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
		99	20.606.0006.2009.0000	FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA	-5.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1	5000000
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
		154	12.361.0007.2014.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-35.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1	5401070
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			
		244	12.361.0041.2172.0000	MANUTENÇÃO DOPLANO DE AÇÕES ARTICULAÇÕES - PAR	-5.000,00		
			4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	1	5001001
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		245	12.361.0041.2172.0000	MANUTENÇÃO DOPLANO DE AÇÕES ARTICULAÇÕES - PAR	-6.000,00		
			4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	1	5700000
			570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos			
				Congêneres vinculados à Educação			
		309	12.365.0008.2138.0000	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-4.000,00		
			3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo:	1	5001001
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		310	12.365.0008.2138.0000	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-1.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1	5001001
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		324	12.365.0008.2146.0000	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-3.000,00		
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕESPATRONAIS	F.R. Grupo:	1	5421070
			542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT			
		325	12.365.0008.2146.0000	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-1.900,00		
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕESPATRONAIS	F.R. Grupo:	1	5431070
			543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR			
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
		326	12.366.0009.2018.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-12.100,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1	5401070
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			
		327	12.366.0009.2018.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-6.000,00		
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕESPATRONAIS	F.R. Grupo:	1	5401070
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			
		331	12.366.0009.2024.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-2.000,00		
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕESPATRONAIS	F.R. Grupo:	1	5001001
			500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		336	12.367.0007.2025.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-3.000,00		
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1	5690000
			569	Outras Transferências de Recursos do FNDE			

	337	12.367.0007.2025.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-1.000,00		
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1	5690000	
		569	Outras Transferências de Recursos do FNDE			
	338	12.367.0007.2025.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-1.000,00		
		3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1	5690000	
		569	Outras Transferências de Recursos do FNDE			
	339	12.367.0007.2025.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-1.000,00		
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1	5690000	
		569	Outras Transferências de Recursos do FNDE			
	340	12.367.0007.2025.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-2.000,00		
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo:		1	5001001
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	341	12.367.0007.2025.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-2.000,00		
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1	5001001	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
		609	10.301.0048.2036.0000 BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-5.000,00		
			3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1	6000000	
		600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
		611	10.301.0048.2036.0000 BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-3.000,00		
			3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 1	6000000	
		600				
02	13	00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
			Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
		707	10.305.0048.2038.0000 BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-2.000,00		
			3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 1	5001002	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		712	10.305.0048.2038.0000 BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-500,00		
			3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1	6000000	
		600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
		713	10.305.0048.2038.0000 BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-1.000,00		
			3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1	5001002	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		714	10.305.0048.2038.0000 BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLIC	-500,00		
			3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1	6000000	
		600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIASOCIAL			
		812	08.244.0020.2117.0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	-2.000,00		
			3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1	6600000	
		660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			
			Anulação ( - )	-105.000,00		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 25 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal  
CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**AF94FFDD

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 76, DE 28 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB  
CNPJ: 01.612.692/0001-91  
Exercício: 2023  
DECRETO Nº 76, DE 28 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$30.150,00 distribuídos as seguintes dotações:

			Suplementação ( + )	30.150,00		
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
		188	12.361.0007.2110.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.000,00		
			3.3.90.30.00 MATERIAL DECONSUMO	F.R.: 1	5530000	
		553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)			
		198	12.361.0007.2112.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.000,00		
			3.3.90.30.00 MATERIAL DECONSUMO	F.R.: 1	5500000	
		550	Transferência do Salário-Educação			
02	12	00	SEC.MUN.DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS			
		557	15.782.0031.1068.0000 GESTAO DE SERVICOSURBANOS E TRANSPORTE	18.000,00		
			3.3.90.30.00 MATERIAL DECONSUMO	F.R.: 1	5000000	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIASOCIAL			
		782	08.244.0020.2033.0000 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	8.000,00		
			3.3.90.30.00 MATERIAL DECONSUMO	F.R.: 1	6653110	
		665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social			
		801	08.244.0020.2081.0000 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	150,00		
			3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1	6600000	

660

Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:				
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	187		12.361.0007.2110.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
			500	Recursos não Vinculados de Impostos
				-2.000,00
				F.R. Grupo: 1 5001001
02	09	00	SEC. MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
	374		15.451.0024.2058.0000	INCREMENTO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA SOCIAL
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
			500	Recursos não Vinculados de Impostos
				-18.000,00
				F.R. Grupo: 1 5000000
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
	784		08.244.0020.2033.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
			3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
				-1.000,00
				F.R. Grupo: 2 6600000
	798		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
			500	Recursos não Vinculados de Impostos
				-1.000,00
				F.R. Grupo: 1 5000000
	803		08.244.0020.2081.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
			4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
				-150,00
				F.R. Grupo: 1 6600000
	810		08.244.0020.2117.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
			3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
				-3.000,00
				F.R. Grupo: 1 6600000
	823		08.244.0020.2143.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
			3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
				-4.500,00
				F.R. Grupo: 1 6600000
	824		08.244.0020.2143.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
				-500,00
				F.R. Grupo: 1 6600000
Anulação ( - )				-30.150,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 28 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**

Maria Das Vitorias Pereira

**Código Identificador:**E0024ADD

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 77, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 77, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$14.750,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )					14.750,00
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
	747		08.244.0018.2047.0000	SUBSISTÊNCIA DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS	750,00
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 5000000
			500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	777		08.244.0020.2020.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.000,00
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 6610000
			661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	
	782		08.244.0020.2033.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	13.000,00
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 6653110
			665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:				
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
	726		08.241.0036.2188.0000	CONTROLE SOCIAL
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
			500	Recursos não Vinculados de Impostos
				-450,00
				F.R. Grupo: 1 5000000
	734		08.244.0018.2044.0000	SUBSISTÊNCIA DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
			500	Recursos não Vinculados de Impostos
				-13.000,00
				F.R. Grupo: 1 5000000
	740		08.244.0018.2047.0000	SUBSISTÊNCIA DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS
				-300,00

		3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo:	1	5000000
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
744		08.244.0018.2047.0000	SUBSISTÊNCIA DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS	-1.000,00		
		3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:	1	5000000
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
Anulação (-)				-14.750,00		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 30 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

CPF: 241.497.994-15

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**410AA5DF

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO Nº 78, DE 31 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441**

AV. FUNDADOR SARAIVA LEÃO, 192 CENTRO SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ PB

CNPJ: 01.612.692/0001-91

Exercício: 2023

DECRETO Nº 78, DE 31 DE AGOSTO DE 2023 - LEI N.441

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$9.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)				9.500,00		
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
	178		12.361.0007.2015.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS	6.000,00	
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.:	1 5400000
			540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	332		12.366.0009.2024.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.000,00	
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.:	1 5690000
			569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL			
	822		08.244.0020.2143.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	500,00	
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.:	1 6600000
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:						
02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
	179		12.361.0007.2015.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-3.000,00	
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1 5410000
			541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
	180		12.361.0007.2015.0000	EDUCAÇÃO PARATODOS	-3.000,00	
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1 5430000
			543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
	333		12.366.0009.2024.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-1.000,00	
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	1 5690000
			569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		
	334		12.366.0009.2024.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-1.500,00	
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1 5690000
			569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		

02	06	00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
	335		12.366.0009.2024.0000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-500,00	
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	1 5001001
			500	Recursos não Vinculados de Impostos		
02	14	00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL			
	825		08.244.0020.2143.0000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	-500,00	
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	1 6600000
			660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
Anulação (-)				-9.500,00		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, 31 de agosto de 2023

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

CPF: 241.497.994-15



**GABINETE DA PREFEITA**  
**EDITAL 001/2023****EDITAL 001/2023****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE DIRETORES E DIRETORES ADJUNTOS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO BREJO DO CRUZ DE ACORDO COM O DECRETO Nº 733/2022 DE 05 DE SETEMBRO 2022.**

A Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal da Educação, e à vista do decreto nº 733/2022, tornam público o Processo Seletivo Simplificado para a diretores e diretores adjuntos das escolas da rede municipal de ensino.

**• DISPOSIÇÕES GERAIS:**

O Processo de Qualificação para o exercício do cargo de Diretor e diretor adjunto das Instituições de Ensino mantidas pela Rede Pública Municipal observará os princípios de autonomia, cidadania, dignidade da pessoa humana, gestão democrática do ensino público, pluralismo político, igualdade perante a lei, valorização dos profissionais da educação, promoção da integração instituição de ensino/comunidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e melhoria da qualidade social da educação básica pública, conforme previsto no Decreto nº 733/2022.

O Processo de Seleção para Função Pública de Diretor e diretor adjunto da Rede Municipal de Ensino de São Jose do Brejo do Cruz/PB será regido por este Edital, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação.

As Instituições de Ensino da Educação Básica de que trata este Edital compreendem os Centros de Educação Infantil (CEI), as Escolas de Ensino Fundamental e da Educação de jovens e Adultos, da Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Brejo do Cruz, conforme ANEXO VII.

O Processo de Seleção para a Função Pública de Diretor e diretor adjunto será realizado em atendimento à Meta 19 do Plano Municipal de Educação e ao Decreto nº 733 de 05 de setembro de 2022, que visam à efetivação da gestão democrática no âmbito das unidades escolares.

O Processo de Seleção para a Função Pública de Diretor e diretor adjunto destina-se à seleção de servidores efetivos e/ou contratado integrantes do quadro do magistério na educação básica, conforme os critérios de competências técnico-profissionais, para o exercício da função de Diretor e diretor adjunto da Rede Pública Municipal de Ensino, pelo período de catorze meses, de acordo com a gestão atual.

**2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Para atuar no cargo de Diretor e diretor adjunto das escolas da rede municipal de São Jose do Brejo do Cruz–PB, o candidato deve enquadrar-se nos seguintes requisitos básicos exigidos:

- I. Ser profissional no quadro do magistério;
- II. Está há 2 (dois) anos, no mínimo, em efetivo exercício na atividade do magistério;
- III. Ser habilitado em Pedagogia e/ou licenciado na área da educação;
- IV. Ter disponibilidade integral mínima de 40 (quarenta) horas semanais devendo ser observado a disponibilidade mínima neste edital;
- V. Não ser detentor de outro vínculo empregatício;
- VI. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- VII. Ter participado da formação para diretor escolar com carga horária de 160 horas;
- VIII. Não ter sofrido pena decorrente de processo administrativo no período de dois anos que antecedem a processo seletivo;
- IX. Não estar condenado ou respondendo pena a processo criminal;

**3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO**

**3.1** As inscrições poderão ser realizadas do dia **02 a 04 de outubro de 2023** das 08 às 12 horas na secretaria municipal de educação, conforme cronograma disponível no **Anexo I** deste edital.

**3.2** O candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a função antes de efetuar a inscrição, e de conhecer todos os termos deste Edital.

**3.3** A inscrição do candidato (a) implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas, sendo condição fundamental para a participação no Processo Seletivo.

**3.3.1** No procedimento de inscrição ser anexados os seguintes documentos comprobatórios:

**I. Documento oficial com foto vigente;**

**II. CPF;**

**III. Certidão de quitação eleitoral**, que poderá ser emitida através do site eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, disponível através do link: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;

**IV. Cópia autenticada do Diploma ou Certidão de Conclusão da Graduação**, acompanhados do Histórico Escolar, contendo as informações estabelecidas no Parecer CNE/CES nº 379/2004, que comprove a formação necessária conforme especificação do Item 2.1 deste edital;

**V. Declaração Padrão**, conforme **Anexo II**, de concordância em disponibilidade para cumprimento de regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e de não condenação em processo disciplinar em órgão da Administração Pública Direta e Indireta nos últimos 05 (cinco) anos.

**3.4** No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá indicar a Unidade Escolar para a qual pretende concorrer, sendo de sua inteira responsabilidade o correto preenchimento da inscrição.

**3.5** A inscrição no Processo Seletivo para a função gratificada de Diretor e diretor adjunto fica restrita a uma única Unidade Escolar, pertencente à Rede Municipal de Ensino, conforme quadro de vagas disponível no **Anexo VII**.

**4. DA AFERIÇÃO DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS (REQUISITOS EXIGIDOS)**

**4.1** Para aferição dos critérios técnicos exigidos os candidatos deverão anexar os documentos relacionados no **Anexo I** durante o procedimento de inscrição.

**4.2** O candidato deverá anexar os documentos.

**4.3** Não será homologada a inscrição de candidato que:

- a) Não seja profissional do quadro do magistério;
- b) Que não esteja há no mínimo 2 (dois) anos, em efetivo exercício na atividade do magistério;
- c) Que não seja habilitado em Pedagogia e/ou licenciado na área da educação;
- d) Que não esteja em pleno gozo dos direitos políticos;

## 5. DO PLANO DE GESTÃO ESCOLA

**5.1** O Plano de Gestão Escolar constitui um protocolo de intenções que o candidato assume mediante a Unidade Escolar que pretende gerir e resultará em Termo de Compromisso a ser assinado pelo(a) candidato(a) escolhido por ocasião do ato de nomeação.

**5.2** O documento deverá ser elaborado em conformidade com o modelo do **Anexo III** – Modelo do Plano de Gestão Escolar, do presente Edital, com viabilidade operacional, porque uma vez classificado para a função, o(a) diretor(a) poderá ter seu trabalho acompanhado, monitorado e avaliado mediante as propostas e metas explicitadas.

**5.3** O Plano de Gestão Escolar deverá abranger um período de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses que corresponde ao período de um mandato conforme a Legislação de Gestão Democrática deste município;

**5.4** A proposta do Plano de Gestão Escolar constante terá peso de 10 pontos, com nota mínima para aprovação de 5,0 pontos, portando de caráter eliminatório, e deverá estar embasada na Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, em suas seguintes dimensões:

- A) Político-Institucional;
- B) Pedagógica;
- C) Administrativo- Financeira; e
- D) Pessoal e Relacional.

**5.5** É de responsabilidade exclusiva dos candidatos buscar os dados públicos referentes à Unidade de Ensino para subsidiar a elaboração do seu Plano de Gestão Administrativo e Pedagógico, bem como apresentar o Plano de Gestão Escolar nos termos deste Edital.

**5.6** O documento digital deverá estar em um único arquivo no formato PDF, com suas páginas no tamanho A4, com tamanho máximo de 1 GB, com resolução que permita a perfeita leitura do conteúdo.

**5.7** Os documentos digitais deverão ser entregues de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, juntamente com uma cópia impressa e a documentação necessária para prova de títulos, conforme item **3.3.1** deste edital, na sede da Secretaria Municipal de Educação de São José do Brejo do Cruz – PB localizada na Rua. Antônio Dórico de Oliveira, 89 – Centro, São José do Brejo do Cruz– PB, **no período das 08h às 12 horas dos dias 2 a 4 de outubro de 2023.**

**5.8** Não serão considerados para avaliação documentos ilegíveis, com rasuras ou emendas, nem os que não atendam às especificações contidas neste Edital.

**5.9** Não haverá, em hipótese alguma, outra data, horário ou forma para a entrega do Plano de Gestão Escolar, assim como, não serão aceitos documentos enviados por e-mail, correspondência ou afins.

**5.10** Após a entrega do Plano de Gestão Escolar não poderá sofrer alterações pelo candidato, no entanto, a Secretaria Municipal de Educação – SME poderá sugerir adequações e ajustes após a posse dos candidatos.

**5.11** Não será homologado o Plano de Gestão Escolar em desacordo com a legislação vigente, podendo, inclusive, importar na desclassificação do candidato.

**5.12** Será desclassificado o candidato cujo Plano de Gestão Escolar seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio.

**5.13** Será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo, o candidato que não entregar o Plano de Gestão Escolar na forma estabelecida nos itens anteriores.

## 6. DA AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR-PGE PELA BANCA EXAMINADORA

**6.1** As análises do Plano de Gestão Administrativo e Pedagógico apresentando, serão realizadas pela banca constituída por Profissionais da Educação: 1 (um) servidor comissionado da Secretaria Municipal de Educação, 2 (dois) profissionais efetivos do magistério e 1 (um) representante da Assessoria da Educação, de acordo com portaria publicada pelo gabinete do prefeito (a);

**6.2** Para análise do Plano de Trabalho administrativo e pedagógico, serão analisados nos seguintes critérios;

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTOS POR DIMENSÃO	TOTAL DE PONTOS (SOMATÓRIO)
Conteúdo	0 a 10 pontos	
Visibilidade	0 a 10 pontos	
Segurança e domínio na defesa	0 a 10 pontos	
Exposição Coerente	0 a 10 pontos	
Alinhamento da PGE ao Plano Municipal de Educação	0 a 10 pontos	
Alinhamento do PGE à Dimensão Pedagógica	0 a 10 pontos	
Alinhamento do PGE à Dimensão Administrativa	0 a 10 pontos	
Alinhamento do PGE à Dimensão Financeira	0 a 10 pontos	
Aplicabilidade prática	0 a 10 pontos	
Total de pontos		

**6.3** Serão elaborados instrumentos padrões de avaliação pela banca examinadora, conforme os critérios acima definidos;

**6.4** Os candidatos que apresentarem nota inferior a 50% do valor total, ou seja, média simples de pontos seja menor ou igual a 5 (cinco) pontos, serão considerados inaptos para a próxima etapa.

## 7. DA APRESENTAÇÃO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E ENTREVISTA

**7.1** A apresentação do Plano de Gestão Escolar e Entrevista no Processo Seletivo Simplificado – PSS tem caráter classificatório e eliminatório, serão realizadas na Secretária de Educação de São Jose do Brejo do Cruz–PB, localizado na rua: Antônio Dórico de Oliveira, Nº89 – Centro, São José do Brejo do Cruz– PB, no dia 09 de outubro de 2023 **das 14h às 17h no dia 09 outubro de 2023**, conforme cronograma disponível no Anexo VIII deste edital.

**7.2** Somente os candidatos aprovados nas etapas anteriores serão convocados para entrevista;

**7.3** A definição da ordem de apresentação será realizada através de sorteio público, não cabendo, portanto, direito de escolha pelas partes sobre data, hora ou local de apresentação;

**7.4** O candidato deverá comparecer ao local designado para a entrevista com antecedência mínima de 10 (dez) minutos, documento convocatório que será publicado;

**7.5** Não haverá segunda chamada para a etapa, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

**7.6** Para a apresentação o candidato poderá utilizar os meios técnicos e audiovisuais que julgar necessário, desde que compatíveis com as instalações onde serão realizadas as apresentações;

**7.7** Serão disponibilizados aos candidatos: sistema de som, data show para apresentação.

**7.8 As apresentações terão o tempo máximo de 20 minutos**, após a apresentação do Plano pelo candidato serão realizados os questionamentos da Banca de Avaliação.

**7.9 A entrevista terá duração máxima de 20 minutos.**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTOS POR DIMENSÃO	TOTAL DE PONTOS (SOMATÓRIO)
Compreensão do tema e justificativa para exercer a função	0 a 10 pontos	
Entendimento, objetividade na explicação dos questionamentos.	0 a 10 pontos	
Norma Culta: conhecimento educacional: capacidade de interpretação das informações e organização dos argumentos: domínios dos mecanismos linguísticos de argumentação.	0 a 10 pontos	
Capacidade demonstrada de organizar e gerenciar rotinas e solucionar conflitos;	0 a 10 pontos	
Conhecimento dos documentos que regem a educação municipal;	0 a 10 pontos	
Relacionamento satisfatório e adequado com educandos, responsáveis legais e equipe escolar e técnica municipal.	0 a 10 pontos	
<b>TOTAL</b>		

**7.10** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das entrevistas;

**7.11** Serão elaborados instrumentos padrões de avaliação pela banca, conforme os critérios acima definidos;

**7.12** No dia da realização da entrevista e defesa, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das entrevistas e/ou critérios de avaliação/classificação.

## 8. DA REMUNERAÇÃO:

**8.1** - Os candidatos, aprovados e convocados pela Secretaria Municipal da Educação, receberão o salário de acordo com o PCCR se for funcionário efetivo da rede municipal e no caso de prestador de serviço de acordo com a estrutura administrativa da prefeitura;

**Parágrafo Único:** Os salários serão pagos com os recursos oriundos dos 70% do FUNDEB.

## 9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

**9.1** O contrato para diretor ou diretor adjunto terá duração 14 (catorze) meses, encerrando no final da gestão atual.

**9.2** A prestação de serviços terá início em outubro de 2023, podendo se estender, no máximo, até dezembro de 2024, de acordo com a gestão atual.

## 10. DO CHAMAMENTO E ATRIBUIÇÃO:

**10.1** - As vagas para o presente Processo Seletivo Simplificado serão de acordo com a planilha que segue em anexo e por escola.

**10.2** - Para a atribuição prevalecerá a nota obtida pelo candidato e a aplicação dos critérios de desempate, gerando nova classificação entre os convocados, que servirá de ordem por escola.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

**11.1** Maior número de pontos na Prova de Títulos;

**11.2** Maior tempo de serviço público em funções na rede municipal de educação.

## 12. DOS RESULTADOS:

**12.1** - Os resultados serão divulgados no dia 11 de outubro de 2023 na Secretaria Municipal de Educação, através de publicação no diário oficial do município afixado no mural da secretaria da Educação.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**13.1** O candidato que desejar interpor recurso (s) contra o resultado do processo seletivo poderá fazê-lo presencialmente até 48 horas a partir dos resultados, na Secretaria Municipal de Educação, CEP:58893-000, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas de acordo com o **Anexo VII**;

**13.2** Em hipótese alguma serão aceitos recursos sem a devida fundamentação ou identificação, ou interpostos através de procuração, fax ou correio eletrônico.

**13.3** Os resultados dos recursos julgados procedentes serão publicados no Diário Oficial do município e no mural da Secretaria Municipal de Educação, em até dois dias úteis.

**13.4** O resultado final do processo seletivo será divulgado no Diário Oficial do município e mural da secretaria municipal de Educação.

**13.5** As atividades desenvolvidas pelos diretores e diretores adjuntos contratados, no âmbito do Programa não gerando vínculo de natureza empregatícia.

**13.6** A realização da inscrição implica conhecimento e aceitação do previsto no edital.

**13.7** Não serão fornecidos atestados ou certificações seletivas a classificação ou pontuação dos candidatos, sendo que os resultados serão publicados de acordo com a ordem de classificação no diário oficial do Município de São José do Brejo do Cruz.

**13.8** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo.

São Jose do Brejo do Cruz-PB, 28 de setembro de 2023.

**ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

## ANEXO I

### MODELO DE CURRÍCULO PARA PROVA DE TÍTULOS

DADOS DA INSCRIÇÃO		
Nº DA INSCRIÇÃO	ESCOLA A QUAL CONCORRE A VAGA DE GESTOR(A) ESCOLAR	CÓD. DA UNIDADE ESCOLAR

## CURRICULUM VITAE

PRESTAR APENAS AS INFORMAÇÕES PASSÍVEIS DE CONFIRMAÇÃO		
DADOS PESSOAIS:		
Nome:	Matrícula:	
Identidade (RG):	CPF:	Data de nascimento: ____/____/____
Naturalidade:	Estado Civil:	
Endereço:	Nº:	
Bairro:	Cidade:	Cep:
Telefone:	Telefone:	
Email:		

## SITUAÇÃO FUNCIONAL ATUAL

UNIDADE ESCOLAR EM QUE TRABALHA	
CARGO/FUNÇÃO QUE EXERCE	

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DEVIDAMENTE COMPROVADA

CARGO / FUNÇÃO				NA ESCOLA MUNICIPAL ONDE PLEITEIA A VAGA DE DIRETOR(A)					
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
		1 ano		2 anos					
CARGO / FUNÇÃO				EM OUTRA ESCOLA OU QUALQUER SECRETARIA OU AUTARQUIA MUNICIPAL					
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos
		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	5 anos

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL DEVIDAMENTE COMPROVADA

DOUTORADO					
NOME DO CURSO	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO DA INSTITUIÇÃO	UF	DATA DE CONCLUSÃO	CH.
MESTRADO					
NOME DO CURSO	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO DA INSTITUIÇÃO	UF	DATA DE CONCLUSÃO	CH.
ESPECIALIZAÇÃO					
NOME DO CURSO	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO DA INSTITUIÇÃO	UF	DATA DE CONCLUSÃO	CH.
LICENCIATURA					
NOME DO CURSO	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO DA INSTITUIÇÃO	UF	DATA DE CONCLUSÃO	CH.
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COM NO MÍNIMO 160 HORAS EM GESTÃO ESCOLAR					
NOME DO CURSO	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO DA INSTITUIÇÃO	UF	DATA DE CONCLUSÃO	CH.

## OBSERVAÇÕES:

1. Todas as informações referentes a formação acadêmica ou tempo de serviço, devem ser devidamente comprovadas conforme os critérios descritos do Edital \_\_\_\_/2023 do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas para a Função Gratificada de Diretor(a) Escolar;
2. As cópias de todos os documentos apresentados devem ser autenticadas ou acompanhadas dos originais para serem conferidos no ato do recebimento pela SME;
3. Prestar declaração falsa implica em crime de falsidade ideológica, na forma do Art. 299 do Código Penal (Decreto – Lei Federal nº 2.848/1940).

\_\_\_\_ – PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

Assinatura do Candidato

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO PADRÃO

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula funcional nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) para participar do Processo Seletivo Simplificado – PSS para a Função Gratificada de Diretor(a) Escolar, declaro que não estou respondendo e nem estou apenado em inquérito administrativo, até a presente data.

Declaro também, que não possuo grau de parentesco com nenhum membro ocupante dos cargos da Comissão Temporária do Processo Seletivo Simplificado.

Declaro por fim, que estou há \_\_\_\_\_ anos, em efetivo exercício na atividade de magistério na rede pública municipal e tenho exercido período superior a dois anos em regência de sala de aula, e que conforme item \_\_\_\_\_ deste edital, que tenho disponibilidade para o cumprimento da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais estabelecida pelo Edital nº \_\_\_\_/SME, que dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado para Diretor (a) Escolar da Prefeitura Mun. de \_\_\_\_\_ – PB.

Declaro, ainda, que estou ciente do item \_\_\_\_\_, do Edital regulamentador deste Processo Seletivo Simplificado, que estabelece: “A prestação de declaração falsa, inexata e a não apresentação de qualquer documento exigido importará em insubsistência de inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente.”

Estou ciente que prestar declaração falsa implica em crime de falsidade ideológica, na forma do Art. 299 do Código Penal (Decreto – Lei Federal nº 2.848/1940).

\_\_\_\_\_ – Paraíba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

Assinatura do(a) Candidato (a)

### ANEXO III

#### MODELO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

**CAPA:** Deve constar o nome do candidato, cargo que está concorrendo, matrícula funcional

**CONTRACAPA:** Nome do candidato, nome da Unidade Escolar, endereço, meios de comunicação da escola, Etapas da Educação Básica atendidas

#### I. Dados de Identificação do Proponente:

- Nome completo do proponente;
- Nº CPF, R.G. e matrícula funcional;
- Endereço de e-mail;
- Telefone;
- Formação acadêmica;
- Função atual.

#### II. Introdução

- Apresentação clara e objetiva do Plano de Gestão Escolar

#### III Diagnóstico da atual situação da Unidade de Ensino:

- Introdução: Breve histórico da Unidade de Ensino; Etapas e modalidades atendidas pela Unidade de Ensino, composição da comunidade escolar;
- Diagnostico socioeconômico;
- Diagnostico da Dimensão pedagógica da escola;
- Diagnostico da dimensão administrativa e financeiro;
- Diagnóstico da dimensão física.

#### IV. OBJETIVO GERAL

- Descrever o Objetivo Geral que você busca alcançar nessa escola

#### V. JUSTIFICATIVA

- Justifique seu plano de gestão com base na melhoria dos indicadores de aprendizagem dos estudantes e contribuições de retorno para a comunidade escolar e local.

#### VI. METAS E AÇÕES:

**1. O PLANO DE PLANO DE TRABALHO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO** é baseado no Parecer 04/2021 CNE – Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC – Diretor Escolar), para gestão de qualidade da educação, por meio da Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (**Anexo \_\_\_\_ do Edital \_\_\_\_/2023 – PSS DIRETOR(A) ESCOLAR**) em suas seguintes dimensões e deve contemplar as seguintes dimensões:

A. DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL					
META:					
PROPOSTAS DE AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
B. DIMENSÃO PEDAGÓGICA					
META:					
PROPOSTAS DE AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
C. DIMENSÃO ADMINISTRATIVO – FINANCEIRA					
META:					
PROPOSTAS DE AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
D. DIMENSÃO PESSOAL E RELACIONAL					
META:					
PROPOSTAS DE AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO

#### VII. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1. Definição do período que as ações do referido plano serão monitoradas e avaliadas e quem vai participar desse processo para o alcance das ações previstas no PPP.

#### VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Abordagem de situações, caso necessário, que inviabilizem ou viabilizem o desenvolvimento das ações, estratégias, metas com foco nos objetivos do referido Plano de Gestão Escolar.

#### IX. REFERÊNCIAS

1. Referências utilizadas para a elaboração do Plano de Gestão Escolar.

### ANEXO IV

## MATRIZ NACIONAL COMUM DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR

### Introdução

Este documento tem por objetivo apresentar uma proposta de Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, tendo em vista a importância e a necessidade

de nosso país construir um conjunto de parâmetros para a atuação desse profissional da educação, em compasso com as demandas estabelecidas pela normatização da educacional nacional.

A Constituição Federal - CF de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), indicam a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais da educação escolar, a gestão democrática do ensino público, a garantia de um padrão de qualidade, entre outros, como princípios sobre os quais a educação brasileira se edifica. A condução da escola, sob a inspiração e determinação desses princípios, cabe ao diretor, o qual, entre muitas outras, tem as atribuições de coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica, garantir o cumprimento do plano de trabalho de cada docente, articular a escola com as famílias e a comunidade, conduzindo-a a estabelecer ações destinadas à promoção da cultura de paz, tornando-a um ambiente seguro e pedagogicamente rico. Para tanto, respeitando e ajudando a elaborar as normas da gestão democrática da rede ou sistema de ensino no qual atue, deve garantir a participação dos profissionais da escola na elaboração do projeto político-pedagógico, bem como a participação das comunidades escolar e local no conselho escolar. Portanto, seu papel é determinante na garantia de uma escola pública de qualidade para todos.

O escopo da Matriz apresentada neste documento é o de parametrizar os diversos aspectos concernentes à função do diretor escolar, auxiliando com isto a definição de políticas nacionais, estaduais e municipais de escolha, de acompanhamento e de avaliação do trabalho dos diretores escolares, bem como de sua qualificação, em termos de formação inicial e continuada nas redes e sistemas públicos de ensino. Esse objetivo geral se traduz em *Competências*, organizadas em dimensões, atribuições, práticas e ações que integram um conjunto mínimo de expectativas em âmbito nacional. Neste sentido, propõe-se a noção de uma Matriz Comum que destaca os aspectos mais relevantes e importantes da função do diretor escolar no contexto brasileiro.

### A relevância do diretor escolar

A atuação do diretor escolar concorre diretamente para a qualidade do trabalho realizado na escola e é destacada em diversas pesquisas sobre gestão e liderança escolar, a partir de diferentes abordagens e contextos. Importantes pesquisadores deste campo consideraram recentemente que:

A liderança escolar tem efeito significativo nas características da organização escolar o que influencia positivamente a qualidade do ensino e da aprendizagem. Embora moderado, esse efeito de liderança é vital para o sucesso da maioria dos esforços de melhoria escolar (LEITHWOOD; HARRIS; HOPKINS, 2020, p. 6, tradução nossa).

Desde a última década, os organismos internacionais têm dedicado especial atenção ao trabalho do diretor destacando sua relevância para o sucesso do trabalho escolar.

Entendemos que os relatórios de pesquisas e documentos publicados neste período sobre o tema têm funcionado como importantes indutores de políticas nacionais para a definição de *Competências* esperadas para o trabalho do diretor escolar. Assim, selecionamos alguns deles para a discussão introdutória.

Em 2010, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE publicou o documento “*Improving School Leadership*” (OECD, 2010), “Melhorando a Liderança Escolar” em tradução livre. Tendo como referência os estudos anteriores sobre a Liderança Escolar (*Improving School Leadership*, v. 1 e 2, 2008), este documento teve como foco o desenvolvimento profissional de diretores escolares. De acordo com a apresentação do material, ele foi elaborado para ajudar os decisores políticos, profissionais e outros interessados a analisarem políticas e práticas de liderança escolar. O material reforça a importância do trabalho do diretor em criar um ambiente propício na escola para a melhoria das práticas de sala de aula e para a aprendizagem escolar. Para isso, chama atenção a atuação do diretor em:

- I) Apoiar, avaliar e possibilitar o desenvolvimento do trabalho docente (avaliação e monitoramento dos professores, investimento no desenvolvimento profissional de professores, manutenção de culturas colaborativas de trabalho);
- II) Definir metas, avaliações e responsabilidades (destaca-se a autonomia/discrecionalidade do diretor para estabelecer metas e planejar, além do uso de dados para beneficiar os estudantes);
- III) Gestão estratégica dos recursos (uso estratégico dos recursos humanos e financeiros, alinhando-os aos propósitos pedagógicos);
- IV) Sistema de Liderança (atuação para além dos limites da escola, estabelecendo relações com outras escolas para a troca de experiências e boas práticas).

Em 2013, a OCDE lançou o “*Learning standards, teaching standards and standards for school Principals: a comparative study*”, em tradução livre “*Padrões de aprendizagem, padrões de ensino e padrões para o Diretor Escolar: um estudo comparativo*”. O documento traz um relatório de pesquisa desenvolvido pelo Centro de Estudos para Políticas e Práticas em Educação - CEPPE, do Chile, sobre as iniciativas governamentais de alguns países para estabelecer padrões para a aprendizagem, o trabalho docente e o trabalho dos diretores escolares. O Brasil está entre os 11 países do levantamento, mas não apresentava dados para os dois últimos temas (OECD, 2013, p. 48-60). Destaca-se a relevância que o documento traz para o estabelecimento de padrões como referência para o trabalho do diretor escolar, abordando o processo de implementação destes referenciais.

A partir de um estudo com os dados do *Teaching and Learning International Survey* - TALIS 2013, que em tradução livre significa: Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizado, a OCDE apresentou em 2016 um relatório que sumariza os principais resultados encontrados sobre a relação entre características da liderança escolar e os resultados dos estudantes, destacando a importância de aperfeiçoar os processos de preparação, seleção, indução, formação e avaliação de diretores escolares.

Ainda que considere que as especificidades de cada país e suas características contextuais sejam determinantes para a definição do perfil de liderança e das estratégias adotados pelos diretores escolares, o estudo aponta algumas recomendações a partir dos achados nos dados dos 38 países envolvidos (incluindo Brasil). Em especial, destaca a relevância da liderança do diretor para os resultados escolares, estabelecendo ambientes colaborativos para as equipes, o que favorece a aprendizagem dos estudantes.

A partir desse resultado, o documento recomenda que os sistemas de ensino considerem a questão da liderança na escola para a formação – inicial e continuada – de diretores escolares.

Publicado pela Unesco em 2018, o relatório "*Activating Policy Levers for Education 2030: The Untapped Potential of Governance, School Leadership, and Monitoring and Evaluation Policies*" (em tradução nossa: "Ativando dispositivos políticos para Educação 2030: o potencial inexplorado de governança, liderança escolar, de monitoramento e avaliação de políticas"), propõe uma agenda de políticas públicas educacionais que considere cinco áreas relacionadas às características do trabalho do diretor: a) as metas e responsabilidades dos diretores; b) seleção e recrutamento de diretores; c) avaliação de diretores; d) preparação e desenvolvimento profissional de diretores; e) condições de trabalho e carreira docente dos diretores escolares. O texto ainda destaca que a definição do primeiro item – metas e responsabilidades dos diretores – é fundamental para a coerência interna na definição e organização das outras áreas mencionadas.

Assim, considerando esse contexto em que as pesquisas e agências internacionais apontam tanto a relevância do trabalho do diretor escolar quanto a necessidade de definição de parâmetros locais para esse profissional da educação, realizamos um levantamento em 13 países<sup>2</sup> dos cinco continentes sobre as iniciativas encaminhadas nessa direção. A pesquisa, conduzida através de documentos oficiais de cada país, teve como objetivo levantar insumos para a produção deste documento nacional de referência para a Matriz de Competências do Diretor Escolar.

Também promovemos uma busca na legislação dos estados brasileiros, do Distrito Federal e dos municípios capitais, para verificar se e como tratam a questão das *Competências* do diretor escolar. Dos 53 entes federados (26 estados, 26 municípios capitais e o Distrito Federal), encontramos legislação que trata da questão em 29 deles (54,7%) e percebemos uma proximidade grande entre os casos, mas observamos que a maioria busca listar atribuições e responsabilidades do cargo/função e pouco propõem sobre as *Competências* para o exercício profissional do diretor escolar.

E, ainda, realizamos uma busca na legislação nacional, em particular na Constituição Federal, de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 13.005/2014), em documentos de referência nacional, bem como em políticas e programas nacionais que potencialmente oferecessem indicações sobre as formas como vem se operando e definindo as *Competências* do diretor escolar.

Portanto, esses levantamentos foram pontos de partida, com a finalidade de contribuir com a construção desta Matriz Nacional, cuja leitura cuidadosa e crítica auxiliou-nos na produção das dimensões que organizam as *Competências* do diretor escolar. Buscou-se verificar se as proposições feitas correspondem às demandas e à realidade escolar e, de outro lado, analisou-se as insuficiências e as ausências de atribuições, responsabilidades ou dimensões do trabalho do diretor escolar.

Essa incursão nacional e internacional em pesquisas e marcos legais sobre as competências e atribuições dos diretores escolares resultou em uma primeira versão do documento que foi apresentada para a discussão e validação inicial. Tal discussão foi realizada com dois grupos compostos de uma amostra de diretores escolares das redes municipais e estaduais de ensino de todas as regiões brasileiras, além de representantes das secretarias municipais e estaduais de educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. Em duas reuniões técnicas planejadas e mediadas para promover a discussão reflexiva sobre o documento (recebido com antecedência pelos participantes), destacou-se

a relevância da proposição e os ajustes, as sugestões foram consideradas a partir das diversas experiências dos participantes.

2 África do Sul, Austrália, Canadá (Ontário), Chile, Costa Rica, Escócia, Estados Unidos, França, Inglaterra, Israel, México, Moçambique e Singapura

Assim, fruto de um amplo trabalho de pesquisa e de diálogo, este documento traduz uma reflexão aprofundada e se propõe como uma referência para os debates e para a normatização da temática no país. Destaca-se aqui a relevância desta Matriz Nacional Comum de Competências para o Diretor Escolar, no sentido de estabelecer parâmetros e referências para as políticas que norteiam o trabalho deste profissional, considerando desde os processos de escolha de diretores até o acompanhamento de sua rotina, passando pela formação inicial e continuada. Reforça-se, então, o caráter sistêmico que este documento pretende, considerando, também, os aspectos relacionados à estrutura e equipe de trabalho e à formação desses profissionais.

## Estrutura, Equipe e Formação

O trabalho escolar é essencialmente coletivo. A escola de educação básica é uma instituição que atende e forma crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas suas três etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e nas distintas modalidades (educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação do campo, educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação a distância). Nessa instituição educativa, as pessoas trabalham desempenhando funções profissionais específicas, mas operam coletivamente. Assim, entendemos que os resultados da escola são o produto dos esforços de toda a equipe de profissionais, de seus estudantes e familiares envolvidos no processo educativo.

A coordenação desse processo cabe ao diretor escolar, o qual necessita, para que possa desempenhar suas funções apropriadamente, ter consigo uma equipe de gestão escolar condizente com a responsabilidade da função, a complexidade, o tamanho e a localização da escola.

A segurança no ambiente escolar é determinante. As pessoas que estudam e trabalham na escola necessitam se sentir acolhidas e protegidas durante toda a trajetória (diária) escolar, assim, é preciso que o poder público constitua as condições de segurança adequadas e compatíveis com os desafios e problemas sociais e territoriais que a contemporaneidade coloca à escola. Isto implica desde apoio à segurança patrimonial e, principalmente, às pessoas, chegando a toda estrutura da rede de proteção à criança e ao adolescente.

As chances de melhor desempenho escolar e maior sucesso no processo educativo são diretamente proporcionais também às condições de trabalho que as escolas dispõem, neste sentido, a função social da escola para ser bem desenvolvida demanda uma estrutura de condições materiais e estruturais adequadas ao trabalho pedagógico, com ambientes limpos e arejados, espaços adequados às práticas pedagógicas, equipamentos atualizados e com boas condições de funcionamento, materiais apropriados ao projeto formativo, entre outras diversas condições. O diretor escolar também necessita de um ambiente compatível com o exercício da sua função.

Finalmente, a escola é o lugar onde docentes ensinam, mas também aprendem, seja por meio das experiências profissionais e pessoais, seja por meio de ações de formação continuada. É da condição docente a permanente atualização, a busca pelo conhecimento, pelos novos saberes e abordagens e pelas novas metodologias de ensino.

O mesmo se estende ao diretor escolar, que também deve constantemente buscar saber mais e melhor sobre a educação como um todo, sobre gestão e a organização escolar e sobre o processo educativo em particular. Para ambos, professores e diretores, além dos demais profissionais da educação, as oportunidades de formação continuada devem constantemente ser buscadas pelos próprios profissionais, mas devem, antes de tudo, ser asseguradas pelo sistema ou rede de ensino.

Tendo destacado alguns dos aspectos concernentes ao contexto de trabalho do diretor escolar, iniciamos a apresentação da Matriz pela definição de “*Competências*” adotada neste trabalho.

### Breves notas sobre a noção de *Competências*

Tanto a literatura especializada, quanto as peças normativas, passando pelos currículos dos programas de formação inicial e continuada e, ainda, a própria prática cotidiana nas escolas, redes e sistemas de ensino, têm formas distintas de compreender a ideia de *Competências*, inclusive na perspectiva terminológica, alcançando variações que vão de atribuições, responsabilidades, funções, padrões, habilidades, fatores, etc.

Reconhecendo que as palavras ganham significados distintos a depender do contexto da comunicação e das pessoas envolvidas, vimos como necessário discutir, ainda que brevemente, a noção de *Competências* que utilizamos nesta matriz.

Inicialmente, tratando do mundo corporativo, ALLES (2002) discute a instituição e o exercício de uma “gestão por competências” e de uma “avaliação por competências”.

A autora opta pela definição de SPENCER e SPENCER (1992, apud ALLES, 2002, p.78, nossa tradução): “*competência é uma característica subjacente ao indivíduo que está casualmente relacionada com um padrão de efetividade e/ou a uma performance superior em um trabalho ou situação.*”. De acordo com os mesmos autores, as *Competências* podem ser de cinco tipos: Motivação, Características, Autoconceito, Conhecimento e Habilidades.

Na literatura francesa sobre o tema, LEVY-LEBOYER (1992, apud ALLES 2002, p. 84) define *Competências* como: “*uma série de comportamentos que certas pessoas possuem mais que outras, que as transformam em mais eficazes para uma situação dada*”.

A autora apresenta uma lista de *Competências* que seriam universais em quatro grandes áreas: Intelectuais, Interpessoais, Adaptabilidade e Orientação a resultados.

Outra autora francesa, JOLIS (1998, apud ALLES, 2002) destaca que as *Competências* são diferentes entre si, mas se correlacionam, e as agrupa em quatro tipos:

Teóricas, Práticas, Sociais e de Conhecimento. Entendendo que as três primeiras convergem no último tipo.

Aplicando a proposta de escalas de *Competências* de ALLES (2002) no campo educacional, VILELA-TROVINO e TORRES-ARCADIA (2015) propõem um modelo para avaliação de diretores escolares para o contexto mexicano.

Também em referência à definição de *Competências* para o trabalho de diretores escolares, a Universidade de Virgínia, nos EUA, produziu o documento “*Using competencies to improve school turnaround principal success*” (STEINER; HASSEL, 2011), “Usando competências para melhorar o sucesso de diretor escolares em recuperação” em português, com tradução livre. O documento utiliza a mesma definição de *Competências* de SPENCER e SPENCER citada por ALLES (2002). STEINER e HASSEL (2011) destacam a importância de se conhecer os tipos e níveis de *Competências* esperados para o trabalho de diretor escolar e para o sucesso do trabalho na escola, especialmente para a garantia da aprendizagem de seus estudantes. De acordo com STEINER e HASSEL (2011), as *Competências* definidas a partir de evidências ajudariam não só a selecionar diretores de forma mais adequada, mas também a avaliá-los e ajudá-los a melhorar onde precisam.

Na literatura educacional nacional, MARINHO-RABELO e ARAÚJO (2015, p. 448) propõem:

Compreender a noção de competência em uma dimensão ampla, contemplando não só aspectos racionais, cognitivos ou mentais, mas também processos intersubjetivos, afetivos, socioculturais, torna-se premente em um cenário no qual as subjetividades perpassam processos educativos e por eles são transformados.

Os autores destacam que atualmente, com mais ênfase nas organizações e empresas, “*o termo competência foi sendo associado a uma variedade de atributos como capacidades, aptidões, qualificações que seriam adequados e esperados à execução de determinadas atividades profissionais*” (MARINHO-RABELO e ARAÚJO, 2015, p. 449). Os autores criticam a tendência ao termo ser aplicado para se referir ou definir atributos pessoais e individuais, sem levar em conta a coletividade e contexto em que são construídos. Assim, estudos mais recentes têm indicado que o desenvolvimento/manifestação de *Competências* envolve mais do que conhecimentos e habilidades, mas também recursos subjetivos “*entendidos tanto como capacidades cognitivas, afetos, desejos quanto saberes, conceitos, posturas, atitudes*” (MARINHO-RABELO e ARAÚJO, 2015, p. 450). Assim, ser competente caracteriza-se por, diante de uma situação problema, mobilizar esses recursos, comportamentos e conhecimentos disponíveis e articulá-los aos pontos críticos identificados, para que seja possível tomar decisões e fazer encaminhamentos adequados e úteis ao enfrentamento da situação (ARAÚJO, 2003, apud MARINHO-RABELO e ARAÚJO, 2015, p. 451).

Ao tratar especificamente sobre a construção de Matrizes de Referência para a avaliação de *Competências*, MARINHO-RABELO e ARAÚJO (2015) destacam que, operacionalmente, esta matriz

deve ser construída tendo como base fundamental o perfil de formação esperado. O perfil pode ser elaborado a partir da literatura ou de análises, estudos e categorizações originadas em documentos, projetos, legislação. Entrevistas, observações e outras metodologias podem também subsidiar a construção do perfil (MARINHO-RABELO e ARAÚJO, 2015, p. 458).

Tais leituras são fundamentais para uma compreensão crítica do conceito e seu uso apropriado. Neste documento, entendemos a direção escolar como uma função3 “*de coordenação político-pedagógica e institucional [...] da escola. Normalmente, é desempenhada por um profissional da educação [...]*” (GOUVEIA & SOUZA, 2010, p. 175), cujas responsabilidades demandam *Competências* que se traduzem em um conjunto de conhecimentos, de habilidades e de atitudes que geram impactos no trabalho do diretor e na condução da gestão escolar. Estas *Competências* possibilitam desempenhos profissionais compatíveis com as necessidades educacionais da escola, na garantia do direito à educação para todos, conforme art. 205 da Constituição Federal de 1988. Elas incluem o domínio de conceitos e procedimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais e, ainda, atitudes e procedimentos direcionados à coordenação geral da escola.

Portanto, adotamos o termo *Competências* na produção desta Matriz considerando sua característica multidimensional, que abrange as dimensões citadas acima que são reconhecidas através de práticas e ações profissionais. Cabe destacar a natureza “inter-relacional” e interdependente das dimensões considerando que algumas práticas e ações transitam entre mais de uma dimensão.

3 A direção escolar, na esfera pública brasileira, é tratada como um cargo ou como uma função. Essa questão tem um componente legal e é evidentemente complexa, pois se localiza no centro das discussões sobre a (in)constitucionalidade da legislação sobre os processos de escolha de diretores. Em nosso entendimento, ela se configura mais como uma função do que como um cargo.

Este documento propõe um desenho da Matriz de Competências em quadros que

expressam quatro dimensões, nos quais as *Competências* são listadas, descritas e correlacionadas às atribuições, práticas e ações esperadas. Tais dimensões estão organizadas em blocos que sinalizam aspectos do contexto institucional e político da escola; da função pedagógica, elemento central na escola; dos aspectos administrativos e financeiros da gestão escolar; das *Competências* pessoais e relacionais do diretor.



A ordem de organização das dimensões não foi aleatória. Iniciamos apresentando a dimensão Político-Institucional considerando a instituição escola em seu papel social, dando relevância às competências do diretor na liderança da escola na direção da garantia do direito fundamental à educação. Em seguida, apresentamos a dimensão Pedagógica, destacando a função primeira e específica da escola e considerando o papel do diretor na efetivação de aprendizagens de qualidade. Na sequência, apresentamos a dimensão Administrativo-Financeira, abordando os requisitos técnicos e operacionais que viabilizam a realização do trabalho escolar. Por fim, a dimensão das competências Pessoais e Relacionais, definindo, mais do que um perfil esperado, uma referência de atitudes e posicionamentos que favorecem o trabalho do diretor escolar.

## REFERÊNCIAS

- ALLES, M. *Desempenho por competências: Evaluación de 360°*. Buenos Aires: Granica, 2002.
- BOLÍVAR, A. *La planificación por competencias en la reforma de Bolonia de la educación superior: un análisis crítico. ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 9, p. 68-94, 2008. DOI: 10.20396/etd.v9in.esp.728. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/728>.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/1992 a 108/2020*. Brasília: Palácio do Planalto.
- Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: Palácio do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Palácio do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).
- BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Brasília: Palácio do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/13005.htm).
- COSTA, T. A. *A noção de competência enquanto princípio de organização curricular*. *Revista Brasileira de Educação*, ago. 2005 n. 29. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a05.pdf>.
- CHIZZOTTI, A. *Currículo por competência: ascensão de um novo paradigma curricular*. *Educação e Filosofia*, 26 (52), 429-448. 2012. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v26n52a2013-p429a448>.
- EITHWOOD, Kenneth; HARRIS, Alma; HOPKINS, David. (2020). *Seven strong claims about successful school leadership revisited*. *School Leadership & Management*, v. 40, n. 1, p. 5-22.
- MARINHO-ARAUJO, C. M.; Rabelo, M. L. *Avaliação educacional: a abordagem por competências*. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 443-466, jul. 2015.
- OECD (2010) Stoll, L.; Temperley, J. *Improving School Leadership*. Paris: OCDE Publishing. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/education/improving-school-leadership\\_9789264083509-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/education/improving-school-leadership_9789264083509-en#page1).
- OECD (2013) *Learning standards, teaching standards and standards for school principals: a comparative study*. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k3tsjqtp90v-.pdf?expires=1601425369&id=id&accname=guest&checksum=BC81C0FECC0997B9740C6A5EB5B19D90>.
- OECD (2013). *Teaching and Learning International Survey (TALIS) - 2013 Results*. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/talis-2013-results.htm>.
- OECD (2016) *School Leadership for Learning: Insights from TALIS 2013*. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/education/schoolleadership-for-learning\\_9789264258341-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/education/schoolleadership-for-learning_9789264258341-en#page1).
- SILVA, M. R. *Currículo e competências: a reforma do Ensino Médio e as apropriações pelas escolas*. *Educação Unisinos*. 14 (1):17-26, janeiro/abril 2010. Doi: 10.4013/edu.2010.141.03. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/148/27>.
- SILVA, M. R. *A formação de professores reformada: a noção de competências e a produção do controle*. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 195-210, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a10.pdf>.
- SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B. *Diretores de escolas públicas: aspectos do trabalho docente*. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 173-190, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/er/nspe\\_1/09.pdf](https://www.scielo.br/pdf/er/nspe_1/09.pdf).
- STEINER, L.; HASSEL, E. F. *Using Competencies to Improve School Turnaround Principal Success*. Public Impact: Chapel Hill, 2011.
- UNESCO. *Activating policy levers for Education 2030: the untapped potential of governance, school leadership, and monitoring and evaluation policies*. Paris: UNESCO, 2018.
- VILLELA-TREVIÑO, R.; TORRES-ARCADIA, C. C. *Modelo de Competencias como Instrumento de Evaluación de la Dirección Escolar*. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, 8(2), 41-56, 2015.

## ANEXO V

### MATRIZ NACIONAL COMUM DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR

DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL		
Competências	Descrição	Atribuições/Práticas/Ações esperadas
A.1) Liderar a gestão da escola	O diretor desenvolve, reforça, revisa e fortalece os valores, princípios e metas da escola, coletivamente. O diretor usa uma variedade de métodos e tecnologias de gestão de dados para garantir que os recursos e trabalhadores da escola sejam organizados e dirigidos de forma eficiente, adequada e com qualidade para fornecer um ambiente de aprendizagem eficaz e de desenvolvimento seguro. Isso inclui a delegação apropriada de tarefas aos membros da equipe, o acompanhamento das responsabilidades partilhadas e o apoio à execução.	Desenvolver e gerir democraticamente a escola, exercendo uma liderança colaborativa e em diálogo com os diferentes agentes escolares. • Conhecer as legislações e políticas educacionais, os princípios e processos de planejamento estratégico, os encaminhamentos para construir, comunicar e implementar uma visão compartilhada. • Liderar a criação de rede de comunicação interna e externa de interação que se reflita em um clima escolar de colaboração. • Desenhar, em colaboração com os demais agentes escolares, uma visão de futuro da escola, que se refletirá na construção coletiva de um plano de trabalho a ser aplicado de forma colaborativa. • Identificar necessidades de inovação e melhoria que sejam consistentes com a visão e os valores da escola e sejam afirmadas também pelos resultados de aprendizagem dos estudantes.
A.2) Trabalhar/Engajar com e para a comunidade	O diretor escolar deve ter capacidade de análise do contexto intra e extra escolar, com base no conhecimento sobre as características socioeconômicas, políticas, culturais, as questões atuais, as possíveis tendências futuras que afetem a comunidade escolar e os múltiplos recursos que estão disponíveis na	Incentivar a participação e a convivência com a comunidade local, por meio de ações que estimulem seu envolvimento no ambiente escolar. • Fortalecer vínculos, propor e desenvolver iniciativas educacionais, sociais e culturais com instituições comunitárias (como associações de moradores, conselhos de segurança, unidades de saúde e outros).

	comunidade em geral, entre outras variáveis de contexto que possam emergir.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolver as famílias e a comunidade de maneiras significativas, recíprocas e mutuamente benéficas para qualificar o projeto político-pedagógico e o bem-estar de cada estudante.</li> <li>• Participar e fomentar o debate sobre a construção das políticas educacionais.</li> <li>• Incentivar e apoiar os colegiados que envolvem a comunidade, como o Conselho Escolar e as associações de pais (e mestres) e, quando for o caso, o grêmios estudantil, envolvendo-os no planejamento e acompanhamento das atividades escolares, mantendo uma interface permanente de diálogo informado e transparente com todos os envolvidos.</li> <li>• Planejar estratégias que possibilitem a construção de relações de cooperação e parceria com a comunidade local.</li> <li>• Manter contato, comunicar-se e trocar experiências com diretores de outras escolas.</li> </ul>
A.3) Implementar e coordenar a gestão democrática na escola	O diretor administra a unidade escolar em consonância com as diretrizes da gestão democrática registradas na legislação nacional e nas normativas do sistema/rede de ensino a que a escola pertence, garantindo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico e das comunidades escolar e local no Conselho Escolar.	Constituir espaços coletivos de participação, tomada de decisões, planejamento e avaliação. Ampliar a participação dos sujeitos da escola, incentivando, valorizando e dando visibilidade à participação nos espaços institucionais, enquanto canais de informação, diálogo e troca abertos a toda a comunidade escolar. Garantir pleno acesso às informações sobre as atividades, ocorrências e desafios da escola para as pessoas que trabalham, estudam ou têm seus filhos/tutelados na escola. Ter a democracia como eixo fundamental da ação da escola, tanto em seus princípios, quanto metodologicamente, incluindo as questões de ensino aprendizagem e de garantia do direito à educação. Incentivar e apoiar os colegiados da escola, inclusive a organização estudantil, quando couber. Estabelecer mecanismos de elaboração, consulta e validação do projeto político-pedagógico da escola, junto à comunidade escolar. Garantir a publicidade nas prestações de contas e disponibilizar informações, tomando a iniciativa de tornar públicos os documentos de interesse coletivo, ainda que não solicitados. Prestar aos pais ou responsáveis informações sobre a gestão da escola e sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Realizar avaliação institucional, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.
A.4) Responsabilizar-se pela escola	O diretor é o responsável geral pela escola, garantindo as condições de funcionamento adequado à sua função social.	Representar a escola no plano interno e externo. Zelar pelo direito à educação e à proteção integral da criança e do adolescente. Promover estratégias de monitoramento da permanência dos estudantes. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, o Regimento Escolar e o calendário escolar. Produzir ou supervisionar a produção e atualização de relatórios, registros e outros documentos sobre a memória da escola e das ações realizadas.
A.5) Relacionar-se com a administração do sistema/rede de ensino	O diretor deve relacionar-se articuladamente com as instâncias de administração do sistema/rede de ensino, bem como com outras instituições e instâncias que mantêm algum grau de relacionamento com o desenvolvimento das funções da escola. Contribuir para a integração e funcionalidade da escola no âmbito da rede de ensino.	Zelar pela fidedignidade dos dados e informações fornecidas ao sistema/rede de ensino. Conhecer a legislação concernente à educação, e pautar-se por ela nas relações com a administração do sistema/rede de ensino. Atuar em consonância com a política educacional.
A.6) Coordenar as ações que promovem a segurança na escola	O diretor deve zelar pela segurança e pela integridade física, psicológica e moral das pessoas que trabalham e estudam na escola.	Desenvolver mecanismos para prevenção a todas as formas de violência. Manter articulação com as instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente. Implementar as disposições legais relativas à segurança do estabelecimento de ensino. Divulgar instruções de segurança, zelando para sua efetiva compreensão e promovendo a corresponsabilidade dos agentes escolares nesse âmbito. Realizar ações preventivas relacionadas à segurança de todos e da escola.
A.7) Desenvolver uma visão sistêmica e estratégica	O diretor precisa ser capaz de pensar a escola de forma sistêmica, criativa e antecipatória, analisar contextos emergentes, tendências e aspectos-chave para determinar suas implicações e possíveis resultados em uma perspectiva local e global.	Conhecer e analisar o contexto local, político, social e cultural, sabendo que esse terá impacto na sua atividade. Conduzir a criação e o compartilhamento da visão estratégica, <i>ethos</i> e objetivos para o estabelecimento de metas para a comunidade escolar que considere altas expectativas de aprendizagem para todos. Desenvolver raciocínio estratégico para o planejamento escolar. Elaborar e colocar em ação um Plano de Gestão alinhado ao Projeto Político-Pedagógico. Promover avaliação da gestão escolar de forma participativa, adequando e aprimorando estratégias e planos de ações.
<b>B. DIMENSÃO PEDAGÓGICA</b>		
B.1) Focalizar seu trabalho no compromisso com o ensino e a aprendizagem na escola	O diretor tem a responsabilidade fundamental no desenvolvimento de uma cultura de ensino aprendizagem eficaz e efetiva, realizando os objetivos acadêmicos e educacionais da escola. Cabe a ele liderar, coordenar e conduzir o trabalho coletivo e colaborativo para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes em todos os aspectos de seu desenvolvimento.	Conhecer as características pedagógicas próprias das etapas e modalidades de ensino que a escola oferece. Incentivar práticas pedagógicas ligadas à melhoria da aprendizagem nas etapas e modalidades de ensino ofertadas, bem como sua disseminação. Conhecer a Base Nacional Comum Curricular para as etapas e modalidades de ensino ofertadas na escola. Conhecer os fatores internos e externos à escola que afetam e influenciam a aprendizagem dos estudantes. Coordenar a construção de consensos – especialmente do corpo docente – em torno de expectativas altas e equânimes da aprendizagem para toda a escola. Incentivar e apoiar a formação continuada do corpo docente da escola, focalizada no ensino e aprendizagem de qualidade.
B.2) Conduzir o planejamento pedagógico	O diretor promove, lidera e articula a construção coletiva da proposta pedagógica e do plano de gestão da escola.	Conduzir a elaboração de uma proposta pedagógica colaborativa e consistente para a escola. Coordenar e participar da criação de estratégias de acompanhamento e avaliação permanente do aprendizado e do desenvolvimento integral dos estudantes. Garantir a centralidade do compromisso de todos com a aprendizagem, como concretização do direito à educação com equidade. Assegurar um calendário de reuniões pedagógicas, mobilizando todos em direção à participação e ao compartilhamento de objetivos e responsabilidades.
B.3) Apoiar as pessoas diretamente envolvidas no ensino e na aprendizagem	O diretor deve garantir apoio e formação continuada para os professores e empenhar-se na busca de condições adequadas para o ensino aprendizagem. Cabe ao diretor também estimular a avaliação continuada das atividades docentes e de suas eventuais necessidades de formação.	Coordenar estratégias para assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes. Prover, com apoio do sistema/rede de ensino, as condições necessárias para o atendimento aos estudantes com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Propor e incentivar estratégias para o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, valorizando a importância da escola nas suas escolhas e trajetórias, quando couber. Garantir, na rotina da escola, momentos de troca, planejamento e avaliação entre os professores. Criar estratégias para encorajar o envolvimento dos pais ou responsáveis no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.
B.4) Coordenar a gestão curricular e os métodos de aprendizagem e avaliação	O diretor e a equipe técnico-pedagógica coordenam a implementação geral das Bases Curriculares e dos programas de estudos e monitoram a aprendizagem dos estudantes. Esse aspecto da gestão pedagógica da escola deve se articular com o compromisso com os processos democráticos e participativos internos, no sentido do desenvolvimento de	Coordenar a equipe técnico-pedagógica para definir as diretrizes pedagógicas comuns e a estratégia de implementação efetiva do currículo em colaboração com o corpo docente. Apoiar os professores, junto com a equipe técnico-pedagógica, na condução das aulas e na elaboração de materiais pedagógicos. Apoiar a implementação do currículo, metodologias de ensino e formas de

	uma comunidade de aprendizagem.	avaliação para promover a aprendizagem. Promover estratégias de acompanhamento e avaliação do ensino aprendizagem prevendo sempre a colaboração dos docentes e a transparência dos processos também para estudantes e seus pais. • Conhecer, divulgar e monitorar os indicadores de desempenho acadêmico dos estudantes em avaliações de larga escala e internas, as taxas de abandono e reprovação. • Utilizar os dados de desempenho e fluxo da escola na orientação e planejamento pedagógico em colaboração com os demais agentes escolares, em particular o corpo docente.
<b>B.5)</b> Promover um clima propício ao desenvolvimento educacional	O diretor deve assegurar na escola um ambiente educativo de respeito às diferenças, acolhedor e positivo, apoiado em valores democráticos, como condição de promoção da aprendizagem, do desenvolvimento e do bem-estar dos estudantes, contribuindo significativamente para reduzir as desigualdades educacionais. Desenvolver ação formativa na convicção de que todos os estudantes podem aprender e incentivar atitudes e comportamentos progressivamente responsáveis e solidários.	Desenvolver habilidades de resolução de conflitos e construção de consensos com todos os agentes escolares. • Desenvolver estratégias com educadores e famílias, discutindo e buscando caminhos seguros para evitar comportamentos de risco entre os estudantes. • Promover e exigir um ambiente de respeito, colaboração e solidariedade entre todos os membros da comunidade escolar. • Prevenir qualquer tipo de preconceito e discriminação. • Definir rotinas e procedimentos organizacionais para facilitar o desenvolvimento das atividades pedagógicas. • Garantir o cumprimento das regras e princípios de convivência, com vistas à promoção de um clima propício ao desenvolvimento educacional. • Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate à intimidação sistemática ( <i>bullying</i> e formas específicas de assédio) na escola.
<b>B.6)</b> Desenvolver a inclusão, a equidade, a aprendizagem ao longo da vida e a cultura colaborativa	O diretor deve ampliar seu conhecimento sobre inclusão, equidade, aprendizagem ao longo da vida e as estratégias para promovê-los, bem como a compreensão das políticas educacionais nesta matéria, como condição para garantir o desenvolvimento equânime e a aprendizagem integral de todos os estudantes.	Garantir um ambiente escolar propício e o efetivo acesso de todos às oportunidades educacionais promovendo o sucesso acadêmico e o bem-estar de cada estudante. • Garantir experiências de ensino adequadas para estudantes com necessidades educacionais específicas, sua inclusão nos processos de aprendizagem, sua participação no contexto da escola e o máximo desenvolvimento das suas potencialidades, bem como o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. • Garantir e acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Ensino Individualizado - PEI adequados aos estudantes com necessidades educacionais especiais.
<b>C. DIMENSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA</b>		
<b>Competências</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atribuições/Práticas/Ações esperadas</b>
<b>C.1)</b> Coordenar as atividades administrativas da escola	O diretor assina a documentação, de acordo com os dispositivos legais do sistema/rede de ensino, relativa à vida escolar dos estudantes, bem como assina declarações, ofícios e outros documentos, responsabilizando-se pela sua atualização, expedição, legalidade e autenticidade. O diretor deve saber utilizar novas tecnologias de informação e comunicação, enquanto recursos importantes para a gestão escolar.	Conhecer princípios e práticas de desenvolvimento organizacional da escola. • Coordenar a matrícula na unidade escolar, com transparência e impessoalidade. • Acompanhar e monitorar os processos de vida funcional dos trabalhadores da educação e a vida escolar dos estudantes. • Elaborar com a equipe e comunidade, respeitando as regras do sistema/rede de ensino, os horários e rotinas de funcionamento da escola e garantir seu cumprimento por todos. • Supervisionar o fornecimento da alimentação escolar, do transporte escolar e demais serviços prestados à escola, quando couber. • Utilizar ferramentas tecnológicas e aplicativos que promovam uma melhor gestão escolar, tanto no planejamento e uso dos recursos, quanto na prestação de contas.
<b>C.2)</b> Zelar pelo patrimônio e pelos espaços físicos	O diretor se responsabiliza pela manutenção e conservação do espaço físico, pela segurança do patrimônio escolar e pela manutenção atualizada do tombamento dos bens públicos sob a guarda da instituição que dirige.	Garantir ou cobrar dos canais competentes que os serviços, materiais e patrimônios sejam adequados e suficientes às necessidades das ações e dos projetos da escola. • Coordenar a utilização dos ambientes e patrimônios da escola. Elaborar orientações sobre os usos dos espaços, dos equipamentos e dos materiais da escola de acordo com o Projeto Político-Pedagógico.
<b>C.3)</b> Coordenar as equipes de trabalho	O diretor escolar organiza o quadro de pessoal da escola com a devida distribuição de funções, construindo coletivamente critérios de atribuições de turmas aos docentes, priorizando as necessidades dos estudantes. Acompanha o desenvolvimento profissional e estimula o comprometimento das pessoas e das equipes. Conduz o trabalho de forma colaborativa com a equipe, promovendo sua motivação, proatividade, resiliência, sensibilidade e ética.	• Trabalhar em equipe. • Delegar atribuições e dividir responsabilidades. • Motivar a equipe com foco em melhorias e resultados. • Coordenar e articular professores e funcionários em equipes de trabalho com compromisso, objetivos e metas comuns, previamente discutidos e acordados. • Definir com a equipe de gestão e sem perder de vista o projeto político pedagógico, critérios de distribuição de professores e estudantes nas turmas e séries/anos, considerando as definições legais locais quando for o caso. • Identificar soluções para os problemas detectados em diálogo e acordo com os profissionais da escola. • Controlar a frequência dos profissionais da escola. • Monitorar e comunicar às instâncias superiores a necessidade de substituições temporárias ou definitivas de docentes e demais profissionais da escola, evitando o prejuízo para as atividades letivas e escolares. • Aplicar ou coordenar a aplicação, quando couber, de sanções disciplinares regimentais a professores, servidores e estudantes, garantindo amplo direito de defesa. • Conduzir a avaliação de desempenho da equipe, dando retorno aos avaliados e discutindo os aspectos coletivos nas instâncias participativas, como o conselho escolar. • Instituir ações de reconhecimento e valorização dos profissionais da escola. • Criar condições para a viabilização da formação continuada dos profissionais da escola.
<b>C.4)</b> Gerir, junto com as instâncias constituídas, os recursos financeiros da escola	O diretor se responsabiliza pela administração financeira e pela prestação de contas dos recursos materiais e financeiros recebidos. Deve incentivar a participação da comunidade, na indicação de elementos que possam tornar o plano de aplicação de recursos financeiros consistente com os anseios da comunidade e do projeto político-pedagógico da escola.	Informar-se sobre legislações e normas referentes ao uso e à prestação de contas dos recursos financeiros da escola. • Elaborar orçamentos com base nas necessidades da escola, monitorar as despesas e registros, de acordo com as normas vigentes e com a participação do Conselho Escolar. • Elaborar com o Conselho Escolar, planos de aplicação dos recursos financeiros e prestação de contas, divulgando à comunidade escolar de forma transparente e efetiva os balançes fiscais. • Manter dados e cadastros da escola devidamente atualizados junto aos órgãos oficiais para recebimento de recursos financeiros. • Identificar, conhecer e buscar programas e projetos que ofereçam recursos materiais e financeiros para a escola.
<b>D. DIMENSÃO PESSOAL &amp; RELACIONAL</b>		
<b>D.1)</b> Cuidar e apoiar as pessoas	O diretor escolar promove e constrói respeito e confiança por meio de seu comportamento ético, promovendo relacionamentos positivos e uma colaboração efetiva entre os membros da comunidade escolar. Inspira confiança, devido à sua capacidade de ser profissionalmente imparcial, justo e respeitoso.	• Comprometer-se com a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes. • Promover a convivência escolar respeitosa e solidária. • Acionar as instituições da rede de apoio e proteção à criança e ao adolescente, sempre que necessário.
<b>D.2)</b> Agir democraticamente	O diretor deve ser o principal promotor do diálogo na comunidade escolar, onde a escuta e o incentivo à conversa com todos são decisivos para um projeto educativo democrático e de qualidade.	• Propor a constituição ou ampliação dos espaços e momentos de diálogo na escola, encorajando as pessoas a apresentarem seus pontos de vista, ideias e concepções sobre a escola e o trabalho pedagógico. • Estimular a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, bem como a participação das

		comunidades escolar e local em conselhos escolares.
<b>D.3)</b> Desenvolver alteridade, empatia e respeito as pessoas	O diretor deve respeitar e promover o respeito mútuo entre os agentes escolares e da comunidade, em relações de alteridade e empatia.	Assegurar o respeito aos direitos, opiniões e crenças entre a equipe de gestão, os estudantes, seus familiares e os profissionais da educação que atuam na escola. • Tratar todos de forma equitativa e com respeito. • Valorizar a cultura de sua comunidade.
<b>D.4)</b> Agir orientado por princípios éticos, com equidade e justiça	O diretor orienta sua atuação pela ética, integridade, transparência, imparcialidade e justiça, garantindo o respeito ao direito à educação e em favor da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania.	Fazer cumprir as normas e regras da escola, de forma justa e consequente, no sentido de garantir o direito à educação para todos. • Agir com transparência e imparcialidade no cotidiano da escola. • Buscar a superação das desigualdades educacionais. • Garantir o respeito ao direito à educação, com ênfase na promoção da cidadania. • Pautar suas ações pela ética profissional.
<b>D.5)</b> Saber comunicar-se e lidar com conflitos	O diretor busca sempre a melhor forma de se expressar. Busca compreender a origem dos problemas e conflitos, mediando a construção de soluções alternativas em diálogo com todas as partes interessadas, mostrando capacidade de escuta ativa e argumentação.	Estabelecer formas de comunicação claras e eficazes com todos, articulando argumentos conectados ao contexto e consistentes com sua responsabilidade à frente da escola. • Usar a comunicação e o diálogo lidando com as situações e conflitos no cotidiano escolar e educacional. • Mediar crises ou conflitos interpessoais na escola.
<b>D.6)</b> Ser proativo	O diretor precisa ter capacidade de atuar nas mais diversas circunstâncias, buscando soluções adequadas, oportunas e inovadoras, contextualizadas, demonstrando talento criativo e proatividade.	Lidar com situações e problemas inesperados e discernir como poderá enfrenta-los e os caminhos para encontrar os recursos necessários. • Analisar o contexto, identificar problemas ou ameaças possíveis e agir de forma antecipada e preventiva. • Considerar no plano de gestão a necessidade de adequação de estratégias às diferentes situações e desafios do contexto.
<b>D.7)</b> Comprometer-se com o seu desenvolvimento profissional	O diretor escolar busca ampliar e atualizar seus conhecimentos gerais e especialmente sobre a educação, a escola, seus sujeitos e processos.	• Ter predisposição para o estudo e o desejo de melhoria constante, planejando e buscando momentos de qualificação profissional. • Avaliar continuamente, corrigir e aperfeiçoar seu próprio trabalho.

## ANEXO VI

### MODELO DO FORMULÁRIO DE RECURSOS

ILUSTRÍSSIMOS(AS) SENHORES(AS) MEMBROS DA BANCA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO INTERNO - PSI, RESPONSÁVEIS PELO JULGAMENTO DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE GESTOR(A) ESCOLAR, REGIDO PELO EDITAL Nº \_\_\_\_/SME.

**Candidato(a):** \_\_\_\_\_  
(Identificação obrigatória)

**Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_ **Nº DO CPF:** \_\_\_\_\_

Eu,(Nome) candidato(a) inscrito(a) no referido Processo Seletivo Interno para a Função Gratificada de Gestor(a) Escolar, venho solicitar revisão da análise do:

- ( ) Resultado Preliminar da Homologação das Inscrições
- ( ) Apresentação do Plano de Gestão Escolar e entrevista.
- ( ) Classificação Obtida (classificação).

### FUNDAMENTAÇÃO:

\_\_\_\_\_ - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

## ANEXO VII

### RELAÇÃO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS

CÓD.	NOME DA ESCOLA MUNICIPAL	DESCRIÇÃO DO CARGO	Nº VAGAS	C.H. SEMANAL
25109820	E.M.E.F.M. Plácido Francisco Saraiva Leão	Diretor escolar	01	40 h
25000616	Creche São José	Diretor escolar	01	40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
		Diretor escolar		40 h
CÓD.	NOME DA ESCOLA MUNICIPAL	DESCRIÇÃO DO CARGO	Nº VAGAS	C.H. SEMANAL
25109820	E.M.E.F.M. Plácido Francisco Saraiva Leão	Diretor Adjunto	01	
25000616	Creche São José		01	

## ANEXO VIII

### CRONOGRAMA

### PROCEDIMENTO / EVENTO

PROCEDIMENTO / EVENTO	DATA
LANÇAMENTO DO EDITAL DO PSS	28/09/2023
PERÍODO DE INSCRIÇÕES DO PSS	02 a 04/10/2023
DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO PRELIMINAR DOS INSCRITOS	05/10/2023
PERÍODO PARA REALIZAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES DOS PLANOS DE TRABALHO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO E REALIZAÇÃO	09/10/2023

DAS ENTREVISTAS	
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO RESULTADO FINAL DO PSS	10/10/2023
HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS	11/10/2023

Publicado por:  
Eliane Saraiva Cardoso Dantas  
Código Identificador:890CF594

## GABINETE DA PREFEITA

### ANEXO 1 -RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO								
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL								
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto								
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)								RS 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)	
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A AGO (c)	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.950.890,00	22.950.890,00	4.374.594,14	19,06	15.182.564,45	66,15	7.768.325,55	
RECEITAS CORRENTES	22.027.190,00	22.027.190,00	4.047.208,86	18,37	14.839.887,80	67,37	7.187.302,20	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	374.100,00	374.100,00	74.669,68	19,96	317.033,12	84,75	57.066,88	
Impostos	369.300,00	369.300,00	74.669,68	20,22	281.545,86	76,24	87.754,14	
Taxas	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	35.487,26	985,76	-31.887,26	
Contribuição de Melhoria	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	148.170,00	148.170,00	45.947,77	31,01	192.013,19	129,59	-43.843,19	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	20.025,00	20.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.025,00	
Valores Mobiliários	126.945,00	126.945,00	45.947,77	36,20	192.013,19	151,26	-65.068,19	
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Patrimoniais	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.480.120,00	21.480.120,00	3.916.359,13	18,23	14.303.048,43	66,59	7.177.071,57	
Transferências da União e de suas Entidades	16.489.007,00	16.489.007,00	3.150.878,10	19,11	11.050.609,90	67,02	5.438.397,10	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.870.313,00	1.870.313,00	267.206,46	14,29	1.052.873,04	56,29	817.439,96	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.120.800,00	3.120.800,00	498.274,57	15,97	2.199.565,49	70,48	921.234,51	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.800,00	23.800,00	10.232,28	42,99	27.793,06	116,78	-3.993,06	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	23.300,00	23.300,00	10.232,28	43,92	25.007,56	107,33	-1.707,56	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	500,00	500,00	0,00	0,00	2.785,50	557,10	-2.285,50	
RECEITAS DE CAPITAL	923.700,00	923.700,00	327.385,28	35,44	342.676,65	37,10	581.023,35	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	51.810,00	51.810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.810,00	
Operações de Crédito - Mercado Interno	51.810,00	51.810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.810,00	
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
Alienação de Bens Móveis	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Alienação de Bens Imóveis	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	811.890,00	811.890,00	327.385,28	40,32	342.676,65	42,21	469.213,35	
Transferências da União e de suas Entidades	724.570,00	724.570,00	327.385,28	45,18	342.676,65	47,29	381.893,35	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	87.320,00	87.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.320,00	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)	
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A AGO (c)	% (c/a)		

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.950.890,00	22.950.890,00	4.374.594,14	19,06	15.182.564,45	66,15	7.768.325,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	22.950.890,00	22.950.890,00	4.374.594,14	19,06	15.182.564,45	66,15	7.768.325,55
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	22.950.890,00	22.950.890,00	4.374.594,14	19,06	15.182.564,45	66,15	7.768.325,55
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	235.216,74			235.216,74		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		235.216,74			235.216,74		

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS² (k)	NÃO
			BIMESTRE	JAN A AGO (f)		BIMESTRE	JAN A AGO (h)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.950.890,00	23.443.216,74	3.602.699,76	15.192.022,25	8.251.194,49	3.457.530,31	14.528.510,54	8.914.706,20	14.444.210,71	0,00	
DESPESAS CORRENTES	20.311.134,00	21.624.789,90	3.485.796,14	14.297.123,91	7.327.665,99	3.335.592,19	13.852.217,30	7.772.572,60	13.767.917,47	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.916.058,00	10.596.211,00	1.898.672,16	7.248.480,83	3.347.730,17	1.898.672,16	7.248.480,83	3.347.730,17	7.248.480,83	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.389.076,00	11.022.578,90	1.587.123,98	7.048.643,08	3.973.935,82	1.436.920,03	6.603.736,47	4.418.842,43	6.519.436,64	0,00	
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	9.389.076,00	11.022.578,90	1.587.123,98	7.048.643,08	3.973.935,82	1.436.920,03	6.603.736,47	4.418.842,43	6.519.436,64	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	2.409.756,00	1.818.426,84	116.903,62	894.898,34	923.528,50	121.938,12	676.293,24	1.142.133,60	676.293,24	0,00	
INVESTIMENTOS	2.341.756,00	1.780.426,84	116.903,62	866.519,18	913.907,66	116.903,62	656.719,18	1.123.707,66	656.719,18	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	68.000,00	38.000,00	0,00	28.379,16	9.620,84	5.034,50	19.574,06	18.425,94	19.574,06	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.950.890,00	23.443.216,74	3.602.699,76	15.192.022,25	8.251.194,49	3.457.530,31	14.528.510,54	8.914.706,20	14.444.210,71	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	22.950.890,00	23.443.216,74	3.602.699,76	15.192.022,25	8.251.194,49	3.457.530,31	14.528.510,54	8.914.706,20	14.444.210,71	0,00	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			654.053,91		738.353,74		
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	22.950.890,00	23.443.216,74	3.602.699,76	15.192.022,25		3.457.530,31	15.182.564,45		15.182.564,45	0,00	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00			

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**498B2E2B

## GABINETE DA PREFEITA

### ANEXO 2 -DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 4º BIMESTRE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL											
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto											
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											RS 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A AGO (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A AGO (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.950.890,00	23.443.216,74	3.602.699,76	15.192.022,25	100,00	8.251.194,49	3.457.530,31	14.528.510,54	100,00	8.914.706,20	0,00
Legislativa	1.239.300,00	1.239.300,00	196.692,94	744.891,89	4,90	494.408,11	196.909,94	744.396,39	5,12	494.903,61	0,00
Ação Legislativa	1.239.300,00	1.239.300,00	196.692,94	744.891,89	4,90	494.408,11	196.909,94	744.396,39	5,12	494.903,61	0,00
Administração	3.081.324,00	2.618.924,00	436.560,66	1.995.772,71	13,14	623.151,29	395.520,23	1.744.883,62	12,01	874.040,38	0,00
Administração Financeira	733.487,00	687.497,00	123.512,59	555.573,57	3,66	131.923,43	112.039,91	436.413,83	3,00	251.083,17	0,00
Controle Interno	60.320,00	56.320,00	7.405,20	29.998,19	0,20	26.321,81	7.405,20	29.998,19	0,21	26.321,81	0,00
Administração Geral	2.218.022,00	1.873.912,00	305.642,87	1.410.200,95	9,28	463.711,05	276.075,12	1.278.471,60	8,80	595.440,40	0,00
Demais Subfunções	69.495,00	1.195,00	0,00	0,00	0,00	1.195,00	0,00	0,00	0,00	1.195,00	0,00
Assistência Social	1.434.099,00	1.356.571,00	252.574,69	1.035.082,79	6,81	321.488,21	227.564,99	997.583,79	6,87	358.987,21	0,00
Assistência ao Idoso	5.017,00	567,00	0,00	0,00	0,00	567,00	0,00	0,00	0,00	567,00	0,00
Assistência Comunitária	1.429.082,00	1.356.004,00	252.574,69	1.035.082,79	6,81	320.921,21	227.564,99	997.583,79	6,87	358.420,21	0,00
Saúde	4.632.294,00	4.798.202,73	682.940,32	3.026.606,27	19,92	1.771.596,46	696.625,26	2.987.795,03	20,57	1.810.407,70	0,00
Atenção Básica	3.311.370,00	3.237.412,23	420.328,60	1.918.965,09	12,63	1.318.447,14	434.093,54	1.880.993,85	12,95	1.356.418,38	0,00
Assistência Hospitalar Ambulatorial	233.005,00	397.805,00	114.286,64	365.098,13	2,40	32.706,87	114.286,64	365.098,13	2,51	32.706,87	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	102.687,00	157.687,00	12.911,41	129.054,23	0,85	28.632,77	12.911,41	129.054,23	0,89	28.632,77	0,00
Vigilância Sanitária	31.148,00	31.148,00	2.841,09	17.458,71	0,11	13.689,29	2.841,09	17.458,71	0,12	13.689,29	0,00
Vigilância Epidemiológica	101.772,00	91.772,00	20.576,04	78.197,15	0,51	13.574,85	20.576,04	78.197,15	0,54	13.574,85	0,00

Administração Geral	852.312,00	882.378,50	111.996,54	517.832,96	3,41	364.545,54	111.916,54	516.992,96	3,56	365.385,54	0,00
Educação	6.681.462,00	6.930.760,01	1.035.014,41	4.069.458,97	26,79	2.861.301,04	981.898,05	4.000.036,21	27,53	2.930.723,80	0,00
Ensino Fundamental	4.689.259,00	4.751.132,50	821.778,56	3.217.275,54	21,18	1.533.856,96	778.335,42	3.157.526,00	21,73	1.593.606,50	0,00
Ensino Médio	11.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	27.284,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00
Educação Infantil	1.899.161,00	2.164.895,51	209.237,67	848.185,25	5,58	1.316.710,26	199.564,45	838.512,03	5,77	1.326.383,48	0,00
Educação de Jovens e Adultos	44.164,00	14.064,00	3.998,18	3.998,18	0,03	10.065,82	3.998,18	3.998,18	0,03	10.065,82	0,00
Educação Especial	10.068,00	68,00	0,00	0,00	0,00	68,00	0,00	0,00	0,00	68,00	0,00
Cultura	703.639,00	702.314,00	87.191,33	483.287,19	3,18	219.026,81	79.311,72	475.407,58	3,27	226.906,42	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	25.425,00	10.634,00	909,68	2.654,98	0,02	7.979,02	909,68	2.654,98	0,02	7.979,02	0,00
Difusão Cultural	636.065,00	689.531,00	86.281,65	480.632,21	3,16	208.898,79	78.402,04	472.752,60	3,25	216.778,40	0,00
Administração Geral	42.149,00	2.149,00	0,00	0,00	0,00	2.149,00	0,00	0,00	0,00	2.149,00	0,00
Urbanismo	3.031.935,00	3.559.716,00	647.419,25	2.485.335,66	16,36	1.074.380,34	623.235,52	2.450.462,74	16,87	1.109.253,26	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2.146.634,00	2.328.024,00	375.722,86	1.563.261,77	10,29	764.762,23	374.623,30	1.554.961,12	10,70	773.062,88	0,00
Serviços Urbanos	695.073,00	1.040.909,00	233.782,64	776.555,34	5,11	264.353,66	210.698,49	749.983,12	5,16	290.925,88	0,00
Demais Subfunções	190.228,00	190.783,00	37.913,75	145.518,55	0,96	45.264,45	37.913,73	145.518,50	1,00	45.264,50	0,00
Saneamento	11.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Saneamento Básico Rural	11.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Agricultura	1.615.389,00	2.103.751,00	263.906,16	1.341.336,77	8,83	762.414,23	256.064,60	1.117.695,18	7,69	986.055,82	0,00
Extensão Rural	1.615.389,00	2.103.751,00	263.906,16	1.341.336,77	8,83	762.414,23	256.064,60	1.117.695,18	7,69	986.055,82	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19159], PREF. MUN. DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS				SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (f) NÃO
			BIMESTRE	JAN A AGO (b)	% (b/total b)			BIMESTRE	JAN A AGO (d)	% (d/total d)			
Comércio e Serviços	91.304,00	12.990,00	0,00	5.000,00	0,03		7.990,00	0,00	5.000,00	0,03		7.990,00	0,00
Promoção Comercial	35.934,00	1.934,00	0,00	0,00	0,00		1.934,00	0,00	0,00	0,00		1.934,00	0,00
Turismo	55.370,00	11.056,00	0,00	5.000,00	0,03		6.056,00	0,00	5.000,00	0,03		6.056,00	0,00
Desporto e Lazer	198.944,00	118.488,00	400,00	5.250,00	0,03		113.238,00	400,00	5.250,00	0,04		113.238,00	0,00
Desporto Comunitário	198.944,00	118.488,00	400,00	5.250,00	0,03		113.238,00	400,00	5.250,00	0,04		113.238,00	0,00
Reserva de Contingência	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Subfunções	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.950.890,00	23.443.216,74	3.602.699,76	15.192.022,25	100,00		8.251.194,49	3.457.530,31	14.528.510,54	100,00		8.914.706,20	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [19159], PREF. MUN. DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**63740B8B

## GABINETE DA PREFEITA

### ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA BIMESTRE 04-2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
<b>DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS NOMINAL</b>		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
	RS 1	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	22.027.190,00	Jan a ago/2023
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	374.100,00	14.839.887,80
IPTU	27.360,00	317.033,12
ISS	55.540,00	7.541,84
ITBI	5.820,00	29.569,99
IRRF	280.580,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.800,00	244.434,03
Contribuições	0,00	35.487,26
Receita Patrimonial	148.170,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	126.945,00	192.013,19
Outras Receitas Patrimoniais	21.225,00	192.013,19
Transferências Correntes	21.480.120,00	0,00
Cota Parte do FPM	12.693.080,00	14.303.048,43
Cota Parte do ICMS	1.480.000,00	8.454.315,73
Cota Parte do IPVA	20.000,00	992.624,50
Cota Parte do ITR	920,00	13.636,03
Transferências da LC 61/1989	1.040,00	173,40
Transferências do FUNDEB	4.465.800,00	420,82
Outras Transferências Correntes	2.819.280,00	3.536.804,90
Demais Receitas Correntes	24.800,00	1.305.073,05
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	27.793,06
Receitas Correntes Restantes	24.800,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	21.900.245,00	27.793,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	14.647.874,61
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	923.700,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	51.810,00	342.676,65
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	30.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00

Outras Alienações de Bens	30.000,00	0,00
Transferências de Capital	811.890,00	342.676,65
Convênios	466.440,00	327.385,28
Outras Transferências de Capital	345.450,00	15.291,37
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	841.890,00	342.676,65
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	22.742.135,00	14.990.551,26
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	22.742.135,00	14.990.551,26

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	21.624.789,90	14.297.123,91	13.852.217,30	13.767.917,47	3.310,85	8.100,00	8.100,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.596.211,00	7.248.480,83	7.248.480,83	7.248.480,83	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.022.578,90	7.048.643,08	6.603.736,47	6.519.436,64	3.310,85	8.100,00	8.100,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	11.022.578,90	7.048.643,08	6.603.736,47	6.519.436,64	3.310,85	8.100,00	8.100,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	21.618.789,90	14.297.123,91	13.852.217,30	13.767.917,47	3.310,85	8.100,00	8.100,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.818.426,84	894.898,34	676.293,24	676.293,24	29.101,00	540.421,22	433.358,46
Investimentos	1.780.426,84	866.519,18	656.719,18	656.719,18	29.101,00	540.421,22	433.358,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	38.000,00	28.379,16	19.574,06	19.574,06	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.780.426,84	866.519,18	656.719,18	656.719,18	29.101,00	540.421,22	433.358,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	23.399.216,74	15.163.643,09	14.508.936,48	14.424.636,65	32.411,85	548.521,22	441.458,46
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	23.399.216,74	15.163.643,09	14.508.936,48	14.424.636,65	32.411,85	548.521,22	441.458,46
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	92.044,30						
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	92.044,30						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00						
JUROS NOMINAIS	Jan a ago/2023						
	VALOR INCORRIDO						
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00						
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00						
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	92.044,30						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00						

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a ago/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	579.996,31	562.951,39
DEDUÇÕES (XL)	2.530.970,52	1.978.206,98
Disponibilidade de Caixa	2.530.970,52	1.978.206,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.596.069,09	2.120.456,08
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	33.111,85	107.762,76
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.986,72	34.486,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-1.950.974,21	-1.415.255,59
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (LIIIa - XLIIB)	-535.718,62	
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a ago/2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	74.650,91	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-461.067,71	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-461.067,71	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	235.216,74	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	235.216,74	



RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
------------------------------	------

Publicado por:  
Maria Das Vitorias Pereira  
Código Identificador:A43A6781

GABINETE DA PREFEITA  
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL BIMESTRE 04-2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
		R\$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a ago/2023
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	22.027.190,00	14.839.887,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	374.100,00	317.033,12
IPTU	27.360,00	7.541,84
ISS	55.540,00	29.569,99
ITBI	5.820,00	0,00
IRRF	280.580,00	244.434,03
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.800,00	35.487,26
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	148.170,00	192.013,19
Aplicações Financeiras (II)	126.945,00	192.013,19
Outras Receitas Patrimoniais	21.225,00	0,00
Transferências Correntes	21.480.120,00	14.303.048,43
Cota Parte do FPM	12.693.080,00	8.454.315,73
Cota Parte do ICMS	1.480.000,00	992.624,50
Cota Parte do IPVA	20.000,00	13.636,03
Cota Parte do ITR	920,00	173,40
Transferências da LC 61/1989	1.040,00	420,82
Transferências do FUNDEB	4.465.800,00	3.536.804,90
Outras Transferências Correntes	2.819.280,00	1.305.073,05
Demais Receitas Correntes	24.800,00	27.793,06
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	24.800,00	27.793,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	21.900.245,00	14.647.874,61
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	923.700,00	342.676,65
Operações de Crédito (VIII)	51.810,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	30.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	30.000,00	0,00
Transferências de Capital	811.890,00	342.676,65
Convênios	466.440,00	327.385,28
Outras Transferências de Capital	345.450,00	15.291,37
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	841.890,00	342.676,65
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	22.742.135,00	14.990.551,26
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	22.742.135,00	14.990.551,26

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	21.624.789,90	14.297.123,91	13.852.217,30	13.767.917,47	3.310,85	8.100,00	8.100,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.596.211,00	7.248.480,83	7.248.480,83	7.248.480,83	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.022.578,90	7.048.643,08	6.603.736,47	6.519.436,64	3.310,85	8.100,00	8.100,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	11.022.578,90	7.048.643,08	6.603.736,47	6.519.436,64	3.310,85	8.100,00	8.100,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	21.618.789,90	14.297.123,91	13.852.217,30	13.767.917,47	3.310,85	8.100,00	8.100,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.818.426,84	894.898,34	676.293,24	676.293,24	29.101,00	540.421,22	433.358,46
Investimentos	1.780.426,84	866.519,18	656.719,18	656.719,18	29.101,00	540.421,22	433.358,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	38.000,00	28.379,16	19.574,06	19.574,06	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.780.426,84	866.519,18	656.719,18	656.719,18	29.101,00	540.421,22	433.358,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	23.399.216,74	15.163.643,09	14.508.936,48	14.424.636,65	32.411,85	548.521,22	441.458,46
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	23.399.216,74	15.163.643,09	14.508.936,48	14.424.636,65	32.411,85	548.521,22	441.458,46
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							92.044,30
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							92.044,30

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-104.755,00
JUROS NOMINAIS	Jan a ago/2023
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	0,00
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	92.044,30
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência-5.701	VALOR CORRENTE

<b>ABAIXO DA LINHA</b>		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a ago/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	579.996,31	562.951,39
DEDUÇÕES (XL)	2.530.970,52	1.978.206,98
Disponibilidade de Caixa	2.530.970,52	1.978.206,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.596.069,09	2.120.456,08
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	33.111,85	107.762,76
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.986,72	34.486,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-1.950.974,21	-1.415.255,59
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-535.718,62	
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a ago/2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)	74.650,91	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	-461.067,71	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-461.067,71	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	235.216,74	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	235.216,74	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**ECF6961B

**GABINETE DA PREFEITA**  
**ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL BIMESTRE 04-2023**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
<b>DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL</b>			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto			
RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R\$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	51.810,00	0,00 51.810,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.818.426,84	894.898,34	923.528,50
Investimentos	1.780.426,84	866.519,18	913.907,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	38.000,00	28.379,16	9.620,84
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.818.426,84	894.898,34	923.528,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	1.766.616,84	894.898,34	871.718,50
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 -> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III->			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**AF4BE200

**GABINETE DA PREFEITA**  
**ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL BIMESTRE 04-2023**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	51.810,00	0,00	51.810,00
	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO NÃO
DESPESAS	ATUALIZADA (d)	JAN A AGO (e)	EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.818.426,84	894.898,34	923.528,50
Investimentos	1.780.426,84	866.519,18	913.907,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	38.000,00	28.379,16	9.620,84
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.818.426,84	894.898,34	923.528,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	1.766.616,84	894.898,34	871.718,50
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**B8E12EF6

## GABINETE DA PREFEITA

### ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS BIMESTRE 04-2023

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS							
PERÍODO: Janeiro a agosto							
RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III )							RS 1
RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					60.000,00	0,00	60.000,00
Receita de Alienação de Bens Móveis					30.000,00	0,00	30.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis					30.000,00	0,00	30.000,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras					0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO APLICAR					2022 (i)	2023 (j) = (Ib – (IIIf+ IIgg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)					0,00	0,00	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:							
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;							

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**88B0D008

## GABINETE DA PREFEITA

### ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE BIMESTRE 04-2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto				
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)				R\$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	369.300,00	369.300,00	281.545,86	76,24
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	27.360,00	27.360,00	7.541,84	27,57
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.820,00	5.820,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	55.540,00	55.540,00	29.569,99	53,24
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	280.580,00	280.580,00	244.434,03	87,12
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.359.280,00	16.359.280,00	11.031.982,95	67,44

Cota-Parte FPM	14.481.900,00	14.481.900,00	9.773.414,64	67,49
Cota-Parte ITR	1.080,00	1.080,00	216,74	20,07
Cota-Parte IPVA	25.000,00	25.000,00	17.045,09	68,18
Cota-Parte ICMS	1.850.000,00	1.850.000,00	1.240.780,42	67,07
Cota-Parte IPI-Exportação	1.300,00	1.300,00	526,06	40,47
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)</b>	<b>16.728.580,00</b>	<b>16.728.580,00</b>	<b>11.313.528,81</b>	<b>67,63</b>

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	% ( d/c ) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	% ( e/c ) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	% ( f/c ) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.695.023,00	1.889.432,01	1.523.644,98	80,64	1.487.070,54	78,70	1.464.894,30	77,53	0,00
Despesas Correntes	1.576.373,00	1.848.773,00	1.523.644,98	82,41	1.487.070,54	80,44	1.464.894,30	79,24	0,00
Despesas de Capital	118.650,00	40.659,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	207.355,00	387.355,00	365.098,13	94,25	365.098,13	94,25	364.798,13	94,18	0,00
Despesas Correntes	205.321,00	385.321,00	365.098,13	94,75	365.098,13	94,75	364.798,13	94,67	0,00
Despesas de Capital	2.034,00	2.034,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	61.359,00	107.859,00	107.256,02	99,44	107.256,02	99,44	107.256,02	99,44	0,00
Despesas Correntes	61.359,00	107.859,00	107.256,02	99,44	107.256,02	99,44	107.256,02	99,44	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	5.198,00	5.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.198,00	5.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	7.987,00	11.987,00	8.915,43	74,38	8.915,43	74,38	8.915,43	74,38	0,00
Despesas Correntes	7.987,00	11.987,00	8.915,43	74,38	8.915,43	74,38	8.915,43	74,38	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	759.900,00	795.866,50	500.390,06	62,87	499.550,06	62,77	495.206,37	62,22	0,00
Despesas Correntes	748.600,00	784.566,50	494.390,06	63,01	493.550,06	62,91	489.206,37	62,35	0,00
Despesas de Capital	11.300,00	11.300,00	6.000,00	53,10	6.000,00	53,10	6.000,00	53,10	0,00
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>2.736.822,00</b>	<b>3.197.697,51</b>	<b>2.505.304,62</b>	<b>78,35</b>	<b>2.467.890,18</b>	<b>77,18</b>	<b>2.441.070,25</b>	<b>76,34</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.505.304,62	2.467.890,18	2.441.070,25
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.505.304,62	2.467.890,18	2.441.070,25
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	1.697.029,32	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	770.860,86	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		21,81	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO EMPENHO	Valor para aplicação ASPS (m)	Valor Mínimo em ASPS (n)	Valor aplicado em ASPS (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Valor aplicado além do limite (p) = (o - m), se < 0, então (p) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP Diferença entre o valor aplicado cancelados ou prescritos (u)	além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")</b>	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)</b>	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)</b>	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não)

	Exercício atual) (w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.850.472,00	1.850.472,00	Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
Proveniente da União	1.678.082,00	1.678.082,00	498.197,19	26,92
Proveniente dos Estados	172.390,00	172.390,00	34.172,18	19,82
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.895.472,00	1.895.472,00	498.197,19	26,28

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% ( d/c ) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% ( e/c ) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% ( f/c ) x 100	
ATENÇÃO BASICA (XXXII)	1.616.347,00	1.347.980,22	395.320,11	29,33	393.923,31	29,22	393.224,91	29,17	0,00
Despesas Correntes	1.314.365,00	1.049.265,00	389.991,21	37,17	388.594,41	37,03	387.896,01	36,97	0,00
Despesas de Capital	301.982,00	298.715,22	5.328,90	1,78	5.328,90	1,78	5.328,90	1,78	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	25.650,00	10.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.650,00	5.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO (XXXIV)	41.328,00	49.828,00	21.798,21	43,75	21.798,21	43,75	21.798,21	43,75	0,00
Despesas Correntes	40.198,00	48.698,00	21.798,21	44,76	21.798,21	44,76	21.798,21	44,76	0,00
Despesas de Capital	1.130,00	1.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILANCIA SANITÁRIA (XXXV)	25.950,00	25.950,00	17.458,71	67,28	17.458,71	67,28	17.458,71	67,28	0,00
Despesas Correntes	24.150,00	24.150,00	17.458,71	72,29	17.458,71	72,29	17.458,71	72,29	0,00
Despesas de Capital	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA (XXXVI)	93.785,00	79.785,00	69.281,72	86,84	69.281,72	86,84	69.281,72	86,84	0,00
Despesas Correntes	91.755,00	77.755,00	69.281,72	89,10	69.281,72	89,10	69.281,72	89,10	0,00
Despesas de Capital	2.030,00	2.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	92.412,00	86.512,00	17.442,90	20,16	17.442,90	20,16	17.442,90	20,16	0,00
Despesas Correntes	92.412,00	86.512,00	17.442,90	20,16	17.442,90	20,16	17.442,90	20,16	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.895.472,00	1.600.505,22	521.301,65	32,57	519.904,85	32,48	519.206,45	32,44	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% ( d/c ) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% ( e/c ) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% ( f/c ) x 100	
ATENÇÃO BASICA (XL) = (IV + XXXII)	3.311.370,00	3.237.412,23	1.918.965,09	59,27	1.880.993,85	58,10	1.858.119,21	57,40	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	233.005,00	397.805,00	365.098,13	91,78	365.098,13	91,78	364.798,13	91,70	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	102.687,00	157.687,00	129.054,23	81,84	129.054,23	81,84	129.054,23	81,84	0,00
VIGILANCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	31.148,00	31.148,00	17.458,71	56,05	17.458,71	56,05	17.458,71	56,05	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	101.772,00	91.772,00	78.197,15	85,21	78.197,15	85,21	78.197,15	85,21	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	852.312,00	882.378,50	517.832,96	58,69	516.992,96	58,59	512.649,27	58,10	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	4.632.294,00	4.798.202,73	3.026.606,27	63,08	2.987.795,03	62,27	2.960.276,70	61,70	0,00

- 1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- 5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- 6) No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .
- 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Publicado por:  
Maria Das Vitorias Pereira  
Código Identificador:7B7AF216

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 00014/2023**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA**

**RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 00014/2023**

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil para a construção de uma Creche Padrão tipo B com capacidade para 50 crianças no Município de Uiraúna, sob regime de empreitada por preços global conforme projeto básico e termo de referência, incluindo todos os serviços e materiais necessários à construção da obra, conforme os projetos, plantas, especificações, legislação trabalhista e diretrizes fornecidas pela PREFEITURA, Fonte do Recurso Convênio 00518/2021 – Governo do Estado da Paraíba/Secretaria. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: M F A CAVALCANTI ENGENHARIA - Valor: R\$ 817.229,45.

Participantes	Unid.	Quant.	VL. Unit.	VL. Total	Class.	Obs.
M F A CAVALCANTI ENGENHARIA	obra	1	817.229,45	817.229,45	1	
F J CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	obra	1	821.304,07	821.304,07	2	
VORI LOCAÇÕES E SERVICOS LTDA	obra	1	829.884,44	829.884,44	3	
CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA	obra	1	938.872,68	938.872,68	4	
ENGEMAX CONSTRUÇOES E ENGENHARIA LTDA	obra	1	954.151,22	954.151,22	5	
COVALE CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI	obra	1	980.466,99	980.466,99	6	
CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA	obra	1	980.509,12	980.509,12	7	
ABIK ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	obra	1	980.847,85	980.847,85	8	
CONSTRUTORA DOIS IRMÃOS LIMITADA	obra	1	1.005.446,88	1.005.446,88	9	
A CASA CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI	obra	1	1.006.196,87	1.006.196,87	10	

Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado desta publicação nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Silvestre Claudino, S/N - Centro - Uiraúna - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (83) 31421530. E-mail: cpl.uirauna@gmail.com.

Uiraúna - PB, 28 de Setembro de 2023

**RIKELMY BARBOSA SILVA -**  
Presidente da Comissão

**Publicado por:**  
Wenya Sarmento Sobrinho  
**Código Identificador:63313CA3**

# DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

## AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:

[www.diariomunicipal.com.br/famup](http://www.diariomunicipal.com.br/famup)

(61) 4063-6162



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO DE 2023/BIMESTRE JULHO-AGOSTO												
RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1,00
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e = (a + b) - (c + d))	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k = (f + g) - (i + j))	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA ORÇAMENTÁRIOS)(I)	38.183,32	1.549.587,03	1.060.485,28	0,00	527.285,07	112.534,23	671.368,44	677.829,65	677.829,65	0,00	106.073,02	633.358,09
PODER EXECUTIVO	38.183,32	1.549.587,03	1.060.485,28	0,00	527.285,07	112.534,23	671.368,44	677.829,65	677.829,65	0,00	106.073,02	633.358,09
Prefeitura Municipal de Mataraca	35.721,02	1.436.877,82	947.796,07	0,00	524.802,77	112.534,23	671.368,44	677.829,65	677.829,65	0,00	106.073,02	630.875,79
Fundo Municipal de Saúde de Mataraca	2.462,30	112.709,21	112.689,21	0,00	2.482,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.482,30
RESTOS A PAGAR (INTRA - ORÇAMENTÁRIOS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NADA A REGISTRAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.183,32	1.549.587,03	1.060.485,28	0,00	527.285,07	112.534,23	671.368,44	677.829,65	677.829,65	0,00	106.073,02	633.358,09
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de setembro de 2023 as 09:12:57												

NEUZOMAR DE SOUSA SILVA	EGBERTO COUTINHO MADRUGA
Contador CRC PB 2667	Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Wanderley Bernardo da Silva  
**Código Identificador:**6DB3634A

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ**

**GABINETE DA PREFEITA**  
**ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO BIMESTRE 04-2023**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
PERÍODO: Janeiro a agosto 2023/BIMESTRE Julho - Agosto												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L = (e + k)
	Exercícios (a)	Em 31 de Dezembro 2022 (b)				Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	33.111,85	32.411,85	0,00	700,00	83.503,74	1.019.639,54	548.521,22	441.458,46	0,00	661.684,82	662.384,82
02 PODER EXECUTIVO	0,00	33.111,85	32.411,85	0,00	700,00	83.503,74	1.019.639,54	548.521,22	441.458,46	0,00	661.684,82	662.384,82
0203 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	29.235,99	29.235,99	0,00	0,00	83.503,74	941.912,73	470.794,41	363.731,65	0,00	661.684,82	661.684,82
0209 SEC. MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.626,81	69.626,81	69.626,81	0,00	0,00	0,00
0213 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.100,00	400,00	0,00	700,00	0,00	8.100,00	8.100,00	8.100,00	0,00	0,00	700,00
0214 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	175,86	175,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	33.111,85	32.411,85	0,00	700,00	83.503,74	1.019.639,54	548.521,22	441.458,46	0,00	661.684,82	662.384,82

**Publicado por:**  
Maria Das Vitorias Pereira  
**Código Identificador:**A6F66A8B

**GABINETE DA PREFEITA**  
**ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BIMESTRE 04 /2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
BIMESTRE 04 /2023  
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		22.950.889,00	
Previsão Atualizada		22.950.890,00	
Receitas Realizadas		15.182.564,45	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		235.216,74	
DESPESAS		22.950.890,00	
Dotação Inicial		22.950.890,00	
Créditos Adicionais		492.326,74	
Dotação Atualizada		23.443.216,74	
Despesas Empenhadas		15.192.022,25	
Despesas Liquidadas		14.528.510,54	
Despesas Pagas		14.444.210,71	
Superávit Orçamentário		654.053,91	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		15.192.022,25	
Despesas Liquidadas		14.528.510,54	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		22.057.266,53	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		21.623.061,53	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		21.549.861,53	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
		Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	
Resultado Primário - Acima da Linha		-104.755,00	- 87,87
Resultado Nominal - Acima da Linha		-5.701,00	9.396,92



RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		33.111,85	0,00	32.411,85	700,00
Poder Executivo		33.111,85	0,00	32.411,85	700,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário					
Ministério Público					
Defensoria Pública					
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.103.143,28	0,00	441.458,46	661.684,82
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		1.103.143,28	0,00	441.458,46	661.684,82
Poder Judiciário					
Ministério Público					
Defensoria Pública					
TOTAL		1.136.255,13	0,00	473.870,31	662.384,82
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.796.773,33	25%		23,40
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		2.438.366,57	70%		68,48
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		360.157,55	50%		33,25
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		85.272,00	15%		7,87
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito		-		51.810,00	
Despesa de Capital Líquida		894.898,34		923.528,50	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias					
Despesas Previdenciárias					
Resultado Previdenciário					
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias					
Despesas Previdenciárias					
Resultado Previdenciário					
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado no Exercício		Saldo a Realizar	
Receitas da Alienação de Ativos		-		60.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		-		-	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.467.890,18	15	21,81	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		-			

FONTE: SCPI - Contabilidade [18652], PREF. MUN. DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

Publicado por:  
Maria Das Vitorias Pereira  
Código Identificador:FE79E489

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

BIMESTRE 04/2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
1- RECEITA DE IMPOSTOS	369.300,00		281.545,86		
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	27.360,00		7.541,84		
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.820,00		0,00		
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	55.540,00		29.569,99		
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	280.580,00		244.434,03		
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.466.840,00		11.669.167,12		
2.1- Cota-Parte FPM	15.589.460,00		10.410.598,81		
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.481.900,00		9.773.414,64		
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.107.560,00		637.184,17		
2.2- Cota-Parte ICMS	1.850.000,00		1.240.780,42		
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	1.300,00		526,06		
2.4- Cota-Parte ITR	1.080,00		216,74		
2.5- Cota-Parte IPVA	25.000,00		17.045,09		
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro			0,00		
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			0,00		
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.836.140,00		11.950.712,98		
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	3.271.856,00		2.207.996,64		
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	1.187.179,00		781.281,66		
FUNDEB					
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	4.314.800,00		3.560.459,55		
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.120.800,00		2.223.220,14		
6.1.1- Principal	15.000,00		2.199.565,49		
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira			23.654,65		
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb					
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	405.000,00		254.050,51		
6.2.1- Principal	405.000,00		254.050,51		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00		0,00		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb					
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	890.000,00		1.083.188,90		
6.3.1- Principal	890.000,00		1.083.188,90		
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00		0,00		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb					
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-101.000,00		0,00		
6.4.1- Principal	50.000,00		0,00		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00		0,00		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-151.000,00		0,00		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)1	-3.256.856,00		-8.431,15		
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR				
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT			3.511,97		
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR			3.511,97		
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS					
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)			3.563.971,52		
DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	

	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	4.649.900,00	3.208.508,77	3.169.508,31	3.165.863,31	0,00	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.416.000,00	2.445.390,51	2.445.390,51	2.445.390,51	0,00	
10.1.1 - Educação Infantil	1.289.970,00	641.141,51	641.141,51	641.141,51	0,00	
10.1.2- Ensino Fundamental	2.124.750,00	1.804.249,00	1.804.249,00	1.804.249,00	0,00	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.233.900,00	763.118,26	724.117,80	720.472,80	0,00	
10.2.1- Educação Infantil	498.710,00	130.116,57	125.347,99	125.347,99	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	735.190,00	633.001,69	598.769,81	595.124,81	0,00	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras						0,00
<b>INDICADORES DO FUNDEB</b>						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)	
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.204.996,80	3.165.996,34	3.162.351,34	39.000,46		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.271.013,74	2.232.013,28	2.228.368,28	39.000,46		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	224.188,79	224.188,79	224.188,79	0,00		
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	709.794,27	709.794,27	709.794,27	0,00		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00		
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.441.878,54	2.441.878,54	2.441.878,54	0,00		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	356.655,58	356.655,58	356.655,58	0,00		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	85.272,00	85.272,00	85.272,00	0,00		
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)		
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.492.321,69	2.438.366,57	2.438.366,57	68,48		
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	541.594,45	360.157,55	360.167,55	33,25		
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	162.478,34	85.272,00	85.272,00	7,87		
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (p)	
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	356.045,96	394.463,21	394.463,21	38.417,26	11,08	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v) = (r) - (s) - (u)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	3.511,97	3.511,97	3.511,97	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	3.511,97	3.511,97	3.511,97	0,00	0,00	0,00
97						
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	1.725.775,50	637.369,68	623.681,97	620.555,16	0,00	
20.1- Educação Infantil	192.591,00	37.702,65	37.702,65	37.702,65	0,00	
20.2- Ensino Fundamental	1.530.932,50	599.667,03	585.979,32	582.852,51	0,00	
20.3- Educação de Jovens e Adultos	2.184,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4- Educação Especial	68,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras					0,00
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB</b>					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	(g)
<b>21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB</b>	6.395.743,50	3.845.878,45	3.793.190,28	3.786.418,47	-
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.001.339,00	808.960,73	804.192,15	804.192,15	-
21.1.1- Creche	555.462,00	388.069,92	388.069,92	388.069,92	-
21.1.2- Pré-escola	1.445.877,00	420.890,81	416.122,23	416.122,23	-
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.394.404,50	3.036.917,72	2.988.998,13	2.982.226,32	-
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					623.681,97
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					2.207.996,64
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					34.905,28
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)					
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					
<b>28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)</b>					<b>2.796.773,33</b>
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5		VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	% APLICADO	
		(x)	(w)	(y)	
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		2.987.678,25	2.796.773,33	23,40	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB8	SALDO INICIAL	RP LIQUIDADOS	RP PAGOS	RP CANCELADOS	SALDO FINAL
	(z)	(aa)	(ab)	(ac)	(ad) = (z) - (ab) - (ac)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	102.491,68	62.379,92	54.754,40	0,00	47.737,28
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	68.181,68	28.069,92	20.444,40	0,00	47.737,28
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	34.310,00	34.310,00	34.310,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		
	(a)		Até o Bimestre (b)		
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			644.710,00		
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			397.900,00		
31.1.1- Salário-Educação			60.000,00		
31.1.2- PDDE			7.370,00		
31.1.3- PNAE			93.400,00		
31.1.4 - PNATE			26.000,00		
31.1.5- Outras Transferências do FNDE			210.450,00		
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			171.810,00		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			75.000,00		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00		
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	(g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	534.484,51	223.580,52	206.845,93	206.845,93	16.734,59
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	69.734,51	16.277,69	16.277,69	16.277,69	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	251.950,00	99.461,09	90.301,09	90.301,09	9.160,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.600,00	3.998,18	3.998,18	3.998,18	0,00

32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	202.200,00	103.843,56	96.268,97	96.268,97	7.574,59
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	(g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	6.910.160,01	4.069.458,97	4.000.036,21	3.993.264,40	0,00
33.1- Despesas Correntes	6.515.397,01	3.219.389,60	3.149.966,84	3.143.195,03	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	4.170.341,00	2.026.576,84	2.026.576,84	2.026.576,84	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.345.056,01	1.192.812,76	1.123.390,00	1.116.618,19	0,00
33.2- Despesas de Capital	415.363,00	110.319,53	110.319,53	110.319,53	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	415.363,00	110.319,53	110.319,53	110.319,53	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB		SALÁRIO EDUCAÇÃO		
	(ae)		(af)		
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>		37.821,97		162,77	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		3.560.459,55		39.153,12	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		3.200.173,31		38.398,06	
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		398.108,21		917,83	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00			
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		91.266,31			
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		306.841,90		917,83	

FONTE: SCPI - Contabilidade [18652], PREF. MUN. DE SÃO JOSE DO BREJO DO CRUZ

1 SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: “Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”

utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Publicado por:  
Maria Das Vitorias Pereira  
Código Identificador:654EDBF6